

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

GUSTAVO HENRIQUE DIAS SOUZA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESEMPENHO DO COOPERATIVISMO
DE CRÉDITO: UM ESTUDO DA SICOOB CREDICHAPADA**

BELO HORIZONTE - MG
2020

GUSTAVO HENRIQUE DIAS SOUZA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESEMPENHO DO COOPERATIVISMO
DE CRÉDITO: UM ESTUDO DA SICOOB CREDICHAPADA**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Área de Concentração: Controladoria e Finanças

Orientadora: Prof^ª. Dra. Valéria Gama Fully Bressan

Coorientador: Prof. Alexandre de Pádua Carrieri

BELO HORIZONTE - MG
2020

Ficha catalográfica

S729d
2020 Souza, Gustavo Henrique Dias.
Desenvolvimento local e desempenho do cooperativismo de crédito [manuscrito]: um estudo da Sicoob Credichapada / Gustavo Henrique Dias Souza. – 2020.
280 f.: il., tabs.

Orientadora: Valéria Gama Fully Bressan.
Coorientador: Alexandre de Pádua Carrieri.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. Inclui bibliografia (221-237) e apêndice.

1. Cooperativas de credito – Teses. 2. Instituições financeiras – Teses. 3. Controladoria – Teses. I. Bressan, Valéria Gama Fully. II. Carrieri, Alexandre de Pádua. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. IV. Título.

CDD: 657

Elaborado por Rosilene Santos CRB-6/2527
Biblioteca da FACE/UFMG. –RSS70/2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

GUSTAVO HENRIQUE DIAS SOUZA

Esta Dissertação foi julgada adequada pelo Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2020.

Prof(a) Dra. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Subcoordenadora do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dra. Valéria Gama Fully Bressan
Orientadora/UFMG

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri
Coorientador/UFMG

Prof. Dr. Alessandro Gustavo Souza Arruda
UFMS

Prof(a) Dra. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
UFMG

Dr. Romeu Eugênio de Lima

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Belo Horizonte, 2020



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Gama Fully Bressan, Professora do Magistério Superior**, em 27/04/2021, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Romeu Eugênio de Lima, Usuário Externo**, em 27/04/2021, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 27/04/2021, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Gustavo Souza Arruda, Usuário Externo**, em 11/05/2021, às 21:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Professora do Magistério Superior**, em 12/05/2021, às 08:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0696135** e o código CRC **89099BF4**.

*Aos meus amados pais, como de costume:
obrigado por toda a luz!
Aos que buscam a transformação social,
minha sincera reverência.*

AGRADECIMENTOS

Esta carta de agradecimentos também é uma carta de perdão. E talvez ela seja uma das partes mais difíceis da finalização deste trabalho. Não porque tenho dificuldade em ser grato, mas porque reconheço todos os privilégios que me permitiram chegar até aqui. Sei da responsabilidade que assumo ao escrever este trabalho e serei eternamente responsável por todas as pessoas que não tiveram essa liberdade. Considero que a ciência, que inclui esta pesquisa, é um elo social muito importante. Vou tentar sempre honrá-la e defendê-la.

À minha família e amigos, peço perdão por todas as vezes que fui ausente, fisicamente e virtualmente. Apesar disso, eu sempre soube da sorte que tenho de ter vocês do meu lado. Eu sempre me lembrei de vocês e nunca deixei de pensar em vocês. Nem um dia sequer. Eu sempre senti vocês comigo, torcendo por mim e vibrando a cada pequena conquista minha.

A Deus, peço perdão por todas as vezes que deixei de viver minha vida em plenitude para buscar este sonho. Por todas as vezes que abri mão da minha saúde física e mental. Por todas as vezes que me senti frustrado e que foi difícil aceitar Seu relógio. Apesar de ter às vezes fraquejado na fé e ter exclamado em voz alta “*Eloí, Eloí, lamá sabactâni*”, sei que Seus olhos, que me vigiam, nunca dormem. E por isso também agradeço, por enxergar meu esforço e meu suor, as noites mal (ou sequer) dormidas. Por acalmar meu coração e por me dar forças para cada percalço nessa caminhada. Por colocar pessoas incríveis na minha vida, as quais tenho o entusiasmo de anunciar a seguir.

Dona Gláucia, mais do que me dar a vida, você me ajudou a construí-la. Muito obrigado, mãe, por me entender mesmo quando eu estava errado, por me amar mais quando eu menos merecia, por relevar quando não consigo demonstrar o quanto você significa para mim. Se hoje me sinto mais preparado para enfrentar o mundo, é porque você me ensinou tudo, e porque sei que, quando precisar, terei você ao meu lado.

Seu Geraldo, dia desses parei para pensar nos seus sonhos, pai. Nos desejos que a sua juventude humilde não te permitiu realizar. E lembrei de tudo o que eu já tive oportunidade de viver. Lembrei e me emocionei todas as vezes que eu consegui viver coisas que você não pode, mas que, através do seu esforço, se tornaram possíveis para mim. Melhor ainda é quando consigo realizar estes sonhos ao seu lado.

Gabriela e Guilherme, obrigado por compartilharem comigo de diversos melhores momentos e por me formarem enquanto pessoa. Vou estar sempre aqui por vocês. Sua força me motiva todos os dias, Gabi.

Agradeço ao Marcos Maier, extensivo à diretoria da Sicoob Credichapada, por acreditar e apoiar esta pesquisa, abrindo as portas da cooperativa para me receber. Muito, muito obrigado. Espero que a pesquisa corresponda a uma parte das expectativas. Continue desempenhando seu brilhante trabalho de forma humana. Não há dúvidas quanto à importância da sua representação na Credichapada.

Ao meu ilustríssimo colega e companheiro de aventuras no campo, Romildo Silva, por todo o cuidado com minha agenda de campo. Muito obrigado por todas as articulações realizadas a fim de eu conseguir coletar todas as informações. Você foi chave fundamental para a execução desta pesquisa. Obrigado por toda a companhia e inclusão no sertão norte mineiro. Todo meu reconhecimento ao trabalho que você desenvolve. Sou seu fã.

À Letícia Gregório, por todo auxílio no fornecimento dos dados e pela dedicação com que sempre me atendeu. Extendo os agradecimentos a todos os colaboradores da Credichapada com os quais tive o prazer de dividir dias de agência.

Meu completo deslumbre, encantamento, fascinação e respeito à Professora Valéria, que nobremente me recebeu como seu orientando. Faltam-me palavras para nomear sua importância neste trabalho. Agradeço humildemente toda sua disponibilidade durante todo esse tempo. Agradeço imensamente pela sua humanidade e sensibilidade. Agradeço pela sua compreensão em cada momento. Agradeço, agradeço, agradeço. Espero um dia poder ser metade da profissional que você é.

Minha verdadeira reverência e adoração ao Professor Carrieri, meu coorientador e grande mestre de várias das reflexões sobre este trabalho. Deixo registrada minha homenagem e saudação por todos os estímulos à busca por conhecimento e por todos os incentivos a reflexões e questionamentos. Você é extraordinário.

Agradeço de maneira muito especial à Professora Jacqueline Cunha, por todos os ensinamentos desde a minha primeira aula do curso de mestrado e por toda a atenção com que sempre me recebeu. Obrigado pelas contribuições ao meu trabalho. Agradeço ao Professor Alessandro Arruda pelas estimadas considerações sobre esta pesquisa e pela disponibilidade com que sempre se apresentou. Agradeço ainda ao Romeu Lima,

pela sugestão de pesquisa e por toda a receptividade e disposição dispendida para a banca final deste estudo.

Agradeço também à Professora Erislene, por me fazer perceber a educação com maior sensibilidade e me fazer acreditar ainda mais na educação como ferramenta de transformação. Agradeço à Simone, por todo cuidado e atenção comigo durante toda a minha estadia no campo. Obrigado por compartilhar comigo toda a sua experiência. Agradeço à Dona Silvia por, prontamente, me receber em sua casa. Agradeço à Claudia, por me ouvir e aconselhar durante os males da vida deste pobre metido a pesquisador.

Agradeço a todos que me auxiliaram na pesquisa, dos quais faço questão de listar alguns. As Diretoras e Diretores e Professoras e Professores das escolas: E. E. Moacir Cândido, E. M. Dário Carneiro, E. M. Getúlio Inácio de Farias, E. M. José Manoel Cirino, E. M. Santa Luzia, E. M. Santo Antonio. Aos representantes da administração pública municipal de Chapada Gaúcha. Às colaboradoras da APAE de Chapada Gaúcha. Ao Jucélio pelas trocas de ideias e companhia das viagens frente ao SEBRAE-MG. À Meire Gobira, por toda a presteza com que sempre me atendeu. Ao Padre Gilberto Orsolin, pelo brilhantismo com o trabalho na Associação Palotino. E a todas as demais pessoas que contribuíram com este estudo sempre de boa vontade.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC-UFMG). De maneira especial: Professor Aureliano Bressan, Professora Bruna Avelino, Professor José Roberto e Professor Wagner Lamounier.

O meu muito obrigado também aos meus amigos, colegas de trabalho ou professores da Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba por todo o incentivo durante a graduação. Faço questão de nomear: Antônio C. Brunozi, Maria Auxiliadora, Rodrigo Leroy, Rosiane Lima e Vagner Arantes.

Agradeço aos meus colegas do PPGC-UFMG por todo o companheirismo em momentos de alegria e lamentação. De maneira especial agradeço a Daniele Rodrigues por sempre me ouvir, me receber em sua casa e compartilhar comigo dos momentos mais difíceis desse trabalho. Por todos os desesperos desnecessários deixo aqui registrado meu apreço por Edleuza Loures, Gabriela Moraes, Larissa Queiroz e Olívia Moura. Pelo auxílio e cessão de dados, agradeço à Cinthia Gonçalves. Por toda ajuda, rápida e de prontidão, agradeço ao amigo e autoridade do Excel, Wesley Santos. 🌻.

Aos meus amigos de Itapeverica, Rio Paranaíba e Belo Horizonte, obrigado por tudo. Especialmente Priscilla Arantes e Gabriella Cunha, por me acolherem tantas vezes no início dessa jornada.

Agradeço à Paloma Oliveira, Inês e Thomas pela companhia de moradia e refeições, vocês são incríveis. À Iara, pela companhia diária durante esse processo, obrigado por ser tanta luz em meio ao caos, você é a melhor pessoa xuxu. Ao Diego, por todo o carinho de sempre, por ser esse talismã que Belo Horizonte me deu e por me fazer esquecer de todos os problemas em momentos difíceis, você é mais do que especial.

Por fim, e MUITO importante, agradeço a cada um dos cooperados das cooperativas escolares COOPERDÁRIO, COOPERMOC, JOVCOOP, SANCOOP e UNIÃO. Vocês são incríveis! Obrigado por todo o carinho e ensinamentos durante todo o período. Sempre me lembrarei de vocês com muita afeição e admiração. Boa sorte a cada um de vocês! Estou na torcida.

A todos os demais, que foram importantes para que eu pudesse chegar até aqui.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo apoio financeiro na realização dessa pesquisa.

“Como brasileiro e mineiro, exultei, sinceramente, ao vêr isto aqui.”

João Guimarães Rosa

RESUMO

Dentre as instituições que podem influenciar no desenvolvimento local estão as cooperativas. As cooperativas de crédito são instituições financeiras sem fins lucrativos e que possuem objetivos e princípios que podem contribuir para o desenvolvimento da localidade em que atuam. Uma dessas cooperativas de crédito tem se destacado no Estado de Minas Gerais pelas suas contribuições para a comunidade, a Sicoob Credichapada. A Credichapada vem sendo reconhecida pela promoção de diversas atividades que beneficiem a localidade em que está inserida, como é o caso do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira. O Programa de Educação tem sido desenvolvido para a comunidade e também nas escolas da rede pública de ensino da região de atuação da Credichapada. Para que uma cooperativa desenvolva essas atividades, partiu-se da ideia de que seria necessário apresentar um bom desempenho econômico-financeiro, tendo como objetivo do estudo, portanto: relacionar o desempenho econômico-financeiro aos impactos sociais e econômicos da Sicoob Credichapada em sua área de atuação. Para alcançá-lo, foram utilizados dois modelos de mensuração do desempenho econômico-financeiro: sistema de monitoramento PEARLS e a Análise da Produtividade do Negócio. Para a avaliação dos impactos, foram realizadas entrevistas e observação assistemática. Com relação ao desempenho econômico-financeiro da Credichapada, constatou-se que, de forma geral, ela apresenta desempenho satisfatório, mas que deve se atentar pelo aumento do risco da carteira de crédito nos últimos anos, que já vem sendo corrigido. Dentre os impactos da Credichapada na localidade, surgiram duas vertentes: impactos gerais, voltados para questões de economia, de comércio local, agricultura, dentre outros – e impactos do Programa de Educação, abrangendo a comunidade em geral e o ambiente escolar. Avaliando-se o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) da Credichapada, notou-se que dados os impactos constatados, os volumes gastos são considerados baixos em relação ao patrimônio da cooperativa. Assim, a pesquisa sugere que as ações que geram desenvolvimento local não sofreram alterações devido a um comprometimento no desempenho da cooperativa, mas indica atenção, pois um resultado insatisfatório e persistente poderia prejudicar o desenvolvimento de ações futuras. Dessa forma, esta pesquisa contribui para a literatura sobre o cooperativismo de crédito, principalmente no que diz respeito à abordagem conjunta do desenvolvimento local e desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito. A partir do estudo, destaca-se ainda a importância dessas instituições financeiras para a disponibilidade de recursos à sociedade, mas também como importante agente de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Cooperativas de crédito. Desempenho Econômico-Financeiro. Impactos Econômicos e Sociais.

ABSTRACT

Among the institutions that can induce local development are cooperatives. Credit unions are non-profit financial institutions that have goals and principles that can contribute to the development of the locality in which they operate. One of these credit unions has stood out in the State of Minas Gerais for its contributions to the community, the Sicoob Credichapada. Credichapada has been recognized for promoting various activities that benefit the locality in which it operates, such as the Cooperative, Entrepreneurial and Financial Education Program. The Education Program have been developed for the community and also in public schools, in the region where Credichapada is located. To a cooperative to develop these activities, the idea was that it would be necessary to present a good economic-financial performance, like the goal of this study, therefore: to relate the economic-financial performance to the social and economic impacts of Sicoob Credichapada in its area of operation. To achieve this, two models for measuring economic and financial performance were used: the PEARLS monitoring system and the Business Productivity Analysis. For the assessment of impacts, it were used interviews and unsystematic observation. With regard to Credichapada's economic and financial performance, it was found that, in general, it performs satisfactorily, but that it should pay attention to the increased risk of the credit portfolio in recent years, which is already been revised. Among the impacts of Credichapada in the locality, two aspects emerged: general impacts, focused on issues of economy, local trade, agriculture, among others - and impacts of the Education Program, covering the community in general and the school environment. Evaluating the Credichapada Technical, Educational and Social Assistance Fund (FATES), it was noted that, given the impacts found, the volumes spent are considered low in relation to the cooperative's equity. Thus, the research suggests that the actions that generate local development have not changed due to a worsening in the cooperative's performance, but it indicates attention, once an unsatisfactory and persistent result could harm the development of future actions. Thus, this research contributes to the literature on credit unions, especially with regard to the joint approach to local development and economic and financial performance of credit unions. From this study, stands out the importance of these financial institutions for the availability of resources to society, but also as an important local development agent.

Keywords: Credit Union. Economic-Financial Performance. Economic and Social Impact.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição das cooperativas do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo em níveis – referência dezembro de 2017	40
Figura 2 - Estudos empíricos sobre o desempenho em cooperativas de crédito	66
Figura 3 - Evidências empíricas que utilizaram o Sistema de Monitoramento PEARLS para análise de cooperativas de crédito no cenário brasileiro	76
Figura 4 - Cooperados fundadores da Sicoob Credichapada no Banco Central do Brasil em Belo Horizonte.....	79
Figura 5 - Entendimento de caso na visão de Ragin e Becker (1992).....	88
Figura 6 - Mapa de Localização do Município de Chapada Gaúcha/MG.....	112
Figura 7 - Caminhonete utilizada para buscar água no Córrego Onça para abastecer a casa das famílias por até duas semanas	113
Figura 8 - Diversidade Cultural em Chapada Gaúcha.....	116
Figura 9 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Chapada Gaúcha para o ano base de 2016	118
Figura 10 - Evolução anual do IFDM e de suas variáveis de Emprego e Renda, Educação e Saúde do município de Chapada Gaúcha, período entre 2005 e 2016.....	119
Figura 11 - Banco Comunitário Chapadense.....	126
Figura 12 - Moeda Social Veredas – Banco Comunitário Chapadense	128
Figura 13 - Presidente da Credichapada (Marcos Maier) na Inauguração da Sala Mineira do Empreendedor de Chapada Gaúcha.....	135
Figura 14 - Bate-papo sobre Cenário Econômico com Vinícius Scotta.....	136
Figura 15 - 1º Seminário de Agricultura Familiar em Chapada Gaúcha.....	139
Figura 16 - Lançamento do Programa Educampo Capim	140
Figura 17 - Reunião Plano Safra 2019/2020	141
Figura 18 - Reunião com pais de filhos especiais no Plenário da Câmara Municipal de Chapada Gaúcha - Projeto Cooperação sem Limites	144
Figura 19 - Sensibilização de Pais e Amigos em prol da APAE de Chapada Gaúcha - Projeto Cooperação sem Limites.....	144
Figura 20 - Assembleia de constituição da APAE de Chapada Gaúcha – Projeto Cooperação Sem Limites.....	145
Figura 21 - II Cavalgada Beneficente da Sicoob Credichapada – em apoio à APAE de Urucuia	148
Figura 22 - Doação de ônibus para a Associação Estudantil de Chapada Gaúcha – Sicoob Credichapada e Cooperativa Agropecuária Pioneira.....	151
Figura 23 - Cerimônia de Colação de Grau de formandos do Curso Técnico em Cooperativismo.....	153
Figura 24 - Cooperados da Cooperativa Agrícola Mista da Fazenda Larga – Januária-MG.....	155

Figura 25 - Segunda Turma de Multiplicadores em Gestão de Finanças Pessoais em Chapada Gaúcha-MG	156
Figura 26 - Cabine de Votação Escola Municipal Santa Luzia – Comunidade de Ribeirão de Areia.....	158
Figura 27 - Primeira Chapa Eleita Cooperativa Escolar UNICOOP, colaboradores Credichapada e SEBRAE – Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias, Marimbas, Chapada Gaúcha-MG	159
Figura 28 - Representantes da Cooperativa Escolar COOPERMOC, diretor Manoel e Professor Júnior	160
Figura 29 - Mobilização para a Constituição da Cooperativa Escolar JOVCOOP – Distrito São Joaquim, Januária-MG	161
Figura 30 - Reunião para Constituição da Cooperativa Escolar COOPERDÁRIO – Escola Municipal Dário Carneiro, Comunidade de Rio dos Bois, Chapada Gaúcha-MG	162
Figura 31 - Mobilização para a Constituição da Cooperativa Escolar na Escola Municipal Santa Luzia – Retiro Velho, Chapada Gaúcha-MG.....	162
Figura 32 - Sensibilização de Professores da Rede Municipal de Chapada Gaúcha-MG	164
Figura 33 - 2º Fórum das Cooperativas Escolares e 5ª Feira do Jovem Empreendedor de Chapada Gaúcha.....	170
Figura 34 - 5ª Feira do Jovem Empreendedor de Chapada Gaúcha.	171
Figura 35 - Mapa de Resultados – Estrutura dos Impactos Econômicos e Sociais.....	175
Figura 36 - Evolução das Saídas de Recursos da Conta FATES de Ato Cooperado da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2013 a Junho de 2019.....	178
Figura 37 - Evolução das Saídas de Recursos da Conta FATES de Ato Não Cooperado da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2013 a Junho de 2019.....	179
Figura 38 - Razão entre Gastos de Recursos do FATES e PLA da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2017 a Março de 2019	179
Figura 39 - Evolução Mensal dos Indicadores de Proteção (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019	184
Figura 40 - Evolução Mensal dos Indicadores de Proteção (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Janeiro de 2016 a Maio de 2019	185
Figura 41 - Comparativo entre o Indicador P1 do Sistema PEARLS e o Índice de Provisionamento (IPROV) da APN para a Sicoob Credichapada – de Janeiro de 2017 a Maio de 2019.....	186
Figura 42 - Evolução Mensal do Índice de Prejuízo (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)	187
Figura 43 - Evolução Mensal dos Indicadores INAD 15 e INAD 90 (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %).....	188
Figura 44 - Evolução Mensal do Índice de Cobertura (Índice de prov./INAD 90) (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %).....	189

Figura 45 - Evolução Mensal do Indicador de Concentração de Risco (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)	190
Figura 46 - Evolução Mensal dos Indicadores de Efetiva Estrutura Financeira (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019	192
Figura 47 - Evolução Mensal do Indicador E6 de Efetiva Estrutura Financeira (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019	193
Figura 48 - Evolução Mensal do Índice de Alavancagem (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019	194
Figura 49 - Evolução Mensal dos Indicadores de Qualidade dos Ativos (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019	195
Figura 50 - Evolução Mensal do Índice / Grau de Imobilização (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)	196
Figura 51 - Evolução Mensal dos Indicadores de Taxas de Retornos e Custos (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Abril de 2019	198
Figura 52 -Evolução Mensal dos Indicadores de Taxas de Retornos e Custos (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019	199
Figura 53 - Comparativo entre o Indicador R11 do Sistema PEARLS e o Índice Cobertura Administrativa da APN para a Sicoob Credichapada – de Janeiro de 2017 a Maio de 2019	200
Figura 54 - Indicadores de Rentabilidade pela APN da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)	201
Figura 55 - Indicador de Cobertura de Pessoal pela APN da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)	202
Figura 56 - Evolução Mensal dos Indicadores de Liquidez (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Abril de 2019	203
Figura 57 - Evolução Mensal dos Índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019	204
Figura 58 - Evolução Mensal do Índice de Centralização Financeira (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2018 a Agosto de 2019 (em %)	205
Figura 59 - Quadro-Resumo de Indicadores Semelhantes para os Sistemas de Avaliação de Cooperativas de Crédito PEARLS e APN	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais agregados das cooperativas singulares e percentual em relação ao SFN de 2013 a 2017 – em R\$ bilhões	42
Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade do Município de Chapada Gaúcha – MG para os períodos de 1991, 2000 e 2010	121
Tabela 3 - Valores transferidos à conta FATES em decorrência de Atos Cooperados e Não Cooperados – Sicoob Credichapada – 2012 a 2018.....	178
Tabela 4 - Crescimento Semestral dos Indicadores de Sinais de Crescimento da Sicoob Credichapada de 2013 a 2019 (em %).....	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
APAE	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
APN	Análise da Produtividade do Negócio
BACEN	Banco Central do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CIBP	<i>Confédération Internationale des Banques Populaires</i>
CMN	Conselho Monetário Nacional
Confedbrás	Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
COOPERDÁRIO	Cooperativa Escolar da Escola Municipal Dário Carneiro
COOPERMOC	Cooperativa Escolar Moacir Cândido
COSIF	Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional
Cresol	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
DEA	Análise Envoltória de Dados
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
Gesad	Gerência de Sistemas e Apoio à Decisão
Gesic	Gerência de Sistemas Corporativos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICA	<i>International Co-operative Alliance</i>
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
NGL	<i>Net Gain on Loans</i>
NGS	<i>Net Gain on Savings</i>
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Humano
OCEMG	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas

		Gerais
PAD		Plataforma de Apoio à Decisão
PADSA		Projeto de Assentamento Dirigido a Serra das Araras
PFFGFP		Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais
PND		Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMPO		Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
RNAs		Redes Neurais Artificiais
RURALMINAS		Fundação Rural Mineira
Sebrae		Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SESCOOP		Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SFN		Sistema Financeiro Nacional
Sicoob		Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicredi		Sistema de Crédito Cooperativo
Sicoob Cecremg	Central	Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda
Sicoob Central	Planalto	Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda
Sisbr		Sistema de Informática do Sicoob
SNCC		Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
SUMOC		Superintendência da Moeda e do Crédito
UNICOOP		Cooperativa Escolar União
Unicred		Confederação das Cooperativas Centrais Unicred's
WOCCU		<i>World Council of Credit Union</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
1.1	Contextualização.....	21
1.2	Motivações e Problema de Pesquisa.....	27
1.3	Objetivos de Pesquisa.....	29
1.3.1	<i>Objetivo Geral</i>	29
1.3.2	<i>Objetivos Específicos</i>	29
1.4	Justificativa e Contribuições.....	29
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	32
2.1	Cooperativismo de Crédito.....	33
2.1.1	<i>Aspectos normativos do Cooperativismo de Crédito</i>	36
2.1.2	<i>Sistemas Cooperativistas de Crédito Brasileiros</i>	39
2.1.3	<i>Cenário do Cooperativismo de Crédito Brasileiro</i>	41
2.2	Pressupostos para o Desenvolvimento.....	43
2.2.1	<i>Desenvolvimento Local</i>	45
2.3	Desempenho Organizacional.....	50
2.3.1	<i>Desempenho Econômico e Financeiro</i>	51
2.3.2	<i>Desempenho de Cooperativas de Crédito</i>	53
2.3.2.1	<i>Evidências Empíricas do Desempenho em Cooperativas de Crédito</i>	61
3	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	77
3.1	O caso: Sicoob Credichapada.....	78
3.2	Tipologia e classificação da pesquisa.....	85
3.3	Estratégias da pesquisa.....	86
3.4	Técnicas de coleta de evidências e sujeitos da pesquisa.....	93
3.4.1	<i>Protocolo do Estudo de Caso</i>	97
3.5	Procedimentos para análise dos dados.....	102
3.5.1	<i>Desempenho via sistema PEARLS</i>	102
3.5.2	<i>Desempenho via Análise de Produtividade do Negócio - APN</i>	105
3.5.3	<i>Análise de Conteúdo</i>	108
3.6	Possíveis limitações e identificação dos riscos da pesquisa.....	109
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	110
4.1	A Holística da Sicoob Credichapada: história e trajetória.....	111
4.1.1	<i>A História do município de Chapada Gaúcha e seu desenvolvimento</i>	111
4.1.2	<i>Caracterização do Município de Chapada Gaúcha</i>	116

4.2	A Sicoob Credichapada e suas influências no Desenvolvimento Local	129
4.2.1	<i>Impactos Econômicos e Sociais da Sicoob Credichapada no locus de atuação</i> 130	
4.2.2	<i>Impactos do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira</i>	148
4.2.3	<i>Utilização de Recursos pela Sicoob Credichapada e Desenvolvimento Local</i>	175
4.3	Desempenho Econômico-Financeiro da Sicoob Credichapada	182
4.3.1	<i>Análise do Desempenho Econômico-Financeiro: Sistema PEARLS e APN</i>	183
4.4	Desempenho Econômico-Financeiro da Sicoob Credichapada e Desenvolvimento Local	210
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
	REFERÊNCIAS	221
	APÊNDICES	238
	Apêndice A	238
	Apêndice B	240
	Apêndice C	241
	Apêndice D	243
	Apêndice E	245
	Apêndice F	247
	Apêndice G	248
	Apêndice H	250
	Apêndice I	252
	Apêndice J	253
	Apêndice K	254
	ANEXOS	256
	Anexo A	256
	Anexo B	268
	Anexo C	279
	Anexo D	280

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se nesta seção aspectos gerais introdutórios desta pesquisa, como a contextualização – explicações e breve panorama do assunto a ser tratado –, as motivações para a realização da pesquisa e que direcionam à questão central do estudo, os objetivos, e, por fim, as justificativas e contribuições da pesquisa.

Dessa forma, busca-se nesta seção o entendimento da extensão do cooperativismo de crédito e suas potencialidades para desdobramentos econômicos e sociais, voltando este foco para a realidade do objeto deste estudo, a Cooperativa de Crédito, ora denominada, Sicoob Credichapada.

1.1 Contextualização

Diferentes tipos de organizações podem influenciar o desenvolvimento local a partir do exercício de suas atividades. Dentre elas se destacam as cooperativas, que vêm sendo reconhecidas historicamente como dispositivos eficientes de desenvolvimento econômico e de desdobramentos sociais, principalmente a partir da disponibilidade e acessibilidade de crédito oferecido por elas (Abramovay, 2004; Maciel & Kahn, 2009; Jacques & Gonçalves, 2016).

O cooperativismo brasileiro era classificado até 2019 nos segmentos agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer (Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB], 2019a). A partir da assembleia geral ordinária ocorrida em 27 de Março de 2019, os ramos do cooperativismo foram reduzidos e a OCB passou a reconhecer a divisão em sete ramos, com objetivo de efetivar a comunicação entre os órgãos do sistema cooperativo e expandir a abrangência das ações do cooperativismo (OCB, 2019a). Assim, os ramos do cooperativismo brasileiro passaram a ser: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, produção de bens e serviços, saúde e transporte. Apesar dessa alteração na classificação, a OCB (2019a) informa que na prática não haverá mudanças nas cooperativas e elas continuarão sendo tratadas com base em seu objeto social.

Dentre os ramos do cooperativismo no Brasil, o cooperativismo de crédito merece ser evidenciado com relação ao crescimento econômico e social. Esse destaque se justifica em virtude de as cooperativas de crédito se mostrarem como alternativas para suprir a carência ao crédito (importante ferramenta para o crescimento local), além de fornecer serviços financeiros a custos mais baixos que o sistema bancário, em termos de juros e taxas (Jacques & Gonçalves, 2016).

As cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas por correntistas-proprietários e que trabalham em consonância com os objetivos do grupo de associados, sem fins lucrativos, com vistas ao benefício ao cooperado (OCB, 2019b). Os serviços prestados por essas instituições abarcam a captação de depósitos, serviços de cheque, concessão de crédito, serviços de cobrança e custódia, pagamento e recebimento de atividades vinculadas conveniadas a bancos públicos ou privados, dentre outros (Pinheiro, 2008). A partir da prestação desses serviços, destaca-se ainda mais a importância dessas organizações para o desenvolvimento das economias e países.

Segundo dados do relatório estatístico do *World Council of Credit Union – WOCCU* (2017), o cooperativismo de crédito contava com mais de 89 mil unidades, em 117 países, alcançando mais de 260 milhões de cooperados ao redor do mundo, no final do ano de 2016. De acordo com dados do BACEN (2019a), em 2016, o Brasil possuía 1.017 cooperativas de crédito singulares¹, e teria encerrado 2018 com 927 unidades. No entanto, segundo dados do relatório do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – SNCC (2017), o número de associados às cooperativas de crédito tem crescido nos últimos anos, e de 2007 a 2017, este número teve um aumento de 198,59%.

Esses dados sugerem a potencialidade de crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil, uma vez que, apesar do aumento já obtido, essas cooperativas representam um pequeno percentual do Sistema Financeiro Nacional – SFN, quando comparado com outros países. No Canadá 33% da população é cooperada, nos Estados Unidos cerca de 30%, e na Alemanha cerca de 22%, enquanto no Brasil apenas em torno de 4% da população era cooperada no ano de 2017 (SNCC, 2017). Apesar disso, há mais de uma década Soares e Melo Sobrinho (2008) já ressaltavam a preocupação do Banco Central em estimular o crescimento do sistema cooperativo, pois, segundo os autores, isso geraria uma competitividade saudável no Sistema Financeiro Nacional, podendo promover uma diminuição do *spread* bancário, auxiliando no desenvolvimento econômico.

Essa importância do crédito para o desenvolvimento econômico vem sendo discutida na literatura ao longo dos anos. De maneira teórica, Schumpeter (1911) ressaltou essa associação, se tornando um clássico internacional devido à sua força argumentativa (Schumpeter, 2017). Alguns anos depois, Keynes (1936) também sugeriria essa importância para a manutenção do capitalismo, por meio do pleno emprego e do trabalho. A partir da

¹ Cooperativa singular: organização para pessoas, presta serviço diretamente aos associados, formada por no mínimo 20 cooperados, em geral. Cooperativa central ou federação: organização para cooperativas, agrega serviços das filiadas e constitui-se por no mínimo três cooperativas singulares. (OCB, 2019b).

década de 1950, estudos começaram a demonstrar as implicações do crédito, ou das finanças, para o crescimento econômico. Gurley e Shaw (1955), Goldsmith (1969), McKinnon (1973), King e Levine (1993) e Studart (1993) ressaltaram que a existência de um sistema de crédito viabilizaria a acumulação de riqueza e geraria efeitos sobre a atividade econômica. Nesse sentido, Schuntzemberger, Jacques, Gonçalves e Sampaio (2015) destacam que a importância do sistema financeiro extrapola essa capacidade de captação de recursos e impacta também o crescimento tecnológico e a produtividade.

Dessa forma, os serviços prestados pelas entidades do sistema financeiro de um país influenciam os recursos disponíveis no mercado, gerando efeitos no crescimento econômico (Ongore & Kusa, 2013). Assim, o crédito fornecido em tempo ágil e compatível com a demanda dos tomadores geraria oportunidades de crescimento e renda, trazendo desenvolvimento econômico e social (Schuntzemberger *et al.*, 2015).

Por conseguinte, as cooperativas de crédito desempenham função importante para o desenvolvimento econômico, pois, muitas vezes, buscam a inserção financeira e social de uma parcela da população com faixa de renda mais baixa, na qual não há presença de sistema bancário, o que aumentaria a concorrência no sistema de crédito e também ampliaria a parcela da população atendida por agências financeiras (Banco Central do Brasil [BACEN], 2018a). De maneira complementar, Chaves (2011) ressalta que o cooperativismo de crédito auxiliaria na ruptura da paralisação econômica de certas regiões do Brasil, proporcionando assim a inclusão financeira desta classe populacional e aumentando a eficiência do sistema financeiro.

Nesse sentido, ressalta-se ainda que, além dos benefícios gerados pelo processo de intermediação financeira, as cooperativas de crédito são entidades sem fins lucrativos, visando, portanto, abarcar os objetivos sociais e econômicos dos associados, de forma a desenvolver a localidade (Taylor, 1971). Meinen e Port (2014) ressaltam que o movimento de proporcionar o acesso ao crédito possibilita melhorias da qualidade de vida na população em que a cooperativa atua, por meio do desenvolvimento local.

O desenvolvimento local se distanciou das primeiras ideias de desenvolvimento e tem se transformado continuamente ao longo dos anos. Fiúza (2005) destaca que a evolução do conceito de desenvolvimento local traz o papel do Estado a uma revisão, fazendo com que o interesse para o desenvolvimento seja invertido, se tornando enfático à base ou local. Ainda segundo a autora, esse movimento de inversão se dá pela passagem de um Estado de bem-estar social para um Estado mínimo, no qual emerge a necessidade de propostas para desenvolvimento voltadas para o local (Fiúza, 2005).

Nesse sentido, Silva Neto, Lima e Basso (2003) ressaltam que só é possível uma região se desenvolver localmente se a sociedade reagir às iniciativas que visem este desenvolvimento. Assim, Freitas, Amodeo e Silva (2012) ressaltam que o processo de desenvolvimento local representa, além de uma transformação econômica, uma transformação em termos sociais e, portanto, locais, que resultam de união entre diferentes “energias da sociedade”, como a comunidade local, sindicatos e cooperativas de crédito.

Para esta pesquisa entende-se que o desenvolvimento local surge da coletividade e promove tanto a transformação econômica quanto a social na comunidade, gerando melhoria na qualidade de vida das pessoas. Assim, o cooperativismo se apresenta como um potencial instrumento para a promoção do desenvolvimento local.

Dessa forma, destaca-se a importância da análise do cooperativismo como movimento de mudanças sociais e progresso da localidade, entretanto, para efetivar essa afirmação, faz-se necessário ressaltar que o cooperativismo se comporta como organização econômica e também como organização e instrumento para impactos e desenvolvimentos sociais.

Considerando a importância tanto dos bancos quanto das cooperativas de crédito para o desenvolvimento econômico e local, ambos têm sido foco da análise de desempenho tanto pela academia quanto por gestores e pelo setor público. Segundo Hallunovi e Kume (2016) a manutenção da estabilidade econômica de um país está pautada em um sistema financeiro eficiente, do ponto de vista da lucratividade e consequente desempenho.

Gitman (2010) resalta que a avaliação de desempenho é importante ao passo que é de interesse direto dos usuários das informações de um negócio, como os acionistas, gestores e credores. Portanto, essa avaliação passa a ser relevante para a gestão das organizações no mercado competitivo em que elas estão inseridas (Nascimento, Bortoluzzi, Dutra & Ensslin, 2011). Nesse sentido, a análise do desempenho de instituições financeiras, como os bancos e as cooperativas de crédito, seria primordial para a gestão de suas atividades, além de ser favorecida a partir da utilização de variáveis contábeis (Trindade, Ferreira Filho & Bialoskorski Neto, 2010).

Assim, o desempenho dos bancos depende de fatores internos e externos. Os fatores externos são relacionados a fatores macroeconômicos e os internos a peculiaridades particulares da instituição (Messai, Gallali & Jouini, 2015). Na literatura, nos últimos anos, diversos estudos foram realizados sobre rentabilidade e desempenho em instituições financeiras ao redor do mundo (Ani, Ugwunta, Ezeudu & Ugwuanyi, 2012; Alrafadi, Kamaruddin & Yusuf, 2014; Ejoh & Iwara, 2014; Shyu, Jia-Chi & Chen-Kuang, 2014; Hallunovi & Kume, 2016; Opoku, 2016; Boadi, Dana, Mertens & Mensah, 2017; Öhman &

Yazdanfar, 2018) e também no contexto brasileiro (Araújo & Silva, 2011; Bressan, Braga, Bressan & Resende Filho, 2011a, 2011b; Gollo & Silva, 2015; Cordeiro, Bressan & Francisco, 2017; Cordeiro, Bressan, Lamounier & Barros, 2018).

Apesar de haver estudos sobre o desempenho tanto em bancos quanto em cooperativas de crédito, Vilela, Nagano e Merlo (2007) destacam que a análise do desempenho de cooperativas de crédito seja feita de forma particular, uma vez que essas organizações não possuem finalidade lucrativa, devendo, assim, serem analisados aspectos sociais e econômicos para a avaliação do seu desempenho.

Dado o contexto, o Conselho Mundial do Cooperativismo de Poupança e Crédito (*World Council of Credit Unions – WOCCU*), agência internacional para propagação do cooperativismo de crédito, construiu um sistema denominado PEARLS no final da década de 1980 a fim de possibilitar uma melhor análise das cooperativas de crédito. A palavra PEARLS representa um acrônimo para *Protection* (proteção), *Effective financial structure* (efetiva estrutura financeira), *Assets quality* (qualidade dos ativos), *Rates of return and costs* (taxas de retorno e custos), *Liquidity* (liquidez), e *Signs of growth* (sinais de crescimento). Esse sistema é composto por um conjunto de indicadores contábeis e financeiros dos principais aspectos operacionais das cooperativas de crédito singulares. Bressan, Braga, Bressan e Resende Filho (2010) propuseram uma adaptação desse sistema para a realidade brasileira, incluindo os cálculos dos indicadores por meio dos dados relacionados às contas do Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Também na tentativa de melhor avaliação do desempenho das cooperativas de crédito, a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação – criou a chamada Plataforma de Apoio à Decisão (PAD), que foi desenvolvida pela Gerência de Sistemas Corporativos (Gestic) e pela Gerência de Sistemas e Apoio à Decisão (Gesad) da instituição. A plataforma foi criada a fim de dar suporte que subsidie o processo decisório em instituições filiadas à Sicoob Confederação, auxiliando em análises relativas ao retorno e risco das operações e fornecendo informações gerenciais (Sicoob, 2011). Na PAD existe uma série de indicadores que compõem a análise do desempenho com indicadores financeiros e legais, que é a chamada Análise da Produtividade do Negócio (APN) (Sicoob, 2018). Essa série de indicadores foi ampliada na versão de 2018, saltando de 20 para 66 indicadores, os quais são distribuídos entre: indicadores legais, liquidez, estrutura de capital, rentabilidade, indicadores de crédito, cheques devolvidos, produtividade, dados quantitativos, análise comparativa e taxas Sicoob (Sicoob, 2018).

As cooperativas de crédito, devido às suas questões de princípios e particularidades de funcionamento e gestão, deveriam ser avaliadas, buscarem o desenvolvimento social e ainda se manterem competitivas de maneira a manter sua continuidade no mercado (Duarte, Moreira, Ferraresi & Gerhard, 2016). Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2006) sugerem, assim, que os índices de análise tradicional de demonstrações contábeis, para o cenário cooperativista, deveriam ser avaliados conjuntamente com informações sociais. Dentre outros motivos dessa análise de informações sociais está o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, um fundo cooperativista estabelecido pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual direciona que as cooperativas são obrigadas a constituir o FATES com no mínimo 5% das sobras líquidas apuradas no exercício. Apesar disso, não há um direcionamento único na literatura sobre qual a melhor maneira de se mensurar o desempenho de cooperativas em termos sociais.

Navajas, Schreiner, Meyer, Gonzalez-Veja & Rodriguez-Meza (2000) ressaltam a mensuração a partir da potencialidade de alcance da entidade, mensurando os seguintes aspectos para avaliar o alcance: amplitude, profundidade, comprimento, escopo, custo e valor de divulgação para clientes e comunidade. Já Rosenberg (2009) e Quayes (2012) destacam a utilização de outra abordagem, além da amplitude de alcance: a profundidade desse alcance. Kar (2010) defende que ainda deveria ser adotada outra abordagem, além da amplitude e da profundidade, que seriam os custos referentes aos valores efetivamente envolvidos no processo de alcance das pessoas.

Ainda com relação à mensuração do desempenho social, Retolaza, San-Jose e Ruíz-Roqueñi (2016) e San-Jose e Retolaza (2016) propõem um modelo de mensuração do valor social das entidades a partir do valor gerado aos *stakeholders*². Neste cenário, os autores propõem a identificação dos principais grupos de interesse da organização, para, assim, prosseguir a uma avaliação de geração de valor para cada um deles, sendo possível, dessa forma, identificar variáveis de valor social.

Outra possibilidade para se mensurar o desempenho social seria por meio da eficiência. Ureña e Úbeda (2008), Ureña (2012), e Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2017), abordam a eficiência social das cooperativas de crédito, analisando tanto o viés econômico-financeiro quanto o organizacional e social.

² Possíveis pessoas ou grupos de interesse nas informações de uma organização, ou seja, diz respeito às partes interessadas no gerenciamento e informações de uma entidade.

1.2 Motivações e Problema de Pesquisa

Com vistas ao desenvolvimento local e ao atendimento da população de baixa renda, foi sancionada a Lei n. 10.735, de 11 de Setembro de 2003, com o objetivo de prover crédito às pessoas de baixa renda e a microempreendedores, na qual estavam inseridos os incentivos a abertura e expansão de cooperativas. Pouco tempo depois, entrou em vigor a Lei n. 11.110, de 25 de Abril de 2005, retirando o aspecto cooperativista da Lei 10.735/2003 e instituindo o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Já em 2018, foi sancionada a Lei n. 13.636, de 20 de Março de 2018, a qual revoga dispositivos da Lei 11.110 de 2005 e institui novamente o PNMPO com o objetivo de apoiar e incentivar atividades produtivas por meio da disponibilização de microcrédito. Em 28 de março de 2019, o Conselho Monetário Nacional – CMN deliberou a Resolução nº 4.713/2019 que dispõe sobre operações de microcrédito e microcrédito produtivo orientado e sobre direcionamentos dos recursos para essas operações. Nesse sentido, tanto as cooperativas centrais de crédito quanto as cooperativas singulares de crédito ficaram autorizadas a operar e participar do PNMPO e auxiliar na expansão do sistema financeiro e no desenvolvimento local.

Segundo relatório anual do SNCC (2017), a participação da população no cooperativismo de crédito tem aumentado gradativamente. Segundo os dados, em 2007, os associados a uma cooperativa de crédito representavam 1,69% da população, passando para 4,6% em 2017. Com essa expansão, as regiões do Brasil com maior representatividade com unidades de atendimento foram, em 2017, a região Sul (45% das unidades) e a região Sudeste (com 36%) (SNCC, 2017). Na região Sudeste, o estado de Minas Gerais se destacou em 2017 no percentual de depósitos no Sistema Financeiro Nacional (6,91%), ficando em segundo lugar na região e liderando em número de unidades de atendimento (984).

Segundo o anuário de informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro (Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais [OCEMG], 2018a) as cooperativas de crédito têm promovido a inclusão financeira e o desenvolvimento local, sendo, em 2017, o estado de Minas Gerais responsável por 1,2 milhão de cooperados e gerando mais de 9,9 mil empregos, além de geração de movimentação econômica de R\$18 bilhões ao longo do ano, o que representa um crescimento de 6,6% na movimentação, se comparada a 2016. As cooperativas de crédito estavam presentes, em 2017, em 485 municípios do estado de Minas Gerais, contando com mais de 750 postos de atendimento em todo o Estado (OCEMG, 2018). Do total de 187 cooperativas de crédito presentes no Estado, 147 delas pertencem ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, o qual é o maior sistema financeiro

cooperativo do Brasil (OCEMG, 2018a). Além disso, o Sicoob abriu 211 novas agências em 2018 e prevê inauguração de cerca de 300 novos pontos de atendimento no ano de 2019, com vistas a uma maior expansão do sistema e atendimento a mais municípios brasileiros (Mundocoop, 2019).

Dentre as cooperativas de crédito filiadas ao SICOOB, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucuia e São Francisco Ltda., doravante denominada “a [cooperativa] Sicoob Credichapada” ou simplesmente “a [cooperativa] Credichapada”, tem despertado olhares pelo seu desenvolvimento e possíveis impactos na localidade onde atua. A Sicoob Credichapada é sediada na cidade de Chapada Gaúcha – MG, a qual se situa à beira do Grande Sertão Veredas, no norte do estado de Minas Gerais. Sua área de atuação está limitada aos municípios mineiros de Chapada Gaúcha, Urucuia, Pintópolis, São Francisco, Bonito de Minas, Cônego Marinho e Januária.

A Sicoob Credichapada foi inaugurada em 6 de setembro de 2011 e em tão pouco tempo já se destacou como vencedora do Prêmio Concred Verde, na categoria de Harmonia Social, em 2016 e 2018, o qual é promovido pela Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebrás). A cooperativa ganhou o prêmio com o Programa Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, criado em 2016 e já premiado no mesmo ano. O projeto já atendeu mais de 6 mil alunos em 12 escolas diferentes das cidades de Chapada Gaúcha, Urucuia, Pintópolis e São Francisco. O Prêmio Concred Verde acontece no Congresso Brasileiro de Cooperativismo de Crédito, o maior evento de cooperativismo de crédito no Brasil, e busca reconhecer as melhores práticas de responsabilidade socioambiental das cooperativas de crédito do país (OCEMG, 2018b).

Segundo a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebrás, 2018), o prêmio na categoria Harmonia Social visa reconhecer projetos que pratiquem o interesse da cooperativa para o bem-estar da comunidade local, podendo contemplar ações que se traduzam em melhoria da qualidade de vida da comunidade. Sendo assim, ter sido premiada duas vezes em tão pouco tempo de criação, sinaliza seu potencial impacto para o desenvolvimento local, tanto em termos sociais quanto econômicos.

Tendo em vista a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento econômico e social da localidade onde atuam e considerando o destaque que a Sicoob Credichapada vem recebendo, torna-se expressivo avaliar seu desempenho e os impactos econômico e social de sua atividade. Assim, esta pesquisa tem o propósito de responder à seguinte questão: **Como se caracteriza o desempenho financeiro da Sicoob Credichapada e suas influências para o desenvolvimento local?**

1.3 Objetivos de Pesquisa

1.3.1 Objetivo Geral

Caracterizar o desempenho econômico-financeiro e identificar os impactos sociais e econômicos da Sicoob Credichapada em sua área de atuação.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar como a utilização dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) da Sicoob Credichapada influencia no desenvolvimento local;
- Descrever as ações da Credichapada que estimulam o desenvolvimento local a partir da geração de impactos econômicos e sociais;
- Avaliar o desempenho financeiro da Sicoob Credichapada de acordo com a metodologia PEARLS, proposta pelo *World Council of Credit Unions – WOCCU* e também a partir dos indicadores propostos pelo Sicoob na Análise de Produtividade do Negócio – APN.

1.4 Justificativa e Contribuições

O crédito é uma ferramenta utilizada com o objetivo de propiciar o desenvolvimento local e crescimento econômico. Dentre as organizações de intermediação financeira que podem fomentar esse desenvolvimento destacam-se as cooperativas de crédito.

Ferreira, Gonçalves e Braga (2009) já mencionavam que cooperativas de crédito com melhores desempenhos exercem com maior êxito suas funções socioeconômicas, uma vez que uma maior eficiência geraria mais oportunidades para circulação de recursos, o que levaria ao desenvolvimento local. Nesse sentido, alguns autores ressaltam que o desempenho dessas organizações seja mensurado tanto pela vertente econômico-financeira quanto pela socioeconômica (Lerman & Parliament, 1991; James & Sykuta, 2005; Soboh, Lansink, Giesen & Dijk, 2009; Valentinov & Ilio-poulos, 2013; Moreira, Lauermann, Moreira, Souza & Piccoli, 2018). Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2006) reforçam a importância e necessidade da discussão da eficiência de cooperativas sob a vertente de suas características sociais.

Além da própria natureza do crédito, as cooperativas ainda possuem os chamados 7 princípios universais do cooperativismo, que se mostram como linhas orientadoras para o exercício das cooperativas enquanto sociedade de pessoas e destacam ainda o interesse pela comunidade. Esses princípios foram baseados no estatuto da primeira cooperativa de consumo criada no mundo, em 1844, e definidos pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI em 1955, permanecendo em vigência até os dias atuais. Os princípios são divididos em: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; e 7) interesse pela comunidade (Meinen & Port, 2014).

O presidente do Banco Central que assumiu em fevereiro de 2019, Roberto Campos Neto, citou estímulos ao cooperativismo como uma das principais formas do processo de inclusão financeira. Segundo o mesmo, “as cooperativas de crédito, por trazerem os cooperados para o centro das decisões, criam um ambiente para a troca de experiências, que promovem a consolidação do espírito empreendedor e de importantes conceitos financeiros” (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2019).

Surge, nesse cenário de cooperação, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucuia e São Francisco Ltda., a Sicoob Credichapada, criada em 2011 e que, desde então, tem despertado atenção de órgãos cooperativas e reguladores, como o Banco Central do Brasil e a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito.

Gomes (2015) ressalta que a cooperação seria mesmo uma grande saída para o país, e cita o caso da Sicoob Credichapada como exemplo, destacando o crescimento acelerado da cooperativa desde os primeiros anos de sua existência. A cooperativa passou de um patrimônio líquido de R\$368 mil em outubro de 2011, para R\$5 milhões em 2015, e apresentava à época uma taxa de inadimplência de 0,75%, considerada abaixo da média nacional (Gomes, 2015). Segundo dados da Sicoob Credichapada (2019a) esses valores patrimoniais continuaram a crescer e no ano de 2018 o patrimônio líquido ultrapassava a casa dos R\$8 milhões.

Além do crescimento patrimonial da cooperativa, ela vem desenvolvendo atividades de cunho econômico-social na localidade em que atua, principalmente em aspectos voltados à educação cooperativista, financeira e empreendedora nas escolas da região. A cooperativa é reconhecida pelo seu histórico de preocupação e contribuições com a comunidade e a aposta nas futuras gerações. Desde 2013 a cooperativa vem desenvolvendo o Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, que se propõe a transmitir os valores do cooperativismo para mais de sete mil alunos de escolas municipais e estaduais de Chapada

Gaúcha e região, resultado possível graças a parcerias com o Sistema Ocemg, o Banco Central do Brasil e o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – Sebrae (OCEMG, 2017).

Em 2016 foi sancionada, em Chapada Gaúcha, a Lei Municipal 724/2016 que instituiu a criação da disciplina de Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira na rede municipal de ensino, a partir da qual se concretiza a iniciativa de buscar mudanças de comportamentos nos alunos por meio da interdisciplinaridade dos projetos. O conhecimento adquirido na disciplina, que já passou a ser incorporada pela escola estadual presente no município, é aplicado de maneira prática por meio das chamadas Cooperativas Escolares, nas quais os alunos produzem e comercializam produtos e gerem a administração/gestão dessas entidades (OCEMG, 2017).

Ainda segundo o Sistema Ocemg (2017) o projeto já contava com mais de sete mil alunos atendidos no ano de 2017 e com atendimento a mais de 30 escolas municipais e estaduais tanto no município de Chapada Gaúcha, como também de Urucuia, Pintópolis, São Francisco e Januária, e ainda havia previsões de crescimento.

Esta experiência tem sido reconhecida como prática exemplar do cooperativismo em termos de responsabilidade social e ambiental. Em 2016 a cooperativa foi premiada durante o Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito – Concred, maior evento do cooperativismo financeiro brasileiro, conquistando o primeiro lugar na categoria “Harmonia Social” (OCEMG, 2017). Essa premiação e destaque se repetiram em 2018, com o segundo lugar no prêmio, na mesma categoria (OCEMG, 2018b).

As iniciativas foram também reconhecidas pela Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, a qual reconheceu a prática inspiradora do projeto realizado nas escolas e destaca que a iniciativa motivou diversas escolas a inserirem o cooperativismo no conteúdo curricular interdisciplinar no programa Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho (DIM), promovido pela secretaria (Secretaria de Educação, 2017).

Dada a relevância e reconhecimento da Sicoob Credichapada no cenário estadual e nacional, têm-se o interesse em construir um estudo de caso único holístico, o qual compreende o estudo do caso da Sicoob Credichapada dentro do seu contexto de atuação. De acordo com Yin (2005) um estudo de caso único se justifica sob certas condições, como por exemplo: fazer um teste de uma teoria existente, analisar um fenômeno raro ou exclusivo, estudar um caso típico ou que seja representativo, analisar um fato revelador ou que seja desconhecido ou inacessível à comunidade científica, dentre outros. Como já ressaltado, o

caso da Credichapada tem se mostrado dentro dessas justificativas, uma vez que se mostra como um caso raro, revelador e representativo a ser estudado.

Assim, dentro dos aspectos discutidos, busca-se entender quais as condições de atuação da Sicoob Credichapada que podem gerar seu desenvolvimento financeiro aliado à práticas de desenvolvimento social e econômico. Para tanto, propõe-se construir uma avaliação dos impactos econômicos e sociais da Sicoob Credichapada na comunidade onde atua, bem como avaliar o desempenho da cooperativa a partir do sistema PEARLS de monitoramento de desempenho recomendado pelo *World Council of Credit Unions – WOCCU* e por indicadores da Análise de Produtividade do Negócio (APN), indicada pelo Sicoob.

Ressalta-se que não foram encontrados na literatura estudos que discutissem esta abordagem especificamente para a Sicoob Credichapada, e por esse motivo o presente estudo irá contribuir para compreender a realidade desta instituição, traçando suas características em termos de desempenho medido pelo sistema de monitoramento internacional PEARLS e pela Análise de Produtividade do Negócio e também os impactos sociais e econômicos desta cooperativa, que com pouco tempo de existência tem despertado atenção e se mostrado como um potencial para o desenvolvimento local.

Compreender o diferencial e trazer a experiência desta instituição é fator relevante para fomentar o estado da arte dentro da discussão sobre o cooperativismo de crédito brasileiro. Este estudo também tem a capacidade de contribuir com os gestores, para que tenham a estruturação de indicadores sociais, financeiros e econômicos que possam ser acompanhados, objetivando, cada vez mais, aumentar o impacto do cooperativismo no desenvolvimento local e regional. Destaca-se também que as particularidades deste caso possuem potencial para generalizações analíticas e podem servir também de incentivo para outras comunidades que pretendem buscar seu desenvolvimento tendo o cooperativismo financeiro como ferramenta propulsora. Além disso, o estudo tem potencial para desdobramentos sociais, uma vez que se propõe a tratar do desenvolvimento local, o qual influencia na qualidade de vida da população, além de sinalizar para possíveis novos investimentos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção serão apresentados os principais conceitos que norteiam as discussões sobre o cooperativismo – com foco no cooperativismo de crédito, aspectos normativos e um

cenário atual –, sobre o desenvolvimento – trazendo discussões sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento local – e, por fim, aspectos referentes ao desempenho – desempenho financeiro e desempenho social, também com direcionamento ao cooperativismo de crédito.

Os aspectos teóricos, conceituais e estudos anteriores aqui trabalhados estão em conformidade com os objetivos propostos pela pesquisa. O tratamento e a exploração dessas abordagens possuem capacidade de auxiliar no aprofundamento e na geração de novos conhecimentos. Retoma-se, assim como na seção anterior a enfática relacionada ao desenvolvimento local e o cooperativismo de crédito, por meio da visão do desempenho cooperativo com vistas além da abordagem financeira, mas também com desenvolvimento de aspectos sociais e de relacionamento com o cooperado.

2.1 Cooperativismo de Crédito

As cooperativas de crédito são instituições financeiras que se constituem sob a associação autônoma de pessoas, formando uma sociedade cooperativa, a qual tem por objetivo satisfazer necessidades – econômicas, culturais e sociais – do grupo que a institui, com foco na prestação de serviços financeiros, e abrange serviços como a concessão de crédito, emissão de cheques, captação de depósitos, serviços de cobrança, de recebimentos, pagamentos, dentre outros (Pinheiro, 2008; Wheelock & Wilson, 2013; International Co-operative Alliance [ICA], 2019).

O cooperativismo surgiu no século XIX, no ano de 1844, na Inglaterra, a partir da criação de uma cooperativa de consumo, chamada de Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale, e teria surgido como uma forma alternativa dos problemas decorrentes da Revolução Industrial, como o desemprego e a crise econômica da época, com a função de aumentar montante financeiro para efetuar compras coletivas, por meio da junção do capital de trabalhadores (Pinho, 1982). Já no Brasil, desde a época da colonização pelos portugueses era possível observar aspectos de cooperação, todavia o movimento só teve início oficialmente em 1889, com a fundação de uma cooperativa de consumo agrícola denominada Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (OCB, 2019c).

Já o cooperativismo de crédito teria se concretizado com a criação da primeira cooperativa de crédito em 1864, por Friedrich Raiffeisen, na Alemanha, intitulada de “*Heddesdorfer Darlehnskassenverein*”, que quer dizer Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf. Pinheiro (2008) destaca que as primeiras cooperativas, criadas por Raiffeisen

eram destinadas ao crédito rural, e que a primeira cooperativa de crédito urbana teria sido fundada em 1856 em Delitzsch, na Alemanha, por Herman Schulze. No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi fundada em 1902, pelo padre Theodor Amstad, tendo sido denominada inicialmente por Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, e é atualmente intitulada de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira, a qual fica localizada na cidade de Nova Petrópolis, no estado do Rio Grande do Sul, e continua em atividade atualmente (OCB, 2019c).

Meinen e Port (2014) defendem que o cooperativismo seria a única abordagem socioeconômica que continua sendo desenvolvida sob os mesmos prismas filosóficos e doutrinários desde o seu surgimento, na década de 1840, até a atualidade. Isso acontece porque os direcionadores desse movimento são representados por princípios e valores que seriam de adoção universal, os quais, segundo Meinen e Port (2014), poderiam ser sintetizados em nove valores cooperativistas, que seriam: solidariedade, liberdade, democracia, equidade, igualdade, responsabilidade, honestidade, transparência e responsabilidade socioambiental.

Assim, nota-se que a função objetivo das firmas se comporta de maneira diferente das cooperativas. Isso acontece porque nas firmas há o entendimento de que a função objetivo seja a mesma para todos os acionistas/proprietários, que seria de maximização do valor da firma ou dos lucros, por exemplo. Já nas entidades cooperativas, Smith (1986) ressalta que não há um consenso entre os associados de qual seria a função objetivo das cooperativas e que também não há unanimidade entre esses associados. Uma das causas desse problema reside no fato de os próprios associados possuírem objetivos diferentes com a cooperativa, podendo alguns membros utilizar a cooperativa para tomar empréstimos e outros para poupar recursos, o que poderia gerar o conflito entre eles (Taylor, 1971; Smith, 1986). Neste caso, o usuário que toma empréstimos almejaria menores taxas de juros para captação do recurso, enquanto que o poupador estaria preocupado com uma maior remuneração do seu capital depositado. Smith, Cargill e Meyer (1981) destacam a partir disso a impossibilidade da cooperativa em atuar simultaneamente para atender aos dois objetivos – de maximizar a remuneração do capital e minimizar a taxa de juros para os poupadores –, o que por sua vez impossibilitaria uma função objetivo que atendesse às duas condições.

Os associados às cooperativas de crédito são considerados tanto como provedores de financiamentos quanto consumidores dos créditos cooperativos e da renda excedente dessas entidades, e, dessa forma, as cooperativas de crédito não podem ser consideradas como tendo

o objetivo de maximização de riqueza do acionista, como acontece na teoria neoclássica da firma (Davis, 1997; Power, O'Connor, McCarthy & Ward, 2014).

Haja visto que as cooperativas irão de alguma forma buscar benefícios e vantagens aos cooperados, pode ser que ocorra uma aproximação de uma cooperativa à uma firma, de modo a fazer com que suas funções objetivo sejam baseadas na mesma diretriz: a maximização do valor do acionista/proprietário. Entretanto, o modelo teórico que é aplicado a outros agentes financeiros não condiz com a realidade das cooperativas, uma vez que as cooperativas não buscam o aumento de taxas de juros de empréstimos e a redução das taxas de captação, mas sim um equilíbrio que faça com que o conflito entre os diferentes usuários da cooperativa sejam atendidos ao máximo possível.

Smith, Cargill e Meyer (1981) sugerem que a administração ou gestão da cooperativa poderia adotar algumas alternativas com relação a esse processo de intermediação, sendo: maximizar as sobras; privilegiar os cooperados tomadores de empréstimos; privilegiar os cooperados poupadores; ou não adotar decisão específica e simplesmente se dispor a fazer uma distribuição de maneira a atender e beneficiar todos os cooperados.

A partir disso, considerando que a maximização do lucro não é aplicável a entidades cooperativas, Smith, Cargill e Meyer (1981) propõem um modelo teórico de função objetivo que atenda a tomadores e poupadores de recursos. A primeira observação sobre o modelo diz respeito ao volume transacionado entre o associado e a cooperativa, pois a partir disso seria possível quantificar as relações de empréstimo e depósito. Assim, Smith, Cargill e Meyer (1981) definem que o montante que o cooperado ganharia quando tomasse recurso emprestado, ganho sobre empréstimos ou *Net Gain on Loans* – NGL, seria uma função dada pelo produto entre nível de atividade de empréstimos com a diferença entre a taxa de empréstimo da cooperativa e a melhor taxa de empréstimo alternativa no mercado. De maneira similar, os ganhos do cooperado pelos recursos aplicados na poupança, ganho líquido sobre a poupança ou *Net Gain on Savings* – NGS, seriam função do produto entre o nível da poupança e a diferença entre a taxa de poupança aplicada pela cooperativa e a melhor alternativa de taxa encontrada no mercado³.

Nesse sentido, o conflito entre poupador e tomador poderia ser interpretado a partir da ponderação da contribuição para a função objetivo dos valores dos parâmetros λ e σ , representando NGL e NGS, respectivamente (Smith, Cargill & Meyer, 1981). Essa abordagem, possibilita que sejam interpretadas funções objetivo de maneira mais clara, uma

³ Smith, Carfill e Meyer (1981) ressaltam que não são considerados os fatos de que nem todos os membros possuem as mesmas alternativas, principalmente os que buscam por empréstimos.

vez que λ e σ assumem valores entre zero e um, além de possibilitar análises neutras, nas quais λ assumo o mesmo valor de σ . Por fim, a especificação da função objetivo é discutida, sendo apresentadas suas restrições e enfim sintetizada por (Smith, Carfill & Meyer, 1981, p. 520):

$$\text{Maximize: } \lambda \text{ NGL} + \sigma \text{ NGS} + \pi \quad (1)$$

r_L, r_S

Em que:

r_L : taxa de juros de empréstimos;

r_S : taxa de remuneração da poupança;

π : o excedente operacional disponível para distribuição aos cooperados, caso haja⁴;

NGL: *Net Gain on Loans*; e

NGS: *Net Gain on Savings*.

Dessa forma, viu-se que há a preocupação em substituir a abordagem de maximização do lucro como sendo denominado sobra, a fim de que sejam atingidos os objetivos da cooperativa de trazer benefício aos cooperados e reduzir o conflito entre os diferentes propósitos de cada associado.

Taylor (1971) destaca que o crescimento de uma cooperativa de crédito pode ainda intensificar esse conflito entre os interesses dos membros, fazendo com que o pensamento cooperativista da atividade precise ser revisto a fim de manter a subsidiariedade da organização, ou seja, sua desvinculação ao lucro destinado para a própria entidade, mas sim voltando ao pensamento de que os objetivos devem ser direcionados aos associados.

Nesse sentido, reforça-se que as cooperativas surgem como organizações econômicas e sociais, não objetivando o lucro e pautando-se nas pessoas, de modo a priorizar o desenvolvimento social. Já o cooperativismo de crédito, por sua vez, ainda tem potencial para estimular a distribuição de renda, ao passo que proporciona serviços financeiros mais baratos e também distribui a participação nas sobras aos cooperados, que são os sócios da entidade.

2.1.1 Aspectos normativos do Cooperativismo de Crédito

Os aspectos normativos sobre as cooperativas começaram a ser tratados já em 1903, com o Decreto do Poder Legislativo nº 979, de 6 de janeiro de 1903, o qual permitia, em seu art. 10, aos sindicatos a organização como caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativas

⁴ Caso se opte por definir as variáveis de modo que NGL e NGS fossem calculados com as taxas efetivas (incluindo a distribuição de excedente), então π não apareceria na Equação (1) (Smith, Carfill & Meyer, 1981).

de produção e consumo, de sociedade de seguros, de assistência, dentre outros, mas sem detalhar o assunto.

Já em 1907, com o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637/1907, ficava permitido, pelo art. 25, que as cooperativas recebessem dinheiro a juros, aberto tanto a sócios quanto a pessoas externas à entidade. Em 1932, por sua vez, o então Decreto do Poder Legislativo nº 22.239 de 18 de dezembro de 1932 (revogado), já definia as cooperativas de crédito como sociedades que “têm por objetivo principal proporcionar a seus associados crédito e moeda, por meio da mutualidade e da economia, (...) auxiliando de modo particular o pequeno trabalhador em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste” (Brasil, 1932, art. 30).

Com o decorrer dos anos as cooperativas de crédito foram sendo fiscalizadas e alternativamente atribuídas a Ministérios, à Superintendência da Moeda e do Crédito, à Caixa de Crédito Cooperativo, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo e ao Conselho Nacional de Cooperativismo.

Surge em 1964 um marco para o Sistema Financeiro Nacional – SFN, a Lei da Reforma Bancária (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964), a qual equiparava as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras, em termos da legislação vigente, e transferiu ao Banco Central do Brasil (BACEN) as atribuições de autorizar o funcionamento e fiscalizar as cooperativas de crédito.

Outro marco a ser considerado com relação ao cooperativismo brasileiro é a definição da Política Nacional de Cooperativismo e do regime jurídico ao qual as sociedades cooperativas estariam submetidas, sendo firmados pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Destaca-se que a Lei nº 5.764/1971 definia as cooperativas de crédito como sendo sociedade de pessoas constituída para fornecimento de crédito, captar depósitos e prestar serviços a seus cooperados.

A partir disso, foram sendo desenvolvidas, então, ferramentas normativas do cooperativismo de crédito no Brasil, tendo como marcos principais a Lei nº 4.595, de 1964 e a Lei nº 5.764, de 1971, dentre outras normas a serem comentadas a seguir.

Retoma-se que as Leis nºs 4.595/1964 e 5.764/1971, destacam então a atribuição ao BACEN as prerrogativas de funcionamento e fiscalização das cooperativas e o direcionamento jurídico pertinente a essas entidades, respectivamente. Já a Lei Complementar nº 130, de 2009, posteriormente alterada, dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e determina que as cooperativas de créditos sejam submetidas à referida Lei Complementar e à legislação do SFN, sendo também aplicáveis às cooperativas de crédito as determinações do Conselho Monetário Nacional – CMN e do BACEN.

A Circular do Banco Central do Brasil (BCB) nº 3.502, de 2010, por sua vez, dispunha sobre a instrução de processos de pedidos de autorização de funcionamento e outras providências, além de prescrever a política de admissão dos associados. Já a Resolução CMN nº 4.434, de 2015, passou a vigorar e a tratar de aspectos sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o próprio funcionamento e as alterações estatutárias e de categoria, além do cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito. Nesse sentido, destaca-se aqui principalmente o que tange à disposição das categorias às quais as cooperativas de crédito passaram a ser classificadas (CMN, 2015):

- 1) Cooperativas de crédito plenas: são autorizadas a praticar todas as operações que constam no art. 17 da referida Resolução, a constar: captar recursos e depósitos; obter empréstimos e repasses de instituições financeiras; obter recursos de fundos oficiais e, em caráter eventual, isentos de remuneração ou a menores taxas, de qualquer entidade, como doações, empréstimos ou repasses; conceder crédito e prestar garantias aos associados; contratar outros serviços, a fim de atender melhor os cooperados; aplicar recursos no mercado financeiro; prestar serviços de custódia, cobrança, recebimentos e pagamentos, dentre outros.
- 2) Cooperativas de crédito clássicas: autorizadas às mesmas práticas das cooperativas de crédito plenas, com exceção a: operações de exposição vendida ou comprada em ouro, em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial, à variação no preço de mercadorias, à variação no preço de ações, ou em instrumentos financeiros derivativos, além aplicação em títulos de securitização de créditos, as operações de empréstimo de ativos, operações compromissadas, e aplicação em cotas de fundos de investimento, ressalvadas suas peculiaridades.
- 3) Cooperativas de crédito de capital e empréstimos: autorizadas as mesmas operações das cooperativas de crédito clássica com adicional de uma restrição: a captação de recursos e de depósitos.

Além disso, outros documentos normativos, vigentes até a elaboração final desta pesquisa, foram publicados com relação às cooperativas de crédito nos últimos anos, como, por exemplo: a) Resolução CMN nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre a política de conformidade ou *compliance*; b) Resolução CMN nº 4.659, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre requisitos para captação de recursos de Municípios, de seus órgãos ou entidades por eles controladas; c) Resolução CMN nº 4.677, de 31 de julho 2018, que dispõe sobre limites máximos de exposição por cliente e de exposições concentradas; d) Resolução

CMN n° 4.693, de 29 de outubro 2018, que trata sobre condições e limites para operações de crédito com partes relacionadas; e) Resolução CMN n° 4.713, de 28 de março 2019, que dispõe sobre operações de microcrédito e microcrédito produtivo orientado e o direcionamento de recursos para essas operações; e f) Resolução CMN n° 4.716, de 25 de abril de 2019, que estabelece regras de autorização para que as cooperativas de crédito captem poupança rural, além da aplicação e enxaixe obrigatório destes créditos.

2.1.2 Sistemas Cooperativistas de Crédito Brasileiros

As cooperativas podem ser classificadas em três categorias: de 1º grau ou cooperativas singulares, que são formadas por pessoas físicas ou jurídicas (desde que tenham como objeto atividades econômicas afins das pessoas físicas ou sejam sem fins lucrativos), prestando serviços diretamente aos associados, com número não inferior a vinte associados; a de 2º grau, representando as cooperativas centrais e federações de cooperativas, formadas por no mínimo três cooperativas singulares com o objetivo de prestar serviços assistenciais e econômicos às cooperativas filiadas, além de integrar e orientar suas atividades; e a categoria de 3º grau, as chamadas confederações de cooperativas, formada por no mínimo três cooperativas centrais ou federações, também objetivando coordenar e auxiliar nas atividades das filiadas (Pinheiro, 2008). Ressalta-se que essa estrutura de três níveis foi criada pela Lei n° 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que estabelece a Política Nacional de Cooperativismo, e trata do objetivo e da classificação das sociedades cooperativas.

Soares e Melo Sobrinho (2007) destacam que as cooperativas poderiam ser divididas em três vertentes: vertical, horizontal e independente. A classificação vertical considera ganhos em economia de escala, formando uma pirâmide, na qual as cooperativas singulares seriam a base, no centro as cooperativas centrais e no topo as confederações. Já no perfil horizontal seria possível observar redes de cooperativas com diversas cooperativas singulares vinculadas a uma central. E, por fim, as independentes seriam as cooperativas que, por alguma razão, possuiriam apenas a estrutura de primeiro nível/grau.

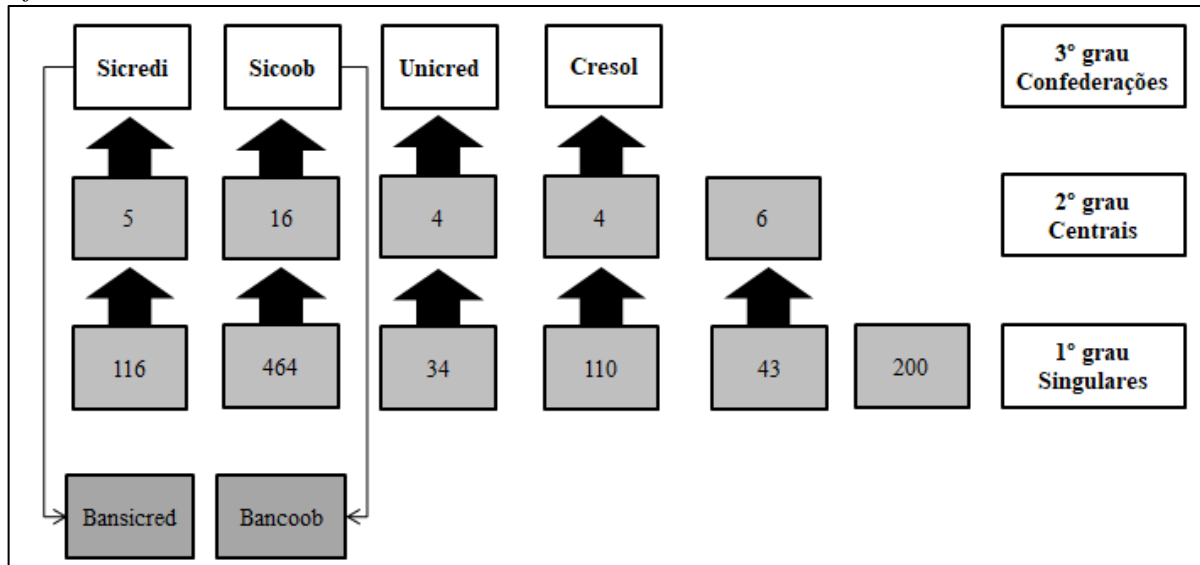
O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – SNCC era formado, em 2017, por quatro sistemas de três níveis, formados por singulares, centrais e confederação e/ou banco cooperativo, sendo: Cresol e Unicred autorizadas a prestar serviços como instituição financeira; e Sicoob e Sicredi, nas quais as confederações não prestam serviços financeiros, sendo estes prestados pelos bancos cooperativos. Ainda era possível observar seis sistemas de

dois níveis, como cooperativas centrais e filiadas e duzentas cooperativas singulares independentes, que não eram vinculadas a nenhum tipo de sistema (BACEN, 2018a).

Observa-se, na Figura 1, a distribuição das cooperativas em níveis para os sistemas supracitados, com dados referentes a dezembro de 2017 (Cf. BACEN, 2018a).

Figura 1

Distribuição das cooperativas do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo em níveis – referência dezembro de 2017



Fonte: BACEN (2018a, p. 8).

A Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol possui 541 unidades de atendimento, com mais de 467 mil cooperados e está presente em 15 estados (Cresol, 2019). Já a Confederação das Cooperativas Centrais Unicred's – Unicred conta com 35 cooperativas com mais de 207 mil cooperados e está presente em 10 estados brasileiros (Unicred, 2019).

O Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi, conta com mais de 4 milhões de associados, distribuídos entre 114 cooperativas e com mais de 25 mil colaboradores. No ano de 2018, as contas do Sicredi somavam R\$ 15 bilhões de patrimônio líquido, R\$ 96 bilhões em ativos, R\$ 56 bilhões em saldo de carteira de crédito e R\$ 60 bilhões de depósitos totais (Sicredi, 2019).

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob é composto por 450 cooperativas singulares, 16 cooperativas centrais e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, além do Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob e suas subsidiárias. Além disso, em termos de participação no Cooperativismo Financeiro Brasileiro

o Sicoob contribuiu, em 2018, com 44% dos valores de patrimônio líquido, 48% dos depósitos totais, 47% em operações de crédito e 35% dos ativos totais (Sicoob, 2019).

Destacam-se a seguir algumas mudanças importantes ocorridas nos sistemas cooperativos brasileiros no ano de 2017, de acordo com o BACEN (2018a):

- A Cresol foi a confederação que apresentou o maior número de incorporações de singulares, 57,44% do total de incorporações. Já no Sicoob, 16 cooperativas singulares saíram de atividade, sendo 14 devido a processos de incorporação.
- Entre os sistemas de dois níveis, observou-se a saída de quatro cooperativas singulares, três delas devido à incorporação.
- O grupo de cooperativas singulares independentes foi o único grupo com aumentos nos números de cooperativas, tendo entrado dez novas cooperativas para o grupo, sendo que nove delas foram originadas dos sistemas de três e dois níveis. Apesar disso, cinco cooperativas singulares independentes encerraram suas atividades.

Adicionalmente, ressalta-se que Meinen e Port (2014) destacam o número expressivo de cooperativas independentes, mesmo considerando os esforços do Banco Central para que elas se filiem a alguma central ou algum dos sistemas já criados. Ventura, Fontes Filho e Soares (2009) salientam que o fato de pertencer a um sistema traria mais segurança às cooperativas, uma vez que elas passariam a adotar uma estrutura já implementada e a compartilhar informações com as demais do sistema, de modo a melhorar a eficiência e a eficácia no direcionamento de suas atividades.

2.1.3 Cenário do Cooperativismo de Crédito Brasileiro

O cooperativismo é de destacada relevância para a sociedade ao passo que promove aplicação de recursos privados e assume compromissos com a comunidade em que se desenvolve (Soares & Melo Sobrinho, 2008). Diversos são os ramos do cooperativismo no Brasil, entretanto, destaca-se aqui o cooperativismo de crédito, o qual se mostra como ferramenta alternativa de acesso ao crédito. Nesse sentido, é importante ressaltar a evolução e, principalmente, o horizonte atual do cooperativismo de crédito no Brasil.

Conforme já ressaltado na seção de introdução deste trabalho, em 2016, o Brasil possuía 1.017 cooperativas de crédito singulares, e teria encerrado o ano de 2018 com 927 unidades singulares (BACEN, 2018). Já segundo dados do SNCC (2017), o número de associados a cooperativas de crédito tem crescido nos últimos anos, e teria crescido na ordem de 198,59% no período de 2007 a 2017.

Segundo dados do BACEN (2018b), em todos os municípios do Brasil há no mínimo um ponto de atendimento bancário. Além disso, ressalta-se a importância do crédito cooperativo em termos de amplitude de pontos de atendimento, abrangendo 45,5% (2.536 pontos de atendimento) dos municípios atendidos (BACEN, 2018b). Destaca-se ainda que o percentual de municípios atendidos por cooperativas de crédito no Brasil cresceram no ano de 2017 para todos os estados federativos (BACEN, 2018a).

Analisando os principais agregados das cooperativas singulares e seus percentuais com relação ao SFN, observa-se que os valores de ativo total, carteira de crédito classificada, depósito total e do patrimônio de referência continuaram aumentando, conforme Tabela 1.

Tabela 1

Principais agregados das cooperativas singulares e percentual em relação ao SFN de 2013 a 2017 – em R\$ bilhões

Variável	2013	2014	2015	2016	2017
Ativo Total	92,2	110,6	130,5	154,2	178,5
% nos Ativos Totais do SFN	1,41%	1,49%	1,58%	1,87%	2,15%
Carteira de Crédito Classificada	57,6	67,7	76,0	83,6	95,9
% na Cart. Classif. do SFN	1,95%	2,04%	2,09%	2,42%	2,81%
Depósito Total	50,6	61,4	74,2	91,0	105,6
% nos Depósitos do SFN	2,69%	3,11%	3,55%	4,26%	4,50%
PR	19,8	23,5	28,8	33,1	38,2
% no PR do SFN	2,57%	2,93%	3,50%	3,87%	4,24%

Fonte: BACEN (2018a, p.12).

Nota. PR – Patrimônio de Referência.

Apesar disso, desde 2008 o número de cooperativas singulares em atividade tem apresentado tendência de diminuição, e teria encerrado o ano de 2017 com 967 cooperativas (BACEN, 2018a). Segundo o relatório do panorama do SNCC, BACEN (2018a), ao longo do ano de 2017, 47 cooperativas singulares teriam solicitado cancelamento junto ao Banco Central por motivos de incorporação, de um total de 53 pedidos.

Entretanto, segundo relatório anual do BACEN (2018a), a participação da população no cooperativismo de crédito tem aumentado. Em 2007, os associados a uma cooperativa de crédito eram 1,69% da população, passando para 4,6% em 2017 (SNCC, 2017). O número de cooperados continuou crescendo durante o ano de 2017, com média mensal de 60 mil novos cooperados, representando um crescimento na ordem de 8% para o referido ano (BACEN, 2018a).

A partir dessa expansão, é possível verificar também que as regiões do Brasil com maior número de unidades de atendimento foram, em 2017: a região Sul (45% das unidades) e a região Sudeste (com 36%) (SNCC, 2017). Ainda na região Sudeste, o estado de Minas Gerais teve destaque em 2017 com relação ao volume de depósitos no Sistema Financeiro Nacional (6,91%), ficando na segunda colocação da região; e em primeiro lugar em número de pontos de atendimento, com 984 unidades.

A região Sudeste, aqui destacada por ser o território da unidade de estudo desta pesquisa, respondeu por cerca de 30% dos valores agregados das cooperativas e o nível de inadimplência na região ficou abaixo da média na maior parte do período de 2013 a 2017 (BACEN, 2018a).

Já segundo o anuário de informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro (OCEMG, 2018) as cooperativas de crédito têm despertado a promoção da inclusão financeira e do desenvolvimento local, sendo que em 2017, o estado de Minas Gerais foi responsável por 1,2 milhão de cooperados e gerou mais de 9,9 mil empregos, além de movimentar cerca de R\$18 bilhões ao longo do ano, o que destaca a importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento local.

2.2 Pressupostos para o Desenvolvimento

O termo “desenvolvimento” tem sofrido alterações com relação a sua interpretação e conceituação ao longo dos anos, de modo a trazer uma evolução do conceito que acompanhe os cenários dos ambientes em constantes mudanças.

Os conceitos difundidos hoje sobre desenvolvimento teriam origem no século XIX e como marco principal a ideia de que os indivíduos seriam capazes de moldar um mundo melhor a partir de suas próprias forças e da vivência em sociedade (Siedenberg, 2004). Nesse sentido, desde essa época, houve a construção do conceito de desenvolvimento a partir das ideias de crescimento econômico de uma sociedade (Siedenberg, 2004).

Com o decorrer dos anos, essa ideia foi mudando e, assim, as principais evoluções dos conceitos de desenvolvimento se referem à passagem de um desenvolvimento puramente econômico para uma abordagem que considera o desenvolvimento como um processo complexo e multidimensional de progresso das sociedades (Hulme & Toye, 2006; Haan, Monks, Carbonnier & Mellet, 2017; Madrueño & Tezanos, 2018; Tezanos & Trueba, 2019).

Destaca-se que a multidimensionalidade dos fatores de desenvolvimento dizem respeito à busca pela compreensão de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, políticos,

ecológicos, de gênero, culturais e de mudança social em diferentes níveis territoriais – local, regional, nacional e global (Mönks, Carbonnier, Mellet & Haan, 2017).

Nesse sentido, o desenvolvimento estaria ligado tanto a termos de crescimento econômico quanto a fatores de qualidade de vida e bem-estar da sociedade, passando, assim, os aspectos sociais e locais a comporem o desenvolvimento de regiões, localidades e países (Simon, 2003; Parnell, Simon & Vogel, 2007; Simon, 2018).

Nesse aspecto de visão geral, observa-se a importância do crédito como fator estimulante do desenvolvimento. Essa contribuição começou a ser ressaltada pela literatura de forma teórica desde a década de 1910 com o estudo de Schumpeter (1911), que destacava a associação entre o crédito e o desenvolvimento econômico, se tornando um trabalho clássico na área devido a seu diferencial de argumentação para a defesa da ideia (Schumpeter, 2017). De forma similar, duas décadas depois, Keynes (1936) sugeriu que a relação entre o crédito e o desenvolvimento econômico seria importante para manter o capitalismo operante, utilizando das forças de trabalho e do pleno emprego. Já a partir da década de 1950, alguns estudos começaram a traçar implicações do crédito ou finanças para o crescimento econômico, como Gurley e Shaw (1955), Goldsmith (1969), McKinnon (1973), King e Levine (1993) e Studart (1993). Estes estudos têm a natureza comum de sinalizarem que o fato de existir um sistema de crédito seria um fator propulsor para acumulação de riqueza e, por conseguinte, traria reflexos no nível de atividade econômica.

Mais recentemente, Ongore e Kusa (2013) destacam que a prestação de serviços pelas organizações do sistema financeiro teria potencial para influenciar os recursos que estão disponíveis no mercado, de forma a gerar efeitos sobre o crescimento econômico e consequente desenvolvimento. Nesse sentido, Schuntzemberger *et al.* (2015) corroboram e vão além ao destacar que o sistema financeiro tem importância também para o crescimento tecnológico e a produtividade, extrapolando a capacidade de captação de recursos.

Em consequência, como as cooperativas de crédito buscam, muitas vezes, a inserção financeira e social de uma parcela da população de baixa renda, às vezes sem sistema bancário, elas aumentariam a concorrência no sistema financeiro e consequentemente a parcela da população com acesso a essas agências de crédito, de forma a desempenhar, assim, importante papel para o desenvolvimento (BACEN, 2018b). Chaves (2011), por sua vez, acrescenta que as cooperativas de crédito auxiliam na quebra de estagnação econômica de algumas regiões do Brasil, de maneira a trazer inclusão financeira e aumentar a eficiência do sistema financeiro.

Nesse contexto, as cooperativas de crédito se mostram como importante instrumento na alavancagem do desenvolvimento de diversos países do mundo (Pinheiro, 2008). Entretanto, para que ocorra esse desenvolvimento, devem ser observados os valores, atitudes, hábitos e rotinas das cooperativas, além de estudar aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos em seu ambiente de atuação, de forma a sustentar seu sucesso como organização (IAC, 2017).

Ferguson e McKillop (1997) destacam a importância da localidade na análise das cooperativas, e ressaltam que a evolução dessas organizações estaria ligada a fatores históricos, sociais, políticos e econômicos. Desse modo, resalta-se a importância da localidade para o desenvolvimento, não restringindo a avaliação das cooperativas apenas a fatores econômicos, ampliando os objetivos da análise também para aspectos e abordagens sociais, sendo assim, corroborando com a ampliação da discussão do desenvolvimento para a vertente de desenvolvimento local.

2.2.1 Desenvolvimento Local

As conceituações de desenvolvimento local se distanciam das primeiras ideias de desenvolvimento e também têm apresentado evoluções ao longo dos anos. Essa evolução se deve principalmente pela ideia de papel do Estado, transformando-o em um Estado mínimo, emergindo as necessidades de avaliação do desenvolvimento com vistas ao local, e não mais um Estado de bem-estar social (Fiúza, 2005).

Nesse sentido, o desenvolvimento local seria um processo de desenvolvimento integral, relacionando tanto dimensões territoriais e econômicas como também identidades, a cultura e também aspectos políticos, democratizando o espaço de uma localidade com vistas a um desenvolvimento sustentável e justo (Burbano, 2011). Bava (1996) também tem o entendimento de que o desenvolvimento local parte dessa integração das diversas dimensões, e destaca que o desenvolvimento local nasce de esforços internos da própria sociedade.

Ávila (2006) destaca que o desenvolvimento local surge da coletividade, e que para que ele aconteça é necessário que existam objetivos comuns aos indivíduos dessa localidade. Segundo o autor, o desenvolvimento local acontece a partir do ponto em que há progressos em termos de capacidades, competências e habilidades de determinada comunidade, de forma a se instalar um comportamento solidário entre os membros dessa comunidade (Ávila, 2006).

Silva Neto, Lima e Basso (2003) ressaltam que o desenvolvimento local só seria possível a partir do momento em que a sociedade reage a estímulos e iniciativas que visem

este desenvolvimento. Já Freitas, Amodeo e Silva (2012) trazem que o desenvolvimento local envolve tanto a transformação econômica quanto a social, e que essas transformações seriam força resultante da própria comunidade local, dos sindicatos e das cooperativas de crédito, por exemplo.

Buarque (1999) destaca como foco importante do desenvolvimento local, a relação entre os civis, órgãos não governamentais, instituições privadas, políticas e o governo, e ressalta que o desenvolvimento local é um processo endógeno de melhoria na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, diversas forças agem sobre a localidade, de forma a, mesmo que imperceptivelmente, gerar possibilidades de crescimento de maneira comum a todos estes envolvidos, o que levaria a melhoria da qualidade de vida do grupo, inclusive com relação à educação, à valorização de produtos e capacitação desses agentes (Buarque, 1999).

De acordo com Ávila (2000), a transformação surge a partir da quebra de conhecimentos e competências construídos tradicionalmente pela sociedade e se volta a aspirações e decisões coletivas para se chegar de fato a essas transformações em um processo de desenvolvimento local.

Nesse sentido, Delgado (2003) destaca que uma das características importante e indissociável do processo de desenvolvimento local seria o processo de empoderamento dos agentes sociais. Esse empoderamento seria fundamentado na capacidade do indivíduo em criar poder ou capacidade para mudar a posição que ocupa no momento em uma área social específica (Delgado, 2003).

Ainda nessa abordagem, Delgado (2003) ressalta a importância de gerar estímulos de criatividade e capacidade de inovação na comunidade, como também nas instituições que operam na localidade, de forma a criar uma cultura de coletividade.

Wirth e Hamel (2006), por sua vez, destacam que o desenvolvimento enquanto processo de mudança tanto econômica quanto social estaria baseado nas relações sociais. Segundo os autores, as relações sociais teriam a capacidade de melhorar o desempenho institucional e conseqüentemente impulsionar o desenvolvimento.

Com relação à contribuição das entidades para o desenvolvimento local, Basso e Muenchen (2006) estudaram o impacto de diferentes tipos de indústrias para o desenvolvimento local. A análise dos autores foi feita a partir do potencial das organizações em gerar contribuição social, e concluem que as empresas contribuem para o desenvolvimento local quando geram riqueza líquida, geram emprego e quando se preocupam com a reprodução social.

Nesse sentido, Soares e Melo Sobrinho (2008) destacam que o cooperativismo é importante para a sociedade pois incentiva e aloca recursos privados e assume compromisso com o desenvolvimento da comunidade. Dessa forma, as cooperativas representariam iniciativas dos cidadãos e contribuiriam para o desenvolvimento local de maneira sustentável a partir do financiamento de propostas empresariais e da formação de poupança, criando empregos e gerando distribuição de Renda (Soares & Melo Sobrinho, 2008).

Ainda segundo Soares e Melo Sobrinho (2007), o cooperativismo de crédito contribui para o desenvolvimento e fortalecimento das economias locais, em consonância com seus propósitos cooperativistas.

Nesse sentido, vale uma reflexão crítica sobre associação entre os princípios cooperativistas e alguns desses conceitos referentes ao desenvolvimento local. Foi visto anteriormente que os princípios cooperativistas – definidos pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI em 1955 – são divididos em: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; e 7) interesse pela comunidade (Meinen & Port, 2014).

Ávila (2006) destaca o desenvolvimento local como forma de solidariedade cooperativa, atribuindo a essa solidariedade um estado de ânimo decorrente dos objetivos comuns dos agentes de uma localidade. Assim, o autor traz a função de comunidade ativa para evolução da localidade, a fim de dinamizar as potencialidades e ações dos indivíduos, fazendo com que tanto a individualidade quanto a coletividade sejam desenvolvidas pela territorialidade, pela espacialidade e pela solidariedade (Ávila, 2006).

Já Pinheiro (2008) destaca que as organizações cooperativas surgem das interações sociais entre indivíduos que possuem necessidades comuns, objetivando ações e fins semelhantes, ou seja, a cooperação pressupõe a ação direcionada e comum a um grupo de indivíduos (base comunitária) organizados de forma a alcançar um determinado fim.

Nesse sentido, tanto o cooperativismo quanto o desenvolvimento local têm a base na solidariedade ou intercooperação e vistas ao interesse pela comunidade. As cooperativas surgem pela busca de soluções comuns na localidade, enquanto são formadas por pessoas e possuem a preocupação social, tanto com os próprios cooperados quanto com a comunidade externa à cooperativa. Assim, o princípio do interesse pela comunidade também seria algo comum às cooperativas e ao desenvolvimento local, uma vez que: segundo Ilha (2008), a cooperativa pode ser considerada como um elemento de desenvolvimento tanto econômico quanto social de uma comunidade; e que, segundo Ávila (2006), o desenvolvimento local

parte da pressuposição de uma comunidade ativa que reconhece suas próprias potencialidades por meio da interação.

Há ainda o princípio da educação, formação e informação, que diz respeito à formação dos membros de forma a gerar contribuições para seus negócios e também para a localidade de atuação da cooperativa, além de fornecer informações para a comunidade externa à cooperativa sobre os conceitos e vantagens do sistema cooperativo (OCB, 2019d). Já Ávila (2000, 2006) considera que a educação é fator primordial para o desenvolvimento local, sustentando que os atores de desenvolvimento local devem se preocupar em educar a comunidade para que aconteça o fenômeno de autodesenvolvimento, fazendo com que a própria comunidade aprenda a se desenvolver. Assim, é possível verificar a associação conceitual entre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento local também por meio do princípio da educação, formação e informação.

Nesse sentido, alguns trabalhos foram realizados para analisar o desenvolvimento local ligado ao cooperativismo de crédito, listados a seguir.

Freitas e Freitas (2011) objetivaram uma análise conceitual da atuação das cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do processo de desenvolvimento local. A partir das relações conceituais os autores apontam que a partir do aumento de oferta de crédito, as cooperativas de crédito rural solidárias têm potencial para fomentar o desenvolvimento local, uma vez que daria liberdade aos indivíduos para planejamento de ações empreendedoras sustentáveis. Segundo os autores, este movimento traria um ciclo virtuoso entre cooperativas de crédito e desenvolvimento local.

Sucupira e Freitas (2011) estudaram a Cooperativa de Crédito Solidário de Araponga, analisando suas contribuições para a promoção do desenvolvimento local. Os autores utilizaram-se de questionários e entrevistas e de análise descritiva. Os resultados indicam que a cooperativa cumpre seu papel como facilitadora de crédito e, assim, causa impactos na renda de seus associados, bem como fortalecimento do desenvolvimento local.

Freitas, Amodeo e Silva (2012) objetivaram verificar as contribuições da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária para o desenvolvimento local do município de Araponga/MG, analisando entrevistas com 50 cooperados e 5 dirigentes. Os resultados indicaram que a cooperativa beneficia agricultores familiares e a própria atividade econômica do município, indicando contribuição para o desenvolvimento local, promovendo circulação de recursos financeiros e desenvolvimento de projetos.

Freitas e Freitas (2013) buscaram entender como a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol) pôde auxiliar no desenvolvimento local

de Espera Feliz, em Minas Gerais. Os autores utilizaram-se da estratégia de estudo de caso para a abordagem do assunto. Os resultados indicaram que as interações sociais que foram estabelecidas entre as entidades locais e a cooperativa auxiliaram no fortalecimento do cooperativismo e do desenvolvimento local.

Pivotto e Rossa (2013) analisaram as influências de uma cooperativa de crédito, Sicredi, sobre o desenvolvimento econômico e social no município de Tucunduva/RS. Por meio de entrevistas, os autores indicaram que a cooperativa contribuiu para o fortalecimento e desenvolvimento do agronegócio, fomentando a produção de alimentos para o município e induzindo as pessoas ao desenvolvimento, possibilitando melhoria na qualidade de vida, acesso à educação e saúde, dentre outros, à população local.

Porto e Ferreira (2014) avaliaram a Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidária, Solicred de Benjamin Constant/AM, e sua relação com o desenvolvimento da economia local. A pesquisa foi qualitativa e operacionalizada por meio de entrevistas e observação participante, além de aplicação de questionário aos cooperados. Os autores destacaram que a cooperativa enfrenta algumas dificuldades para se consolidar, principalmente com relação à cultura cooperativa, mas destacam que o cooperativismo era recente na região e no município, não tendo ainda atingido os níveis desejados de institucionalização.

Menezes e Lajus (2015) realizaram um estudo de caso na Cooperativa de Crédito dos profissionais da Saúde, Contabilistas, Empresários e Professores – UNICRED Oeste e Serra, Agência Chapecó. O objetivo era avaliar o ganho social ao cooperado com a contribuição do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento local, no município. Foram utilizados dados cadastrais e entrevistas semiestruturadas. Os autores avaliam que o cooperativismo se demonstra como forma alternativa à exploração capitalista e, portanto, gera contribuições ao desenvolvimento da região de atuação.

Jacques e Gonçalves (2016), por meio do método de diferenças em diferenças, analisaram o impacto das cooperativas de crédito nos municípios brasileiros. Foram utilizados 3.580 municípios e os resultados indicaram um efeito de R\$ 1.825 no PIB *per capita* devido a presença de cooperativas. O estudo indica que as cooperativas de crédito causam um efeito positivo no nível de renda dos municípios, sugerindo a influência do cooperativismo para o crescimento econômico dos municípios.

Maia, Bispo, Barros e Benedicto (2016) estudaram bancos e cooperativas de crédito do estado de Minas Gerais e sua relação com o desenvolvimento local. Os autores utilizaram teste de diferença de médias e análise de correlação. Os resultados indicaram que há diferença

significativa entre bancos e cooperativas de crédito no que diz respeito à proporção entre operações de crédito e depósitos. Além disso, observaram que os bancos públicos e as cooperativas de crédito beneficiam mais as regiões ao passo que oferecem maiores volumes de crédito em regiões com menores rendas.

Destaca-se, então, o desenvolvimento local como fator de transformação de vida de uma determinada coletividade, na qual os protagonistas são os próprios integrantes dessa comunidade. E assim, é importante relembrar o cooperativismo como movimento ligado às mudanças sociais e ao progresso da localidade, mas para a efetivação desta afirmação é necessário destacar que o cooperativismo se comporta tanto como organização econômica quanto como instrumento de impactos sociais. Dessa forma, para que uma cooperativa alcance ambas as finalidades, econômica e social, é necessário que ela apresente mecanismos eficientes de gestão e que permitam a obtenção de desempenho, em termos financeiros e sociais.

2.3 Desempenho Organizacional

Em um ambiente competitivo, as empresas podem ser separadas em duas categorias distintas, as que possuem desempenho satisfatório e as que possuem desempenho não satisfatório (Barr, Killgo, Siems & Zimmel, 2002). A análise dessas categorias possibilita que as organizações possam identificar procedimentos que auxiliam em um melhor desempenho ou que o atrapalham. Segundo Al-Shammari e Salimi (1998), existem diversas técnicas para se avaliar o desempenho de uma entidade, principalmente envolvendo índices, e destacam que desde a década de 1990 elas vêm sendo utilizadas de forma intensa.

Nesse sentido, a literatura tem destacado a importância das medidas de desempenho, de forma a direcionar a execução das atividades das organizações. Kaplan e Norton (1992) destacam inclusive que a ampliação da mensuração do desempenho organizacional, por meio de ferramentas adequadas, é capaz de gerar melhorias no próprio desempenho. Adicionalmente, os autores ressaltam que apenas uma medida de desempenho não é capaz de gerar uma medida clara do real desempenho organizacional, além de não possibilitar uma análise crítica sobre pontos-chaves do negócio, sugerindo que se utilize um maior número de indicadores para esta mensuração (Kaplan & Norton, 1992).

Sobre essa mensuração e análise do desempenho, Neely, Gregory e Platts (1995) destacam que ambas as atividades compõem um mesmo processo, de forma que a análise se refere à interpretação dos fatores e ações para o desempenho e a mensuração se refere ao

processo de quantificação dessas estratégias. Apesar disso, Kaplan (1983) destaca que o entendimento dessas ferramentas de desempenho parte de seus desenvolvimentos e evoluções, de forma que seria inadequado atribuir o desempenho a um fato ou ação exclusiva.

Apesar da indicação de que se deveria usar diferentes formas, métricas ou indicadores para se mensurar o desempenho de uma organização, não há um consenso sobre qual a forma mais apropriada para se fazê-lo. Essa discussão ou a falta do consenso surgiria principalmente devido à falta de clareza dos objetivos da empresa ou de suas metas em termos de geração de benefícios, o que dificultaria a mensuração do desempenho. Nesse sentido, a avaliação do desempenho organizacional também se configura como ferramenta central no processo de gestão, por ser considerada capaz de gerar informações que possam subsidiar o processo decisório (Richard, Devinney, Yip & Johnson, 2009). Ainda segundo Richard *et al.* (2009), deveria ser dada atenção à multidimensionalidade da medição do desempenho, de forma a avaliar uma maior totalidade dos atributos que contribuem para o desempenho organizacional.

Dessa forma, a seguir serão apresentadas informações referentes ao desempenho econômico e financeiro de forma geral para depois trazer aspectos específicos das cooperativas e do ramo crédito, a fim de demonstrar a importância das características dessas instituições para a análise de seu desempenho.

2.3.1 Desempenho Econômico e Financeiro

Para a mensuração do desempenho empresarial devem-se levar em conta os dados e informações disponíveis nas demonstrações financeiras, uma vez que eles possibilitam a avaliação do desempenho econômico-financeiro das entidades em diversos períodos, além de permitir uma melhor avaliação e diagnóstico da situação dessas entidades (Assaf Neto & Lima, 2014).

Com relação a essa importância dos indicadores para análise empresarial, ressalta-se ainda a possibilidade de comparação entre empresas, o que não seria possível apenas a partir dos valores puros das demonstrações contábeis (*Cf.* CPC 00, R1, 2011).

Assim, Venkatraman e Ramanujam (1987) destacam que a avaliação do desempenho empresarial seja feita e justificada pela presença de mais de uma variável, de maneira seja possível capturar uma maior quantidade de influências. Bandeira-de-Mello e Marcon (2006) também sugerem a utilização de múltiplos indicadores, ressaltando que este tipo de análise permitiria a minimização de distorções na medida de desempenho e a maximização dos aspectos que influenciam esse desempenho.

Entretanto, para o sucesso da utilização de indicadores para avaliação do desempenho organizacional, Merchant (2006) destaca que devem ser levadas em conta algumas características, propriedades e critérios no processo de criação desses indicadores. Os principais aspectos ressaltados pelo autor são a necessidade de congruência dos indicadores, a possibilidade de serem controlados, a oportunidade e a acurácia dos indicadores, além de serem compreensíveis e adotarem uma ordem de custo-benefício de mensuração. A congruência estaria voltada para o entendimento de que os indicadores devem estar relacionados aos objetivos da organização; o controle se refere ao acompanhamento dos indicadores pelos gestores; a oportunidade diz respeito a geração de benefícios a partir do indicador; e a acurácia se refere principalmente à objetividade e precisão dos indicadores, de maneira que possam ser claramente identificados os parâmetros a que cada indicador se propõe a medir (Merchant, 2006). Além disso, Shanin e Mahbod (2007) destacam que os indicadores deveriam ser criados de forma a possibilitar análises futuras, além de possibilitar a avaliação do desempenho vinculado a um nível de expectativa em termos de objetivos e metas traçados.

Kaplan e Norton (2004) explicam que os indicadores contábeis e financeiros, como retorno sobre investimento e lucro por ação, por exemplo, podem sinalizar indicações enganosas com relação a possíveis melhorias nas atividades de uma organização. Nesse contexto, os gestores são direcionados a buscarem modelos de mensuração do desempenho que sejam mais amplos e subsidiem o processo decisório das entidades.

Corrêa e Hourneaux Jr. (2008) sugerem que a correta mensuração e avaliação do desempenho de uma organização possibilita não somente o processo de comunicação aos usuários da informação, mas também permite que sejam identificados e corrigidos erros e falhas no processo de execução das atividades de uma entidade, de forma a aperfeiçoar seu desempenho.

Outro aspecto discutido com relação a análise de desempenho é a necessidade de utilização de indicadores não financeiros, combinadamente com os indicadores financeiros (Kaplan & Norton, 1992; Yeo, 2003; Punniyamoorthy & Murali, 2008, Singh & Aurora, 2018).

A esse respeito, Kaplan e Norton (1992) destacam principalmente os aspectos referentes aos ativos intangíveis e intelectuais de uma organização, segundo os quais, deveriam fazer parte da avaliação do desempenho para as empresas da era da informação, de modo a capturar melhor as capacidades e perspectivas de uma entidade. Já Yeo (2003) ressalta a ligação teórica entre a aprendizagem organizacional e o desempenho e destaca que a

aprendizagem ocorreria por duas maneiras, formal e informal. A perspectiva formal diz respeito aos indicadores tangíveis, enquanto que a abordagem informal estaria ligada aos fatores intangíveis, sugerindo que o desempenho pudesse ser avaliado ainda por abordagens cognitivas e comportamentais dos indivíduos, lidando com capital intelectual e também avaliados a partir de competências da entidade (Yeo, 2003).

Apesar das observações sobre a mensuração do desempenho apenas por meio de indicadores financeiros, vale ressaltar que muitos estudos assim a fazem devido a disponibilidade de dados e por permitir a comparabilidade entre empresas, mas ressalta-se que a utilização apenas de indicadores financeiros deve ser realizada com cautela e observadas quais dimensões do desempenho organizacional estão sendo medidas (Chenhall & Langfield-Smith, 2007; Van Fenema & Keers, 2018).

2.3.2 Desempenho de Cooperativas de Crédito

Conforme visto anteriormente, a literatura acadêmica destaca a importância das medidas de desempenho como ferramentas para acompanhamento e análise da estratégia empresarial. Nesse sentido, ressalta-se que para a análise das cooperativas de crédito, faz-se necessário que sejam avaliadas suas especificidades com relação aos seus princípios e a outras particularidades inerentes a essas organizações.

Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2006) corroboram com esta afirmação ao passo que destacam a importância de adequabilidade dos métodos e possíveis análises às características peculiares das cooperativas, principalmente com relação ao aspecto social. Nesse sentido, Carvalho, Diaz, Bialoskorski Neto e Kalatzis (2015) destacam ainda que isso se deve ao fato de as cooperativas terem duas principais vertentes de gestão, sendo a primeira voltada aos princípios cooperativistas, e a segunda voltada para os preceitos de mercado e de concorrência.

Ainda é preciso observar que as cooperativas são organizações sem fins lucrativos e que os mecanismos econômicos de seu funcionamento são diferentes das demais entidades, principalmente pelo fato de que elas não apresentam lucros ao final do exercício contábil, mas sobras que são vinculadas à atividade econômica relacionada ao corpo de cooperados (Bialoskorski Neto, Nagano & Moraes, 2006).

Oliveira (2001) destaca, por sua vez, que a análise e avaliação das cooperativas possuem algumas características e objetivos básicos, a constar: a identificação de possíveis problemas, falhas ou erros que fujam à estratégia, para que possam ser corrigidos; verificar os

resultados esperados *versus* alcançados das estratégias e políticas adotadas; verificar se a estrutura organizacional e de processos da cooperativa está adequada com a estratégia; criar condições de otimização de processos; adequabilidade de relações interpessoais; e proporcionar melhores informações de cunho gerencial, de maneira a possibilitar intervenção rápida quanto ao desempenho do modelo de gestão que a cooperativa adote.

Nesse sentido, a análise de desempenho de cooperativas não poderia seguir os mesmos parâmetros de avaliação de outras instituições, nem sequer a título de comparação. Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2006) destacam que, assim, índices de análise tradicional de demonstrações contábeis deveriam ser, para as cooperativas, analisados de forma conjunta com outras informações sociais da cooperativa, como crescimento de quadro social, participações em assembleias, quantidade de cooperados ativos, produtividade da área de atuação, dentre outros. Os autores ressaltam que o percurso de atividade econômica dos cooperados e o quadro social são importantes para o desempenho das cooperativas ao passo que são consideradas como empreendimentos sociais (Bialoskorski Neto, Nagano & Moraes, 2006).

Devido a esse aspecto social dos cooperados e ao fato de as cooperativas de crédito serem administradas pelos próprios membros, Carvalho *et al.* (2015) destacam que nos primeiros anos de fundação de uma cooperativa de crédito pode acontecer de elas apresentarem resultados não satisfatórios, não recebendo apoios em termos de caixa da população, devido principalmente à existência da concorrência com outros bancos.

Meinen e Port (2014) destacam a importância da mensuração do desempenho financeiro e econômico nas cooperativas de crédito, evidenciando que, por mais que as cooperativas de crédito possuam necessidade de reduzir desigualdades sociais e desenvolver a regionalidade, há que se preocupar com o desempenho dessas entidades em termos de viabilidade econômica, o que garantiria a sua continuidade. Carvalho *et al.* (2015) corroboram com esta ideia, ressaltando que a eficiência operacional é de suma importância para a continuidade das organizações, e em especial para as cooperativas de crédito, o que, segundo Vilela, Nagano e Merlo (2007) seria devido à gestão direcionada ao atendimento de necessidades de diferentes cooperados.

Nesse sentido, a fim de aperfeiçoar e trazer um melhor conjunto de indicadores para análise do desempenho em cooperativas de crédito, o WOCCU, agência internacional para propagação do cooperativismo de crédito, criou um sistema formado por diversos indicadores para analisar aspectos do desempenho das cooperativas de crédito, o qual é denominado

PEARLS e é uma adaptação do modelo U.S. CAMELS⁵. Essa proposição corrobora com o fato, já exposto anteriormente, de que a avaliação do desempenho das cooperativas não se basear em indicadores utilizados para avaliação de bancos, uma vez que os bancos buscam maximização de valor para o investidor e as cooperativas buscam maximização de valor para o cooperado. O termo PEARLS, em si, representa um acrônimo das letras iniciais das áreas-chave de análise do sistema, as quais têm sido exploradas, segundo Richard (2009), desde a década de 1990, a saber: *Protection* (proteção), *Effective financial structure* (efetiva estrutura financeira), *Assets quality* (qualidade dos ativos), *Rates of return and costs* (taxas de retorno e custos), *Liquidity* (liquidez), e *Signs of growth* (sinais de crescimento). No cenário brasileiro, Bressan *et al.* (2010) propuseram uma adaptação desse sistema considerando as contas do Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os principais objetivos para a criação do sistema PEARLS foram possibilitar uma ferramenta de gestão, padronizar índices para permitir comparabilidade entre cooperativas de crédito, criar um critério objetivo para criação de *rating* de cooperativa e para facilitar acompanhamento e supervisão de cooperativas de crédito (WOCCU, 2019).

A seguir são reproduzidas informações e esclarecimentos pertinentes a cada uma das áreas-chave do acrônimo do sistema de monitoramento PEARLS, conforme Bressan *et al.* (2010), e que foram traduzidas por Vasconcelos (2006, p. 12-17), a partir de informações do manual da WOCCU (Richardson, 2002).

1) *Protection* – Proteção

A adequada proteção de ativos é a doutrina básica do novo modelo de cooperativa de crédito. A proteção é medida: i) comparando a adequação da provisão para perdas com créditos contra o montante de créditos vencidos; e ii) comparando as provisões para perdas em investimentos com o valor total de investimentos não regulamentados. A proteção contra perdas com créditos é julgada adequada se a cooperativa de crédito tem suficientes provisões para cobrir 100% de todos os créditos vencidos há mais de 12 meses e 35% de todos os créditos vencidos entre 1 e 12 meses.(...)

The *World Council of Credit Unions Inc.* promove o princípio de que a provisão para perdas de crédito é a primeira linha de defesa contra créditos em situação normal. O sistema PEARLS avalia a adequação da proteção proporcionada pela cooperativa de crédito comparando a provisão para perdas de crédito com os créditos vencidos.

2) *Effective financial structure* – Efetiva Estrutura Financeira

⁵ U. S. CAMELS é um sistema que representa um conjunto de indicadores de desempenho que é utilizado nos Estados Unidos para o acompanhamento e o monitoramento das instituições financeiras. CAMELS é a representação do acrônimo: *Capital* (capital); *Assets* (ativos); *Management* (gestão); *Earnings* (rentabilidade); *Liquidity* (liquidez) e *Sensitivity to price risks* (sensibilidade).

A estrutura financeira da cooperativa de crédito é o mais importante fator na determinação do potencial de crescimento, capacidade de resultados e força financeira total.

O sistema PEARLS avalia ativos, exigibilidades e capital, e recomenda uma estrutura “ideal” para as cooperativas de crédito (...)

As cooperativas de crédito são encorajadas a maximizar ativos geradores de renda como uma forma de alcançar sobras suficientes. Já a carteira de crédito é o mais lucrativo ativo da cooperativa. The World Council of Credit Unions, Inc. recomenda manter 70-80% do total de ativos em carteira de crédito. Excesso de liquidez é desencorajado porque as margens sobre os investimentos líquidos (p.ex. contas de poupança) são significativamente menores que os ganhos obtidos na carteira de crédito. Ativos não-lucrativos são desencorajados porque uma vez adquiridos, são frequentemente de difícil realização. A única maneira efetiva de manter o equilíbrio ideal entre ativos geradores de não geradores de renda é incrementar o volume de ativos geradores de renda (...)

Uma alta percentagem de depósitos de poupança indica que a cooperativa de crédito desenvolveu programas efetivos de marketing e está bem no caminho de alcançar independência financeira.

3) *Assets quality* – Qualidade dos Ativos

Ativos não-produtivos ou não-lucrativos são aqueles que não geram renda. Um excesso de ativos não-lucrativos afeta as receitas das cooperativas de crédito de maneira negativa. Os seguintes indicadores são usados para identificar o impacto dos ativos não lucrativos: créditos em atraso; porcentagem de ativos não-lucrativos; financiamento de ativos não-lucrativos (...)

De todos os indicadores do PEARLS, o índice de crédito em atraso é a medida mais importante de fraqueza institucional. (...) A meta ideal é manter o índice de atraso abaixo de 5% do total dos créditos a receber.

Um segundo indicador-chave é a porcentagem de ativos não-lucrativos detidos pela cooperativa de crédito. (...) A meta é limitar os ativos não-lucrativos a um máximo de 5% do total dos ativos da cooperativa (...)

Tradicionalmente, as cooperativas de crédito usam o capital social para financiar a aquisição de ativos fixos. Sob o modelo do WOCCU, o objetivo é financiar 100% de todos os ativos não-lucrativos com o capital institucional da cooperativa de crédito, ou com outros passivos que não tem custo financeiro explícito.

4) *Rates of return and costs* – Taxas de retorno e custos

O sistema PEARLS segrega todos os componentes essenciais das rendas líquidas para auxiliar no gerenciamento dos rendimentos dos investimentos e na avaliação das despesas operacionais. Desta maneira, PEARLS demonstra seu valor como uma ferramenta de gerenciamento. Diferentemente de outros sistemas que calculam rendimentos em base de ativos médios, o sistema PEARLS calcula rendimentos em base de investimentos reais ótimos (...)

Também permite que as cooperativas de crédito sejam classificadas segundo os melhores e piores rendimentos. Comparando a estrutura financeira com os rendimentos, é possível determinar quão eficazmente a cooperativa de crédito pode colocar seus recursos produtivos em investimentos que produzem rendimento mais elevados.

5) *Liquidity* – Liquidez

O gerenciamento da efetiva liquidez se torna uma habilidade muito importante quando a cooperativa de crédito troca sua estrutura financeira baseada em quotas de associados pela volatilidade dos depósitos de poupança. Em muitas ações seguindo o tradicional modelo, as quotas de capital são muito ilíquidas e a maioria dos créditos externos tem um longo período de retorno, então existe pouco incentivo para manter reservas de liquidez. A liquidez é tradicionalmente vista em termos de caixa disponível para emprestar – uma variável exclusivamente controlada pela cooperativa de crédito. Com a introdução de depósitos de poupança sacáveis, o conceito de liquidez é radicalmente mudado. Liquidez agora se refere ao caixa necessário para retiradas – uma variável que a cooperativa de crédito pode não mais controlar (...)

O sistema PEARLS analisa a liquidez sob duas perspectivas:

- a) Total das Reservas de Liquidez. Esse indicador avalia a porcentagem de depósitos de poupança investida como ativos líquidos em qualquer uma associação nacional ou um banco comercial. A meta “ideal” é manter um mínimo de 15% após o pagamento de todas as obrigações de curto prazo (30 dias e inferiores).
- b) Fundos Líquidos Inativos. As reservas de liquidez são importantes, mas elas também implicam custo de oportunidade perdido. Os fundos em contas correntes e de poupança simples ganham desprezíveis retornos em comparação com outras alternativas de investimentos. Consequentemente, é importante manter reservas de liquidez para um mínimo. O objetivo “ideal” dessa relação do PEARLS é reduzir a porcentagem da liquidez inativa para o mais perto possível de zero.

6) *Signs of growth* – Sinais de crescimento

O único caminho de sucesso para manter ativos valorizados é pelo crescimento forte e acelerado dos ativos, acompanhado por rentabilidade sustentada. O crescimento por si só é insuficiente. A vantagem do sistema PEARLS é que ele vincula crescimento à rentabilidade, bem como a outras áreas-chave, avaliando-se a força do sistema como um todo. O crescimento é avaliado em cinco áreas-chave: ativos totais; depósitos de poupança; quotas de capital e capital institucional.

Visando criar um sistema de avaliação de desempenho para as cooperativas de crédito e que orientem a tomada de decisão nessas instituições, o Sicoob Confederação criou a Plataforma de Apoio à Decisão (PAD), na qual existe uma série de indicadores disponibilizados pela Unidade de Inteligência Competitiva do Sicoob e que compõem a chamada Análise da Produtividade do Negócio (APN) (Sicoob, 2018). Essa série de indicadores contempla atualmente 66 indicadores distribuídos nas seguintes áreas-chave: indicadores legais, liquidez, estrutura de capital, rentabilidade, indicadores de crédito, cheques devolvidos, produtividade, dados quantitativos, análise comparativa e taxas Sicoob (Sicoob, 2018).

A PAD começou a ser desenvolvida em 2008, pela Gerência de Sistemas Corporativos (Gestic) e pela Gerência de Sistemas e Apoio à Decisão (Gesad) (Sicoob, 2011). A plataforma foi criada com a finalidade de auxiliar na tomada de decisão a partir da análise do

desempenho nas cooperativas singulares, centrais, Sicoob Confederação e Bancoob. Outra finalidade da PAD, segundo Sicoob (2011), foi criar uma ferramenta padrão de avaliação dos resultados, que não existia anteriormente nas instituições. Segundo o então diretor de desenvolvimento organizacional do Sicoob Confederação, Abelardo Duarte Sobrinho, a criação da plataforma possibilitaria uma maior eficiência dessas instituições e maximizaria os resultados aos cooperados, além de transformar dados em informações úteis às cooperativas (Sicoob, 2011).

Dentre as vantagens da PAD, pode-se listar o atendimento a diversas áreas da confederação, a interface de fácil utilização, a rapidez para geração de relatórios e a facilidade para obter informações e dados (Sicoob, 2011). Os serviços disponibilizados pela PAD podem ser divididos principalmente entre retorno das operações – com relatórios de rentabilidade, indicadores de estrutura de capital, produtividade, liquidez – e risco das operações – com relatórios sobre exposição e informações sobre risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

O acesso à plataforma é realizado por meio do Sistema de Informática do Sicoob (Sisbr), restrito a usuários habilitados. O Sisbr é um sistema de automação bancária que executa controle financeiro, contábil e operacional no apoio a instituições financeiras, permanecendo em constante evolução tecnológica e modernizando produtos e serviços a fim de maximizar os negócios promovidos pelo Sicoob (Sicoob, 2017). Além disso, este sistema foi reconhecido como melhor solução de automação de cooperativas de crédito do Brasil durante o Prêmio Efinance em 2017 (Sicoob, 2017). Na ocasião, o Sisbr foi contemplado em um congresso e exposição de tecnologia da informação de instituições financeiras, promovido pela Federação Brasileira de Bancos, congresso que é referência na área de tecnologia da informação para o setor financeiro na América Latina (Sicoob, 2017). O Sicoob foi premiado em virtude do Sisbr para a categoria “Automação e Cooperativa” do Prêmio Efinance, o qual visa destacar os projetos mais importantes na área de tecnologia de informação e comunicação criados por instituições financeiras brasileiras (Sicoob, 2017).

Com relação à Análise da Produtividade do Negócio que está contida no Sisbr, a Unidade de Inteligência Competitiva do Sicoob disponibilizou em 2018 a versão 2.0 da análise, a qual contempla algumas principais novidades, como: a) aumento no número de indicadores de 20 para 66; b) indicadores de avaliação legal, de liquidez, de crédito e de produtividade; e c) informações sobre as taxas das carteiras de crédito.

Dessa forma, neste estudo pretende-se utilizar os indicadores da Análise de Produtividade do Negócio proposta pelo Sicoob como análise complementar de desempenho.

Como será descrito posteriormente, neste estudo, a APN será utilizada de forma adicional à análise do sistema de monitoramento PEARLS, com intuito de agregar um maior detalhamento sobre a situação da Credichapada em termos de desempenho. Adicionalmente ressalta-se que não foram encontrados estudos anteriores que fizessem esta análise conjunta e nem sequer a análise a partir da APN.

Dessa forma, as cooperativas de crédito enquanto instituições financeiras são avaliadas por índices financeiros para tratar a mensuração de desempenho, entretanto, deve-se ressaltar seu objetivo social, levando em consideração a natureza cooperativa das atividades. Nesse sentido, observa-se que a maior parte dos estudos, naturalmente, se propõe à mensuração de desempenho sob o aspecto financeiro, salvo exceções que se preocupam na discussão do desempenho social como fator de análise do desempenho global dessas entidades, o que será discutido a seguir.

Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2006) destacam a necessidade de se discutir a eficiência das sociedades cooperativas em termos de características sociais desses empreendimentos. Os autores ressaltam ainda que as próprias características e a natureza das cooperativas criam a preocupação com o interesse social, sendo, assim, importantes tanto a análise financeira quanto a social para avaliar o desempenho dessas entidades (Bialoskorski Neto, Nagano & Moraes, 2006).

Para Foose e Greenberg (2008) as instituições de microfinanças, nas quais muitas cooperativas estão inseridas, se empenham em alcançar objetivos tanto financeiros quanto sociais, o que faz com que elas tenham dupla finalidade. Nesse contexto, as autoras destacam ainda que resultados financeiros eficientes gerariam um bom desempenho social, e o contrário também seria verdade, que resultados sociais satisfatórios seriam capazes de influenciar positivamente o desempenho financeiro.

Nesse sentido, Bédécarrats, Angora e Lapenu (2009) ressaltam que o desempenho social seria responsável pela mensuração da dedicação de uma instituição de microfinanças em virtude de sua característica social.

Carvalho *et al.* (2015) também corroboram com essas ideias e destacam que as cooperativas devem ser avaliadas em termos de eficiência operacional e social. Além disso, destacam que um dos desafios das entidades cooperativas é a definição de taxas ideais de distribuição de excedentes para os cooperados e de taxas a serem retidas; o que deve gerar tanto saúde financeira quanto garantir a execução de benefícios sociais das cooperativas, de modo a não prejudicar sua continuidade (Carvalho *et al.*, 2015).

Apesar disso, a literatura tem tratado da mensuração do desempenho social de formas diferentes.

Navajas *et al.* (2000) têm o entendimento de que o desempenho social de instituições de microcrédito deveria ser mensurado a partir da potencialidade de alcance da entidade, mensurando seis aspectos para avaliar este alcance, sendo elas: amplitude, profundidade, comprimento, escopo, custo e valor de divulgação para clientes e comunidade. Já Rosenberg (2009) e Quayes (2012) têm o entendimento de que essa mensuração deveria ser feita a partir de outra abordagem, além da amplitude de alcance, que seria a profundidade desse alcance. Enquanto a amplitude versa sobre a viabilidade dos benefícios sociais para os clientes pobres, a profundidade trata do quanto o crédito alcança os clientes mais pobres (Schreiner, 2002; Hartarska, 2005; Bassem, 2009). Kar (2010), por sua vez, defende que ainda deveria ser adotada outra abordagem, além da amplitude e da profundidade, que seria o custo, que se refere aos custos efetivamente envolvidos no processo de alcance das pessoas.

Outra forma de modelo de mensuração do desempenho social é feita a partir da mensuração do valor social que é gerado pelas organizações a partir do valor gerado aos *stakeholders*. Retolaza, San-Jose e Ruíz-Roqueñi (2016) e San-Jose e Retolaza (2016) propõem um modelo de mensuração desse valor social das entidades e destacam que além das informações financeiras, deve-se buscar um método de mensuração do desempenho social.

Retolaza, San-Jose e Ruíz-Roqueñi (2016) consideram que a avaliação seja realizada a partir da percepção dos grupos de interesse da organização, de forma que um valor pode ser exclusivo a um interessado só ou ser percebido por diversos grupos diferentes de interesse. Nesse sentido, é necessário identificar os principais grupos de interesse da organização e prosseguir a uma avaliação de geração de valor para cada um deles, sendo possível, dessa forma, identificar variáveis de valor social (Retolaza, San-Jose & Ruíz-Roqueñi, 2016).

Já San-Jose e Retolaza (2016) destacam que as variáveis de valor identificadas devem ser geradas na forma de indicadores e podem ser de três vertentes específicas principais, as de valor econômico com impacto social, as de valor social específico e as de retorno socioeconômico. Os autores ressaltam que: o valor econômico com impacto social possa ser medido pelo valor econômico gerado e que o retorno socioeconômico seja avaliado a partir de custo *versus* benefício de valores que envolveriam a gestão pública, enquanto que o valor social específico seria, por sua vez, o valor não econômico distribuído (San-Jose & Retoleza, 2016).

Outra alternativa para se mensurar o desempenho social seria por meio da eficiência das instituições em termos sociais. Nesse sentido, destacam-se os estudos de Ureña e Úbeda

(2008), Ureña (2012), e Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2017), que tratam da eficiência social das cooperativas.

Ureña e Úbeda (2008) desenvolveram um trabalho sobre o nível de eficiência das cooperativas de crédito da Espanha, analisando tanto o viés econômico-financeiro, quanto o organizacional e o social. No artigo, o principal foco dos autores é a contribuição metodológica sobre o estudo da eficiência de cooperativas de crédito.

Já em Ureña (2012), o autor se propõe a verificar a capacidade das cooperativas de crédito em se adaptarem em um cenário de crise que assolava a Espanha. Para isso, o autor se propõe a visualizar a eficiência das cooperativas com uma abordagem da eficiência social gerada por elas, a partir de um indicador de eficiência social e também comparando-o com outros tradicionais.

Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2017), por sua vez, ressaltam a restrição de outros estudos anteriores que analisavam apenas o enfoque da eficiência financeira. Assim, os autores buscam retratar se as cooperativas de crédito são socialmente eficientes. Os autores também constroem um índice de eficiência social para as cooperativas de crédito da Espanha para o período de 2008 a 2014 e analisam seus principais determinantes.

Dado o contexto, ressalta-se a importância da avaliação do desempenho ou impacto social na análise do desempenho das cooperativas de crédito, de forma a gerar contribuições para essas instituições financeiras de modo a que elas utilizem essas informações para melhorar sua atividade social e conseqüentemente serem mais competitivas no mercado.

2.3.2.1 Evidências Empíricas do Desempenho em Cooperativas de Crédito

Anteriormente foram discutidas a importância e a peculiaridade da análise do desempenho nas cooperativas de crédito. Foi ainda destacado que esta análise pode ser feita de formas e medidas diferentes, sendo enfatizado, entretanto, o sistema PEARLS como proposta específica para a avaliação do desempenho dessas instituições. Dessa forma, nesta etapa da revisão de literatura, primeiramente serão apresentados trabalhos que analisaram o desempenho das cooperativas de crédito em outros países de forma geral e no Brasil, e depois serão incorporados estudos que analisaram esse desempenho, mas com foco na avaliação a partir do sistema PEARLS.

Conforme já foi também destacado anteriormente, existem diversas abordagens para as quais o desempenho é utilizado e diversas são as possibilidades de relacioná-las com outras medidas aplicáveis ao cenário de uma organização.

Assim, observa-se, de forma exemplificada, que diversos trabalhos têm sido desenvolvidos em âmbito internacional sobre o desempenho de cooperativas de créditos. Alguns trabalhos são voltados para a análise do desempenho de maneira individual (*e.g.* Fried, Lovell & Eeckaut, 1993; McKillop, Glass & Ferguson, 2002; Henock, 2019), outros o relacionam com a diversificação (*e.g.* Goddard, McKillop & Wilson, 2008; Mathuva, 2016), Fu (2013) tratam do desempenho voltado à informatização tecnológica das cooperativas, outros ainda relacionam o desempenho a práticas de governança corporativa (*e.g.* Muiru, Kyongo & Onchomba, 2018); Yong, Jie e Dingyuan (2015) tratam do desempenho associado a melhoria de bem-estar para famílias do campo, e alguns tratam o desempenho como medida de eficiência social ou de forma conjunta, abordando o financeiro-econômico e o social (Ureña & Úbeda, 2008; Ureña, 2012; Amersdorffer, Buchenrieder, Bokusheva & Wolz, 2015; Martínez-Campillo & Fernández-Santos, 2017).

O estudo de Fried, Lovell e Eeckaut (1993) objetivou conduzir uma análise empírica sobre o desempenho de dois terços de todas as cooperativas de crédito dos Estados Unidos que estavam ativas em 1990. Para isso, os autores propuseram um modelo em que é considerado o objetivo das cooperativas de crédito, que é a maximização do valor para o cooperado, respeitando, dessa forma, as características organizacionais e institucionais. Os resultados indicaram muita relação de dominância, o que implica a existência de muitos modelos potenciais para cada cooperativa de crédito ineficiente. Além disso, foi encontrada uma ineficiência produtiva média de 20%, indicando espaços para melhorias. Nesse sentido, os autores encontraram maiores oportunidades de melhorias na dimensão de qualidade do que nas dimensões preço e variedade dos serviços. As variações no desempenho puderam ser explicadas principalmente por variáveis referentes aos associados, número de membros, a proporção de membros, idade da cooperativa, localização, tamanho do ativo, inadimplência, nível de investimento e de imóveis.

McKillop, Glass e Ferguson (2002) buscaram avaliar a eficiência relativa de 104 cooperativas de crédito do Reino Unido utilizando de modelos de Análise Envoltória de Dados – DEA, com estimação por retornos variáveis de escala (VRS) e orientada para *inputs*, considerando medição radial e não radial da eficiência, além de uma regressão de modelo Tobit. Os resultados indicaram que as cooperativas da amostra possuíam margem para aumentos dos ganhos de eficiência. Além disso, os resultados indicaram que elevados níveis de ineficiência podem ser indicativos da baixa competitividade das cooperativas, tanto com outras cooperativas quanto com instituições financeiras tradicionais. Outro destaque do estudo foi a ineficiência de escala, com mais de 50% das cooperativas de crédito sujeitas a retornos

decrecentes de escala. Os autores explicam essas ineficiências principalmente a partir de aumentos de investimentos em instalações, pessoal e em aspectos tecnológicos. Por fim, destacam os altos pagamentos de dividendos com vistas a atrair mais membros e que 37% das cooperativas da amostram gastam menos com custos de mão-de-obra, já que se utilizam de trabalho voluntário (o que poderia aumentar níveis de eficiência).

Goddard, McKillop e Wilson (2008) buscaram investigar os impactos da diversificação de receitas em medidas de desempenho financeiro de 8.910 cooperativas de crédito estadunidenses com informações disponíveis do período de 1993 a 2004. Os autores se utilizaram de medidas de desempenho como o retorno sobre os ativos, retornos sobre o patrimônio líquido e também o desvio-padrão dessas medidas e seus respectivos ajustamentos pelo risco. Considerando a exposição das cooperativas com medidas de retorno ajustadas ao risco e não ajustadas, os autores encontraram que há um efeito de exposição direta positivo maior que o efeito de exposição indireta negativo (com retornos menores em cooperativas mais diversificadas) para as medidas de desempenho, exceto quando se considera cooperativas de crédito de maior porte. Segundo os autores, isso indica que deve haver diferenças nas estratégias de diversificação entre cooperativas grandes e pequenas, fazendo com que as de menor porte evitem a diversificação e que as de maior porte possam buscar novas orportunidades de produtos.

Ureña e Úbeda (2008) buscaram analisar a eficiência de 82 cooperativas de crédito da Espanha a partir de um modelo DEA – VRS orientado para *inputs*. Assim, os autores analisam a eficiência das cooperativas de crédito a partir de uma tripla perspectiva, a econômico-financeira, a organizacional e a social, para o período de 1995 a 2007. Os resultados indicaram uma eficiência média entre 79,8% e 89,7% considerando uma abordagem de eficiência restrita, e entre 86,4% e 90,7% se for irrestrita ou estendida. Seguindo a orientação para a eficiência social das cooperativas, os autores destacam que o suporte financeiro aos cooperados, distribuição varejista de produtos e serviços, grandes equipes e a orientação para benefícios sociais tem influência cada vez menor sobre a eficiência com o passar dos tempos.

Ureña (2012) buscou analisar a eficiência operacional de cooperativas de crédito espanholas por meio de indicador de eficiência social, principalmente com uma abordagem voltada para a adaptação dessas instituições em cenários de crise que assolavam o país à época. O autor se utiliza também de um modelo DEA – VRS orientada para *inputs* para avaliar essa eficiência das cooperativas. O autor ressalta que as cooperativas de crédito possuem potencial importante no que tange ao estímulo e geração de desenvolvimento

econômico tanto local quanto regional, além de aumentar o bem-estar dos indivíduos das localidades onde as cooperativas se inserem.

Fu (2013) objetivou analisar os efeitos da informatização tecnológica em cooperativas de crédito rural da Índia a partir de um levantamento. Foi utilizada a metodologia DEA – VRS orientada para *outputs* e regressão Tobit e Mínimos Quadrados Ordinários, para a estimação dos níveis de eficiência das cooperativas e posterior verificação das relações com a informatização. Segundo a autora, os resultados indicam que a adoção de tecnologias de informação, como computadores, maximiza a eficiência das cooperativas de crédito rural indianas. Apesar disso, a autora ressalta que a utilização de tecnologias avançadas faz com que a eficiência seja reduzida. Isso se deve ao fato de que a habilidade da equipe que trabalha nas cooperativas e a absorção das tecnologias pelos usuários são importantes para que haja reflexos positivos no desempenho dessas cooperativas.

Amersdorffer, *et al.* (2015) analisaram a eficiência das microfinanças a partir de uma amostra de 15 cooperativas de crédito agrícola da Bulgária. Os autores coletaram dados financeiros no período de 2000 a 2009 e dados sociais para o ano de 2009, estes últimos seguindo uma metodologia de auditoria social. Metodologicamente, portanto, os autores realizaram um levantamento aplicando um instrumento chamado de *Social Performance Indicators*, que foi desenvolvido pelo *Comité d’Echange de Réflexion et de l’Information sur les Systèmes d’Epargne-crédit*, e a partir disso utilizaram modelos de DEA orientado para *outputs*. Os resultados indicaram que considerando *rankings* de eficiência, apenas as cooperativas com desempenho financeiro considerado sólido eram capazes de alcançar melhores especificações com a inclusão da saída social (construída a partir do *Social Performance Indicators*). Além disso, os resultados de um alto desempenho financeiro estão relacionados com uma maior produção em termos sociais.

Yong, Jie e Dingyuan (2015) analisaram o desempenho de cooperativas de crédito rural a partir de uma vertente de melhoria de vida dos agricultores para uma amostra de cooperativas de crédito chinesas de 1985 a 2008. Os autores utilizaram-se de uma adaptação de função-consumo keynesiana para adequar um índice de bem-estar aos agricultores e, posteriormente, aplicaram o modelo de vetores autorregressivos para analisar a relação entre as variáveis. A partir disso, os resultados mostraram que os empréstimos possuem capacidade para gerar melhorias no bem-estar desses agricultores e que as cooperativas seriam organizações, portanto, eficientes.

Mathuva (2016) buscaram analisar a influência da diversificação de receitas sobre o desempenho financeiro de 212 cooperativas de crédito do Quênia para o período de 2008 a

2013. Adicionalmente, o autor examinou outros fatores que podem influenciar o desempenho financeiro das cooperativas de poupança e crédito do Quênia. O autor se utilizou de medidas desempenho financeiro como retorno sobre os ativos, retorno sobre o patrimônio líquido, Q de Tobin e uma margem de juros líquida. Os resultados são gerados a partir da estimação de regressão para dados em painel. Os resultados indicam que uma maior dependência de resultados não relacionados aos juros estaria associada a maiores níveis de retornos. Além disso, as cooperativas de poupança e crédito da amostra que possuíam receitas mais diversificadas apresentaram retornos voláteis, e essa maior volatilidade poderia estar ligada à confiança nos volumes de receitas de juros. Outros fatores que impulsionaram o desempenho financeiro das cooperativas da amostra foram tamanho, fonte de capital, empréstimos para ativos, alavancagem e a razão custo-benefício. O autor ainda ressalta ainda que a diversificação das receitas também era benéfica para cooperativas menores.

Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2017) buscaram mensurar o nível relativo de eficiência social das cooperativas de crédito espanholas de 2008 a 2014, além de analisar os determinantes dessa eficiência. A amostra foi composta por cerca de 80 cooperativas de crédito, oscilando entre os períodos, e somando 472 observações no total. Os autores utilizam da abordagem do DEA em dois estágios, inicialmente estimou-se a eficiência por meio de DEA (VRS) orientada para *outputs* e posteriormente analisou-se os determinantes a partir de uma regressão truncada. Para a eficiência social, os autores fazem a proposta de um indicador de eficiência para as cooperativas espanholas. Assim, para o primeiro estágio os autores encontraram uma eficiência média de 66,42%, considerada aceitável, segundo os autores. Já a regressão em função dos determinantes desta eficiência indicou que cooperativas de crédito com mais agências urbanas tendem a ser socialmente menos eficientes, ao mesmo tempo que um maior número de pontos de serviços tem efeitos positivos sobre a eficiência. A localização regional também se mostrou significativa para explicar a eficiência social.

Muiru, Kyongo e Onchomba (2018) buscaram estabelecer o efeito da governança corporativa sobre o desempenho de cooperativas de poupança e crédito de Nairobi County, no Quênia. Os autores enviaram questionários a funcionários das cooperativas e receberam 110 respostas, para as quais foi avaliado o desempenho financeiro a partir do nível de satisfação pelos serviços prestados, incluindo acessibilidade a empréstimos, crescimento de depósitos dos membros, número de membros, disponibilidade de produtos inovadores. Os autores utilizaram-se de regressão linear múltipla e os testes indicaram que a governança corporativa afeta positivamente o desempenho das cooperativas.

Henock (2019) buscou analisar o desempenho de sustentabilidade de 46 cooperativas de poupança e crédito da Etiópia Oriental para o ano de 2016. O autor se utiliza de análise de regressão a fim de verificar a magnitude da relação entre a autossuficiência financeira e o alcance das cooperativas com seus fatores determinantes. Os resultados indicaram que as cooperativas de crédito da amostra são financeiramente sustentáveis e que seu desempenho em termos de alcance condiz com um nível moderado. Já as variáveis retorno sobre o ativo, eficiência operacional, índice de endividamento, doações e mobilização de depósitos são preditores significativos para a determinação da autossuficiência financeira das cooperativas. Ainda foi identificado que a autossuficiência financeira, o tamanho, o endividamento e as doações são variáveis significativas para explicar o desempenho de alcance dessas cooperativas.

Observa-se, na Figura 2, um quadro-resumo dos estudos empíricos sobre o desempenho em cooperativas de crédito.

Figura 2

Estudos empíricos sobre o desempenho em cooperativas de crédito

Autores	Amostra	Objetivo	Método e/ou Mensuração do desempenho	Principais resultados
Fried, Lovell e Eeckaut (1993)	Dois terços das cooperativas de créditos ativas em 1990 dos Estados Unidos	Analisar empiricamente o desempenho das cooperativas de crédito.	Relações de Dominância e Eficiência produtiva	20% das cooperativas ineficientes. Maiores deficiências em qualidade do que em preço e variedade.
McKillop, Glass e Ferguson (2002)	104 cooperativas de crédito do Reino Unido	Examinar a eficiência relativa das cooperativas de crédito do Reino Unido	DEA ^a , VRS ^b	Ineficiência devido a baixa competitividade. Altos gastos com dividendos e baixos custos de mão de obra.
Goddard, McKillop e Wilson (2008)	8.910 cooperativas de crédito dos Estados Unidos	Investigar os impactos da diversificação de receitas sobre o desempenho financeiro de cooperativas de créditos	ROA ^c , ROE ^d , DP ^e do ROA, DP do ROE, e ROA e ROE ajustados pelo risco	A diversificação deve ser utilizada em consonância com o tamanho das cooperativas de crédito.
Ureña e Úbeda (2008)	82 cooperativas de crédito da Espanha	Analisar o nível de eficiência das cooperativas de crédito espanholas	DEA, VRS	Maior eficiência ao se considerar a orientação social para a análise.

continua...

continuação...

Autores	Amostra	Objetivo	Método e/ou Mensuração do desempenho	Principais resultados
Ureña (2012)	Espanha	Analisar a eficiência social das cooperativas e a sua eficiência em momentos de crise	DEA, VRS	Fragilidade das cooperativas de crédito em período de crises com relação a eficiência social
Fu (2013)	149 respondentes de cooperativas de crédito rural da Índia	Analisar os impactos da informatização na eficiência de cooperativas de crédito rural	DEA, VRS	Habilidade tecnológicas e absorção pelos usuários dos serviços computadorizados são importantes para eficiência
Amersdorffer, et al. (2015)	15 cooperativas de crédito agrícola da Bulgária	Examinar a eficiência de instituições de microfinanças	Survey Social Performance Indicators (SPI), DEA, VRS e CRS	Desempenho financeiro influencia o desempenho social. Tamanho não influencia o desempenho social nem financeiro.
Yong, Jie e Dingyuan (2015)	Cooperativas de crédito chinesas	Analisar a eficiência das cooperativas de crédito a partir da ótica de benefício aos agricultores	Vectores Autoregressivos	Empréstimos podem gerar melhorias no bem-estar dos agricultores e que as cooperativas seriam organizações eficientes.
Mathuva (2016)	212 cooperativas de poupança e crédito do Quênia	Analisar as influências da diversificação de receita no desempenho financeiro	ROA, ROE, Q de Tobin ^g , margem de juros líquida	A diversificação está positivamente relacionada à volatilidade dos retornos.
Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2017)	Cerca de 80 cooperativas de crédito da Espanha	Estimar o nível de eficiência social de cooperativas de crédito espanholas	DEA, VRS	Eficiência social de 66,4% das cooperativas de crédito, indicando que elas administram bem as atividades sociais, mesmo durante a crise econômica e financeira.

continua...

conclusão...

Autores	Amostra	Objetivo	Método e/ou Mensuração do desempenho	Principais resultados
Muiru, Kyongo e Onchomba (2018)	110 respondentes de cooperativas de poupança e crédito do Quênia	Estabelecer o efeito da governança corporativa sobre o desempenho de cooperativas de poupança e crédito	Satisfação dos clientes com relação a serviços ofertados	Práticas de governança afetaram de forma positiva o desempenho das cooperativas
Henock (2019)	46 cooperativas de poupança e crédito da Etiópia Oriental	Analisar o desempenho de sustentabilidade de cooperativas de crédito	Autossuficiência financeira e tamanho médio de empréstimos	As cooperativas são financeiramente sustentáveis e possuem desempenho de alcance moderado

Nota. ^aData Envelopment Analysis; ^bVariable Return to Scale; ^cReturn On Assets; ^dReturn On Equity; ^eDesvio Padrão; ^fConstant Returns to Scale; ^gValor de mercado/Custo de reposição; ^hExtra Value Index.

No cenário brasileiro também é possível encontrar diversos estudos que analisam o desempenho das cooperativas de crédito.

Ferreira, Gonçalves e Braga (2007) estudaram o desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais utilizando a Análise Envoltória de Dados (DEA), com objetivo de avaliar o papel das cooperativas como desintermediação financeira entre os cooperados. Os autores utilizaram dados contábeis e financeiros de 105 cooperativas de crédito no ano de 2003. Os resultados indicaram que as cooperativas operavam com ineficiência técnica, e que os determinantes da eficiência seriam principalmente capitalização, giro, alavancagem e geração de renda, com relações positivas, e indicadores de cobertura voluntária e despesa total com relações negativas.

Já Vilela, Nagano e Merlo (2007) também fizeram estudo de desempenho em cooperativas utilizando DEA, entretanto foram utilizadas 24 cooperativas de crédito rural do estado de São Paulo. Os resultados indicaram que maiores volumes de recursos, em termos de ativo total e de despesas administrativas de crédito concedido, levavam a maiores patamares de eficiência.

Trindade, Ferreira Filho e Bialoskorski Neto (2010), por sua vez, analisaram o desempenho das 20 maiores cooperativas de crédito no ano de 1995 em termos de ativos comparativamente com bancos privados nacionais, no período de 1996 a 2005. Os autores utilizaram principalmente o percentual de ativos, patrimônio líquido, das contas de depósito e operações de crédito, além da evolução monetária e de índices financeiros. A partir disso, os

resultados do estudo indicaram que as cooperativas se comportavam de forma semelhante aos bancos privados em termos de desempenho e, portanto, apresentavam um bom desempenho financeiro no período em análise, evidenciando a possibilidade de expansão do segmento já desde o final do século XX.

Com o objetivo de verificar os fatores que direcionavam a saída do mercado das cooperativas de crédito singulares brasileiras entre 1995 a 2009, Carvalho *et al.* (2015), identificaram os determinantes dessa saída e também avaliaram se o desempenho devido à rentabilidade seria fator indicativo da continuidade das cooperativas de crédito. A amostra foi composta por 1.929 cooperativas de crédito que estiveram ativas entre 1995 e 2009. As evidências sugeriram que o porte da cooperativa impactava a sobrevivência e continuidade das organizações e que tanto o financiamento quanto a gestão dos investimentos geram efeitos sobre a sobrevivência e a propabilidade de saída do mercado.

Bittencourt, Bressan, Bressan e Goulart (2016) analisaram a relação entre mudanças tecnológicas e a eficiência de escala em cooperativas de crédito e bancos múltiplos no período de 2009 a 2013. A amostra foi constituída por 130 cooperativas de crédito e 15 bancos múltiplos. O enfoque do desempenho a partir do método DEA possibilitou aos autores encontrar resultados de que as instituições que apresentaram maiores volumes de ativos apresentaram evolução na eficiência de escala e tecnológica, influenciando, assim, na produtividade. Além disso, os autores ressaltam que as cooperativas tiveram avanços em tecnologia e em eficiência de escala até superiores aos bancos, para alguns dos períodos estudados. Apesar disso, os autores destacam ainda que, em média, as cooperativas apresentaram eficiência inferior à dos bancos estudados.

Bittencourt *et al.* (2016) avaliaram o desempenho pela ótica da rentabilidade das cooperativas de crédito em comparação com os bancos múltiplos durante o período de 2009 a 2013, utilizando-se de dados de 130 cooperativas de crédito e de 15 bancos múltiplos. Os autores identificaram que o retorno sobre os ativos das instituições foi afetado pelas variáveis de empréstimos, eficiência, despesas e depósitos totais, a taxa Selic e outras receitas. Já o retorno sobre o patrimônio líquido teria sido afetado pelos empréstimos, pelos depósitos totais, pela taxa Selic, pelo PIB, a inflação, outras receitas e as despesas totais. Ainda observaram que não houve diferença significativa entre as cooperativas de crédito e os bancos múltiplos considerando o ROE como medida de desempenho.

Dal Magro, Michels e Silva (2017) estudaram a eficiência no desempenho financeiro de cooperativas de crédito no Brasil, utilizando as 25 maiores cooperativas de crédito no período de 2009 a 2013. Foi utilizado o modelo de avaliação CAMELS e os resultados indicaram que

76% das cooperativas da amostra foram consideradas como eficientes para todos os períodos analisados.

Analisando 130 cooperativas de crédito no período de 2009 a 2014, Bittencourt e Bressan (2018), chegaram à conclusão de que a eficiência média das cooperativas de crédito estudadas foi de 70,38%, e que operações de crédito foi a principal variável para determinar os escores de eficiência. Por meio da aplicação de DEA como medida de desempenho, os autores ainda puderam perceber que as variáveis depósitos totais e despesas de captação foram as variáveis responsáveis pela ineficiência das cooperativas assim classificadas.

Canassa e Costa (2018) também analisaram o desempenho das cooperativas de crédito, mas como fator para a descontinuidade das operações a partir do ciclo de vida das cooperativas. Foram utilizados dados de 1.223 cooperativas de crédito singulares no período de 2008 a 2016. A operacionalização foi feita pela seleção de indicadores de desempenho e teste para diferença de médias entre as cooperativas consideradas como continuadas ou descontinuadas. A partir disso, foram encontradas evidências de que a descontinuidade foi influenciada por uma sequência de desempenhos ruins em termos de alguns indicadores chave, como o crescimento do quadro social, o desincentivo ao investimento e problemas de tomada de decisão pela gestão.

Cordeiro *et al.* (2018) avaliaram os efeitos da recessão econômica sobre o desempenho das cooperativas de crédito brasileiras, com dados do período de 2010 a 2016. A partir da amostra de 795 cooperativas de crédito, os autores evidenciaram que a recessão afetou o desempenho das cooperativas de crédito, principalmente quando avaliado o porte, de modo que as cooperativas de menor porte ficaram mais expostas ao risco, quando comparadas com as de maior porte.

Lauermann *et al.* (2018) analisaram se o desempenho econômico-financeiro está relacionado ao desempenho socioeconômico de 25 cooperativas do estado do Paraná. Para o desempenho econômico-financeiro foram utilizados indicadores tradicionais de desempenho, enquanto que para o desempenho socioeconômico foram utilizados indicadores sugeridos por especialistas sobre o que caracterizaria um bom desempenho de uma cooperativa. Os resultados indicaram que as cooperativas com melhor desempenho econômico financeiro não atingem necessariamente um desempenho socioeconômico superior.

Com foco no gerenciamento de resultados, Santos, Bressan, Braga e Guerra (2018) estudaram a eficiência das cooperativas de crédito filiadas ao sistema Unicred, no período de 2009 a 2014; O desempenho foi utilizado a partir dos escores de eficiência do modelo DEA.

Foram apontados como resultados que existe relação entre o gerenciamento de resultados para evitar divulgar as perdas e os escores de eficiências nas cooperativas de crédito.

Vieira, Bressan e Bressan (2019) avaliaram os impactos no desempenho de cooperativas de crédito causados pela diversificação de receita com a expansão de produtos e serviços. Utilizando dados de 525 cooperativas de crédito no período de 2009 a 2014, os autores utilizaram a abordagem econométrica do Método dos Momentos Generalizados. Os resultados indicaram que para nove modelos com *proxies* de desempenho de indicadores de rentabilidade não foi possível verificar relação significativa entre o desempenho e a diversificação. Entretanto, para outros três modelos, com *proxy* de desempenho de patrimônio líquido ajustado, foi possível capturar este efeito.

Com relação ao sistema de monitoramento PEARLS, trabalhos já foram feitos para o contexto internacional.

Kaupelyté e McCarthy (2006) utilizaram indicadores do sistema PEARLS para estudar o movimento cooperativista de crédito em instituições irlandesas e lituanas em termos de gerenciamento de riscos e desempenho. Os autores destacam que a gestão de risco nas cooperativas de créditos estariam ligados ao estágio de desenvolvimento dessas instituições, de forma que o amadurecimento possibilitaria níveis mais elevados de gerenciamento de riscos. Eles destacam ainda que em alguns casos, a alteração nos perfis de gerenciamento de riscos é acompanhado por alterações normativas/regulatórias. A partir da comparação entre a Lituânia e a Irlanda, os autores destacam que a Irlanda possui maior desenvolvimento cooperativo, enquanto na Lituânia o desenvolvimento é menor, apesar de ser mais rigidamente regulado.

Griffith, Waithe, Lorde e Craigwell (2009) utilizaram uma análise complementar usando PEARLS para avaliar o desenvolvimento nacional de Barbados. O artigo buscou avaliar se as cooperativas de crédito contribuem para o desenvolvimento nacional e os resultados sugerem que o gasto de capital do governo, o capital real e o caixa das cooperativas de crédito afetam o crescimento econômico. Tal resultado indica que as cooperativas de crédito possuem capacidade de gerar efeitos significativamente positivos sobre o desenvolvimento nacional em Barbados. Na análise do PEARLS, 5 indicadores se mostram importantes e significativos para avaliar o crescimento e a viabilidade das cooperativas de crédito, sendo eles: Variação Líquida Anual de Empréstimos / Total de Empréstimos do ano anterior; Variação no total de ativos / total de ativos do ano anterior; Capital Social / Total de Ativos; Empréstimos / Ativos Totais; Investimentos / Total de Ativos.

Zaiqing, Lan e Guoliang (2009) analisaram cooperativas de crédito rural de uma província chinesa a fim de verificar o desempenho dessas instituições a partir da premissa de continuidade e fatores de risco e lucratividade. Para isso os autores utilizaram indicadores do sistema PEARLS e empregaram uma análise fatorial para avaliar os dados das cooperativas. Segundo os autores, os resultados indicam que o desempenho das cooperativas de crédito rural teria melhorado nos últimos anos da análise.

Glass, McKillop e Rasaratnam (2010) investigaram os determinantes do desempenho de cooperativas de crédito irlandesas, utilizando indicadores do sistema PEARLS, aplicando a análise envoltória de dados em primeiro estágio, e uma regressão truncada em segundo estágio. Os resultados indicaram que 93% das cooperativas do estudo operavam com ineficiência, e que os 7% de cooperativas eficientes apresentavam níveis mais baixos de inadimplência. Ainda na Irlanda, O'Sullivan (2012) avaliou com supervisores de cooperativas de crédito sobre a utilização do sistema PEARLS para a análise do desempenho das instituições. Dos respondentes, 85,3% acreditavam que valia a pena a análise do desempenho. Sobre a utilização de indicadores do PEARLS na análise do desempenho, 63% dos respondentes tinham conhecimento dos indicadores para avaliação de áreas-chave para o desempenho.

Forker e Ward (2012) estudaram cooperativas da Irlanda do Norte com foco na supervisão estatutária e autorregulação. Objetivamente estudaram a associação entre a prudência e o monitoramento de índices financeiros, para a qual utilizaram-se de indicadores do sistema PEARLS. Os resultados demonstraram que as cooperativas de crédito norte irlandesas possuem orientações de boas práticas que incentivam o comportamento prudencial e a conformidade estatutária a partir de proporções recomendadas pelo PEARLS, e que cooperativas que não são afiliadas a ligas cooperativistas não estão sujeitas a nenhum tipo de autorregulação.

Tirfe (2014) utilizou do modelo PEARLS para analisar o desenvolvimento e o desempenho financeiro de cooperativas de crédito rural em Tigray, na Etiópia. Os resultados indicaram que as cooperativas mantiveram bons índices de proteção contra perdas, além de crescimento em indicadores de lucratividade, como desembolso de empréstimos e depósitos de poupança, capital social, número de membros, total de ativos e rentabilidade. Apesar disso, em termos de estrutura financeira e geração de lucro, as cooperativas ainda apresentavam deficiência, tendo investido parte dos recursos em atividades menos produtivas ou lucrativas. Além disso, o autor destaca que os níveis de resultado das cooperativas também se encontravam abaixo do padrão, o que colocaria sua sustentabilidade em questão.

Ndiege, Qin, Massambu e Towo (2016) estudaram cooperativas de crédito da Tanzânia, a fim de avaliar a relação entre crescimento e eficiência dessas instituições. Foram utilizados indicadores do sistema PEARLS como variáveis para o estudo. Os resultados sugerem que a maior parte das cooperativas da amostra são pequenas e ineficientes principalmente porque são novas/jovens. Segundo os autores, a eficiência aumenta à medida que essas cooperativas se expandem. Os autores reforçam ainda que incentivo deve ser dado para que as cooperativas aumentem o nível de empréstimos a membros, poupança, ações e capital institucional, de forma a aumentar a eficiência das instituições.

Na realidade brasileira também é possível encontrar estudos anteriores que se utilizaram da metodologia PEARLS, como os destacados a seguir.

Bressan *et al.* (2011a) utilizaram o sistema PEARLS para analisar as probabilidades de insolvência das cooperativas de crédito do Estado de Minas Gerais, por meio de um modelo Logit. A partir da análise do desempenho pelo PEARLS, com base em dados de 112 cooperativas filiadas ao Sicoob Crediminas, no período de 1995 a 2008, os resultados apontaram que os indicadores “operações de crédito vencidas/carteira classificada total”, “capital institucional/ ativo total”, “ativos não direcionados com a atividade-fim da cooperativa/ativo total” e “rendas de prestação de serviços/despesas administrativas” foram os que melhor explicaram a probabilidade de insolvência dessas cooperativas de crédito. Os autores ressaltam ainda que as informações contábeis avaliadas pelo sistema PEARLS são capazes de gerar informações significativas do ponto de vista estatístico, destacando a aplicabilidade do sistema PEARLS para a avaliação da situação financeira das cooperativas de crédito.

Já em Bressan *et al.* (2011b), os autores avaliam a adequabilidade do sistema PEARLS à realidade brasileira e também destacam a questão da probabilidade de insolvência das cooperativas de crédito afiliadas ao Sicoob, também por meio do modelo Logit. Os autores utilizam informações de 510 cooperativas de crédito, no período de 2000 a 2008. Os resultados indicaram a relevância dos indicadores do sistema PEARLS, principalmente no que diz respeito a análise da insolvência nos seguintes aspectos do sistema: *Protection* (proteção), *Effective financial structure* (efetiva estrutura financeira), *Assets quality* (qualidade dos ativos), e *Rates of return and costs* (taxas de retorno e custos). Foi possível ainda observar que a probabilidade média de insolvência para as cooperativas em análise foi de 15% para todo o período, mas apresentando diminuições ao longo dos anos entre 2000 e 2008, indicando melhora na situação financeira. Os autores destacam ainda a importância da inclusão desse tipo de análise no sistema das cooperativas de crédito.

Bressan, Bressan, Oliveira e Braga (2014), por sua vez, analisaram a situação financeira das cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob, também com base na análise de insolvência (probabilidade via Logit) a partir de indicadores do sistema PEARLS. Foram utilizados dados de 14 cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob, para o período de 2000 a 2008. Os resultados indicaram uma probabilidade média de insolvência de 1,2%, sendo observada melhora na situação financeira a partir de 2003. Com relação aos principais indicadores do sistema PEARLS para explicar a insolvência dessas cooperativas centrais de crédito tinha-se as seguintes áreas-chave de avaliação: *Protection*, *Effective financial structure*, e *Rates of return and costs*.

Gozer, Gimenes, Menezes, Albuquerque e Isotani (2014) também analisaram a insolvência a partir dos indicadores do sistema PEARLS, mas utilizando uma abordagem de Redes Neurais Artificiais (RNAs). Os autores utilizaram dados de 62 cooperativas de crédito mútuo (31 solventes e 31 insolventes) localizadas no estado do Paraná para o ano de 2010. O objetivo era verificar e comparar três tipos de algoritmos de redes neurais e destacar quais apresentavam melhores desempenho em termos de autoaprendizagem. Os algoritmos *MultilayerPerceptron* e *MultilayerPerceptronCS* apresentaram melhor desempenho do que o *RBFNetwork*, em termos de autoprendizagem com erros.

Oliveira, Bressan e Bressan (2014) avaliaram a situação financeira de 14 cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob, também por meio da análise do sistema PEARLS, analisando se existia diferença no desempenho entre elas. Os autores destacam a viabilidade de implementação do sistema PEARLS para suporte à gestão das cooperativas de crédito. Foram utilizadas informações dos anos de 2000 a 2008 das cooperativas centrais de crédito e foram realizados testes de média e mediana para avaliar a diferença de desempenho entre elas. Os resultados indicaram que uma cooperativa central teria se destacado positivamente, com relação às demais, e outra negativamente.

Gollo e Silva (2015) analisaram a eficiência global no desempenho econômico-financeiro das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras para o período de 2008 a 2012. Os autores utilizaram os indicadores do sistema PEARLS e os submeteram à Análise de Componentes Principais, para determinação dos indicadores mais relevantes em termos de informação, e depois avaliaram a eficiência por meio do método de multicritério TOPSIS. Os resultados indicaram que as cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob e à Unicred são as mais eficientes da amostra, e as filiadas ao Sicredi as menos eficientes. Os autores ressaltam ainda que a eficiência das cooperativas não está relacionada ao seu montante de ativos, número de associados ou ao montante de receitas, mas sim à estrutura econômico-financeira.

Silva, Padilha e Silva (2015), também avaliaram o desempenho econômico-financeiro das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras, no período de 2008 a 2012. Os autores utilizaram o método multicritério TOPSIS para elencar o *ranking* das cooperativas em termos de desempenho econômico-financeiro, e posteriormente utilizaram de regressão logística para verificar quais indicadores do sistema PEARLS teriam sido mais relevantes para a classificação no *ranking*. Os resultados indicaram que o desempenho das cooperativas estava principalmente relacionado à gestão dos custos operacionais, sendo que as principais variáveis na composição do desempenho foram as despesas de obrigações por empréstimos e repasses com as obrigações por empréstimos e repasses médios, a relação entre despesas operacionais com ativo total médio e a relação entre o resultado da intermediação financeira e a receita operacional, pertencentes ao grupo *Rates of return and costs* do sistema PEARLS.

Mais recentemente, Villalba, Garibaldi, Tapia, Cunha e Gozer (2019) realizaram uma análise comparativa de índices-padrão do sistema PEARLS para avaliar cooperativas de crédito de livre admissão e crédito rural paranaenses, para o período de 2013 a 2015. A amostra foi composta por cerca de 60 cooperativas de livre admissão e cerca de 35 de crédito rural. Os autores utilizaram-se de metodologia de casos múltiplos e a construção de índices-padrão para fazer a análise. Dentre os resultados, os autores destacam cada uma das áreas de avaliação do sistema PEARLS, sendo que o indicador P foi significativo para as cooperativas de crédito rural, o indicador E para as cooperativas de livre admissão tem maior parte de recursos advindos de investimentos, o indicador A apresenta níveis aceitáveis de mobilização para ambos os grupos de cooperativas, o indicador R também demonstrou que ambos os grupos possuem bons investimentos, o indicador L apresentou níveis baixos para ambos os grupos (mas ressalta-se que os níveis podem ainda ser considerados como satisfatórios, considerando níveis de capital que poderiam estar ociosos), e, por fim, o indicador S indicou que as cooperativas de livre admissão possuíam maiores crescimentos em termos de captação de recursos a partir de depósitos e operações de crédito, já as de crédito rural maior expansão em suas operações de crédito, apesar de ter crescido o risco da carteira de crédito.

A seguir apresenta-se a Figura 3, com um resumo desses estudos que utilizaram o sistema de monitoramento PEARLS para a análise das cooperativas de crédito brasileiras.

Figura 3

Evidências empíricas que utilizaram o Sistema de Monitoramento PEARLS para análise de cooperativas de crédito no cenário brasileiro

Autores	Amostra	Objetivo	Método	Principais resultados
Bressan <i>et al.</i> (2011a)	112 cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob Crediminas	Estimar as probabilidades de insolvência das cooperativas de crédito do Estado de Minas Gerais	Modelo Logit	Principais indicadores para avaliar insolvência: indicadores “operações de crédito vencidas/carteira classificada total”, “capital institucional/ativo total”, “ativos não direcionados com a atividade-fim da cooperativa/ativo total” e “rendas de prestação de serviços/despesas administrativas”
Bressan <i>et al.</i> (2011b)	510 cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob	Adequar os indicadores do sistema PEARLS à realidade brasileira e estimar as probabilidades de insolvência das cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob	Modelo Logit	Probabilidade média de insolvência de 15%. Principais áreas-chave de análise para explicar a classificação de insolvência: <i>Protection</i> ^a , <i>Effective financial structure</i> ^b , <i>Assets quality</i> ^c , e <i>Rates of return and costs</i> ^d
Bressan <i>et al.</i> (2014)	14 cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob	Avaliar quais indicadores do sistema PEARLS são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais filiadas ao Sicoob	Modelo Logit	Probabilidade média de insolvência de 1,2%. Principais áreas-chave de análise para explicar a insolvência: <i>Protection</i> , <i>Effective financial structure</i> , e <i>Rates of return and costs</i> .
Gozer <i>et al.</i> (2014)	62 cooperativas de crédito mútuo do Paraná	Diagnosticar o estado de insolvência das cooperativas de crédito mútuo do Estado do Paraná	Redes Neurais Artificiais	31 cooperativas solventes e 31 insolventes. Os algoritmos <i>MultilayerPerceptron</i> ^e e <i>MultilayerPerceptronCS</i> ^e apresentaram melhor desempenho do que o <i>RBFNetwork</i> ^e , em termos de aprendizagem com erros.

continua...

Autores	Amostra	Objetivo	Método	Principais resultados
Oliveira, Bressan e Bressan (2014)	14 cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob	Avaliar a situação financeira das cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob	Testes de média e mediana	Havia uma cooperativa central de crédito que se destacava positivamente em termos de desempenho pelo sistema PEARLS e outra que se destacava negativamente.
Gollo e Silva (2015)	25 maiores cooperativas de crédito brasileiras	Verificar a eficiência global no desempenho econômico-financeiro	Análise de Componentes Principais e método de multicritério TOPSIS	Cooperativas filiadas ao Sicoob e à Unicred são mais eficientes, enquanto que as filiadas ao Sicredi são menos eficientes. A eficiência não está relacionada ao montante de ativos, ao número de associados ou ao montante de receitas, mas à estrutura econômico-financeira.
Silva, Padilha e Silva (2015)	25 maiores cooperativas de crédito brasileiras	Analisar a performance econômico-financeira das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras	Método de multicritério TOPSIS e regressão logística	O desempenho estava relacionado a variáveis de gestão de custos operacionais, com indicadores pertencentes à área de avaliação <i>Rates of return and costs</i> do sistema PEARLS
Villalba <i>et al.</i> (2019)	60 cooperativas de crédito de livre admissão e 35 cooperativas de crédito rural	Comparar os índices-padrão do ramo de cooperativas de crédito de Livre Admissão e Crédito Rural no Paraná nos períodos de 2013 a 2015	Análise comparativa por índices-padrão	indicador P foi significativo para as cooperativas de crédito rural, o E para as de livre admissão tem maior parte de recursos de investimentos, o A apresenta níveis aceitáveis, o R demonstrou bons investimentos, o L apresentou níveis baixos para ambos os grupos, e, por fim, o S indicou maiores crescimentos em termos de captação de recursos e maior expansão em operações de crédito, apesar de ter crescido o risco da carteira de crédito

Notas. ^aProteção; ^bEfetiva Estrutura Financeira; ^cQualidade dos Ativos; ^dTaxas de Retorno e Custos; ^erepresentam algoritmos de Redes Neurais Artificiais.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nesta seção, apresentam-se os principais aspectos e o delineamento metodológico para esta pesquisa, em conformidade com a revisão de literatura e com o foco para alcance dos objetivos propostos pelo estudo. Destaca-se que este processo de investigação compreende imersão do pesquisador em âmbito social, o que faz com que aspectos da epistemologia e da ontologia deste agente sejam levados em consideração, uma vez que o pesquisador se torna

indivíduo direcionador do processo na abordagem científica. Assim, a validade desta pesquisa não se encontra apenas na rigidez dos métodos aqui destacados, mas também a questões ligadas à inerência do *ser* e da abordagem do discurso do conhecimento científico, destacados com atenção e dedicação para o desenvolvimento desta pesquisa com adequado rigor científico. Nesse sentido, são apresentados: o caso, a caracterização desta pesquisa, as técnicas e metodologias a serem envolvidas para elaboração do estudo.

3.1 O caso: Sicoob Credichapada

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucua e São Francisco Ltda., a Sicoob Credichapada, é uma instituição financeira não bancária, de responsabilidade limitada, composta por pessoas, caracterizada ainda como de natureza simples e como organização sem fins lucrativos.

A criação da cooperativa Sicoob Credichapada aconteceu em 2011, mas sua história teria começado um pouco antes. Em 2009, produtores rurais e empresários da Chapada Gaúcha participaram de um curso de empreendedorismo, oferecido pelo SEBRAE, no qual foram identificados alguns principais impasses ao desenvolvimento do município, dentre os quais se destacava a inexistência de agências bancárias nas imediações do município (SESCOOP, 2017).

A partir disso, os comerciantes, produtores e empresários tiveram a ideia da constituição de uma cooperativa. Com o suporte do Banco Central e do Sistema OCB, esses agricultores e comerciantes totalizaram um capital social igual a R\$ 300.000 para começarem a iniciativa junto ao Sistema Sicoob (SESCOOP, 2017). Em 16 de Março de 2011, após esforços de trabalho desse grupo para a criação da unidade em Chapada Gaúcha, o Banco Central autoriza a constituição da Sicoob Credichapada, com quadro de 67 sócios. O momento do aceite de autorização para funcionar pelo BACEN pode ser visto da Figura 4.

Figura 4

Cooperados fundadores da Sicoob Credichapada no Banco Central do Brasil em Belo Horizonte



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha (2011).

Assim, materializa-se, em 6 de setembro de 2011, o desejo dos agricultores e comerciantes em criar uma cooperativa, com a inauguração da Credichapada com sede em Chapada Gaúcha, mas que atualmente conta com atuação também nos municípios mineiros de Urucuia, Pintópolis, São Francisco, Bonito de Minas, Cônego Marinho e Januária. Dentre os municípios de atuação, a Sicoob Credichapada conta, além da agência matriz em Chapada Gaúcha, com agências em Urucuia, em Pintópolis e em São Francisco.

A Sicoob Credichapada já oferece para seus cooperados, há mais de sete anos, serviços de crédito, conta corrente, planos de investimentos, opções de cartões, consórcios, previdência, seguros, cobrança bancária, serviços voltados a meios eletrônicos de pagamento, dentre outros (Sicoob Credichapada, 2019b).

A liderança da cooperativa fica a cargo de Marcos Maier, produtor rural e empresário de hotelaria há mais de 20 anos. Natural de Alto Alegre, no Rio Grande do Sul, o gaúcho possui licenciatura em matemática e *Master of Business Administration* – MBA em Gestão de Cooperativas de Crédito e já atuou como professor de matemática, como presidente da Associação Comercial de Chapada Gaúcha, como secretário de planejamento da prefeitura do

município, como presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e está, desde 2011, na presidência da Sicoob Credichapada.

Desde sua criação, em 2011, a cooperativa têm apresentado crescimentos significativos e já atingiu um patrimônio líquido na casa dos R\$ 13 milhões em 2018, o que representa um crescimento na ordem de mais de 4.000% e elevou o número de cooperados para 7.862, no ano de 2018 (Sicoob Credichapada, 2019a). Já segundo dados do documento 5300 – Informações sobre Relacionamentos de Cooperativas do Banco Central (BACEN, 2019b), com data-base de Abril de 2019, a Sicoob Credichapada já possuía 8.208 cooperados na referida data.

Além dessa evolução em termos patrimoniais e de número de cooperados, a cooperativa tem um histórico de desenvolvimento de atividades de vertente econômico-social em seu âmbito de atuação, sendo reconhecida pela sua preocupação e contribuições com a comunidade local, além de acreditar nas futuras gerações. Parte do trabalho voltado às gerações futuras se enquadra em atitudes desenvolvidas pela cooperativa e voltadas à educação cooperativista, financeira e empreendedora nas escolas da região.

Desde 2013 a cooperativa vem desenvolvendo o Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, que é resultado de ações em parceria da Sicoob Credichapada com o Sebrae, a Rede Pública de Ensino, a OCEMG, o SESCOOP e o Banco Central, de forma a atender escolas tanto municipais quanto estaduais da rede pública de ensino nos municípios de Chapada Gaúcha, Urucuaia, Pintópolis, São Francisco e Januária (OCEMG, 2017; Sicoob Credichapada, 2019b). Em 2017 o projeto já atendia mais de 30 escolas públicas e totalizava mais de 7 mil alunos.

A parceria é proporcionada de forma a integrar os conhecimentos das áreas em destaque, sendo: educação financeira, empreendedorismo e o cooperativismo. Nesse sentido, a Sicoob Credichapada se encarrega pela capacitação cooperativista, o Sebrae com a parte empreendedora e o Banco Central com a formação de facilitadores que capacitariam professores da rede pública através dos projetos de Rede de Cidadania Financeira e o Programa de Formação de Facilitadores em Gestão de Finanças Pessoais (PFFGFP) – projetos que fazem parte da Estratégia Nacional de Educação Financeira, incentivadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, a fim de proporcionar crescimento econômico.

Nesse contexto, em fevereiro de 2017 foi iniciada uma capacitação de professores da rede pública municipal e estadual em Chapada Gaúcha, desenvolvida pela Sicoob Credichapada, com parceria também do Banco Central e do SESCOOP. A capacitação, com

tema de Cooperativismo e Gestão de Finanças Pessoais, aconteceu por meio de multiplicadores certificados e capacitados por estes órgãos, e atendeu a mais de 700 profissionais que atuam nas escolas da localidade da Credichapada (Sicoob Credichapada, 2019b).

Com professores então capacitados, o projeto de educação financeira, cooperativista e empreendedora objetiva causar uma mudança em termos comportamentais dos alunos, além de alterações em suas habilidades e atitudes, com o uso de novas metodologias e aplicação de projetos interdisciplinares inseridos no currículo escolar (Sicoob Credichapada, 2019b).

Essa interdisciplinaridade e prática do projeto foi reconhecida pela secretaria da educação do município e em 2016 foi sancionada a Lei Municipal nº 724, que cria a disciplina de Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira para a rede municipal de ensino, auxiliando na concretização mais efetiva do projeto para as escolas municipais. Além disso, a disciplina e o projeto foram também incorporados por escolas da rede estadual de ensino, e teve suas iniciativas reconhecidas como práticas inspiradoras pela Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, a qual destaca que a iniciativa motiva escolas na inserção do cooperativismo no conteúdo curricular interdisciplinar no programa Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho (DIM), promovido pela secretaria (Secretaria de Educação, 2017).

Nessas aulas, os alunos descobrem práticas para economia de dinheiro, estratégias de compra consciente, cálculos de juros e formas de tomar decisões responsáveis para os gastos dos recursos próprios. Assim, o conhecimento, adquirido pela mediação do projeto, passa a ser obrigatório pelas escolas municipais e incorporado pelas escolas estaduais e é aplicado de maneira prática por intermédio das chamadas cooperativas escolares, nas quais os próprios alunos são instruídos a produzirem e comercializarem produtos, além de fazer a gestão dessas entidades mirins (OCEMG, 2017).

As cooperativas escolares funcionam como ambiente de aplicação dos conteúdos cooperativistas – principalmente os princípios do cooperativismo –, exercitando ainda o comportamento empreendedor e a gestão das finanças pessoais, de forma a consolidar o conhecimento adquirido em sala de aula por meio da disciplina implementada (SESCOOP, 2017). Ainda segundo o SESCOOP (2017), destaca-se que nessas cooperativas escolares, são mantidas as especificidades de funcionamento formal de uma cooperativa de crédito, como realização de assembleias, prestação de contas, realização de eleições para Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Nesse sentido, além da capacitação realizada com os docentes e alunos, a Sicoob Credichapada ainda é a principal parceira dessas cooperativas escolares. A Credichapada

auxilia em apoio financeiro e aplica recursos nessas cooperativas escolares além de doar brindes, oferecer cursos de gestão financeira e custear transporte, alimentação, hospedagem e logística para participação desses alunos em eventos (SESCOOP, 2017).

As cooperativas escolares já constituídas são a Cooperativa Escolar União – UNICOOP, a Cooperativa Escolar da Escola Municipal Dário Carneiro – COOPERDÁRIO, a Cooperativa Escolar Moacir Cândido – COOPERMOC, a Cooperativa Escolar JOVCOOP, da Escola Estadual José Manoel Cirino e a recém criada Cooperativa Escolar da Escola Municipal Santa Luzia, na comunidade de Ribeirão de Areia. Essas cooperativas, mesmo com pouco tempo de criação já tem transformado a vida dos adolescentes de forma exemplar.

Na UNICOOP, em 2017, a então presidente, Kelly Mendes, eleita aos 17 anos, já se empenhava na construção do patrimônio da cooperativa escolar e, em outubro de 2016, a presidente juntamente com os demais envolvidos com a UNICOOP conseguiram arrecadar R\$ 3.500 com a venda de frutas, hortaliças, bolos, doces e alguns artesanatos (SESCOOP, 2017). O dinheiro teria sido reinvestido na escola, na construção da sede para a cooperativa escolar, além de ter possibilitado a compra de móveis e eletrodomésticos, a confecção de uniformes e a criação de uma horta comunitária (SESCOOP, 2017).

Já na COOPERDÁRIO, fundada em agosto de 2018, a aluna Jéssica Alves chegou a presidência da cooperativa escolar aos 14 anos e destaca que se sente orgulhosa de ter participado da fundação da organização e que aprende, por meio da cooperativa escolar, a desenvolver o trabalho em equipe, melhorias nas formas de comunicação, além de aprender novos conteúdos (Resende & Zica, 2018). Segundo a aluna, ela não imaginava o potencial que o cooperativismo tinha para transformar a vida das pessoas como a dela (Resende & Zica, 2018). Ainda segundo reportagem especial de Resende e Zica (2018) para a revista Gestão Cooperativa, Jéssica ressalta que a Credichapada contribuiu com a fundação por meio de reuniões e ainda com o suporte do pedagogo responsável pelo projeto na Credichapada, Romildo José da Silva, formado em pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros.

Essas iniciativas vêm sendo reconhecidas por diversos agentes, tanto de órgãos de ensino, como, por exemplo, a superintendência regional de ensino do estado de Minas Gerais, quanto de órgãos ligados ao cooperativismo. Prova disso é a conquista, pela Credichapada, do prêmio Concred Verde – premiação atribuída durante o Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito, o Concred, maior evento do cooperativismo de crédito no Brasil – promovido pela Confedbrás. A Sicoob Credichapada foi premiada durante os anos de 2016, 1º lugar, e 2018, com 2º lugar, na categoria “Harmonia Social”, que reconhece projetos com

práticas voltadas ao bem-estar da comunidade local, traduzindo-se em ações de melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Outro exemplo disso é que em novembro de 2018, a COOPERDÁRIO recebeu a visita de representantes da *Confédération Internationale des Banques Populaires* – CIBP, ou Confederação Internacional dos Bancos Populares, com sede em Bruxelas, na Bélgica, por intermédio do Bancoob, rendendo uma reportagem para o boletim de notícias da entidade. Foi publicado também no site da instituição um vídeo exemplificando o caso da UNICOOP, considerado pela confederação como prática inspiradora. A CIBP é a primeira organização internacional que reúne iniciativas de bancos populares e cooperativas ao redor do mundo, com o intuito de melhorar a colaboração dessas entidades e contribuir para o bem-estar econômico e social dos membros, possibilitando um desenvolvimento de trabalhadores e empreendedores, por meio do reforço de práticas cooperativistas (CIBP, 2019).

Além do projeto envolvendo as cooperativas escolares, a Sicoob Credichapada apoia e desenvolve outras iniciativas voltadas para a educação. Uma delas é a formação técnica em cooperativismo e desenvolvimento cooperativista. Em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e de uma cooperativa agropecuária do município, a Sicoob Credichapada apoiou a oferta da primeira turma de Curso Técnico em Cooperativismo do Estado de Minas Gerais, com término em agosto de 2018. O curso capacitou 4 Agentes de Desenvolvimento em Cooperativismo e 51 Técnicos em Cooperativismo (Sicoob Credichapada, 2018).

A economista Rita Mundim, em depoimento a Revista Saber Cooperar (SESCOOP, 2017) reconhece também a prática inspiradora do exemplo de Chapada Gaúcha, por meio da Sicoob Credichapada, e ressalta que esse processo de educar, oferecer formação e informação ao cidadão são ações fundamentais e que deveriam ser copiadas para outras realidades, cidades e pessoas.

Não obstante às ações direcionadas para a formação técnica e o desenvolvimento de cidadãos financeiramente conscientes, a Credichapada vem auxiliando ainda outros projetos. Importante ajuda foi despendida pela instituição para a fundação da primeira Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE, no município de Chapada Gaúcha, que fica instalada em uma casa e que atende semanalmente a mais de 20 crianças e adolescentes com alguma necessidade especial (SESCOOP, 2017). Desde setembro de 2017, a APAE vem desenvolvendo suas atividades e hoje já conta com profissionais de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. A proposta de criação da APAE em Chapada Gaúcha surgiu da falta de uma instituição com essas características no município, o que fazia com que as crianças e jovens,

caso necessitassem de atendimento, fossem levados a viajar até o município de Arinos/MG, para receberem o atendimento (SESCOOP, 2017). Além disso, o número de pessoas especiais atendidas era pequeno, com relação ao total de pessoas já diagnosticadas no município.

Nesse cenário é que surge o projeto Cooperação Sem Limites, da Sicoob Credichapada, o qual surge como proposta de sensibilização de pais dos alunos especiais da necessidade do atendimento deles, mas que se desdobra também em apoios financeiros. Por intermédio da Credichapada e pela viabilização do presidente, Marcos Maier, e do pedagogo, Romildo Silva, foram destinados R\$ 25.000 do orçamento da Credichapada em doações para a APAE, além da doação de móveis e do auxílio em eventos de arrecadação de fundos, participação em divulgação e marketing desses eventos e da abertura de uma conta com custo zero em nome da APAE (SESCOOP, 2017).

Outro projeto apoiado pela Credichapada é a Associação Palotino, que é uma organização sem fins lucrativos e que busca o apadrinhamento de crianças e adolescentes da região de Chapada Gaúcha, com o objetivo de prover material escolar e alimentação a essas pessoas de baixa renda. A principal ajuda à Associação Palotino diz respeito ao consultório odontológico que, em 2017, atendeu mais de 400 crianças e adolescentes (SESCOOP, 2017). A Credichapada auxilia no pagamento do salário dos dentistas e da secretária do consultório, fazendo com que as pessoas atendidas precisem pagar apenas um valor irrisório para receber o atendimento. São realizados no consultório procedimentos de restauração, extração, tratamento de canal e limpezas, por exemplo (SESCOOP, 2017).

Os auxílios e desenvolvimento do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira quanto os apoios à APAE e à Associação Palotino são feitos com recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - da Sicoob Credichapada, o chamado Fundo Social. A Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual estabelece a política nacional do cooperativismo, regulamenta que as cooperativas são obrigadas a constituir o FATES com no mínimo 5% das sobras líquidas apuradas no exercício. Nesse sentido, a Credichapada libera 15% das sobras para a constituição do fundo, utilizando os recursos para o desenvolvimento das atividades mencionadas anteriormente, além de prezar pela capacitação dos cooperados (SESCOOP, 2017).

3.2 Tipologia e classificação da pesquisa

Inicialmente, caracteriza-se esta pesquisa como descritivo-exploratória, e qualitativa-quantitativa. Essa caracterização leva em consideração os objetivos – descritiva e exploratória – e a abordagem do problema – qualitativa e quantitativa.

A pesquisa descritiva se refere à descrição, propriamente dita, de uma população ou fenômeno, por meio de suas características, estabelecendo possíveis relações entre variáveis (Lakatos & Marconi, 2007; Martins & Theóphilo, 2016). Beuren (2014) destaca que a pesquisa descritiva busca observar, registrar, analisar, classificar e interpretar fatos e fenômenos. Esta pesquisa visa, nesse sentido, a análise, classificação e interpretação do desempenho da Credichapada, bem como das possíveis influências sobre o desenvolvimento local.

Já a pesquisa exploratória auxilia no conhecimento de características de um fenômeno para procurar descrever e explicar as causas e consequências desse fenômeno (Richardson, 1989). Assim, a pesquisa exploratória pode auxiliar o pesquisador a colocar o tema de pesquisa em perspectiva, a fim de trazer familiaridade com o contexto de investigação pouco ou nada conhecido anteriormente, possibilitando coletar informações sobre a vida real e estabelecer prioridades para outras investigações (Sampieri, Collado & Lucio, 2013). Assim, a partir das demais técnicas de pesquisa, descritas a seguir, este estudo buscou utilizar a abordagem exploratória para buscar observar as manifestações do fenômeno aqui estudado.

Com relação à abordagem do problema, a pesquisa é mista, como destacado anteriormente. A pesquisa quantitativa se refere a utilização de técnicas que quantifiquem as coletas de informações e suas análises por meio de procedimentos estatísticos, sejam eles simples ou mais complexos (Martins & Theóphilo, 2016). Portanto, a abordagem quantitativa foi aqui utilizada a fim de calcular os indicadores propostos pelo sistema PEARLS e pelos indicadores da Análise de Produtividade do Negócio, a serem detalhados posteriormente.

Por fim, com relação a abordagem qualitativa, destaca-se sua importância a partir do passo em que se busca compreender o contexto da investigação e estudar perspectivas dos sujeitos do estudo (Creswell & Poth, 2018). Ademais, a opção pela pesquisa qualitativa possibilita a valorização dos sujeitos do estudo e desperta a interação com o ambiente e o fenômeno estudado, trazendo aspectos da natureza das relações estudadas e de outros aspectos presentes nessa relação (Cf. Creswell & Poth, 2018).

Stake (2010) destaca que a abordagem qualitativa deve ser vista como um método de estudo em que se busca analisar como aspectos relacionados aos humanos se comportam em

certos contextos. Segundo o autor, existem algumas características especiais de um estudo qualitativo, e, portanto, um bom estudo qualitativo é: interpretativo, experiencial, situacional, personalístico, bem triangulado e bem informado.

Assim, como este estudo objetivou verificar como o desempenho financeiro da Sicoob Credichapada pode contribuir para o desenvolvimento local, tendo em vista aspectos de desenvolvimento econômico e social, o estudo utilizou-se das abordagens quantitativa e qualitativa com vistas a possibilitar uma melhor análise do fenômeno e dos dados, alcançando uma maior profundidade e um maior entendimento do contexto da Credichapada.

3.3 Estratégias da pesquisa

Com o objetivo de trazer melhor explicitação, aprofundamento e melhor entendimento da Credichapada e sua localidade, foram também definidas algumas estratégias de pesquisa para a coleta de dados e informações para construir evidências e realizar as análises. Stake (2010) destaca a observação, a entrevista e análise documental como principais metodologias de pesquisa qualitativa, as quais foram utilizadas neste estudo.

Nesse sentido, esta pesquisa pode ser classificada quanto às estratégias como estudo de caso, com direcionamentos também para as estratégias de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação.

Com relação aos procedimentos bibliográfico e documental, eles se destacam para todo o processo desta pesquisa. A diferença entre elas está no tratamento analítico ou não das informações obtidas. O levantamento das proposições teóricas e empíricas parte da realização da pesquisa bibliográfica, e, portanto, estaria presente em qualquer pesquisa de natureza científica (Lakatos & Marconi, 2007; Beuren, 2014; Martins & Theóphilo, 2016). Apesar disso, há a possibilidade de um estudo puramente bibliográfico, o qual parte das abordagens teóricas para a explicação de problemas (Martins & Theóphilo, 2016), o qual não é foco deste trabalho. Já a análise documental foi realizada a partir do estudo de caso, uma vez que neste estudo a estratégia documental era referente a informações buscadas sobre a Sicoob Credichapada. Assim, destaca-se a seguir o estudo de caso e posteriormente os aspectos da análise documental.

Outra estratégia de pesquisa principal para este trabalho é o estudo de caso. O estudo de caso é indicado em ocasiões em que se busca o estudo contextual real e, portanto, naturalístico de um fenômeno de estudo (Yin, 2005). Martins (2008, p. 11) destaca que, em um estudo de caso, “busca-se aprender a totalidade de uma situação e criativamente,

descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado”.

Um estudo de caso deve ser, segundo Martins (2008), importante, eficaz, suficiente e relatado de maneira atraente. O autor destaca que um estudo de caso é importante na medida em que é original, revelador e inédito; eficaz ao passo que relata aquilo a que se propõe, revelando análise em profundidade e não em extensão; e suficiente e relatado de maneira atraente quando faz um encadeamento lógico das evidências, demonstrando o adequado rigor científico, além de ser escrito de maneira clara e precisa (Martins, 2008).

A principal caracterização de um estudo de caso, segundo Stake (2005), está relacionada ao fato de o pesquisador dispendir tempo no local de estudo, pessoalmente, e ficar em contato com os procedimentos, atividades e operações referentes ao caso, além de refletir sobre estes acontecimentos. Nesse sentido, o que não puder ser obtido de informações a partir dessa vivência, deve ser levantado a partir de entrevistas com outras pessoas que possam auxiliar com outras informações (Stake, 2005).

Outra característica, destacada por Benbasat, Goldstein e Mead (1987), é que em um estudo de caso as fontes de informação são diversas, podendo ser coletadas por observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, áudios, vídeos, diários, cartas, e outros. Os autores (*op. cit*) ainda destacam que o estudo de caso pressupõe a não utilização de estratégias experimentais de controle ou manipulação do caso, além de possibilitar que o pesquisador faça mudanças ao longo do desenvolvimento do caso, inclusive quanto aos métodos de coleta de dados. Dadas essas considerações, destaca-se que o pesquisador deste trabalho não teve pretensão de pressupor quais são os principais agentes atuantes no processo analisado, com exceção da gestão da empresa, deixando a concepção livre para que as relações ocorressem e para que o caso se expressasse sem manipulações, de forma a fazer tais descobertas durante o processo de observação e coleta das evidências.

Ragin e Becker (1992) destacam que os casos podem ser entendidos como unidades de análise empíricas ou a partir de abordagens teóricas. Segundo os autores, a partir deste entendimento do caso, ele ainda pode ser entendido como específico ou geral, e levaria às opções presentes na Figura 5.

Figura 5*Entendimento de caso na visão de Ragin e Becker (1992)*

O caso é entendido como	Caso visto como específico	Caso visto como geral
1) Uma unidade empírica	O caso é encontrado	O caso é o objeto
2) Um constructo teórico	O caso é feito	O caso é convencional

Fonte: Adaptado de Ragin e Becker (1992).

Nesse sentido, a partir da classificação de Ragin e Becker (1992), o estudo de caso desta pesquisa se caracteriza a partir do entendimento do caso como uma unidade empírica, a qual foi encontrada e no qual o foco como visão geral está concentrada no próprio objeto, que é a Sicoob Credichapada.

Stake (2005) destaca que um caso a ser estudado é uma entidade complexa, que está localizada em um ambiente com vários contextos, sejam eles históricos, culturais, físicos, sociais, econômicos, políticos e éticos. Segundo o autor, todos estes contextos importam para um bom estudo de caso.

A utilização do estudo de caso misto, ou seja, contendo tanto a abordagem quantitativa quanto qualitativa é suportada e apoiada por Creswell, Plano e Clark (2007), Teddlie e Tashakkori (2009), Creswell (2013, 2014) e Schwandt e Gates (2018). Estes autores destacam que o estudo de caso misto é útil ao passo que possibilita uma perspectiva tanto micro quanto macro do fenômeno e evita a visão distorcida da pesquisa, uma vez que não se segue apenas um método de estudo.

Outro aspecto importante acerca dos estudos de caso é a determinação do número de casos. Nesse escopo, Yin (2005) destaca que os estudos de caso podem ser únicos ou múltiplos, e ainda dentro de cada uma dessas classificações ser holístico ou incorporado. Neste estudo, conforme já ressaltado, será abordado um estudo de caso único holístico, tendo uma unidade de análise: a Sicoob Credichapada.

No tocante a este objeto de estudo, a Credichapada, justifica-se devido a suas particularidades com relação ao destaque que a cooperativa de crédito vem ganhando em termos de desenvolvimento local, com possíveis impactos na qualidade de vida das pessoas, que foram, neste estudo, analisados a partir do complexo contexto da localidade e das dinâmicas sociais.

Os estudos de caso em contabilidade geralmente são criticados por não seguirem adequado rigor metodológico. Campos, Cunha e Barbosa Neto (2015) analisam a adequação de artigos, do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, classificados como estudo de

caso com relação às características básicas necessárias para o enquadramento nessa estratégia de pesquisa. Os autores avaliam quatro dessas características essenciais, sendo elas: menção ao protocolo; triângulação; aprofundamento no caso; e questões do tipo “como” e “por que”. Dentre os resultados, destaca-se que verificou-se que quando há protocolo tem-se maior robustez metodológica.

Já Marques, Camacho e Alcantara (2015) analisam este rigor em estudos de caso em contabilidade gerencial publicados em periódicos brasileiros, destacando e analisando 15 quesitos que seriam essenciais para que os estudos de caso tenham validade e confiabilidade. Dentre os principais resultados, pode-se destacar: questões que não permitem aprofundamento, estudos embasados apenas em uma fonte de informações, pouca ênfase na forma de coleta de dados, poucos relatos sobre as contribuições geradas, entre outros. Os quesitos destacados pelos autores como importantes para o rigor metodológico e analisados no estudo foram: 1) busca entender fenômeno no contexto real; 2) explicação do porquê da estratégia; 3) ligação entre o fenômeno e o contexto; 4) questões do tipo “como” ou “por quê”; 5) classificação do tipo de estudo de caso; 6) caso representativo para o objetivo; 7) múltiplas fontes de evidências; 8) triângulação; 9) medidas operacionais das variáveis utilizadas; 10) explicação da forma de coleta de dados; 11) relato ou indício de protocolo; 12) explicação sobre como foram feitas as análises; 13) confrontação dos resultados com teorias; 14) contribuição de geração de conhecimento; e 15) sugestões para pesquisas futuras.

Nesse sentido, sabendo-se destas deficiências recorrentes em estudos de caso na área de ciências contábeis, este estudo se preocupa em suprir essas necessidades para atender ao nível de rigor metodológico adequado para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

Além disso, destaca-se ainda que as contribuições de um estudo de caso para a academia científica se dão pela generalização analítica e não pela generalização estatística. Yin (2005) destaca que estudos de caso propõem uma generalização em termos teóricos, não generalizáveis a outras populações, a partir de uma análise contextual de conhecimento de uma determinada realidade.

Stake (2005), por sua vez, ressalta que a decisão do objeto a ser estudado envolve o processo de aprendizagem a partir deste caso e destaca que a questão a ser direcionada em termos epistemológicos do processo científico é: o que pode ser aprendido a partir de um único caso? O autor destaca que a resposta a esta pergunta depende de cada caso em particular, e, ainda, que há uma perda na ciência quando o pesquisador se prende ao compromisso da generalização e se distancia das características de compreensão do caso em específico (Stake, 2005). Assim, o pesquisador deve tomar decisões de quando e por quanto

tempo uma complexidade deve ser estudada, se atentando ao fato de que nem tudo pode ser entendido sobre o caso, devendo o pesquisador tomar escolhas sobre quais são os aspectos mais adequados a serem estudados (Stake, 2005).

Dado o contexto, a análise documental, foi aqui utilizada como fonte de informação advinda das demonstrações contábeis, que serviram para fundamentação das análises a serem discutidas principalmente com relação ao desempenho da cooperativa, além de outras informações buscadas em outros documentos que cercam a história e o desenvolvimento das atividades da cooperativa, a fim de trazer maior compreensão do caso. Martins e Theóphilo (2016) corroboram com esta ideia ao ressaltar que esta estratégia é comum em estudos que se utilizam de documentos como fonte de dados ou de evidências.

Martins e Theóphilo (2016) listam uma série de documentos que podem ser utilizados em uma pesquisa, podendo ser de forma escrita ou não, dentre eles: diários, filmes, gravações, fotos, documentos arquivados (públicos ou privados), correspondência, e outros. Em Stake (2010) é possível verificar uma correspondência desta afirmativa ao passo que o autor resalta que em abordagens qualitativas os autores se utilizam de diversos tipos de dados, como fotos, observação, textos, medidas quantitativas ou outros tipos de informações que auxiliem na compreensão sobre o que está acontecendo no caso. Segundo o autor, essa múltipla fonte de informações acontece porque os valores da comunidade devem ser levados em conta, e que os valores da coletividade das pessoas, expressos em documentos, podem sugerir informações importantes para auxiliar no entendimento do funcionamento dos fenômenos (Stake, 2010).

Sobre a análise dessas documentações, Prior (2004) resalta que o pesquisador deve se preocupar não apenas com o conteúdo propriamente dito, mas principalmente com a forma pela qual o documento foi produzido, como a documentação se interage com o meio, como ela circula, ou seja, analisar os fatores do contexto da produção dos documentos, quais seus objetivos e os agentes do processo da interlocução.

Nesse sentido, como contribuições para a análise institucional, têm surgido estudos que visam superar o que Wanderley, Barros, Costa & Carrieri (2016) destacam como caráter *a-histórico*. Segundo os autores, esse rompimento partiria de reflexões críticas e interdisciplinares que se utilizem de diferentes abordagens, como a epistemologia, a história e a análise documental. Assim, estudos têm objetivado demonstrar contribuições da história e do cotidiano para o campo dos estudos organizacionais (Barros & Carrieri, 2015).

A compreensão do contexto presente das organizações pode ser ampliada a partir da aproximação com a abordagem histórica, mas sem perder de vista a complexidade dos fatos, o

que justifica o acontecimento destes fatos e quais foram suas decorrências (Barros & Carrieri, 2015).

Carneiro (2016) destaca que a utilização de documentos e conteúdos históricos para a análise deve ser ponderada para a utilização em abordagens organizacionais, uma vez que as informações desses documentos foram construídas a partir de outras conexões ou contexto específico, sendo levado em consideração principalmente o aspecto social, e que, portanto, a utilização dos documentos deve ser ponderada a partir desse aspecto. Ainda segundo a autora, a utilização da memória (outra característica de pesquisa histórica) também requer certos cuidados e especificidades, uma vez que a memória histórica é construída a partir de certa seletividade, além de sofrer influências pessoais durante o processo de construção (Carneiro, 2016).

A observação no campo, por sua vez, se desenvolve como o próprio trabalho empírico e se constitui a partir da investigação do cotidiano (Paluck & Cialdini, 2014). Assim, muitas teorias e estruturas se desenvolvem a partir dessas pesquisas em grupos, os quais podem ser avaliados de forma retrospectiva, por questionários ou entrevistas, ou por meio de observação e acompanhamento do cotidiano do grupo (McGrath & Altermatt, 2001). Neste estudo foram utilizadas as duas formas, dada que as entrevistas foram realizadas de forma presencial, o que possibilita realizar a observação enquanto se coleta as informações retrospectivas sobre o desenvolvimento e cotidianos do grupo.

Apesar de não haver uma única forma de estudar um grupo, existem direcionamentos importantes, segundo McGrath e Altermatt (2001), que podem ser seguidos a fim de estudar melhor um determinado fenômeno. Um deles se refere à abertura ou flexibilidade do pesquisador com relação às informações que podem surgir no decorrer da pesquisa, estando aberto à alterar questões de acordo com a necessidade do estudo. Outro rumo atribuído pelos autores é que se colete tanta informação quanto for possível sobre o processo, alcançando a maior amplitude de dados possível, pois informações que possam ser consideradas como menos importantes a princípio podem se revelar como extremamente relevantes posteriormente. Com o desenvolvimento das tecnologias é possível manter um registro mais completo dos comportamentos tanto verbais quanto não-verbais no decorrer da interação com os agentes da pesquisa. Além disso, os autores ressaltam que apesar de a observação utilizar certo grau de codificação de acordo com os aspectos teóricos do estudo, o pesquisador deve se atentar para os dados e informações, para que padrões interessantes que não estejam anteriormente previstos não sejam negligenciados (McGrath & Altermatt, 2001).

Em consonância, Stake (2010) ressalta que alguns pesquisadores apresentam preocupações excessivas em registrar o que está acontecendo, em termos de precisão, e que isto não deveria ser o foco. Para o autor, o registro precisa sim ser correto, entretanto a responsabilidade principal do pesquisador deveria ser entender o acontecimento, visualizá-lo, ouvi-lo e tentar compreender o que está acontecendo no campo (Stake, 2010).

Paluck e Cialdini (2014) destacam que a observação compreende a própria investigação e também a descrição das situações, acontecimentos e eventos que dão origem ao fenômeno que se pretende estudar, podendo-se utilizar de diferentes métodos e técnicas de observação. Nesse sentido, os métodos de observação podem ser utilizados em diversos contextos de campo diferentes, sendo possível observar o comportamento individual e de grupo, criando hipóteses e desenvolvendo aspectos teóricos (Paluck & Cialdini, 2014).

Dentre as formas de observação encontra-se a observação assistemática ou ainda chamada de pré-científica, a qual possui a característica subjetiva e espontânea na qual não se tem um planejamento com antecedência (Hodson, 1986). Segundo Lakatos e Marconi (2007), a técnica de observação assistemática compreende uma forma espontânea, informal, ocasional, simples, livre, e até mesmo acidental e consiste na abordagem de coletar e registrar os fatos de uma realidade sem que seja necessário que o pesquisador use técnicas especiais ou fazer perguntas diretas, sendo mais empregada em estudos exploratórios.

Schuster e Leland (2008) destacam a observação assistemática como uma vertente na qual não se possui muita separação entre a observação e a interferência. Kohlhauf, Rutke e Neuhaus (2011) destacam que, em muitos casos, é a partir da observação não sistemática que algumas questões importantes podem surgir. Assim, é importante que o pesquisador-observador esteja atento de fato aos fenômenos que ocorrem ao seu redor, de maneira perspicaz e com comportamento de prontidão (Lakatos & Marconi, 2007).

Dallos (2012) destaca que a utilização de uma abordagem de pesquisa com observação sem estruturas definidas e desenvolvidas de maneira clara para a observação dos eventos seria possível e poderia direcionar pontos importantes sobre o foco do estudo. Segundo o autor, a ideia por trás disso é que o pesquisador, mesmo não iniciando a observação como uma forma não estruturada, poderia, a partir do contato com os sujeitos da pesquisa ou colaboradores, conseguir captar características importantes para os acontecimentos, ações ou possíveis sequências que se venha a registrar.

3.4 Técnicas de coleta de evidências e sujeitos da pesquisa

A seleção das técnicas ou processos de coleta de dados e evidências parte tanto para execução da análise quantitativa quanto da qualitativa. Portanto, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a própria análise documental e a observação (já descritas na seção anterior), além de entrevistas.

A entrevista pode ser entendida como uma troca verbal presencial, na qual uma pessoa (entrevistador) obtém informações ou expressões de opinião/crença de outra pessoa/pessoas (entrevistados) (Maccoby & Maccoby, 1954). A partir da abordagem clássica de Maccoby e Maccoby (1954), esse conceito foi atualizado, e atualmente as entrevistas não necessariamente ocorrem de maneira presencial, mas podem ocorrer por telefone ou pela internet. Apesar de haver essas outras possibilidades, como nesta pesquisa as entrevistas ocorreram conjuntamente à observação, será focado a seguir na entrevista presencial, a qual, segundo Brinkmann (2018) permite o contato interpessoal, a sensibilidade contextual e a flexibilidade ao longo da conversa da entrevista, sendo utilizada entrevista por telefone somente em casos em seja inviabilizada a presença física do pesquisador, como foi o caso da entrevista com o responsável pelo Projeto Palotino.

Dentre os principais objetivos da entrevista está a obtenção de informações ou interpretações pelos próprios agentes entrevistados e a descoberta de visões ou informações que não seriam possíveis apenas com a observação (Stake, 2010). Ainda é importante destacar que a entrevista pode ser tanto orientada para os problemas específicos do pesquisador, de forma estruturada, ou ser direcionada pela percepção do entrevistado sobre problemas, a partir de uma ótica mais geral, questionando-o com perguntas abertas de caráter geral que permitem que ele comente suas histórias de acordo com seus próprios problemas (Stake, 2010).

Brinkmann (2018) destaca que a estratégia de utilização de entrevistas de forma qualitativa foi naturalizada na era pós-moderna, não sendo, muitas vezes, necessária a justificativa de por que a técnica é a melhor maneira de realizar um projeto ou outro. Apesar disso, o autor trata que a naturalização não seria a melhor forma de lidar com as entrevistas, mas sim o fato de aprender a se familiarizar com a técnica, fazendo com que se crie uma cultura de entrevista, reconhecendo sua função na produção científica.

Surge a partir disso, três principais formas de entrevistas: a estruturada, a semiestruturada e a não estruturada. Apesar disso, Parker (2005) argumenta que não existe uma entrevista que seja plenamente estruturada, uma vez que os sujeitos entrevistados sempre vão dizer coisas além do que haveria sido anteriormente estruturado para a entrevista.

Brinkmann (2018) destaca que essas expressões ditas além da estrutura estabelecida pelo entrevistador são importantes e, muitas vezes, ajudam no entendimento das respostas do entrevistado às próprias perguntas anteriormente estruturadas. Na outra extremidade encontra-se a entrevista não estruturada, que também não seria possível teoricamente, já que há sempre uma ideia do direcionamento da conversa que pode ocorrer. Entretanto, apesar de haver essa dificuldade em evitar essa estruturação nas conversas, existe a possibilidade de tornar a conversa mais flexível, o que faz com que o entrevistado consiga expressar suas perspectivas de uma maneira mais livre (Brinkmann, 2018).

Latour (2000) destaca que essa falta de flexibilidade pode engessar o comportamento do sujeito entrevistado de modo que ele volte suas experiências ao que seria esperado pelo próprio pesquisador, o que não geraria resultados surpreendentes. O que deveria ser feito, ao contrário, seria trazer o entrevistado a um papel ativo e interessado em relatar suas visões, sendo, inclusive, desobediente quanto a estrutura da entrevista (Latour, 2000).

Assim, para este estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada, a qual, em comparação com a estruturada, permite um melhor aproveitamento dos diálogos visando a produção de conhecimento, e, em comparação com a não estruturada, a entrevista semiestruturada tem a vantagem de possibilitar ao pesquisador um papel de tornar o entrevistado mais concentrado em questões voltadas ao projeto (Brinkmann, 2018).

Brinkmann e Kvale (2015, p. 6, tradução própria) definem a entrevista semiestruturada como “uma entrevista com o objetivo de obter descrições da vivência de mundo do entrevistado para interpretar o significado dos fenômenos descritos”⁶. Nesse sentido, os principais pontos a serem destacados no conceito da entrevista semiestruturada são: propósito, descrições, vivência de mundo e interpretação do significado.

Segundo Brinkmann (2018), o propósito está ligado ao fato de a entrevista ser conduzida com vistas a um objetivo de produção de conhecimento por parte do pesquisador, o que molda a interação da conversa. Já as descrições envolvem relatos de maneira concreta, em vez de abstrata, mostrando como o sujeito entrevistado vivencia o mundo, seus eventos e episódios, sem trazer à tona reflexões sobre o porquê um indivíduo tem determinada experiência (Brinkmann, 2018).

A vivência de mundo ou experiência vivida, por sua vez, está relacionada à intersubjetividade do mundo, ou seja, o foco nas investigações com o entendimento do mundo a partir da experiência dos indivíduos com relação aos fenômenos da vida (Brinkmann, 2018).

⁶ Originalmente, lê-se: “*an interview with the purpose of obtaining descriptions of the life world of the interviewee in order to interpret the meaning of the described phenomena.*” (Brinkmann & Kvale, 2015, p. 6).

Por fim, a interpretação de significados diz respeito a interpretações, por parte do entrevistador, das experiências dos indivíduos, de acordo com o que foi falado na entrevista. Esta interpretação pode ser confirmada com o entrevistado ao longo da entrevista, e na verdade seria natural que ocorresse essa verificação (Brinkmann, 2018).

Além disso, foi utilizado nesta pesquisa o instrumento “diário de campo”. Este instrumento metodológico é empregado com o intuito de registrar as vivências e observações feitas durante o período de atuação. Segundo Weber (2009), o diário de campo se baseia no registro da observação dos comportamentos de um grupo social, caracterizado por uma investigação singular. Este instrumento pode ser utilizado tanto como estratégia principal ou como suporte para analisar informações para confecção de um texto final, podendo conter informações sobre descrição de ambientes, fragmentos de falas, impressões sobre os indivíduos, aspirações e frustrações do pesquisador (Medrado, Spink & Mélo, 2014). Medrado, Spink e Mélo (2014) destacam que o diário “produz” pesquisa ao passo que o pesquisador se torna atuante e dialoga com o diário, construindo relatos, impressões e dúvidas a partir disso. Já sobre a organização, encadeamento e classificação do diário, Weber (2009) destaca que a classificação cronológica se impõe sobre outros tipos de classificação, uma vez que a lógica presente na criação do diário é o próprio decurso de ocorrência. Apesar disso, a autora ressalta que para criação de uma ordem lógica, no caso de um texto final, outras classificações e agrupamentos são feitos a fim de tornar o texto claro e publicável (Weber, 2009).

Nesse sentido, conforme já destacado ao longo desta seção, as diferentes técnicas de coleta de dados utilizadas nesta pesquisa visam um encadeamento dialógico, ao invés de hierárquico, de modo que dados de diferentes tipos de coleta podem se organizar entre si e oferecerem uma maior e melhor explicação dos fenômenos aqui tratados. Para a coleta de dados já ressaltada, foi utilizado o protocolo de estudo de caso como direcionador e regulador da estratégia principal desta pesquisa, o qual está abordado em separado no próximo subitem.

O conjunto de indivíduos entrevistados com a forma semiestruturada, considerados como grupo de sujeitos desta pesquisa – em consonância com o levantamento apresentado no tópico referente ao caso aqui estudado –, compreende diversos agentes envolvidos nas atividades da Sicoob Credichapada, direta ou indiretamente, seja como funcionário, membro, pessoas alcançadas pelos projetos desenvolvidos pela instituição ou responsáveis por áreas da administração pública municipal.

A especificação do grupo final de sujeitos entrevistados nesta pesquisa partiu da seleção dos grupos de informantes supracitados, de forma a haver uma representatividade em

termos de agentes da comunidade. Assim, a definição dos sujeitos considerados como informantes de cada um destes grupos, foi feita de forma a considerar a acessibilidade e a saturação informacional, quando não se observava mais acréscimos contributivos por meio das entrevistas. Além disso, ao final das entrevistas o pesquisador adotou dois procedimentos visando maior busca de informações. O primeiro deles consistiu em perguntar ao entrevistado se ele gostaria de sugerir outra pessoa a ser entrevistada considerando os objetivos da pesquisa. O segundo foi deixar, com cada entrevistado, um cartão de visita com informações de contato para o caso de eles se lembrarem de alguma informação que considerassem relevante após a entrevista.

Destaca-se que com relação aos projetos sociais apoiados ou desenvolvidos pela Sicoob Credichapada, foco maior foi dado ao Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, uma vez que este auxilia na justificativa do caso desta pesquisa com relação aos impactos econômicos e sociais, em virtude do reconhecimento pela premiação Concred Verde – Harmonia Social. Apesar disso, outros fatores e os demais projetos também foram pesquisados como forma de abranger uma maior totalidade do caso aqui estudado.

Dessa forma, dentre os roteiros para as entrevistas semiestruturadas têm-se a relação dos assuntos objetivos de cada roteiro, com o grupo de foco (quando aplicável), a seguir e apresentados em apêndice neste trabalho:

Apêndice A – Avaliação do Desempenho realizado internamente pela Sicoob Credichapada;

Apêndice B – Utilização do FATES pela Sicoob Credichapada;

Apêndice C – Projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora da Sicoob Credichapada – Alunos das Cooperativas Escolares;

Apêndice D – Projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora da Sicoob Credichapada – Professores e Supervisores/Diretores de Escolas Estaduais e Municipais;

Apêndice E – Projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora da Sicoob Credichapada – Responsável Secretaria Municipal de Educação de Chapada Gaúcha;

Apêndice F – Informações sobre a agricultura municipal e sua relação com a Sicoob Credichapada – Responsável Secretaria Municipal Agricultura de Chapada Gaúcha;

Apêndice G – Informações sobre o desenvolvimento do município e as finanças municipais e sua relação com a Sicoob Credichapada – Representante Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Chapada Gaúcha;

Apêndice H – Informações sobre aspectos de ações sociais municipais e sua relação com a Sicoob Credichapada – Representante Secretaria Municipal de Ações Sociais de Chapada Gaúcha;

Apêndice I – Informações sobre o comércio local e sua relação com a Sicoob Credichapada – Representante do Comércio Local de Chapada Gaúcha;

Apêndice J – Informações sobre o Projeto Palotino apoiado pela Sicoob Credichapada – Representante Associação Palotino

Apêndice K – Informações sobre demais projetos desenvolvidos ou apoiados pela Sicoob Credichapada – Informações Gerais.

3.4.1 *Protocolo do Estudo de Caso*

O protocolo de um estudo de caso é um instrumento que direciona a coleta de dados e os procedimentos a serem seguidos pelo pesquisador ao longo da condução do estudo (Yin, 2005). A utilização do protocolo se justifica principalmente no aumento da confiabilidade da pesquisa, uma vez que se espera que a partir do protocolo possa se encontrar resultados semelhantes em caso de replicação de um estudo de caso, tanto para o mesmo caso quanto para casos similares (Martins, 2008). Yin (2005) também vai ao encontro da ideia de maximização da confiabilidade da pesquisa com a utilização de um estudo de caso único.

Yin (2005) destaca quatro principais seções de um estudo de caso, a constar: 1) uma visão geral do projeto, ressaltando aspectos a serem investigados e fundamentação para o caso; 2) os procedimentos de campo, que sejam bem planejados e que contenham as tarefas principais; 3) questões do estudo de caso, que são voltadas ao pesquisador, como informações a serem coletadas e o fundamento para esta coleta; e 4) guia para o relatório de um estudo de caso, com direcionamentos sobre quais informações devem conter no relatório final, mas de maneira flexível, o que facilitaria a coleta de dados.

Já Martins (2008) propõe a estrutura da seguinte forma: 1) definição dos objetivos do estudo de caso; 2) procedimentos iniciais de campo, com informações sobre as coletas de dados e a contraprestação do estudo; 3) questões do estudo de caso, com os direcionamentos sobre a pesquisa; 4) possíveis fontes de evidências para o estudo.

Observa-se, que apesar de a estrutura não ser exatamente a mesma, as informações a constarem em um protocolo de estudo de caso são praticamente comuns. Assim, apresenta-se a seguir o protocolo que direcionou este estudo, e que foi desenvolvido concomitantemente com o desenvolvimento desta pesquisa.

ESCOPO

O objetivo deste estudo foi verificar e analisar o desempenho financeiro e os impactos econômicos e sociais da Sicoob Credichapada na sua área de atuação. Assim, os principais focos de análise foram o desempenho econômico financeiro, mensurado pelo sistema PEARLS e pela Análise da Produtividade do Negócio – APN, e os impactos econômicos e sociais da Credichapada com a captura por documentos, observação e entrevistas realizadas.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os procedimentos realizados compreendem a análise documental, a observação assistemática e a aplicação de entrevistas. Além disso, serão descritos a seguir outros pontos importantes.

a) Procedimentos iniciais da pesquisa

A Sicoob Credichapada vem sendo reconhecida ao longo dos últimos anos e importantes sinalizações de impactos desta entidade aconteceram por órgãos importantes ligados ao cooperativismo de crédito. Nesse sentido, o contato inicial se deu com o presidente da cooperativa, Marcos Maier, em 14 de junho de 2018, em reunião realizada no Banco Central do Brasil em Belo Horizonte/MG, com a presença do analista do BACEN, Romeu Eugênio Lima, o presidente da Credichapada, a orientadora desta pesquisa, Valéria Gama Fully Bressan e o pesquisador. Neste primeiro contato, foi relatado um histórico da cooperativa pelo seu presidente, bem como houve uma conversa acerca das experiências e cenários do cooperativismo de crédito. A demanda da pesquisa foi exposta e o presidente da Credichapada convidou o pesquisador e a orientadora a conhecerem a cidade de Chapada Gaúcha/MG para ficarem a parte do contexto da entidade e conhecerem a realidade da comunidade.

Assim, a viagem a Chapada Gaúcha/MG foi planejada e em agosto de 2018 conheceu-se o município e o contexto da Sicoob Credichapada. Na oportunidade, foram conhecidos os projetos desenvolvidos e/ou apoiados pela Credichapada, como o Projeto Palotino, a APAE de Chapada Gaúcha, o Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira e as cooperativas escolares, UNICOOP, COOPERMOC E COOPERDÁRIO.

Para a coleta de dados, foi utilizada a análise documental a partir das demonstrações financeiras e relatório de gestão da administração da Sicoob Credichapada. A partir disso foi possível verificar o desempenho financeiro da Credichapada e identificar possíveis direcionamentos estratégicos que foram tomados pela administração da cooperativa, de modo a entender eventos críticos e períodos estratégicos e de que forma isto poderia auxiliar na

explicação do desempenho. Entrevistas foram realizadas com a gestão da cooperativa a fim de confirmar ou despertar algumas das análises realizadas. A operacionalização dos cálculos e gráficos dos indicadores do desempenho da Credichapada, tanto pelo sistema PEARLS quanto pela APN, foi realizada pelo Excel. Destaca-se ainda, que os cálculos dos indicadores do modelo de análise PEARLS foram realizados a partir do projeto de iniciação científica intitulado “CAMEL e PEARLS: Análise de Desempenho Financeiro de uma Cooperativa de Crédito Referência Nacional de Educação Financeira”, sob a coordenação da Profa. Dra. Valéria Gama Fully Bressan, e como bolsista a aluna Cinthia Moysés Gonçalves. O projeto faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PIBIC/CNPq referente ao Edital Único PIBIC 08/2018.

Com relação ao volume gasto com os projetos pela Credichapada a partir do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), foi utilizado o livro razão analítico das contas do fundo proveniente de Resultados de Atos com Associados e de Resultado de Atos com Não Associados. A partir disso, foram analisados os débitos da conta do livro razão para cada uma das contas, a fim de avaliar os dispêndios mensais ocorridos. Posteriormente, para avaliar a participação desses dispêndios com relação ao patrimônio da cooperativa, foi feita a razão desses gastos com relação ao Patrimônio Líquido Ajustado da cooperativa para cada um dos meses de análise. Essas contas do FATES são classificadas sob os seguintes códigos junto ao Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (COSIF): Resultado de Atos com Associados = 4.9.3.20.10-5; Resultado de Atos com Não Associados = 4.9.3.20.20-8. Já o Patrimônio Líquido Ajustado foi composto pelo patrimônio líquido acrescido dos resultados da movimentação das contas de resultado credores e contas de resultado devedoras, assim: Patrimônio Líquido (saldo final) 6.0.0.00.00-2; Contas de resultado credoras (movimentação) 7.0.0.00.00-9; Contas de resultado devedoras (movimentação) 8.0.0.00.00-6.

Para a verificação dos impactos econômicos e sociais, foi utilizada a observação assistemática e as entrevistas, a fim de se conhecer a realidade dos sujeitos da pesquisa e de entender suas vivências e visões da localidade, além do papel da Credichapada neste processo e nos projetos que ela desenvolve. Assim, a observação compreendeu a vivência do pesquisador na área de atuação da Credichapada, no acompanhamento de viagens para eventos (a fim de apresentar e disseminar o Programa de Educação que ocorre nas escolas), no cotidiano de escolas rurais e urbanas de Chapada Gaúcha, nas atividades desenvolvidas pelas cooperativas escolares, na confecção de produtos pelas cooperativas escolares, em

visitas de sensibilização para criação de nova cooperativa escolar, em eventos nas escolas e no próprio município de Chapada Gaúcha. O pesquisador se preocupou, ao longo do trabalho de campo, em acompanhar o máximo de atividades que foram possíveis, com o intuito de conhecer melhor a localidade e os projetos desenvolvidos pela Credichapada.

Destaca-se que com relação às visitas às escolas e demais projetos e ações, bem como da participação dos eventos e feiras, o pesquisador contou com uma presença essencial na maior parte das vezes. Essa presença se refere ao pedagogo da cooperativa, Romildo José da Silva, que foi um facilitador do trabalho de campo e intermediário entre o pesquisador e grande parte dos sujeitos da pesquisa, apresentando ao pesquisador a maior parte dos principais grupos de análise deste trabalho.

Como contraprestação para o estudo de caso, o pesquisador se compromete a encaminhar a versão final desta pesquisa para a cooperativa, além de realizar, a critério da cooperativa, seminário com a administração, com os cooperados, com os beneficiários dos programas sociais desenvolvidos pela Credichapada e também à comunidade de forma geral.

b) Questões do estudo de caso

Retomando-se os objetivos da pesquisa, pretendeu-se responder, a partir do caso deste estudo, a algumas questões relacionadas a ele, que não necessariamente correspondem à questão central do estudo, mas que possuem relação. A partir dos objetivos, responde-se, portanto: Qual o desempenho econômico financeiro da Sicoob Credichapada? Quais impactos econômicos a cooperativa provoca na localidade de atuação? Quais impactos sociais são ocasionados a partir do desenvolvimento de projetos pela Credichapada? Quais reflexos são gerados pelo Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira?

Dessa forma, para avaliar qual o desempenho financeiro da Sicoob Credichapada foram utilizados dois sistemas de avaliação: o sistema de monitoramento PEARLS e o conjunto de indicadores da Análise da Produtividade do Negócio (APN). Já para avaliar os impactos econômicos, foram realizadas a observação assistemática e entrevistas com possíveis agentes contemplados ou atendidos pela cooperativa e por seus projetos, além de agentes da administração pública e de representações locais. A avaliação dos impactos sociais seguiu a mesma lógica dos impactos econômicos, visando avaliar as mudanças na qualidade de vida da população atendida pela Credichapada. Ressalta-se que grande parte das transformações econômicas e sociais estiveram ligadas durante o desenvolvimento da pesquisa, o que faz com que os resultados sejam apresentados de forma agregada.

Destaca-se que os roteiros de entrevistas e as questões direcionadoras deste estudo foram construídos e ajustados a partir do referencial deste trabalho e com o desenvolvimento

da observação assistemática, o que possibilitou a abordagem de aspectos que não tinham sido possíveis de observar. Assim, destaca-se que a observação assistemática ocorreu com a observação dos grupos de interesse no estudo e esteve relacionada, portanto, com o processo de entrevistas, com vistas a um maior entendimento dos fenômenos e na tentativa de conseguir informações que não fossem possíveis a partir das entrevistas. Desse modo, a observação assistemática foi desenvolvida e relacionada principalmente com a avaliação dos impactos econômicos e sociais na pesquisa.

c) Fontes de evidências e direcionamentos para o relatório final do caso

As fontes de coletas de dados e evidências foram os relatórios de gestão da administração, os dados contábeis da cooperativa, documentos diversos, a observação e as entrevistas realizadas. Ressalta-se que a coleta das informações em campo foi realizada no período de 30 de Agosto a 05 de Outubro de 2019.

Como direcionamentos para o relatório final, foram empregadas as lógicas das questões do estudo de caso, que possibilitaram uma melhor condução do estudo, com a finalidade de alcançar os objetivos e relatar as informações e impactos a que se propunha.

d) Procedimentos éticos da pesquisa

Esta pesquisa foi conduzida de forma a respeitar os limites éticos com relação ao consentimento informado dos sujeitos estudados, com relação à responsabilidade com a cooperativa, seus funcionários e cooperados, e com relação à confidencialidade dos sujeitos e da organização. Ressalta-se que fica comprometida a manutenção da confidencialidade, sempre que demandada, para informações da cooperativa. As gravações das entrevistas foram e serão mantidas em posse apenas do pesquisador desta pesquisa, sem qualquer divulgação dos áudios ou do vínculo dos sujeitos com as transcrições. Ressalta-se ainda, que as gravações de entrevistas foram realizadas apenas com a anuência dos entrevistados.

Além disso, o pesquisador teve o entendimento de que apenas o consentimento ou permissão pelos entrevistados, com relação às informações coletadas, não eram suficientes. Realmente é considerado que várias das histórias das pessoas entrevistadas, e de todas as vivências de vida, impressiona e poderia ser contada, dando visibilidade e demonstrando a situação da vida dessas pessoas. Porém, o pesquisador considera que, ao mesmo tempo que isso poderia ajudar essas pessoas, também poderia as expor, o que não foi feito nesta pesquisa. Dessa forma, além das questões legais relacionadas à privacidade dos sujeitos desta pesquisa, o pesquisador se preocupou com a observação de limites de exposição das pessoas que participaram e contribuíram para o estudo. Assim, durante a condução das entrevistas, o pesquisador buscou se ater a questões diretamente relacionadas ao foco da pesquisa, sem o

objetivo de permear por questões da privacidade dos entrevistados, evitando intromissão e respeitando a zona de privacidade dos sujeitos da pesquisa.

Além disso, o pesquisador se preocupou com o uso das imagens apresentadas neste trabalho, constando no Anexo C, deste arquivo, o Termo de Uso de Imagem referente às fotografias aqui apresentadas.

3.5 Procedimentos para análise dos dados

As técnicas de coleta de dados abordadas anteriormente visam a triangulação dos dados. Segundo Yin (2005), a triangulação visa uma convergência dos aspectos relacionados ao fenômeno investigado. Flick (2018) simplifica o conceito de triangulação e ressalta que o significado está relacionado à forma de tratamento de uma questão de pesquisa, que com a triangulação é observada a partir de duas ou mais perspectivas.

Portanto, a triangulação se refere de certo modo à integração de diferentes tipos de dados em relação a perspectivas dos próprios dados (Flick, 2018). Geralmente, se utiliza a triangulação como um processo de esclarecimento de um significado a partir de múltiplas percepções, verificando se há consistência ou repetição de uma determinada observação ou contexto interpretativo (Stake, 2005). Apesar disso, considerando que essas observações ou contextos não são plenamente repetíveis, a triangulação é também utilizada como forma de tornar certos significados mais claros, ou trazer diferentes formas de visualizar um mesmo fenômeno que está sendo estudado (Stake, 2005).

Nesta seção serão destacados três principais procedimentos de análise dos dados, o sistema de monitoramento PEARLS e a análise APN e seus indicadores – para mensuração do desempenho da Credichapada – e a análise de conteúdo, a ser utilizada para a análise dos dados qualitativos.

3.5.1 Desempenho via sistema PEARLS

O sistema de monitoramento PEARLS, conforme já explicitado, foi criado como um conjunto de indicadores que se adapta a análise do desempenho de cooperativas de crédito. O sistema foi proposto pelo WOCCU e representa um acrônimo das letras iniciais das áreas-chave de análise do sistema, a notar: *Protection* (proteção), *Effective financial structure* (efetiva estrutura financeira), *Assets quality* (qualidade dos ativos), *Rates of return and costs* (taxas de retorno e custos), *Liquidity* (liquidez), e *Signs of growth* (sinais de crescimento). A importância do sistema PEARLS para análise das cooperativas de crédito já foi destacada na

realidade brasileira por Bressan *et al.* (2011a), Bressan *et al.* (2011b), Bressan *et al.* (2014), Gozer *et al.* (2014), Oliveira, Bressan e Bressan (2014), Gollo e Silva (2015), Silva, Padilha e Silva (2015).

A partir da adaptação proposta por Bressan *et al.* (2010) para as contas do Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), são apresentados a seguir os indicadores de desempenho pelo sistema PEARLS com a adaptação para a realidade brasileira. Além disso, no Anexo A são apresentadas as contas de cada um dos indicadores com seus respectivos códigos do COSIF.

Dessa forma, o conjunto de 39 indicadores contábeis financeiros dentro da classificação PEARLS, conforme recomendação de Richardson (2002), Vasconcelos (2006), apresentados por Bressan *et al.* (2010), e posteriormente ajustados por Oliveira e Bressan (2015) são:

I) P – *protection* (proteção)

P1 = provisão para liquidação duvidosa sob operações de crédito/carteira classificada total;

P2 = operações de crédito vencidas/carteira classificada total;

P3 = operações de risco de nível D até H/classificação da carteira de créditos;

P4 = operações de risco de Nível D até H – percentual de provisão estimado de nível D até H/patrimônio líquido ajustado.

II) E – *effective financial structure* (estrutura financeira efetiva)

E1 = operações de crédito líquidas/ativo total;

E2 = investimentos financeiros/ativo total;

E3 = capital social/ativo total;

E4 = capital institucional/ativo total;

E5 = renda de intermediação financeira/ativo total médio;

E6 = ativo total/patrimônio líquido ajustado.

III) A – *assets quality* (qualidade dos ativos)

A1 = ativo permanente + ativos não direcionados com atividade-fim da cooperativa/patrimônio líquido ajustado;

A2 (imobilização) = ativo permanente/patrimônio líquido ajustado;

A3 = ativos não direcionados com a atividade-fim da cooperativa/ativo total;

A4 = depósitos totais/ativo total.

IV) R – *rates of return and costs* (taxas de retorno e custos)

R1 = rendas de operações de crédito/operações de crédito médias;

R2 = renda líquida de investimento financeiro/investimento financeiro médio;

R3 = despesas de depósito a prazo/depósitos a prazo;

R4 = despesas de obrigações por empréstimos e repasses/obrigações por empréstimos e repasses médias;

R5 = margem bruta/ativo total médio;

R6 = despesas operacionais/ativo total médio;

R7 = sobras/ativo total médio;

R8 = sobras/patrimônio líquido ajustado médio;

R9 = resultado da intermediação financeira/receita operacional;

R10 = sobras/receita operacional;

R11 = rendas de prestação de serviços/despesas administrativas;

R12 = despesas de gestão/despesas administrativas;

R13 = despesas administrativas/ativo total médio.

V) L – liquidity (liquidez)

L1 = disponibilidades/depósitos à vista;

L2 = ativos de curto prazo/depósitos totais;

L3 = caixa livre/ativo total.

VI) S – signs of growth (sinais de crescimento)

S1 = crescimento da receita operacional = (receita operacional do mês corrente/receita operacional do mês anterior) – 1;

S2 = crescimento da captação total = (captação total do mês corrente/captação total do mês anterior) – 1;

S3 = crescimento das operações de crédito com nível de risco D-H = (operações de crédito com nível de risco D-H do mês corrente/operações de crédito com nível de risco D-H do mês anterior) – 1;

S4 = crescimento dos Ativos Não Direcionados com Atividade-Fim da cooperativa (Andaf) = (Andaf do mês corrente/Andaf do mês anterior) – 1;

S5 = crescimento da provisão sobre operações de crédito = (provisão sobre operações de crédito do mês corrente/provisão sobre operações de crédito do mês anterior) – 1;

S6 = crescimento das despesas administrativas = (despesas administrativas do mês corrente/despesas administrativas do mês anterior) – 1;

S7 = crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = (PLA do mês corrente/PLA do mês anterior) – 1;

S8 = crescimento do Ativo Total (AT) = (AT mês corrente/AT mês anterior) – 1;

$S9 = \text{crescimento das operações de crédito} = (\text{operações de crédito do mês corrente} / \text{operações de crédito do mês anterior}) - 1.$

Assim, para esta parte de análise do desempenho da Credichapada, os cálculos foram feitos a partir da mensuração dos 39 indicadores PEARLS, com contas descritas acima e com as contas COSIF para compor os indicadores descritas no Anexo A deste documento. Ressalta-se que o período de análise do desempenho pelo sistema de monitoramento PEARLS abrangeu os dados mensais disponíveis desde a fundação da Sicoob Credichapada (Agosto de 2011) até Maio de 2019, o último fechamento disponível quando da coleta dos dados.

3.5.2 Desempenho via Análise de Produtividade do Negócio - APN

O sistema de Análise de Produtividade do Negócio foi criado pelo Sicoob Confederação, com vistas a possibilitar uma avaliação de desempenho melhor e mais padronizada dentre as instituições filiadas ao sistema. Nesse sentido, a APN é dividida em 10 áreas de avaliação: indicadores legais, liquidez, estrutura de capital, rentabilidade, indicadores de crédito, cheques devolvidos, produtividade, dados quantitativos, análise comparativa e taxas Sicoob (Sicoob, 2018). Juntas, essas áreas somam 66 indicadores de análise, descritos a seguir de acordo com Sicoob (2018).

I) Indicadores legais

- 1) Patrimônio de Referência – PR
- 2) Índice de Basiléia – IB
- 3) Índice/Grau de Imobilização – GI
- 4) Razão de Alavancagem

II) Liquidez

- 1) Liquidez Geral
- 2) Índice de Centralização Financeira – ICFs
- 3) Índice de Liquidez – IL
- 4) Liquidez Corrente
- 5) Limite Global Atual
- 6) Limite Global Mês Realizado
- 7) Limite Global Mês Seguinte
- 8) Concentração de depósitos

III) Estrutura de Capital

- 1) Endividamento

IV) Rentabilidade

- 1) Rentabilidade do Ativo
- 2) Rentabilidade do PL
- 3) Rentabilidade do PL (-JCP)

V) Indicadores de Crédito

- 1) Concentração de Risco
- 2) Índice de Alavancagem
- 3) Índice de Provisionamento
- 4) INAD 15
- 5) INAD 90
- 6) Índice de Prejuízo – IHH
- 7) Índice de Cobertura

VI) Cheques devolvidos

- 1) Cheques sustados
- 2) Cheques devolvidos
- 3) Cheques devolvidos e contas encerradas

VII) Produtividade

- 1) Índice de Eficiência Padrão – IEP
- 2) Índice de Eficiência Ajustado pelo Risco – IEA
- 3) Índice de Cobertura Pessoal
- 4) Índice de Cobertura Administrativa
- 5) Ativos/Associados
- 6) Depósitos/Associados
- 7) Operações de Crédito/Associados
- 8) Renda de Serviços/Associados

VIII) Dados quantitativos

- 1) Números de associados
- 2) Associados ativos
- 3) Quantidade de novos associados no mês
- 4) Quantidade de associados desligados no mês
- 5) Quantidade de contas correntes
- 6) Quantidade de novas contas correntes no mês
- 7) Quantidade de contas correntes encerradas no mês

IX) Análise Comparativa

- 1) Ativo total
- 2) Operações de crédito
- 3) Permanente
- 4) Depósitos totais
- 5) Depósitos à vista
- 6) Depósitos a prazo
- 7) Receitas Operacionais
- 8) Patrimônio Líquido
- 9) Capital Social
- 10) Sobras/Perdas do Exercício Atual
- 11) Sobras/Perdas do Exercício Anterior

X) Taxas Sicoob

- 1) Empréstimos totais
- 2) Cheque Especial
- 3) Conta Garantida
- 4) Empréstimos
- 5) Financiamentos
- 6) Operações Renegociadas
- 7) Títulos descontados
- 8) Financiamentos Rurais Totais
- 9) Financiamentos Rurais Livres
- 10) Financiamentos Rurais Direcionados
- 11) Financiamentos Rurais Fontes Públicas
- 12) Depósitos
- 13) Depósitos a Prazo
- 14) Spread Global

Para esta parte da análise de desempenho, foram, portanto, utilizados os dados disponibilizados pela cooperativa por meio do Sisbr 2.0, contemplando os 66 indicadores calculados com datas-bases mensais, disponíveis a partir do mês de Janeiro de 2017, e chegando a Agosto de 2019, último fechamento na época da coleta destes dados. Dessa forma, os indicadores de forma sintética foram descritos anteriormente e o detalhamento de cálculo com as contas gerencias a compor podem ser encontradas no Anexo B deste arquivo.

3.5.3 *Análise de Conteúdo*

O método utilizado para a organização e análise dos dados provenientes das entrevistas e da observação foi a Análise de Conteúdo. Bardin (2011, p. 44) caracteriza a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A análise de conteúdo parte, portanto, do tratamento de informações contidas em mensagens, que permitem a inferência sobre os conhecimentos presentes nas mensagens (Bardin, 2011).

A análise de conteúdo possui potencial para tratamento de informações de diversas formas, como textos, vídeos, imagens ou expressões que necessitam de tratamentos para serem entendidos, vistos ou lidos (Colbari, 2014).

Bardin (2011) ressalta que a primeira etapa de aplicação do método seria a fase de organização da análise, a qual seria ainda dividida em três etapas cronológicas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise consiste na organização propriamente dita e tem por objetivo a sistematização das ideias, de forma a traçar a escolha dos documentos a serem analisados, formular objetivos, e formular bases para índices ou indicadores explicitados pela análise (Bardin, 2011). A exploração do material compreende a aplicação das decisões tomadas na fase anterior. Por fim, a fase de tratamento dos resultados e interpretação surge para estabelecer os resultados fornecidos pela análise, podendo utilizar-se, segundo Bardin (2011), de operações estatísticas, síntese e seleção de resultados, inferências e a própria interpretação.

A segunda etapa da aplicação do método é a fase de codificação do material, que contempla a transformação dos dados brutos em segregação por unidades, de forma a permitir a descrição específica e exata das características do conteúdo (Bardin, 2011). Segundo Bardin (2011), esta segunda etapa contém escolhas de recorte, ou escolha de unidades; de enumeração, ou de regras de contagem; e de classificação e agregação, ou escolha das categorias.

Por fim, a terceira etapa consiste na categorização das mensagens analisadas. A categorização consiste na classificação de elementos de um conjunto, fazendo com que elementos comuns fiquem sob um mesmo agrupamento (Bardin, 2011). Colbari (2014) ressalta que a qualidade da análise depende em grande parte do valor atribuído ou da legitimidade dessas categorias. Segundo a autora, a escolha das categorias deve levar em

consideração: a garantia da exaustão; a exclusividade; a homogeneidade; a objetividade; e a pertinência (Colbari, 2014).

Ainda segundo Colbari (2014), a análise de conteúdo como uma técnica de tratamento dos dados perpassa pela contraposição entre quantitativo e qualitativo. Bardin (2004) ressalta que a análise de conteúdo pode ser utilizada tanto de forma quantitativa no material analisado, para verificação de frequência, por exemplo, ou de forma qualitativa, avaliando a presença ou ausência de determinada característica ou conceito no texto.

Nesse sentido, Colbari (2014) destaca que dar prioridade à frequência que um item ou outro aparece nas informações e dados em virtude da importância atribuída para a diferença que a presença ou ausência de um item produz, pode não ser a escolha adequada. Segundo Rocha e Deusdará (2006, p. 36) o nexos provocado pelo texto e os padrões “podem ser demonstrados não através de contagens e medidas, mas por diferentes possibilidades de interpretação da multiplicidade de conotações”.

Segundo Bardin (2011), o critério de categorização pode ser semântico, sintático, lexical e expressivo. A categorização semântica, ou por categorias temáticas, se refere a contagem de temas ou itens de significação dentro de uma categoria (unidade de codificação) inicialmente proposta (Bardin, 2011). Nesse sentido, para esta pesquisa seguiu-se a análise temática ou semântica do conteúdo, a fim de agrupar os temas ligados à problemática deste estudo que tiveram significados comuns sob a regência de uma mesma unidade de codificação.

3.6 Possíveis limitações e identificação dos riscos da pesquisa

A partir da utilização de entrevistas como forma de coletar evidências, estudos podem, de alguma forma, levar ao constrangimento de alguns dos sujeitos a serem entrevistados. Apesar disso, foram preocupações do pesquisador deste estudo os direcionamentos éticos para a condução dessas entrevistas, de forma a esclarecer aos indivíduos que não haveria prejuízos da participação e que ela poderia ser interrompida caso algum constrangimento ou desconforto fosse sentido por eles. Estes procedimentos esclarecedores ao início da pesquisa visam de fato trazer maior conforto aos entrevistados sobre a entrevista a ser realizada. Stake (2010) ressalta que o processo de entrevistas pode ser considerado mais natural a partir da utilização da observação, uma vez que ela possibilita a maior interação com os entrevistados, fazendo com que os indivíduos de interesse na pesquisa reconheçam a presença do pesquisador como um membro temporário da comunidade.

Nesse sentido, inicialmente os entrevistados foram consultados sobre a permissão de gravação das entrevistas e posteriormente foram expostos ao termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa (Anexo D), sendo informados, de início, que a participação na entrevista era voluntária e que eles eram livres para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação; e que, portanto, a qualquer momento, poderiam deixar de responder à entrevista, caso se sentissem constrangidos, incomodados ou com algum desconforto em relação às questões do instrumento de pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para o estudo de um caso é necessário entender que o caso é um sistema complexo e nesse sentido é fundamental conhecer o seu contexto. Para melhor entendimento desse contexto da Sicoob Credichapada, inicialmente faz-se uma explanação sobre o município de Chapada Gaúcha, com algumas informações socioeconômicas, geográficas e históricas da localização sede da Credichapada. Além desta caracterização do município, são apresentadas informações sobre o desenvolvimento do município, com fatores históricos, e também com fatores atuais do desenvolvimento. A soma dessas informações auxilia na compreensão de quais influências a Sicoob Credichapada exerce no desenvolvimento local, sendo possível compreender como acontecia o desenvolvimento da localidade antes e depois da criação da cooperativa e quais são os pontos de impactos econômicos e sociais decorrentes da implantação da cooperativa.

Posteriormente serão apresentadas informações sobre os impactos econômicos e sociais que a Credichapada exerce no seu âmbito de atuação. Nesta seção são apresentados os efeitos da criação da cooperativa em fatores econômicos e sociais, a partir da própria função do crédito, como também dos projetos que são desenvolvidos pela cooperativa. Foco é dado nos impactos referentes ao Programa de Educação, desenvolvido e apoiado pela Credichapada. Ainda será discutida a utilização do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) da cooperativa e sua utilização ao longo do tempo, além de sua função na promoção dos impactos.

Ademais, será apresentado o desempenho econômico-financeiro da Sicoob Credichapada a partir dos modelos de análise propostos neste estudo, avaliando os principais pontos de observação destes modelos. Por fim, será discutida a relação entre o desempenho econômico-financeiro da cooperativa com os impactos econômicos e sociais proporcionados por ela.

4.1 A Holística da Sicoob Credichapada: história e trajetória.

4.1.1 A História do município de Chapada Gaúcha e seu desenvolvimento

Os antecedentes históricos do município de Chapada Gaúcha, assim como os demais municípios do sertão norte mineiro, remontam frentes de expansão que datam do século XVII. Assim, as referências da formação histórica da região norte do estado dizem respeito a uma frente de expansão composta por vaqueiros da Bahia e de Pernambuco – preocupados com a pastagem para o gado nas margens do rio São Francisco – e outra composta por bandeirantes paulistas em busca de riquezas e de escravos indígenas na região (Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2012).

Essas duas fontes de expansão ficaram então firmadas antes que as descobertas de ouro acontecessem no Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, após conflitos entre esses bandeirantes e os povos nativos da região, a pecuária teria propiciado uma corrente de migração e começaram-se a estabelecer povoados e criadores de gados para a região. Essa atividade de pecuária foi a principal atividade econômica da época.

Ainda é possível observar outro período migratório importante, que aconteceu já no século XX, em que as terras do sertão norte mineiro começam a ser povoadas por povos de outras regiões do estado de Minas Gerais, passando a ocupar terras pouco povoadas e resultando na população mineira que existe no local. Outra característica do norte do Estado de Minas Gerais é a existência do bioma Cerrado, também presente em outros 12 estados brasileiros, singularizado pela grande diversidade biológica, entre paisagem e vegetação, e ameaçada por intervenções e modernização agrícola que ocorrerem principalmente a partir do final do século XX.

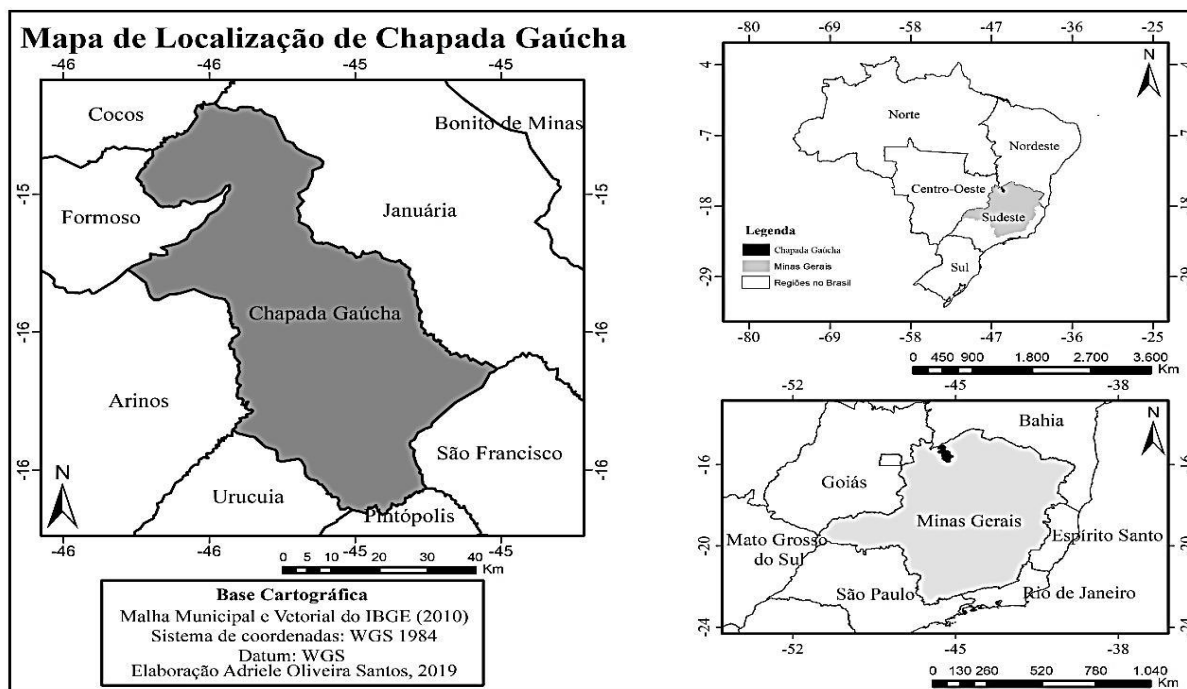
Após a década de 1970, políticas públicas começaram a despertar o olhar para o cerrado na região, havendo, neste período, uma expansão da apropriação do bioma, o que obrigou famílias a deixarem suas terras de origem, enquanto as terras passavam a ser exploradas por grandes latifundiários da época. Essa expansão e implantação de monoculturas de espécies exóticas, dentre outras atividades, encontraram apoio na própria Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2012). Esse desenvolvimento da produção agropecuária e a ocupação do cerrado surgem principalmente a partir do movimento de incentivo político e econômico do Governo Federal, quando foram implantados dois Planos Nacionais de Desenvolvimento. Assim, dentro dessa

implementação, a região norte mineira teve como foco a programação de ocupação territorial de assentamentos dirigidos, descrito a seguir com foco para o município de Chapada Gaúcha.

Na Figura 6 observa-se o mapa de localização de Chapada Gaúcha-MG no território estadual e nacional.

Figura 6

Mapa de Localização do Município de Chapada Gaúcha/MG



Fonte: Elaborado por Adrielle Oliveira Santos (2019).

O município de Chapada Gaúcha teve o início do seu processo de povoamento na década de 1970, mais precisamente em 1976. Neste ano havia chegado os primeiros moradores, de origem gaúcha, e provenientes de um programa de ocupação territorial e de implementação de políticas agropecuárias no cerrado, o chamado Projeto de Assentamento Dirigido a Serra das Araras – PADSA, que foi realizado pela Fundação Rural Mineira – RURALMINAS (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019a). O PADSA fez parte de um dos planos de incentivo político-econômico de desenvolvimento de práticas agropecuárias e ocupação do cerrado firmadas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND do Governo Federal, na segunda metade do século XX.

A RURALMINAS após realizar estudos na região, tanto de topografia quanto de loteamento, instalou cerca de dez famílias para compor a então Vila dos Gaúchos, com objetivo de desenvolver economicamente a região e conceder a propriedade das terras a partir

do poder do Estado, de forma a reduzir movimentos presentes no sertão à época, como o coronelismo⁷.

Quando os primeiros moradores migrantes chegaram à região, o cerrado deserto tomava conta da localidade, sem qualquer morador, sem água ou até estradas, sendo a cidade mais próxima a de Arinos, com distância de 95 km. A partir de então, começa-se a construir o povoado, para o qual se buscava água a cada quinze dias em áreas distantes em até 60 km do povoado (Figura 7). Já as compras precisavam ser feitas, uma vez por mês, nas cidades de Arinos, Januária ou São Francisco (Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2012).

Figura 7

Caminhonete utilizada para buscar água no Córrego Onça para abastecer a casa das famílias por até duas semanas



Fonte: Foto-Reprodução Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha (2012).

Data: Agosto de 1977.

Em decorrência da ocupação da região, a antiga Vila dos Gaúchos se transforma em distrito no ano de 1995, passando a se chamar Chapada Gaúcha, pertencendo ao município de São Francisco, juntamente com o distrito de Serra das Araras. Fato curioso ainda aconteceu no mesmo ano de 1995, quando Chapada Gaúcha se emancipou do município de São Francisco e se torna o primeiro município do Estado de Minas Gerais a conseguir se tornar distrito e município no mesmo ano. O município foi criado a partir da Lei 12.030, de 21 de dezembro de 1995, sendo composto pelos distritos de Chapada Gaúcha e de Serra das Araras (IBGE, 2019a).

A administração do plano de assentamento pela RURALMINAS acontecia a passos lentos no início do povoado. Demorou-se, por exemplo, dois anos até conseguir a primeira escola, três anos até furar o primeiro poço artesiano, depois a luz a motor. Dentre essas

⁷ Estrutura de poder em que há comportamento social e político de controle sob uma comunidade. Neste sistema, um grupo de agentes privilegiados tomam decisões políticas de um distrito, município ou região.

dificuldades, enfrentadas pelas primeiras famílias da época, ainda existiam restrições quanto ao trabalho na própria terra. Conseguir financiamentos era complicado e com juros mais altos, pois os bancos não acreditavam na produtividade das terras. A falta de água para germinação, a falta de preparo do solo e a queimada de safras, sem seguros, além da falta de maquinário para colheita também fizeram com que muitos produtores perdessem muitos hectares de plantações durante os primeiros anos de colonização da região (Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2012).

Dado esse contexto de desenvolvimento da Vila dos Gaúchos para posterior município de Chapada Gaúcha, há que se destacar o importante papel da Cooperativa Agropecuária Pioneira Ltda., a COOAPI. A COOAPI foi fundada em 1982 a partir da iniciativa de agricultores gaúchos com o objetivo de viabilizar a atividade econômica e comercial para as famílias residentes na comunidade. No início, a COOAPI começou atuando principalmente com o fornecimento de insumos para seus cooperados, para que eles pudessem fazer suas plantações com os recursos exigidos pelo solo, e posteriormente auxiliava na comercialização da produção.

Um tempo depois da fundação da cooperativa COOAPI, os funcionários da RURALMINAS deixaram a então Vila dos Gaúchos e a cooperativa passou a ser responsável pelo fornecimento de água e de energia para a comunidade (COOAPI, 2019). Apesar disso, como na época ainda não havia prefeitura ou qualquer órgão público que atendesse às demandas locais, a COOAPI passou a fornecer diversos outros serviços para a comunidade, como posto telefônico, utilização de frota própria como ambulância para pessoas doentes, fornecer remédios, dentre outros (COOAPI, 2019), mas sem perder sua função principal de auxílio no plantio e comercialização dos grãos aos associados.

Dessa forma a COOAPI teria um importante papel no desenvolvimento local para o município de Chapada Gaúcha, tendo sido responsável pelo fornecimento de diversos serviços que ora deveriam ser fornecidos pelo poder público. Um dos fragmentos de entrevista com um empresário local exemplifica essa importância, ressaltando que:

[...] a COOAPI, desde a fundação dela, ela se preocupa em ajudar no crescimento e desenvolvimento da comunidade, do entorno onde os cooperados dela moram ou residem e trabalham. No início, a cooperativa, posto telefônico era fornecido por ela, questão de água era ela quem tinha o poço artesianos, quem mantinha o poço, a questão de transporte de pacientes para outros municípios para serem atendidos na área de saúde, ela tinha convênio com o hospital em Arinos pra atender os pacientes da Chapada, ela pagava com recursos das sobras da atividade da cooperativa... E até quando a Chapada passa a ser município essa função social era feita basicamente pela cooperativa, porque nós éramos aqui, distrito de São Francisco, e São Francisco fica a quase 140 km da Chapada, então era tudo mais complicado pro pessoal aqui, e a

cooperativa amparava e fazia essa parte social. [...] Era dessa forma que a cooperativa vinha ajudando. O associado precisava questão de saúde, a parte tecnológica a cooperativa que trouxe muito, caminhões, fez muitos dias de campo com novas tecnologias pra trazer pros cooperados [...], contribuía com a prefeitura, ajudou várias vezes com combustível, maquinários, pra reforma das estradas vicinais, e sem contar os inúmeros empregos que gera com a atividade operacional dela [...]. (Entrevistado 52).

É nesse contexto que o município de Chapada Gaúcha foi se desenvolvendo ao longo dos anos. Com as dificuldades iniciais – de falta de água, de estradas, de energia elétrica, de escolas ou qualquer outro tipo de infraestrutura – sendo superadas e melhores condições de vida sendo proporcionadas ao povo chapadense.

Para o entendimento dos processos recentes que envolvem o município de Chapada Gaúcha e seu desenvolvimento local, ressalta-se que o processo de povoamento do município passou por períodos de conflitos e desentendimentos entre mineiros e gaúchos, gerando perdas materiais e culturais, havendo perdas em investimentos feitos na agricultura da época.

Nesse sentido, é possível observar no município uma junção das culturas, mineira e gaúcha, sendo mantidas tradições de ambas as origens. Como o município é novo, entender essa relação da cultura, denominada pelos locais como “mineirucha” (mineira e gaúcha), é indispensável para a criação dos valores e identidades do município. Assim, ficam marcados os valores e tradições históricos do passado representado pelos mineiros e também o desenvolvimento e impactos socioeconômicos, assim como político-culturais decorrentes da chegada dos gaúchos na região. Essa diversidade cultural pode ser representada conforme a Figura 8, na qual é possível perceber um senhor tradicionalmente gaúcho, à frente, com um senhor com raízes mineiras ao fundo, montados a cavalo.

Figura 8
Diversidade Cultural em Chapada Gaúcha



Fonte: Rosemeire Magalhães.
Data desconhecida.

Além do contraste cultural presente no município de Chapada Gaúcha, é possível ainda encontrar o contraste das agriculturas, em termos de mecanização. No entorno da sede municipal, observam-se maiores extensões de plantações, com maquinários e insumos agrícolas de tecnologia avançada, decorrentes, em sua maior parte, dos agricultores gaúchos. Já nas comunidades tradicionais há a produção em pequena escala e, muitas vezes, de forma rudimentar no trabalho da terra, produzindo para o consumo próprio e para venda na feira, que acontece no município todas as sextas-feiras.

4.1.2 Caracterização do Município de Chapada Gaúcha

Geograficamente o município de Chapada Gaúcha está localizado no semiárido do norte do Estado de Minas Gerais e fica a aproximadamente 678 Km da capital mineira e a 340 Km da cidade de Brasília. Com área de 3.214,70 Km² e população estimada de 13.397 pessoas em 2018 (população do censo 2010: 10.805 habitantes), o município ocupa o oitavo lugar na microrregião, em termos de população, sendo 53,3% localizada na zona urbana e 46,7% na zona rural (IBGE, 2019). Além disso, Chapada Gaúcha faz divisa com os municípios de Formoso, Arinos, Urucuia, Pintópolis, São Francisco e Januária (IBGE, 2019a).

O município de Chapada Gaúcha também serve como porta de entrada ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, o maior parque nacional do bioma Cerrado. O parque foi criado por meio do Decreto nº 97.658 de 12 de abril 1989, com área total inicial de 83.364 ha, e posteriormente, em 2004, ampliado e atingindo uma área total de 230.853ha, distribuído entre: 56% no município de Cocos (Bahia), 30% no município de Formoso (Minas Gerais), 12% no município de Chapada Gaúcha (Minas Gerais) e 2% no município de Arinos (Minas Gerais) (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [IBAMA] & Fundação Pró-Natureza [FUNATURA], 2003).

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas é atualmente gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com objetivo de preservação do ecossistema, possibilitando realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades educativas, recreativas e de turismo ecológico (ICMBio, 2019). O nome do parque é uma homenagem ao livro do escritor Guimarães Rosa, intitulado *Grande Sertão: Veredas*. Considerada como importante obra literária de reconhecimento nacional e internacional, o romance retrata de maneira sensível a realidade regional desta unidade de conservação, descrevendo locais, a relação do homem com a natureza e características culturais da região (ICMBio, 2019).

Além do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ainda são localizados nas adjacências do município de Chapada Gaúcha duas outras unidades de conservação estaduais, o Parque Estadual Serra das Araras e a Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari.

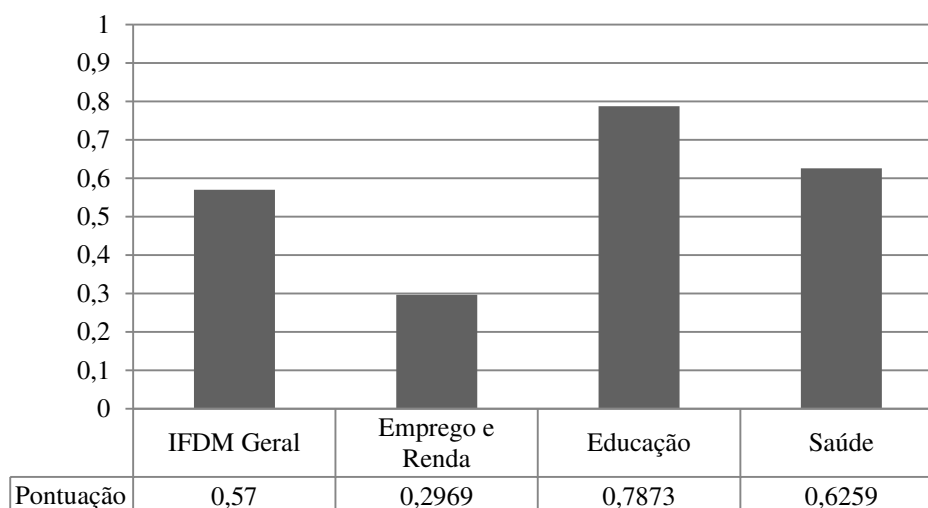
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2019a), o Produto Interno Bruto (PIB) de Chapada Gaúcha era de R\$ 176.140.890 e possuía um valor *per capita* de R\$ 13.826,90 no ano de 2016, sendo o maior PIB per capita dentre os municípios da micro região.

Com relação ao desenvolvimento do município, analisa-se a seguir dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM, o qual relaciona variáveis de educação, saúde, emprego e renda, e avalia este nível de desenvolvimento municipal. Os resultados para as variáveis e para o índice geral variam entre 0 e 1, sendo os valores mais próximos de 1 indicativos de maior nível de desenvolvimento e próximos de 0 com menor nível de desenvolvimento. Ainda destaca-se que o Sistema FIRJAN considera como alto desenvolvimento os valores acima de 0,8 pontos; como desenvolvimento moderado os valores entre 0,6 e 0,8; desenvolvimento regular entre 0,4 e 0,6; e baixo desenvolvimento os valores abaixo de 0,4 pontos (FIRJAN, 2019).

Para o ano de 2016, conforme Figura 9, o município de Chapada Gaúcha apresentou índice geral considerado regular e igual a 0,57, de emprego e renda igual a 0,2969, educação de 0,7873 e de saúde igual a 0,6259, ficando em 794º lugar na classificação do IFDM geral do Estado de Minas Gerais (IFDM, 2018).

Figura 9

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Chapada Gaúcha para o ano base de 2016



Fonte: Adaptado de IFDM (2018).

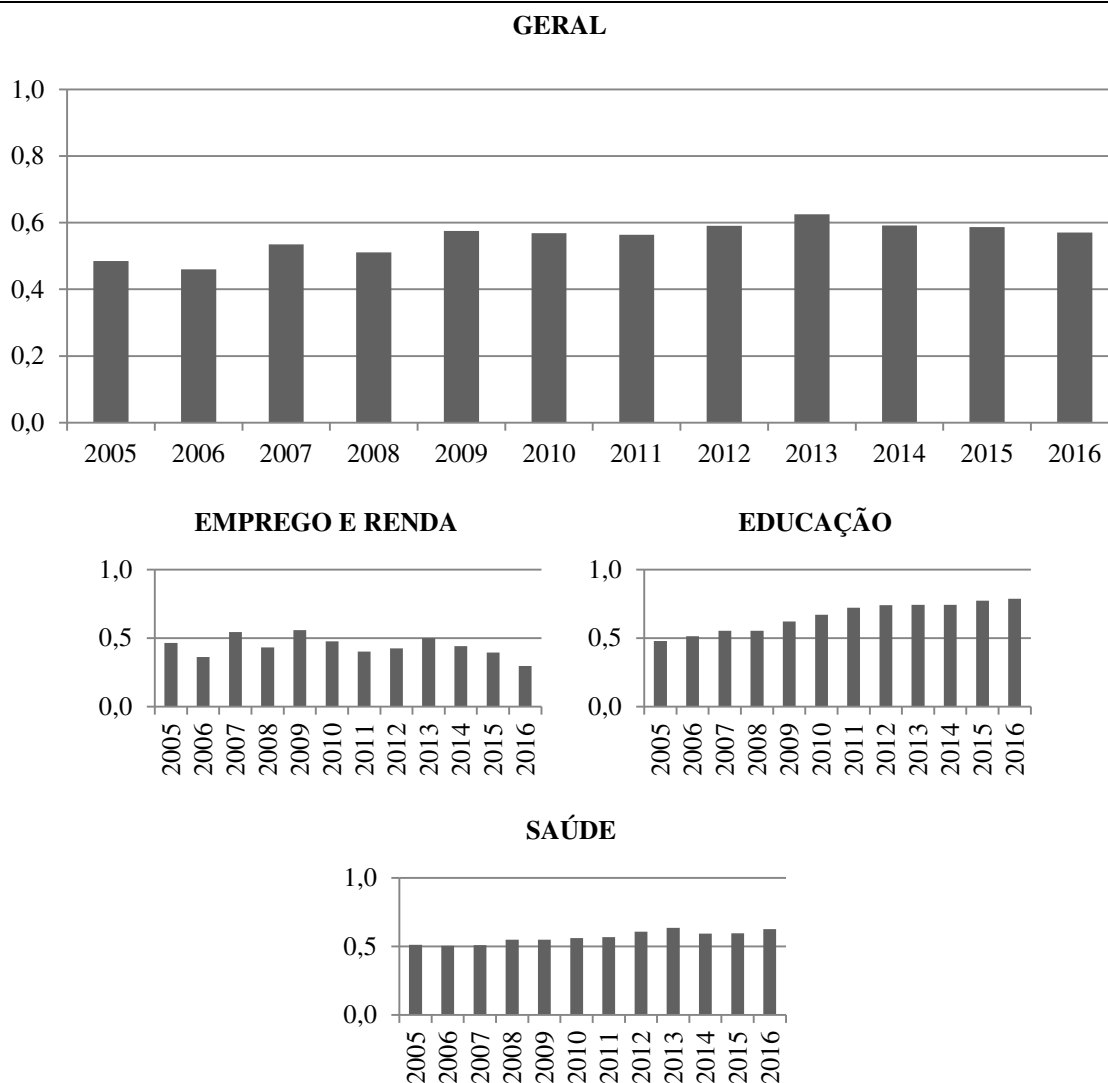
Na Figura 10, são apresentados os dados históricos ou a evolução do IFDM consolidado e para as três variáveis que compõem o índice.

Observa-se que o índice geral apresentou desenvolvimento considerado regular durante todo o período, ficando entre 0,4 e 0,6, com as maiores pontuações sendo notadas no ano de 2009 e depois sendo retomadas no ano de 2012 em diante.

Já sobre as variáveis específicas, têm-se que para emprego e renda, é possível notar uma inconstância da pontuação, observando-se, inclusive, algumas quedas bruscas no período em análise, ficando menores valores para os anos de 2006, 2011, 2015 e 2016. Com relação à variável educação, nota-se crescimento ao longo dos anos, de maneira geral, tendo ultrapassado a marca de 0,6 em 2009 e mantendo-se acima desta medida para os anos seguintes, atingindo o máximo de 0,7873 em 2016, chegando, portanto, a um nível de desenvolvimento educacional considerado como moderado. Por fim, para a variável de Saúde, têm-se níveis constantes entre 0,5 e 0,7, apresentando os maiores valores a partir do ano de 2012, chegando às marcas de 0,6354 pontos em 2013, e de 0,6259 em 2016, maiores valores durante o período em destaque.

Figura 10

Evolução anual do IFDM e de suas variáveis de Emprego e Renda, Educação e Saúde do município de Chapada Gaúcha, período entre 2005 e 2016



Fonte: Adaptado de IFDM (2018).

Já com relação ao desenvolvimento humano, tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que é um índice adaptado da realidade global para o cenário brasileiro e captura variáveis de longevidade, educação e renda. O IDHM e estes três componentes estão disponíveis a partir de dados de Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, sendo possível a partir do índice traçar um pouco da história dos municípios ao longo dessas duas décadas da história (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019a). Ao contrário do PIB, o IDHM não se limita ao desenvolvimento na visão de crescimento econômico, mas traz a abordagem do desenvolvimento pautado nas pessoas. O IDHM também varia de 0 a 1 e pode ser interpretado como: inferior a 0,5 como muito baixo; entre

0,5 e 0,6 como baixo; entre 0,6 e 0,7 médio; entre 0,7 e 0,8 alto; e acima de 0,8 como muito alto (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2019a).

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2019b), o município de Chapada Gaúcha apresentou IDHM igual a 0,208 em 1991, sendo considerado como muito baixo. Apesar de em 2000 ainda ser considerado como muito baixo, o índice teve um aumento para 0,484 pontos. Já com base no último censo, 2010, o município apresentou IDHM igual a 0,635, sendo considerado como nível médio de desenvolvimento humano. Observa-se que o período entre 1991 e 2000, com o crescimento do índice de desenvolvimento humano (em 0,276 pontos, ou 132,69%), já apresentava sinais concomitantes com a expansão econômica ocorrida na região, principalmente com a emancipação do município. Já para os anos entre 2000 e 2010, o crescimento não foi mais tão elevado, atingindo 0,151 pontos ou 31,20%, demonstrando que as possíveis influências do desenvolvimento econômico sobre o desenvolvimento humano não teriam sido suficientes para manter o crescimento observado na década anterior. Apesar disso, observa-se que houve uma mudança significativa em termos de nível de desenvolvimento humano, fazendo com que o município mudasse de faixa de baixo para médio nível de desenvolvimento.

Ainda segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2019b), observa-se que entre 1991 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Chapada Gaúcha teria passado de 0,208 para 0,635, enquanto que o IDH de Minas Gerais teria saído de 0,478, em 1991, para 0,731, em 2010. Isso representa uma taxa de crescimento de 205,29% do município contra 52% do estado.

Na Tabela 2 são apresentados os dados sobre renda, pobreza e desigualdade no município de Chapada Gaúcha com base nos censos demográficos supracitados, 1991, 2000 e 2010.

Observa-se que a renda *per capita* média da população de Chapada Gaúcha cresceu 130,64% de 1991 a 2010, passando de R\$ 122,50, em 1991, a R\$ 253,67, em 2000, e para R\$ 282,53 em 2010. Já considerando as informações de pobreza, a proporção de pessoas pobres, que corresponde a indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, caiu de 75,64%, em 1991, para 65,39%, em 2000, e, posteriormente, para 35,32%, em 2010. Por fim, o Índice de Gini mede o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. Também varia de 0 a 1, sendo 0 uma situação de total igualdade de renda, e 1 completa desigualdade. Observa-se que em Chapada Gaúcha essa desigualdade oscilou para os três períodos em destaque, passando de 0,45, em 1991, para 0,71, em 2000, e, por fim, para 0,51, em 2010.

Tabela 2

Renda, Pobreza e Desigualdade do Município de Chapada Gaúcha – MG para os períodos de 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Renda per capita ^a	122,50	253,67	282,53
% de extremamente pobres ^b	40,51	38,54	20,16
% de pobres ^c	75,64	65,39	35,32
Índice de Gini ^d	0,45	0,71	0,51

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2019b).

Nota. ^arazão entre somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos (valores em reais); ^bproporção de indivíduos com renda domiciliar per capital igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (valores percentuais); ^cproporção de indivíduos com renda domiciliar per capital igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (valores percentuais); e ^dmede o grau de desigualdade existente na distribuição de renda domiciliar per capita, sendo 0 quando não há desigualdade e tende a 1 quando a desigualdade aumenta.

Observa-se então que na década de 1990 houve reduções dos percentuais de pobres e de extremamente pobres, entretanto associados a um aumento da desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini. Já na década de 2000 é possível observar uma maior redução dos níveis de pobres e extremamente pobres, mas desta vez atrelados à redução da desigualdade de renda. Nesse sentido, os resultados dos anos 2000 para 2010 podem ser considerados como indícios de políticas macroeconômicas de Programas de Transferência de Renda, principalmente mediante a criação do Programa Bolsa Família no ano de 2003. Dentre os principais direcionamentos desses programas encontra-se a inclusão social de famílias pobres e extremamente pobres. Já a partir do ano de 1991 iniciaram-se no Brasil discussões referentes a programas que tratassem de programas de Renda Mínima da população, enquanto que em 2001 cria-se e intensifica-se programas como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, os quais passaram a ter uma abrangência geográfica significativa no país (Silva, 2007).

Silva (2007) destaca que um dos importantes programas foi criado em outubro de 2003, o Bolsa Família, e que somado a outros programas existentes à época já indicava, logo em seus anos iniciais, 2004 e 2005, reduções nos níveis de pobreza e de desigualdade social da população brasileira. Já Campello (2013) ressalta que após 10 anos de criação do programa, havia muito o que se comemorar. Segundo a autora (*op cit.*) os objetivos iniciais do programa foram amplamente atingidos e, em muitos casos, superados, permitindo que as faixas mais pobres da sociedade tivessem melhoras expressivas em suas condições de vida, bem-estar e, inclusive, em perspectivas para o futuro. Impactos importantes puderam ser observados nos 10 anos de criação do programa em termos de saúde, desnutrição, educação,

saúde infantil, levando à recusa da “naturalização” da pobreza do país e aumentando padrões de bem-estar dos cidadãos. Nesse sentido, essas políticas em termos macro alcançavam as diversas localidades do Brasil, e Campello (2013) destaca ainda que o projeto foi importante na primeira década do século XXI, pois colocava a política social como fator primordial para o desenvolvimento. Além disso, o projeto associava políticas econômica e social, e foi possível observar que quando se combina ambas, o efeito é multiplicado (Campello, 2013).

Ainda com relação aos rendimentos da população de Chapada Gaúcha, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no ano de 2016 era de 1,8 salários mínimos, enquanto que 47,8% da população era composta por domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2019a).

Já segundo o Relatório de Informações Sociais (Ministério da Cidadania, 2019), em março de 2019, haviam 2.961 famílias inscritas no Cadastro Único⁸, somando um total de 8.842 pessoas cadastradas, com as seguintes rendas *per capita* familiar: 1.822 famílias com renda de até R\$89,00; 168 famílias entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 453 com renda entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 518 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Com relação ao Programa Bolsa Família, principal programa social governamental que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, eram beneficiadas, no mês de abril de 2019, 1.849 famílias do Cadastro Único, com valor médio recebido de R\$ 258,84, totalizando R\$ 478.588,00 repassados pelo governo federal (Ministério da Cidadania, 2019).

Em termos educacionais, Chapada Gaúcha possuía uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade igual a 97,8%, em 2010, e um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB⁹ para os anos iniciais do ensino fundamental igual a 6,3, em 2015, ficando em 1º lugar em nível de desenvolvimento educacional na microrregião (IBGE, 2019a). Para os anos finais do ensino fundamental, a liderança no *ranking* da microrregião se repete para a Chapada Gaúcha, obtendo uma pontuação igual a 4,8. Segundo o IBGE (2019a), no ano de 2018, o município contava no ensino fundamental com 2.119 matrículas, 138 docentes e 18 escolas, enquanto que no ensino médio eram 683 matrículas, 66 docentes e 3 escolas.

⁸ O Cadastro Único para Programas Sociais é uma rede de dados que possui informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais (Ministério da Cidadania, 2019).

⁹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ou IDEB tem o objetivo de medir a qualidade da aprendizagem em âmbito nacional, estadual e municipal, a fim de estabelecer metas para melhoria do ensino no Brasil, possibilitando o monitoramento da qualidade da educação oferecida à população.

Dado o contexto de desenvolvimento do município, observa-se que sua população cresceu 177,4% desde a primeira estimativa do IBGE para o município, em 1997, até a estimativa de 2019 (IBGE 2019a). Esse aumento desordenado da população urbana ocasionou no município alguns problemas sociais (Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2012).

Atualmente, esses problemas sociais estão concentrados principalmente com a situação de pobreza e a vulnerabilidade social com a qual muitas famílias convivem. Durante o período de observação do pesquisador foi possível perceber que em várias comunidades rurais do município, nas quais não existem instalações sanitárias ou abastecimento de água, é utilizada a água de poços ou rios para fins higiênicos, como para preparo dos alimentos e para beber. Já a destino dos resíduos de esgoto são para as fossas ou, em alguns casos, dispostos a céu aberto. O contexto é também narrado por outros moradores da localidade, como pode ser visto no fragmento de um diálogo com uma moradora da cidade, em que ela relatou ao pesquisador que:

[...] a maioria das famílias da zona rural e até aqui da cidade, embora às vezes a gente não saiba, tem muitas que não tem banheiro, e que tem o hábito, mesmo que tenha o banheiro, de fazer as coisas no mato [...]. (Notas de campo, 30 Set. 2019).

A situação da pobreza das famílias pode também ser percebida nas escolas, principalmente as rurais, em que se observa grande parte dos alunos que dependem da merenda escolar para que possam sanar a fome. Pela observação o pesquisador conviveu com a realidade das escolas e notou que praticamente todos os alunos se alimentam com a merenda na escola e que muitos ficam realmente ansiosos para o horário do recreio para poderem comer. Os fragmentos (1) e (2) de registros do diário de campo e de entrevista com docente de uma escola, respectivamente, ilustram essa situação:

- (1) [...] vários dos alunos se alimentam de forma quase que desesperada. Isso pode se dar devido ao fato de a população ser pobre e muitos não ter o que comer em casa. Essa realidade de fome é expressa na fala das professoras que ressaltavam que “eles não tem nada pra comer” “tem aluno que sai de casa 9/10h da manhã, anda nesse sol todo pra depois pegar o ônibus e ainda andar um tempão até chegar aqui [na escola]” “muitos fazem a primeira refeição é com a merenda daqui [da escola]”. As falas das educadoras, apesar de preocupadas, pareceram habituadas com a situação. (Notas de campo, 12 Set. 2019).
- (2) E aí você depara com a realidade do outro, que você vê um aluno que sai 9h de casa, chorando, com fome, aluno que desmaia com fome. Outro dia tava tendo uma aula [...] e a menina chegou de boas, tranquila, [...] e aí eu conversando lá e tal, e aquela aula legal, aquela coisa, uma dinâmica, daí *pufft*, a menina caiu no chão, gelou, toda pálida, e eu ‘misericórdia, que que eu fiz, será que...’ [...] aí pegou a menina a menina não tinha comido, não tinha comida em casa, andou tantos quilômetros.[...] Tem um lugar que [...] acho que [tem] 7 km de serra acima, o ônibus só vai até o

pico, e esses alunos eles sobem essa serra a pé, todos os dias e desce. 7km de serra, e aí eles pra pegar ônibus lá em cima. Então por mais que eles tenham comido algo, essa caminhada já é complicada. [...] E a menina que desmaiou foi dessa. “Amor, por que que você desmaiou?” “ah tia, porque eu tava com fome, eu tô com muita fome”. (Professor 13).

O trecho de uma entrevista com um representante da administração pública municipal ilustra que há conhecimento por parte da Secretaria de Ações Sociais com relação a esses problemas:

[...] a gente trabalha muito com a questão de erradicação de pobreza e de problemas oriundos de conflitos familiares. Hoje nós temos dentro do município de Chapada Gaúcha, muitos problemas, voltados não só especificamente pra questão da pobreza. A questão da pobreza ela é hoje um dos ramos das problemáticas que a gente trabalha, mas tem diversas outras áreas que são bem sensíveis e que a gente tem trabalhado muito, inclusive tem tido muitos desafios. Hoje um dos grandes problemas que a gente tem é trabalho pros jovens, que ainda é uma dificuldade que a gente tem no mundo de, no sentido de jovens envolvidos com drogas, tem sido uma crescente muito grande. Nós trabalhamos muito também a questão da vulnerabilidade social de famílias, onde a gente percebe aí a chamada crise financeira. Esses reflexos dessa crise financeira eles colocam muitas famílias em situação de vulnerabilidade, e essa vulnerabilidade se acentua muito durante esse período e a gente tem trabalhado para minimizar esses riscos [...]. (Administração Pública 06).

O mesmo representante da administração pública ressalta que a atenção social que deveria ser dada a essas famílias é dificultada principalmente pela questão do acesso a essas comunidades, que é feito por estrada de chão, o que impossibilita, muitas vezes, o mapeamento pela Secretaria de Ações Sociais. Esse acesso é dificultado também pela questão dos recursos financeiros disponíveis para a realização do trabalho, uma vez que:

[...] para a gente desenvolver as nossas ações a gente precisa principalmente dessa questão do aporte financeiro [...]. Outra questão é a questão cultural mesmo, nós temos algumas questões culturais regionais mesmo, onde Chapada Gaúcha tem essa característica de ter sido formado por uma miscigenação de povos, da cultura dos sulistas com a cultura mineira. E tem muitas muitas dificuldades, principalmente algumas comunidades tradicionais, talvez assim, mais de difícil acesso, por uma questão cultural mesmo. Além da questão financeira, a própria logística também do município. Nós temos um município de aproximadamente 13.000 habitantes, com extensão territorial de 3.214 km quadrados. Então nós temos uma extensão territorial muito distante, onde a sede do município chega a ter até 100 Km da divisa do município de comunidades que precisam dessa assistência, e muitas vezes [...] essa questão cultural e a distância as vezes dificulta um pouco dessas ações de chegar lá na ponta [...]. (Administração Pública 06).

Além da administração pública, por meio da própria prefeitura e de suas secretarias, o município de Chapada Gaúcha ainda conta com outras organizações que auxiliam na

promoção do desenvolvimento local, a partir de atividades que podem gerar reflexos econômicos ou sociais.

Dentre essas organizações, podem ser citadas: Associações Comunitárias; Associação de Pequenos Produtores; Associação dos Agricultores Familiares; Associações Culturais; Associação do Paraterra II; Associação de Produtores do Paraterra; Agência de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha/MG; Associação de Bordadeiras do Distrito de Serra das Araras; Associação para o Desenvolvimento Sociocultural de Chapada Gaúcha/MG; Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselho Comunitário de Segurança Pública da Cidade de Chapada Gaúcha/MG; Conselho Municipal de Entidades Comunitárias; Conselho para o Desenvolvimento Comunitário de Retiro Velho; Central de Entidades Comunitárias Rurais e Urbanas Produtivas e Sociais do Município de Chapada Gaúcha/MG; Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas – COOPSERTÃO.

Além dos contextos socioeconômicos, históricos e geográficos, destaca-se ainda a oferta de serviços financeiros em Chapada Gaúcha. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP, 2017), até o ano de 2009 era possível observar em Chapada Gaúcha um alto nível de inadimplência e visualizar ainda práticas de gestão desatualizadas, como cadernos de anotações e notas promissórias. Esse movimento se dava principalmente ao fato de não haver, na época, uma agência bancária na cidade, o que fazia com que os serviços financeiros demandados pela população, como saque de salários, aposentadoria, pensão, dentre outros, fossem realizados em outras cidades, como a cidade mineira de Januária, que fica a 170 Km de distância, em estrada de terra, da Chapada Gaúcha (SESCOOP, 2017).

A realização desses serviços financeiros em outros municípios resultava no fato de que boa parte do dinheiro sacado pelas pessoas acabava ficando nesses municípios, onde realizavam suas compras antes de voltar para a Chapada Gaúcha.

Essa ausência de agência bancária no município de Chapada Gaúcha motivou os moradores e comerciantes da cidade a fundarem um banco comunitário, que seria responsável pela administração de uma moeda alternativa ao Real, denominada moeda “vereda”, também chamada de moeda local ou moeda social. Em Julho de 2009, foi então inaugurado o primeiro banco comunitário de Minas Gerais, o Banco Comunitário Chapadense (Figura 11), uma iniciativa do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária e da Fundação

Banco do Brasil, e administrado pela Agência de Desenvolvimento Local de Chapada Gaúcha – ADISC.

Figura 11

Banco Comunitário Chapadense



Fonte: Página Institucional Banco Comunitário Chapadense.

Data: 29 de Setembro de 2013.

Dentre os principais objetivos do Banco Comunitário Chapadense estavam a promoção do desenvolvimento por meio da criação de redes locais de produção e consumo, baseando-se em princípios de economia solidária e com amparo a diversos públicos, que não possuíam acesso ao crédito em outras instituições financeiras (Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2012). Além disso, o banco buscava apoiar os empreendimentos e o comércio local, atuando em comunidades excluídas e em situação de vulnerabilidade e desigualdade social, principalmente a beneficiários de programas assistenciais e de políticas compensatórias.

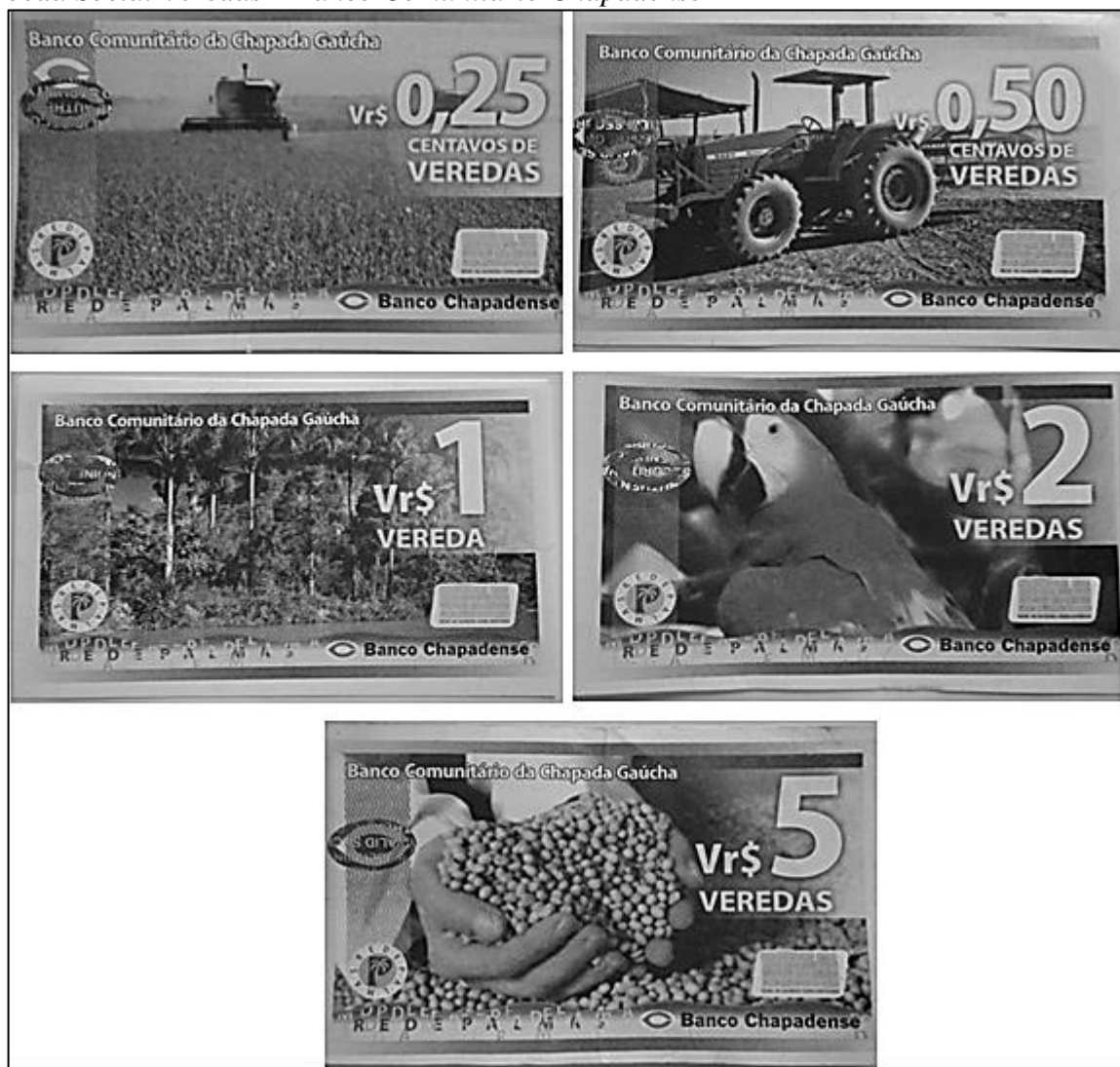
Outro aspecto importante com relação ao banco comunitário é que a gestão da instituição adotou estratégias que fomentaram o comércio com a moeda alternativa. A gestão conseguiu realizar uma parceria com o Banco do Brasil para que os empregados conseguissem receber o salário no banco comunitário, e aproveitou para estimular o saque de parte do salário com a moeda local (vereda). Além disso, foi realizada também campanha no comércio local para que houvesse desconto para clientes que comprassem utilizando essa moeda alternativa.

Dentre os serviços prestados pelo Banco Comunitário Chapadense estavam: crédito para o consumo local; contratação de empréstimos; crédito produtivo; abertura e extrato de conta corrente; seguro de vida; pagamento de funcionários públicos; recebimento de títulos; recebimento de convênios (água, luz, telefone e outros); saque de cliente do Banco do Brasil; pagamento de aposentados e pagamento de benefícios de seguridade social.

Em entrevista com uma ex-gestora do Banco Comunitário Chapadense, ela relembra que:

A gente tinha um fluxo de movimento [...] [de] R\$ 350 mil por mês. Isso, pra um correspondente bancário, era, assim, o limite dos limites. A gente não tinha aqui asfalto não. Era chão. Então olha assim, o risco que a gente corria. A gente pegava uma moto, um carro, esvaziava no banco de Arinos e voltava pra trás com esse dinheiro. Então esse movimento fez com que a gente fizesse com que o dinheiro da cidade ficasse na cidade. [...] As pessoas recebiam em Arinos e São Francisco, e lá eles recebiam e lá eles faziam suas compras. Aí quando a gente começou a atender aqui, começou a usar a moeda local, aí a gente usava o seguinte, [...] “como a gente tá correndo risco, 30% você é obrigado a receber em moeda local”. Aí a gente tinha certeza que os 30% ficariam aqui. A gente chegou a ter 10, 12 mil de moeda social [vereda] correndo na cidade. (Ex-Gestora do Banco Comunitário Chapadense).

A moeda local denominada de “vereda” (Figura 12) possuía cédulas próprias de 0,25, 0,50, 1, 2, 5, 10.

Figura 12*Moeda Social Veredas – Banco Comunitário Chapadense*

Fonte: Página Institucional Banco Comunitário Chapadense.

Data: 29 de Setembro de 2013.

Pouco tempo depois da criação do Banco Comunitário Chapadense, inaugurava-se em Chapada Gaúcha a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucuia e São Francisco Ltda., a Sicoob Credichapada. Nesse sentido, a criação, tanto do Banco Comunitário e posteriormente da Sicoob Credichapada possuíam possibilidade de geração de desenvolvimento no município de Chapada Gaúcha, considerando a já destacada importância do crédito para o desenvolvimento. O crédito disponibilizado por instituições financeiras geraria oportunidades para crescimento e de renda para a população, o que, por sua vez, geraria desenvolvimento econômico e social (Schuntzemberger *et al.*, 2015). Ressalta-se ainda, que após a abertura da Sicoob Credichapada no município, foram abertas também agências do Banco do Brasil, em Maio de 2016, e do Bradesco.

Desde sua fundação, a Credichapada vem sendo reconhecida pelas suas ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social da localidade em que atua, principalmente devido as práticas voltadas para a Educação. A cooperativa desenvolve um Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira que já foi duplamente premiado em concorrências nacionais e vem ganhando destaque pela inovação e estímulo a aprendizagem da educação financeira, empreendedora e cooperativista.

Assim, na próxima seção foca-se no desenvolvimento local, a partir dos impactos econômicos e sociais, proporcionados pela criação da Sicoob Credichapada, foco deste estudo, na região de Chapada Gaúcha, ressaltando quais foram os efeitos da criação da cooperativa para a comunidade local.

4.2 A Sicoob Credichapada e suas influências no Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local se caracteriza pela transformação econômica e social de um espaço e resulta dos esforços da comunidade local para que haja essa transformação, de forma a gerar crescimento a esses membros da comunidade, em termos de melhoria da qualidade de vida, da educação, da valorização de produtos e da capacitação desses cidadãos (Buarque, 1999; Freitas, Amodeo & Silva, 2012).

Assim, ressalta-se que o desenvolvimento local é possível a partir da força de uma comunidade ativa que reconhece suas potencialidades por meio dessas relações de interação em grupo, tendo, portanto, o foco nos agentes dessa localidade (Ávila, 2006).

Nesse sentido, as constatações de desenvolvimento local aqui assumidas, partem de questões observadas pelo pesquisador e também por aspectos vividos e narrados pelos sujeitos desta pesquisa, assumindo-os como protagonistas das transformações de suas próprias condições de existência. A percepção dos sujeitos da pesquisa é um ponto de partida fundamental para compreender o contexto de desenvolvimento local de Chapada Gaúcha, pois parte de uma participação de inclusão que busca trazer à tona as dimensões desse processo que são importantes para a população em estudo.

Dessa forma, são reproduzidas nas seções seguintes os reflexos que a criação da Sicoob Credichapada provocou e provoca na comunidade e em seu meio de atuação. Analisando o fato de que o desenvolvimento local está retratado aqui além de uma abordagem econômica, mas também social, destaca-se que as transformações econômicas não são, muitas vezes, independentes das transformações sociais, mas se sobrepõem uma à outra. Assim, inicialmente serão tratados os impactos econômicos e sociais de forma geral e posteriormente o foco será dado ao Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira.

Ademais, serão analisados os volumes de recursos utilizados para a geração dos impactos, por meio da análise da conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e sua participação no patrimônio da cooperativa.

4.2.1 Impactos Econômicos e Sociais da Sicoob Credichapada no locus de atuação

Nesta seção da pesquisa serão identificados os impactos econômicos e sociais concretizados na área de atuação da Sicoob Credichapada a partir da observação e das entrevistas realizadas com diferentes agentes da população local. Ressalta-se que essas melhorias de qualidade de vida vivenciadas a partir do cooperativismo de crédito, na figura da Credichapada, parte da crença inicial do grupo de pessoas responsáveis pela fundação da cooperativa, os quais são reconhecidos como agentes iniciais para o desenvolvimento, mas que não são foco deste trabalho.

Com o intuito de analisar os dados coletados com as observações e as entrevistas, foi aplicada a Análise de Conteúdo. A partir da Análise de Conteúdo, foram identificados temas ou categorias de impactos, tendo emergido a partir de padrões de palavras, de ideias, de tópicos de interesse ou de narrativas. Feito essa análise dos dados das transcrições das entrevistas e das notas de campo (originadas do diário), foram adotadas 8 categorias para análise dos dados: 1) economia financeira, 2) auxílio comércio local; 3) facilidade de acesso ao crédito; 4) geração de empregos; 5) capacitação de membros e colaboradores; 6) participação cívica; 7) apoio agricultura local; e 8) auxílio a instituições filantrópicas. Apesar de buscar categorias que não se sobreponham, há certa inter-relação entre algumas delas, principalmente pelo fato de impactos diferentes poderem envolver os mesmos atores sociais.

Destaca-se que quando questionados sobre a melhoria das condições de vida e dos impactos econômicos e sociais na Chapada Gaúcha a partir da ocorrência da fundação da Sicoob Credichapada, todas as pessoas, com as quais o pesquisador dialogou e entrevistou, assentiram positivamente para os impactos da criação da cooperativa para a comunidade local. Essa visão pode ser observada em associados e não associados, comerciantes, funcionários de outras organizações, representantes da administração pública, professores e a comunidade de forma geral. Esse fragmento de entrevista ilustra que os impactos aconteceram tanto em termos de transformações econômicas quanto sociais, ficando claro na fala de um representante da administração pública, ao relatar que:

[...] isso é tanto no aspecto social, como um aspecto financeiro. Só pra ti ter uma ideia, nós tínhamos aqui dentro do município de Chapada Gaúcha, nós não tínhamos uma instituição financeira, e a cooperativa, com a criação da cooperativa, ela pôde *ofertar essa questão de serviço financeiro, de serviços bancários*. Ela é uma cooperativa, mas

no caso presta serviço bancário. [...] *o ganho social indireto com isso já foi muito importante, sem contar que teve muitas outras ações voltadas pela iniciativa da parte da própria cooperativa mesmo.* [grifos nossos] (Administração Pública 06).

Nos grifos pode ser observada a percepção de que a implementação e oferta de serviços financeiros pela cooperativa por si só já seria capaz de trazer transformações econômicas para a sociedade. Além disso, o representante ainda considera que essa própria função do crédito poderia ser responsável pela geração de ganhos sociais, além de considerar também que a Credichapada realiza outras ações que promovem também transformações sociais.

Partindo para as categorias de análise dos impactos, a primeira delas se refere à economia financeira. Esta categoria diz respeito à economia que as pessoas passaram a ter apenas pelo fato de a agência da Credichapada estar localizada no próprio município de Chapada Gaúcha. Apesar da criação do Banco Comunitário Chapadense em 2009, muitas pessoas ainda precisavam se dirigir a outras cidades para que pudessem fazer operações financeiras, como recebimento de salários, benefícios ou até mesmo para realizar empréstimos e o pagamento de boletos, por exemplo. Além disso, destaca-se que o acesso às outras cidades era feito em estrada de chão, e continua sendo até hoje (janeiro de 2020), com exceção da rodovia BR-479 que foi asfaltada por volta do ano de 2012, ligando Arinos a Chapada Gaúcha. Além da questão da economia de recursos financeiros dispendida no deslocamento de Chapada Gaúcha até outros municípios da região, há também o tempo gasto nessas viagens lentas, devido às estradas de chão, fazendo com que as pessoas tivessem que dedicar boa parte do dia, ou o dia todo, para ter que fazer essas operações financeiras.

Em diversas falas de trechos de conversas e de entrevistas pode ser observada a ‘economia financeira’ como impacto positivo da constituição da Credichapada, como por exemplo:

Tudo é questão de agilidade dos processos, distância das agências bancárias... Quando criou o Sicoob, a gente não tinha nenhuma agência bancária de Chapada Gaúcha, então ou tinha que ir em Januária, 170 km de chão, ou em Arinos, a mais próxima, 100 km [...]. Eu acho que foi um divisor, porque a pessoa tem que ir no banco muitas vezes [...], aí chegar, viajar 170 km chegar lá e não ser atendido, ter que ficar pro outro dia... Aqui não, a pessoa sai de casa, vai e resolve seus problemas. (Entrevistado 08).

[...] porque realmente era 3 horas daqui em Arinos. 100 km você gastava 3 horas, se tivesse chovendo então você podia desistir [...]. Era uma tristeza, dá nem pra lembrar. (Entrevistado 10).

[...] mas já pensou quantas viagens um produtor tinha que ir em Arinos, tinha que ir em Januária? Quantas vezes tinha que ir lá, por quantas burocracias, *burrocracias*, que

a gente costuma dizer que, “ah assinatura... volta...” entendeu... Então o que que isso trouxe de prejuízo? Então [a comunidade] ganhou sim, com certeza. (Entrevistado 15).

Todo esse desgaste pode ser evidenciado na fala de uma das entrevistadas que relatou a situação dos servidores públicos na época em que não havia uma agência em Chapada Gaúcha. Ela ressaltava que havia um rodízio para o recebimento de salário dos servidores, em que eles se dirigiam à cidade de Arinos para que pudessem receber. Além disso, ela ressaltava que, se por algum motivo algum funcionário não pudesse ir receber no dia para o qual tivesse sido escalado naquele mês, ficaria até o próximo mês sem receber, caso não providenciasse um transporte particular para que fosse receber o salário:

[...] porque aqui os servidores públicos ganhavam, tinha o dia de receber, tinha. Aí tinha que criar, criava um cronograma, tal dia vai dois, tal dia outros. Eu trabalhava aqui no Parque Nacional, aí tinha um dia no mês que o chefe levava nós em Arinos pra receber. A gente tinha que ter o dia. E depois se perdia o dia como é que faz? Só no outro mês. (Entrevistado 10)

Outro impacto observado a partir dos dados foi o auxílio ao comércio local proporcionado pela Sicoob Credichapada. Além dos próprios benefícios gerados pela implantação da agência em Chapada Gaúcha, a Credichapada busca sempre apoiar o comércio local com parcerias e estímulos a eventos que acontecem na região, além de facilitar as movimentações financeiras para os comerciantes. Nesse sentido, uma das representantes do comércio local afirma que houve desenvolvimento do comércio a partir da criação da cooperativa, e destaca que há uma prontidão da Credichapada em estimular iniciativas que busquem desenvolver a economia local, como pode ser visto em:

[...] [existe] parceria com os eventos, que não é só o Encontro dos Povos (festa tradicional local), é outros eventos que a gente faz, eles participam. E a gente, tá sempre assim, eles convidam a gente, a gente convida, então assim, o que demanda a gente vai tocando. (Representante Comércio Local).

A representante destaca que é importante receber auxílios para esses eventos porque eles influenciam no nível de renda e de vendas dos empresários da cidade, fazendo com que mais recurso fique na economia local, o que é facilitado pela presença da Credichapada, pois segundo ela:

[...] e a cooperativa? O que que o comércio ganha com isso? A gente chegou a conclusão de que, segundo as pesquisas, que 30% do volume do comércio nesses 6 dias de evento [Encontro dos Povos] aumentava 30%, então que isso pro comércio [...] é um evento que traz, não um evento que leva embora. Traz para o comércio, aquece o comércio local. Agita o turismo de todo o lugar, e aí movimenta o comércio local. (Representante Comércio Local).

Além das parcerias para o apoio ao comércio local, por meio dos eventos que buscam estimular a economia do município, a representante do comércio local destaca que a cooperativa traz benefícios aos comerciantes ao passo que facilita acesso ao recurso, faz recebimento de boletos, disponibiliza a máquina de cartão de crédito e as linhas de crédito, conforme citado por ela.

Outra temática, bastante destacada, foi a de facilidade de acesso ao crédito. Essa categoria se voltou pra duas principais características: os serviços financeiros mais baratos e a acessibilidade ao crédito (interligados) e a criação de riqueza. De forma geral, as cooperativas possuem essa característica e são reconhecidas por oferecerem produtos e serviços a custos mais baixos. As cooperativas de crédito, por sua vez, são reconhecidas por oferecerem serviços financeiros a custos mais baixos que o sistema bancário, em termos de taxas e juros. Essa característica aliada ao fato das cooperativas de crédito suprirem, muitas vezes, a carência ao crédito (acessibilidade), seria um fator importante com relação ao desenvolvimento econômico e social das localidades (Jacques & Gonçalves, 2016). Ainda dentre os serviços financeiros mais baratos, destaques foram dados às taxas zero de manutenção e ao fato de o dinheiro retornar todo para a comunidade local, o que não aconteceria no caso dos bancos. Nos trechos a seguir podem ser observados esses aspectos:

[...] criou o Sicoob, que aí graças a Deus, tem ajudado muito na parte de estrutura financeira e para os produtores pegar um financiamento mais barato, mais com facilidade, que a gente está aqui no município, então ajudou bastante. (Entrevistado 08).

[...] mas assim, se você pensar, por exemplo, manutenção de conta, a gente não paga, a gente paga mas recebe de volta. E os outros bancos? E as taxas? Então a pessoa as vezes não faz essa continha que é fácil. Sem falar que o dinheiro fica todo aqui pra cidade, até o que sobra volta pra gente. E fora gente, fora que se tiver um erro eu falo com o gerente, ele tá aqui, entendeu, gente daqui, a cooperativa também é minha. (Entrevistado 10).

Com relação à criação de riqueza, a lógica segue a mesma, que a Credichapada estaria auxiliando seus cooperados a criar riqueza na localidade, a partir da implementação de cursos de capacitação para lidar com dinheiro – que geraria economia de dinheiro – e no acesso aos produtos e serviços financeiros mais baratos que proporcionam empréstimos residenciais, comerciais e a própria acumulação de juros, criando riqueza para o cooperado. Além disso é possível destacar o fato de os recursos permanecerem no município, acumulando riqueza e movimentando a economia local, conforme observado nos trechos a seguir:

[...] agora a gente consegue, se quiser financiar uma casa, uma moto, o juros é ainda mais baixo. O melhor ainda é que se eu pago os juros e depois tiver lucro [sobra] ele ainda volta pra mim. (Entrevistado 18).

Eu acho que a grande vantagem da [cooperativa] de crédito é que o volume da Cooperativa de Crédito acumulado vai ficar no município, enquanto, por exemplo, um Banco do Brasil, tudo aquilo que o banco ganha no nosso município tudo vai embora. Enquanto que a cooperativa de crédito os donos estão aqui, os sócios são os proprietários. Então o recurso fica e é investido aqui, então é muito importante que fique aqui. Porque no caso [...] [dos outros bancos] vem aqui, trabalha, vende o dinheiro, recebe e o lucro vai pra outra cidade, não fica aqui, enquanto que na cooperativa trabalha, tem retorno, custo mais baixo, e o que sobra é investido aqui. Então muito importante. (Administração Pública 07).

A próxima categoria que emergiu das conversas do período de observação e das entrevistas foi a questão de geração de empregos. A percepção dos agentes da pesquisa é a de que a cooperativa gera empregos direta e indiretamente. Diretamente a partir dos colaboradores da cooperativa. Indiretamente a percepção é voltada para dois aspectos: 1) se gera empregos para os colaboradores na cooperativa eles recebem salários e movimentam o comércio local, que refletiria numa maior empregabilidade; e 2) a partir do momento em que se facilita o acesso ao crédito, a produção rural aumenta e os produtores passam a precisar de um maior número de mão-de-obra para as lavouras. Implicitamente também foi possível perceber que com o crescimento da economia local, em partes devido à Credichapada, e a maior facilidade de financiamentos residenciais, também teria aumentado os empregos para profissionais da área de construção civil.

[...] quando começou a cooperativa eles tiveram até dificuldade de achar gente pra trabalhar. Não tinha gente formada pra saber trabalhar lá, mexer com os computador, essas coisa. A Eliene que trabalhava no Banquinho [Banco Comunitário Chapadense] e que depois foi pra lá [Credichapada] e tá lá até hoje. (Entrevistado 11)

Depois que a cooperativa começou a crescer ainda faltava gente que sabia pra poder trabalhar no Sicoob, aí eles tinham que contratar a pessoa e ir ensinando devagar. Agora que já tem os meninos estudados, que estudaram e trabalham lá [...]. (Entrevistado 26).

Já com relação à categoria de capacitação de membros e colaboradores, ficou ressaltado o fato de a Credichapada promover ações que capacitem ou que deem auxílio aos cooperados e aos funcionários. Para os cooperados e funcionários regularmente são oferecidos cursos de capacitação financeira, de gestão de finanças pessoais e a cooperativa também está em constante parceria com questões relacionadas ao agronegócio, aos negócios locais e a possíveis futuros empreendedores.

Exemplo recente dessas ações é a parceria da Sicoob Credichapada como Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG) e Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), dentre outras, para a criação da Sala Mineira do Empreendedor. A Sala Mineira do Empreendedor de Chapada Gaúcha foi inaugurada em 25 de Janeiro de 2019 e desde então tem promovido orientações, informações, serviços e capacitações referentes ao processo de abertura de empresas, estimulando o empreendedorismo na localidade. Na Figura 13 vê-se o presidente da Credichapada, Marcos Maier, na inauguração da Sala Mineira do Empreendedor.

Figura 13

Presidente da Credichapada (Marcos Maier) na Inauguração da Sala Mineira do Empreendedor de Chapada Gaúcha



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 25 de Janeiro de 2019.

Já exemplo de capacitação específica para os colaboradores, ilustra-se, na Figura 14, encontro para discussão e bate-papo sobre Cenário Econômico e Finanças Pessoais, promovido pela Credichapada. Na oportunidade, os colaboradores puderam conhecer um pouco mais sobre as oportunidades de investimento e das situações do cenário econômico atual e suas perspectivas. O momento contou com a presença e palestra do consultor Vinícius Scotta dos Passos.

Figura 14*Bate-papo sobre Cenário Econômico com Vinícius Scotta*

Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 25 de Novembro de 2017.

Outra temática de impactos que surgiu é a participação cívica. Essa temática diz respeito ao espírito democrático que os cooperados passam a ter na esfera política. A partir do envolvimento com a cooperativa e com sua atividade, muitos cooperados passam a ter conhecimentos e exigir questões sobre a transparência e a responsabilidade do que é feito com a organização, uma vez que ele também é proprietário. Nesse sentido, o cooperado leva essas questões para o lado cívico de sua vida, passando a exigir transparência e responsabilidade para a administração pública e até para a sociedade civil de forma geral. Essa transformação pode ser ilustrada com fragmentos de fala de dois cooperados e também pela fala de um gestor público municipal:

[...] porque a gente aprende que o dinheiro é nosso e aí começa a cobrar dos outros que tem que ser honesto com o que não é só deles. (Cooperado 10).

Uma coisa, eu sempre falo, uma coisa [...] é um banco seu, e meu. Primeiro, compreender que uma cooperativa de crédito é minha. Tem que tomar posse, é minha. Cooperativismo é justamente isso, é dizer que isso é meu. Eu falo que eu sou muito chata, porque qualquer coisa eu falo “ei, ei, tá ruim”, aí eu falo “ei, vamos melhorar isso aí” [...]. (Cooperado 08).

[...] nas outras gestões eu não sei o porquê não tinha tanta cobrança, agora pode ser até que seja até o momento político, ou as pessoas estão aprendendo a cuidar do dinheiro, mas tem bastante cobrança. E eu, graças a Deus, fico é bem satisfeito porque através das cobranças a gente também consegue ter uma nova visão, consegue até melhorar o trabalho aqui [na prefeitura] [...]. (Administração Pública 08).

Outro aspecto que foi destacado como importância da Credichapada para o desenvolvimento local de Chapada Gaúcha foi o apoio a agricultura local. Visando auxiliar os agricultores e produtores rurais, a Credichapada auxilia no desenvolvimento da agricultura local ao passo que oferece e apoia capacitações para os cooperados e fornecem crédito para que os produtores possam viabilizar suas atividades. Na fala de um representante da administração pública e de um diálogo com um produtor rural pode-se perceber a importância da cooperativa para a manutenção da agricultura local:

Eu acho que numa região que a gente tá aqui como norte de Minas, independente do tamanho do produtor, se ele não for vinculado a uma cooperativa, seja agropecuária ou de crédito, ele não tem sucesso. Porque tudo é muito distante, o custo de produção é alto, o custo de assistência técnica é alto, então via cooperativa tudo se torna mais em conta. Então é muito importante ele [produtor] ser sócio, todos eles. (Administração Pública 07).

[...] porque antes tinha que ficar viajando pra tentar conseguir recurso e era muito complicado ainda pra conseguir. Era tudo muito difícil outras cidades porque nem sempre dava pra largar a produção pra ir. Hoje em dia qualquer tempinho que tem no plantio ou na colheita já dá pra passar no Sicoob e ver as coisas, pedir informação, pegar empréstimo, essas coisas aí [...]. (Cooperado 09).

Outro produtor rural reafirma a importância do estímulo à agricultura local e ao pequeno produtor, e ressalta a importância do trabalho da Credichapada no fornecimento de crédito aos pequenos produtores. No trecho de um diálogo, o produtor ressalta que esse estímulo é importante porque:

[...] senão vai acabando com os pequenos produtores, que já diminuiu muito, então tem que fazer um trabalho pra tentar retornar isso e reverter, senão daqui poucos anos teremos cinco agricultores na Chapada com 10.000 hectares. O que, segundo ele, só aumenta a desigualdade. (Notas de campo, 04 Set. 2019).

Além do fornecimento ao crédito, um entrevistado ressalta que a Credichapada desenvolve importantes ações de apoio à agricultura local em termos de formação e informação para os produtores. O entrevistado ainda destaca que o foco da Credichapada não está somente nos grandes produtores, mas também nos pequenos produtores, incentivando a produção e agricultura familiar, como pode ser visto no trecho a seguir:

[...] porque eu acho que a cooperativa tem trazido conhecimento, a cooperativa tem uma administração que é dinâmica, que tem buscado parceria, tem buscado curso para comunidade, isso tem ajudado muito. Eu acho que é essa é a principal parcela que eu vejo da Credichapada. [...] a Credichapada traz investimento, curso, qualificação pra toda a população. Então eu vejo que ela pensa em todos, do grande produtor que tem financiamento até o microempreendedor e produtor familiar, então eu acho que tá bem

amplo o leque deles. Então eu acho que esse papel de preocupação social da Credichapada é exemplar, é muito bom. (Entrevistado 08).

Segundo um responsável pela administração pública do município, esse apoio ao pequeno produtor é importante para a manutenção da agricultura familiar e para que esses produtores consigam continuar produzindo, melhorando suas condições de vida e mantendo suas propriedades em suas terras. Na fala da entrevista a seguir é possível ilustrar essa preocupação:

[...] tem a parte do município mais do interior, que é onde tá muito carente ainda né, então é importante a gente fazer um trabalho com os pequenos produtores da agricultura familiar, pra questão que ele consiga produzir. [...] isso é importante porque realmente essas pessoas possam ganhar seu dinheiro e consigam melhorar a sua condição da vida [...]. Porque se a gente não der condição dessas pessoas trabalhar, o que vai acontecer realmente é isso: quem está estruturado vai comprando as terras e vai acabar daqui em poucos anos meia dúzia de gente ser dono da maioria das terras da Chapada, e o resto da população fica aí na dependência de emprego, ou ter que ir embora né. Então por isso que a gente tem que incentivar o produtor, principalmente da agricultura familiar, pra que ele fique em sua terra, pra que produza, que possa sustentar sua família lá e não ter que ir embora. (Administração Pública 08).

Um dos exemplos desses estímulos a agricultura local e familiar foi o 1º Seminário de Agricultura Familiar realizado pela Sicoob Credichapada em outubro de 2016. Na oportunidade foram apresentadas informações sobre a agricultura local, bem como alternativas para a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar. O evento ainda disponibilizou espaço para uma Feira Amostral para a venda de produtos da agricultura familiar, como pode ser visto na Figura 15.

Figura 15*1º Seminário de Agricultura Familiar em Chapada Gaúcha*

Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 22 de Outubro de 2016.

A Credichapada também apoiou a agricultura local por meio do Programa Educampo Capim, desenvolvido pela cooperativa com os cooperados produtores rurais, em parceria com o SEBRAE. O Educampo Capim foi financiado pela Credichapada e pela Cooperativa Agropecuária Pioneira (COOAPI) com vistas a melhorar a gestão dos produtores de espécies forrageiras (capim) em Chapada Gaúcha, a fim de que os produtores conseguissem tomar melhores decisões e fazer seus negócios crescerem. Nesse sentido, inicialmente o Educampo Capim foi direcionado à palestras de formação para os agricultores locais e posteriormente foi realizado o acompanhamento desses produtores, com duas visitas mensais a cada propriedade: uma com objetivos de análises administrativas e outra com objetivos para a área técnica do cultivo das sementes. O Programa Educampo Capim foi lançado em Março de 2017 (Figura 16) e teve duração de cerca de um ano e meio.

Figura 16
Lançamento do Programa Educampo Capim



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: Março de 2017.

Outro exemplo desse impacto na agricultura local são as reuniões que acontecem com os agricultores para tratar dos investimentos nas safras e no agronegócio, como a Reunião do Plano Safra 2019/2020 (Figura 17) que aconteceu no Centro de Tradições Gaúchas de Chapada Gaúcha em 17 de Julho de 2019. Na ocasião foram discutidas e apresentadas as propostas e peculiaridades das oportunidades de negócio para a safra do período, com apresentação das linhas de crédito disponíveis.

Figura 17*Reunião Plano Safra 2019/2020*

Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 17 de Julho de 2019.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se a categoria de impactos econômicos e sociais, voltada para ações sociais que beneficiem toda a comunidade da área de atuação da Sicoob Credichapada.

Uma dessas ações é o apoio à Associação Palotino de Chapada Gaúcha. A Associação foi idealizada e criada pelo Padre Gilberto Antônio Orsolin, que é membro da Sociedade do Apostolado Católico dos padres e irmãos palotinos. Padre Gilberto possui família em Chapada Gaúcha e também viveu por lá durante uma parte de sua vida. Por volta de 2004 o Padre, juntamente com um conjunto de leigos, criou a associação com o intuito de prover assistência social a crianças carentes de Chapada Gaúcha.

No início a Associação Palotino possuía principalmente o Projeto Palotino de Adoção de Coração que era um projeto em que pessoas de países como a Itália, Alemanha, dentre outros, “apadrinhavam” crianças e jovens de 0 a 18 anos de Chapada Gaúcha e enviavam recursos financeiros para que essas crianças pudessem ter atendimento odontológico, condições de comprar materiais escolares e de comprar alimentos. Como contraprestação, as crianças precisavam escrever, duas vezes por ano, uma carta para que fosse enviada para seus “padrinhos”. O projeto atendia cerca de 400 crianças na época. Atualmente o projeto já foi

encerrado, principalmente por preocupações com um excesso de assistencialismo que poderia provocar.

Com o fim do Projeto Adoção de Coração, a Associação Palotino passou a desenvolver o Projeto de Gabinete Odontológico, o qual continua sendo desenvolvido até então e que é apoiado pela Credichapada. O Projeto Odontológico atende atualmente a cerca de 50 famílias, atendendo agora, não só as crianças, mas toda a família, conforme pode ser observado na fala do dentista responsável pelo projeto:

[...] 50 famílias mais pobres da zona rural, aí nós estamos tratando dos dentes de todos eles, tipo do pai, da mãe, dos irmãos, sabe. Da família, vamos supor, a família do Pedro, então o Pedro, a Maria e os dois filhos, trata deles. Aí eles vêm aqui, eu faço o atendimento. E conseqüentemente, quando acabar esse final de ano agora, essas famílias que eu tô atendendo eu vou parar, e pegar outras famílias pra ajudar, pra ajudar outras famílias que estão precisando, necessitando desse tratamento dentário. (Dentista Projeto Palotino).

Em diálogo com um dos responsáveis pela manutenção do Projeto Palotino, nota-se que a forma de seleção dessas famílias acontece “por meio de visitas para ver a necessidade dessas famílias e também por repasses de informações por meio da assistência social” (Notas de campo, 11 Set. 2019). Outro aspecto ressaltado por um dos representantes é a importância do projeto para essas famílias, necessidade que teria surgido devido ao fato de que:

[...] então houve um salto muito grande no desenvolvimento da Chapada Gaúcha, aumentando a população. Essa população, principalmente de trabalhadores das lavouras, faz com que falte assistência a esses empregados e suas famílias, [...] principalmente para os jovens e adolescentes. É necessário o desenvolvimento da criatividade entre os jovens e adolescentes. [...] então projetos que ajudem na saúde dessa população de baixa renda e também que trabalhe com questões ecológicas são muito importantes para a cidade. (Responsável Projeto Palotino).

Já o dentista responsável no projeto, em entrevista, destaca que o projeto “tá sempre ajudando e melhorando a qualidade de vida das pessoas, que não tenha tanta condição” e que:

[...] acredito eu que a importância desse trabalho é ajudar as pessoas menos favorecidas, que não tem uma condição ainda mais digna para ter um tratamento melhor de dente, dentário. E como eles moram longe, pra vir aqui, pra fazer o tratamento pelo SUS [Sistema Único de Saúde], é um procedimento por vez. Aí tem que pagar pra vir, cada vez que vem e fazer um procedimento só na prefeitura, no SUS né. Não estou falando mal do SUS [...]. Mas aí ele atende só um, faz um procedimento por vez, de cada paciente, não faz de mais de um. Aí essas famílias estavam sendo mais difícil de serem atendidas, que moram muito longe, aí eu fiz uma parceria com [...] esses agentes comunitários de saúde, aí elas me passaram os nomes dessas famílias que moram mais longe. Me passaram, eu peguei, fiz a relação e mandei elas [famílias] vir fazer o tratamento aqui. A pessoa vem cá, as vezes faz 4, 5 tratamento de uma vez só, aí eu ajudo elas a gastar menos e ter mais rapidez e fluidez no tratamento dentário. (Dentista Projeto Palotino).

Já o apoio da Credichapada neste projeto é ressaltado por ambos os responsáveis pelo Projeto Palotino. Eles reconhecem que a ajuda financeira mensal que a Credichapada destina para a assistência ao projeto é de suma importância para que os atendimentos continuem acontecendo na instituição. Além da Credichapada, o projeto também recebe apoio da Cooperativa Agropecuária Pioneira (COOAPI). O dentista responsável pelos atendimentos avalia que:

[...] é muito grande a importância do Sicoob. O Sicoob ajuda, ele ajuda mandando uma certa quantia, uma verba [...]. Eu, como dentista, faço todo atendimento, agendamento, tudo, mas o Sicoob é muito importante porque ele passa uma verba pra cá e ele ajuda a manter o projeto ainda aberto, porque esse dinheiro que tem, ajuda a gente a comprar materiais, instrumentais que tá faltando, ajuda a pagar uma conta de água, uma conta de luz, e mantendo o projeto, e vai seguindo. (Dentista Projeto Palotino).

Outras ações importantes que a Sicoob Credichapada desenvolve são ações voltadas para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Chapada Gaúcha. A cooperativa auxilia a APAE desde sua fundação até os dias atuais. Anteriormente à fundação da APAE em Chapada Gaúcha, as pessoas especiais do município não possuíam qualquer tipo de atendimento, situação que começou a mobilizar, pais, familiares e amigos dessas pessoas para que fosse criada a APAE no município.

Antes da criação da APAE, outras tentativas haviam sido realizadas pelos fundadores da associação, os quais já haviam feito inclusive capacitação na Federação Mineira das APAEs. Já em 2016, a Credichapada, por meio da iniciativa Cooperação Sem Limites, abraçou a causa da fundação da APAE e começou a fazer ações voltadas para mobilização e sensibilização para a fundação da APAE de Chapada Gaúcha.

Nas Figuras 7 e 8 podem ser vistas duas dessas importantes ações promovidas pela Sicoob Credichapada para a criação da APAE, sendo a Figura 18 uma reunião com grupos de pais de filhos especiais – que contou com a presença de colaboradores da Credichapada – e a Figura 19 uma sensibilização promovida pela Credichapada para pais e amigos também em prol da APAE de Chapada Gaúcha.

Figura 18

Reunião com pais de filhos especiais no Plenário da Câmara Municipal de Chapada Gaúcha - Projeto Cooperação sem Limites



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 03 de Março de 2016.

Figura 19

Sensibilização de Pais e Amigos em prol da APAE de Chapada Gaúcha - Projeto Cooperação sem Limites



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: Setembro de 2016.

Assim, a partir das ações da Credichapada e do grupo de pais, familiares e amigos das pessoas especiais do município, em Novembro de 2016 aconteceu a assembleia de constituição da APAE de Chapada Gaúcha. Fato inusitado também aconteceu na assembleia, devido à infraestrutura da cidade: faltou energia no momento da assembleia, fazendo com que tivessem que ser utilizados o farol de um carro e lanternas de celulares para iluminar o local e conseguir realizar a assembleia. Na ocasião estiveram presentes autoridades públicas, representantes e conselheiros de APAEs da região, pais, amigos e familiares das pessoas especiais e representantes da Sicoob Credichapada.

Na Figura 20 é ilustrada a assembleia de constituição da APAE de Chapada Gaúcha, com o farol de um carro ao fundo, iluminando o recinto em que a assembleia acontecia.

Figura 20

Assembleia de constituição da APAE de Chapada Gaúcha – Projeto Cooperação Sem Limites



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: Novembro de 2016.

Um dos pais de um aluno especial da APAE reconhece as dificuldades que eram enfrentadas anteriormente no transporte dessas pessoas especiais para o município de Arinos, além do fato de que a parcela de pessoas especiais atendidas era mínima.

[...] esses impactos e essas ações de criação teve um impacto muito significativo pras famílias e para o contexto social do município. Pra gente ter uma ideia, eu tenho uma criança que é especial, e nós deslocávamos daqui, eu firmei uma parceria com a APAE de Arinos, [...] e eu ia toda semana levava meu filho. Na época eu tinha essa condição, essa logística e podia tá levando. E tinha muitas famílias que não tinham essa condição. Depois nós conseguimos mobilizar, através da prefeitura, uma parceria para que a gente conseguisse ter um veículo pra levar essas famílias. Aí você imagina, nós saíamos daqui duas vezes por semana, com veículo, saíamos daqui 6 horas da manhã e

retomava às 17 horas, 16/17 horas. Aí você imagina pessoas com crianças cadeirantes, muitos com paralisia cerebral, ou criança de colo, a gente ia para ser atendido na comunidade no município de Arinos. (Entrevistado 06).

Apesar de algumas pessoas conseguirem o atendimento em Arinos, ainda havia toda a dificuldade com relação ao transporte e o tempo gasto por esses pais e familiares para que conseguissem obter o atendimento mínimo para essas pessoas. Nesse sentido é que foi estimulada a criação da APAE em Chapada Gaúcha, como pode ser visto na continuação da fala do pai de um aluno especial no fragmento:

[...] então por mais que tinha o atendimento, ainda causava muito transtorno, a gente ficava, em uma situação o seguinte: ou nós sofremos um pouco nesse logística de ir pra lá [Arinos] e conseguimos ofertar o mínimo para eles [pessoas especiais] ou então não vamos ofertar nada. E a gente percebia que a gente podia melhorar isso, esses atendimentos que a gente tinha em Arinos, a gente poderia ter eles aqui na sede do município. E foi uma das questões que a gente resolveu correr atrás de fundar, de criar, fazer a APAE aqui pra Chapada Gaúcha. (Entrevistado 06).

Um dos responsáveis pela Secretaria de Ações Sociais de Chapada Gaúcha também corrobora com a importância da APAE como serviço social e ressalta que:

[...] com a criação da APAE, tem esses impactos sociais, dessa dificuldade que a gente tinha de levar as famílias, de melhorar a qualidade de vida de algumas crianças. [...] Nós tínhamos crianças especiais que, inclusive nós conseguimos fazer com algumas famílias da zona rural que tinha crianças com paralisia cerebral, que nunca tinha ido numa aula, e que para ela agora funciona e a família dela fica muito satisfeita. A gente percebe a satisfação da família de poder ter uma criança inserida no contexto escolar, e isso foi uma ação através da APAE que identificou esse público que tava, de certa forma, desassistido das políticas públicas. A gente identificou esse povo, trouxe pra APAE e a APAE encaminhou ele pra questão das escola. Então foi muito, tá sendo ainda, [...] muito, muito importante. A gente percebe a qualidade de vida das famílias hoje, pessoal com uma satisfação muito grande por esse serviço prestado para a comunidade. (Administração Pública 06).

Nesse sentido, graças também ao apoio da Credichapada, a criação da APAE em Chapada Gaúcha pôde ser concretizado e portanto melhorado a qualidade de vida dessas pessoas que passaram a ser atendidas pela associação. Na fala de um dos pais de uma pessoa especial da APAE fica explícita essa importância da Credichapada:

[...] e a gente encontrou na cooperativa uma parceira muito forte. E que isso, com esse apoio da cooperativa, na fundação dessa APAE, a gente conseguiu também, de certa forma, executar um sonho que já era antigo, esse sonho se tornou uma realidade. Até porque a instituição [Credichapada], ela já tem uma credibilidade muito boa e quando ela abraçou a causa, aí com certeza a gente sentiu mais um respaldo maior assim nesse sentido. (Entrevistado 06).

Atualmente são atendidos cerca de 40 pacientes na APAE de Chapada Gaúcha, de forma individual, que residem na área urbana da cidade, e alguns são atendidos até duas vezes por semana. Dentre as especialidades atendidas na APAE se encontram a terapia ocupacional, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia e assistência social. Esses pacientes geralmente chegam à APAE por meio de indicação ou por encaminhamento pela Secretaria de Saúde do município.

Segundo as responsáveis pela APAE, além dos 40 pacientes, ainda existem muitos outros que precisariam de atendimento, mas que devido às dificuldades de deslocamento impossibilitam o acesso, uma vez que a maioria se encontra na zona rural. Dentre os principais transtornos atendidos destacam-se o autismo, as deficiências intelectuais e múltiplas e a Síndrome de Down.

Os atendimentos psicossociais se iniciam com contato e instrução com os pais para entendimento das dificuldades relacionadas aos filhos, para que se busque trabalhar para melhorar a autonomia desses filhos. Já com relação aos atendimentos fisioterapêuticos, a responsável da APAE destaca que é possível perceber uma melhora motora nos pacientes e principalmente na qualidade de vida e na manutenção dos movimentos que os pacientes já possuem.

Além da importância da Credichapada para a fundação da APAE em Chapada Gaúcha, a cooperativa ainda destinava recursos anualmente para as APAEs de Chapada Gaúcha e de Urucuia, ajudando na manutenção dos atendimentos e da estrutura das associações. Outras iniciativas também são feitas ou apoiadas ao longo do ano pela Credichapada, como é o exemplo da Cavalgada Beneficente da Sicoob Credichapada, ocorrida em Julho de 2019, com toda a arrecadação da cavalgada destinada para a APAE de Urucuia. Na Figura 10 pode ser ilustrado o evento da cavalgada.

Figura 21

II Cavalgada Benficiente da Sicoob Credichapada – em apoio à APAE de Urucuia



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 18 de Julho 2019.

Ademais, além dos impactos relatados nesta seção, a Credichapada ainda participa, apoia e promove vários eventos em Chapada Gaúcha como o Café com os Aposentados, Campeonato de Futsal, Dia das Crianças, Dia de Cooperar, Projeto EducampoCapim, além de outros eventos locais e tradicionais na cidade, como o Encontro dos Povos, a AgroChapada, dentre outros, promovendo o aumento da qualidade de vida da população e incentivando o comércio e a economia local.

4.2.2 Impactos do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira

*Cultura Empreendedora, mano, você tá ligado
Empreendedorismo é o nosso aprendizado.
Nós faz uma feirinha e também faz um comércio
Nós aqui não é brincadeira / Nós aqui é papo reto.
O mercado de trabalho cada vez mais concorrente
E o empreendedorismo, vai ajudar a gente.
Ser empreendedor na vida não é muito fácil
Tem que ter habilidade / E pensamento ágil.*

*Sempre vamos esforçar / Tentando melhorar
Pra um futuro melhor / Nos proporcionar.
É desse jeito, vamos indo / Com nossa criatividade
Querendo ajudar o país / Querendo ajudar a cidade.*

*Você já percebeu / O que está faltando?
O empreendedorismo só está abaixando
Você passa pela rua e vê o moleque fumando
Você passa pela escola e não tem ninguém estudando
Mas pelo jeito, isso daí já está mudando.*

*Então escuta só / O que eu vou falar
É dos 7 princípios de cooperar
Todo mundo pode fazer parte de uma cooperativa
Sem discriminação, cor, sexo ou política
E não importa o nome ou a sua idade.
O importante é você ter responsabilidade.*

*E não é sozinho que você vai trabalhar
É juntando seus amigos e começando a prosperar.
Primeiro eu vou falar de uma pessoa importante
Romildo que está presente agora, neste instante.
Você acha mesmo que ele trabalha sozinho?
Ele chama o Jucélio e as ideias não têm fim
E eles conversam e vão se entendendo
E as ideias deles só vão mais resplandecendo.*

- Rap da autoria de Wagner e Guilherme
(Cooperados da Cooperativa Escolar COOPERDÁRIO,
Escola Municipal Dário Carneiro)

E é nesse ritmo de cooperação e criatividade que é desenvolvido Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, idealizado pela Sicoob Credichapada em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e as Secretarias Municipais de Educação dos municípios de atuação da Sicoob Credichapada. Além disso, o Programa já contou com o apoio da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), do Banco Central do Brasil e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/Nacional).

O Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, aqui denominado como Programa de Educação, pode ser dividido em dois públicos-chave de atuação: 1) Comunidade: com capacitação sobre Cooperativismo e Gestão de Finanças Pessoais; e 2) Escolas: com inserção de disciplina de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira e a criação de Cooperativas Escolares.

Destaca-se que as ações do Programa de Educação são oferecidas para todos os membros da comunidade local ou comunidade escolar da área de atuação da Credichapada, não somente para os cooperados. Essa preocupação social com a comunidade tem por objetivo impulsionar o desenvolvimento local. A participação de uma cooperativa que

interage com a comunidade de uma forma ativa, pode trazer elementos para ser considerada como um elemento de desenvolvimento tanto econômico quanto social dessa comunidade (Ávila, 2006; Ilha, 2008), deixando ressaltado o sétimo princípio cooperativista de Interesse pela Comunidade.

Além do sétimo princípio, de Interesse pela Comunidade, o Programa de Educação também se enquadra no quinto princípio cooperativista, que é o de Educação, Formação e Informação. Esse princípio reflete a formação dos membros da cooperativa de forma a contribuir para a expansão dos seus negócios, além de contribuir para a localidade de atuação das cooperativas, fornecendo informações para a comunidade externa à cooperativa. Esse princípio também seria de extrema importância para o desenvolvimento local, uma vez que a cooperativa, enquanto ator de desenvolvimento local, passa a se preocupar e educar a comunidade para que aconteça o fenômeno de autodesenvolvimento, com a comunidade aprendendo a se desenvolver (Ávila, 2000, 2006).

Esses objetivos ficam claros na fala do presidente da Credichapada, em um dos diálogos com o pesquisador, ao ressaltar que:

[...] a gente espera que a Chapada tenha uma geração que entenda que ‘junto é melhor do que sozinho’. [...] Nós estamos em uma região com um déficit muito grande cultural, econômico, infraestrutura, [...] então as ações precisam fazer sentido para a comunidade. [...] e para os meninos das escolas, que esses meninos, daqui a 5 anos, daqui a 8 anos, esses meninos estão com 18, estão no mercado de trabalho, estão sendo nossas lideranças, que esses meninos eles possam elevar muito o nível de pensamento coletivo aqui da região [...]. Mostrar pra eles que a realidade deles não os condena a viver desse jeito pra vida toda, que eles podem dar um passo a mais, construir uma realidade diferente. E aí coletivamente, cooperativamente, construir e desenvolver uma sociedade diferente. (Notas de campo, 02 Out. 2019).

Nesse sentido as ações do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, como o próprio nome já diz, é fundamentado em três pilares: educação cooperativista, educação empreendedora e educação financeira. Na vertente do cooperativismo, são trabalhados princípios e objetivos do cooperativismo, buscando desenvolver consciência e espírito de participação em moldes de economia colaborativa. Já no empreendedorismo são focadas as características do comportamento empreendedor e questões referentes a negócios, visando o desenvolvimento de produtos e serviços. Por fim, o pilar de educação financeira reflete as discussões sobre finanças pessoais, familiares e comunitárias, trabalhando o estabelecimento de metas e planejamento financeiro para seu alcance, trabalhando questões de antecipação de consumo ou de poupança para consumo futuro.

O Programa de Educação está presente com ações em praticamente toda a área de atuação da Sicoob Credichapada, contemplando os municípios mineiros de Chapada Gaúcha, Urucuaia, Pintópolis, São Francisco e Januária, com perspectivas para expansão ainda em Bonito de Minas e Cônego Marinho.

Com relação às ações que envolvem a comunidade, já foram desenvolvidas diversas iniciativas, como: cursos e palestras de capacitação em finanças pessoais e cooperativismo; oficinas voltadas para a área de negócio; capacitações em orçamento pessoal e familiar, crédito e endividamento; capacitações em consumo, investimentos, seguros e aposentadoria, capacitações específicas em cooperativismo, palestras de sensibilização sobre cooperativismo, curso técnico em cooperativismo, dentre outras. Além disso, a Credichapada estimula a capacitação da comunidade a partir de apoios a eventos como a Semana Nacional de Educação Financeira, e ainda faz outras iniciativas de incentivo a Educação, como a doação de ônibus para a Associação Estudantil de Chapada Gaúcha para o transporte dos alunos no trecho Chapada Gaúcha – Arinos para estudarem no campus do Instituto Federal de Minas Gerais (Figura 22).

Figura 22

Doação de ônibus para a Associação Estudantil de Chapada Gaúcha – Sicoob Credichapada e Cooperativa Agropecuária Pioneira



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 19 de Maio de 2016.

Nessas atividades que envolvem a comunidade fica ressaltada principalmente a aprendizagem das pessoas que já participaram das ações e as mudanças de comportamento

provocadas nelas. Dentre os entrevistados, diversos relatos podem ser observados sobre as capacitações promovidas pela Credichapada que aconteceram na comunidade:

[...] eu fui conhecer, fiz a capacitação, fui uma das primeiras a fazer a capacitação. Então assim eu voltei de lá com uma outra visão, porque antes eu tinha noções e depois que eu fui, eu fui conhecer, e além de conhecer, eu fui fazer a capacitação, então eu percebi que nada era difícil, nada que não estivesse ao nosso alcance. (Entrevistado 05).

Com a cultura empreendedora [...] a gente aprendeu como é colocar o foco e atenção para os negócios. E no cooperativismo coisas, assim, para vida pessoal mesmo da gente, a você fazer planilhas, para você tá sabendo quanto que você gasta, o que que você pode fazer em união com outro, se você tem vontade de comprar algo que você não dá conta você pode unir, até sua própria família, para que você possa também ter, ter lucro em cima daquilo em vez de tá gastando dinheiro a mais. No financeiro, dentro de casa então, eu aprendi a fazer lista do que a gente gasta, para você nunca ficar no vermelho. (Entrevistado 18).

[...] e ainda pra família, que a gente fez e depois a gente tinha que repassar para outras pessoas, inclusive na família. Que as vezes na família que a gente já tem mais sabedoria do que que cada um faz, do que que não faz, o que que deve, o que que não deve, como é que utiliza o dinheiro. E então, assim, antes, inclusive, minha irmã, ela não sabia lidar muito com dinheiro, então ela aprendeu muito também com isso. Aprendeu a tirar um pouco do que ganhava, para guardar, para economizar, pro dia de amanhã. Que a gente nunca pode ganhar X e gastar X, então na nossa vida familiar melhorou bastante. Então eu acredito que a gente sempre tem que ter algo de reserva, que você nunca sabe se você vai adoecer ou precisar pra alguma coisa. [...] então eu acredito que o impacto foi muito grande e foi positivo, mas eu acho assim, fez a diferença, na realidade. Principalmente na minha vida. (Entrevistado 24).

Eu falo que, meu Deus, acho que isso tinha que ser para todo mundo. As capacitações, as palestras são muito boas, um material muito riquíssimo, as pessoas também que vão falar pra gente, ótimo. [...] Então assim a minha mudança de comportamento foi da água pro vinho. (Entrevistado 22).

A essas mudanças provocadas na vida dos entrevistados, o crédito é atribuído à Credichapada. Os entrevistados, de forma geral, ressaltam a importância da Credichapada para a mudança na forma de pensar principalmente a parte financeira. Essas observações podem ser vistas nos fragmentos:

Então, pontos muito positivos para a vida da gente, principalmente no financeiro. A minha vida melhorou praticamente, vamos supor 80% a 90% na parte financeira, depois que a gente fez essas capacitações. O cooperativismo e o financeiro aí eu acredito que não só na minha, mas na vida de muitos que também fizeram os cursos graças pelo Sicoob. (Entrevistado 25).

[...] por isso eu dou nota 10 pro Sicoob, dou nota 10 pra eles. Porque eles, estão sempre engajados, eles estão sempre buscando, orientando, dando uma sacudida na gente [...]. Então assim o Sicoob, a participação deles com esse projeto, eu dou nota 10

para eles. [...] eu acho que eles querem, na realidade, o bem do município. Então são pessoas que engajam e oferece, ajudam né, tira dos próprios sócios lá da cooperativa, pra tá aplicado também nas capacitações pra comunidade. (Entrevistado 24).

Uma das importantes ações apoiadas pelo Sicoob Credichapada foi no curso Técnico em Cooperativismo, ocorrido em Chapada Gaúcha. O curso foi ofertado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Escola Estadual Moacir Cândido. O curso teve iniciativa pela Credichapada e da Cooperativa Agropecuária Pioneira (COOAPI), que, juntamente com a Escola Estadual Moacir Cândido, encaminharam um ofício à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. A iniciativa partiu da visão de que o município de Chapada Gaúcha tivesse oportunidade para profissionais técnicos em cooperativismo, dada a presença de cooperativas na cidade. A cerimônia de colação de grau aconteceu no dia 03 de Agosto de 2018, e atribuiu os certificados de Agentes de Desenvolvimento a 4 pessoas e de Técnicos em Cooperativismo a 51 pessoas. Na Figura 23 ilustra-se a cerimônia de Colação de Grau.

Figura 23

Cerimônia de Colação de Grau de formandos do Curso Técnico em Cooperativismo



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.
Data: 03 de Agosto de 2018.

A Credichapada realiza a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), desde 2016, proporcionando ações de capacitação, formação e informação sobre educação cooperativista e financeira. Na Semana ENEF de 2018, ocorrida de 14 a 20 de Maio de 2018,

por exemplo, foram oferecidas palestras em Gestão de Finanças Pessoais a cerca de 600 pessoas, entre estudantes, comerciantes, servidores públicos e comunidade em geral, distribuídas nos municípios de Chapada Gaúcha, Pintópolis, Januária e São Francisco. Já na Semana ENEF de 2019 foram desenvolvidas 15 palestras e 1 *workshop* sobre finanças nos municípios de Chapada Gaúcha, Pintópolis, Januária e Cônego Marinho, atingindo 700 pessoas, entre alunos de escolas públicas, aposentados, professores, beneficiários de programas sociais e a comunidade em geral.

Dentre essas ações de capacitação e também de sensibilização sobre o cooperativismo, a Credichapada auxilia e estimula outras ações, despertando o interesse pela comunidade e pelo desenvolvimento local a outras pessoas. A criação da Cooperativa Agrícola Mista de Fazenda Larga (COOPERLAR) ilustra os reflexos desse trabalho. A COOPERLAR surgiu a partir de uma das capacitações sobre Gestão de Finanças Pessoais, ocorrida em 2017 na Comunidade Larga, no município de Januária-MG. A partir do curso, as pessoas da comunidade se interessaram e organizaram reuniões e encontros para discutir sobre a formação da cooperativa. O objetivo da COOPERLAR é a preservação e a melhoria da qualidade de vida econômica e social de seus cooperados. Na Figura 24 observa-se os cooperados no encontro final para a constituição da cooperativa COOPERLAR.

Figura 24

Cooperados da Cooperativa Agrícola Mista da Fazenda Larga – Januária-MG



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: Outubro de 2018.

A Credichapada oferece ainda a formação para Multiplicadores em Gestão de Finanças Pessoais, que é uma das ações do Banco Central do Brasil no âmbito do Programa Cidadania Financeira para o desenvolvimento e aumento do nível de educação financeira do brasileiro. A Primeira Turma de Multiplicadores aconteceu de 17 a 21 de Outubro de 2016, e a Segunda Turma de 16 a 20 de Outubro de 2017, na cidade de Chapada Gaúcha. A formação dos multiplicadores tem o propósito de sensibilizar os participantes para que eles sejam capazes de conduzir grupos de discussões e também aplicar cursos de educação financeira para a comunidade. Na Figura 25 ilustra-se a formação da Segunda Turma de Multiplicadores.

Figura 25

Segunda Turma de Multiplicadores em Gestão de Finanças Pessoais em Chapada Gaúcha-MG



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 16 de Outubro de 2017.

Já as ações voltadas para as escolas trazem transformações não somente para os alunos, mas como também para os professores, pais e a comunidade. O projeto desenvolvido nas escolas teve seu início em 2013 e foi evoluindo ao longo do tempo. Um dos marcos no desenvolvimento do projeto foi a promulgação da Lei Municipal nº 724 de 16 de Maio de 2016, em Chapada Gaúcha, que institui a disciplina de Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira como obrigatória para as instituições de ensino que integram a Rede Municipal de Ensino de Chapada Gaúcha. A disciplina foi instituída no Plano Curricular de todos os níveis de ensino da Rede Municipal de ensino na parte diversificada do currículo. A promulgação da referida lei é um aspecto importante do projeto pois o consolida e torna a atuação do Programa de Educação da Credichapada mais efetiva.

Apesar de a promulgação da lei só ter acontecido em 2016, desde 2014 o trabalho já tinha sido inserido no currículo de algumas escolas da Rede Municipal de Ensino. Outras escolas que não inseriram o conteúdo no currículo também começaram a desenvolver ações sobre cooperativismo, empreendedorismo e educação financeira de forma interdisciplinar. O Programa de Educação nas escolas já atendeu a mais de 7.000 alunos da Rede Pública de Ensino.

Um exemplo disso é a inserção dos conteúdos da disciplina de Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira no programa Diversidade, Inclusão e Mundo do

Trabalho (DIM) da Rede Estadual de Ensino. As escolas que pertencem à rede estadual inseriram o conteúdo e têm obtido êxitos, tendo atualmente duas cooperativas escolares que fazem parte da rede estadual, a da Escola Estadual Moacir Cândido, situada na sede do município de Chapada Gaúcha, e a da Escola Estadual José Manoel Cirino, situada no distrito de São Joaquim, pertencente ao município de Januária.

As cooperativas escolares podem ser entendidas como a concretização do trabalho que acontece na disciplina de Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira. Essas cooperativas escolares são, inclusive, um dos objetivos do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira desenvolvido pela Credichapada, a fim de criar um ambiente de consolidação da aprendizagem a partir da vivência prática dos conceitos aprendidos na sala de aula com a disciplina.

As cooperativas escolares funcionam com a formalidade de uma cooperativa comum, atendendo, inclusive, a legislação aplicável, apesar de não haver Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Nesse sentido, as cooperativas escolares funcionam com chapas, que são eleitas pelos alunos cooperados a essas cooperativas, e concorrem a cargos para a Diretoria (Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Tesoureiros e 1º e 2º secretários), Conselho Fiscal e Conselho de Administração (com membros efetivos e suplentes). Além disso, todas as reuniões acontecem com registro em ata e ocorre também Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, tudo com as devidas formalidades. As votações, por exemplo, acontecem com a estrutura de uma cabine de votação e uma urna para o depósito dos votos, como pode ser ilustrado na Figura 26, na votação ocorrida na Escola Municipal Santa Luzia.

Figura 26

Cabine de Votação Escola Municipal Santa Luzia – Comunidade de Ribeirão de Areia



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 31 de Outubro de 2019.

A primeira cooperativa escolar a ser fundada foi a Cooperativa Escolar União (UNICOOP) pertencente à Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias, na comunidade de Marimbas, em Chapada Gaúcha. A UNICOOP foi fundada em Junho de 2015, é considerada a primeira cooperativa escolar do norte mineiro, e segue em constante atuação. O diretor da Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias, em exercício desde 2005, relata que inicialmente ele foi contra a proposta de inclusão da disciplina de Cultura Empreendedora, proposta pelo SEBRAE à época. Seu olhar sobre a disciplina mudou quando ele conheceu o Instituto Ellos de Educação, uma cooperativa educacional da cidade de São Roque de Minas-MG. Em visita ao Instituto, esse diretor teria ficado impressionado com o trabalho desenvolvido pela escola e teria voltado para a Chapada Gaúcha com a ideia de implementar a disciplina. Apesar disso, já em Chapada Gaúcha, esse diretor teria feito a proposta para a equipe pedagógica da escola, mas não teve muita aderência à ideia. Foi quando ele decidiu procurar o presidente da

Credichapada para que a ideia fosse colocada em prática, nascendo então a disciplina com os três pilares: Empreendedorismo, Cooperativismo e Educação Financeira.

O diretor da Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias conta que dentre as dificuldades para a implantação da disciplina na época, a principal teria sido o conhecimento. Como a disciplina era uma coisa nova, tanto para a gestão, quando para a secretaria de educação, quanto para os professores e alunos, o diretor avalia que a parceria com a Credichapada e o SEBRAE foi fundamental para que o projeto seguisse em frente, como pode ser visto explicitamente nesse trecho de entrevista:

O conhecimento foi a maior dificuldade. Na verdade que, quando nós começamos, eu nem sabia o que era uma cooperativa, mas nem por isso nós deixamos de criar. E então o maior desafio foi buscar. Buscar conhecimento com quem sabia. Nós tivemos bastante parceiros aqui importantes, parceria do Sicoob [Credichapada], do SEBRAE. [...] Então o desafio foi muito grande em si. Era coisa nova, e colocamos. Apareceu e nós buscamos, e graças a Deus e também os parceiros, conseguimos andar. Mas o desafio foi muito grande. (Diretor 01).

Na Figura 27 é possível observar a primeira chapa eleita para a UNICOOP, juntamente com colaboradores da Credichapada e do SEBRAE.

Figura 27

Primeira Chapa Eleita Cooperativa Escolar UNICOOP, colaboradores Credichapada e SEBRAE – Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias, Marimbas, Chapada Gaúcha-MG



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: Agosto de 2016.

A segunda cooperativa escolar a ser criada foi na sede do município de Chapada Gaúcha, na Escola Estadual Moacir Cândido, a partir do conteúdo interdisciplinar na disciplina do projeto DIM. A Cooperativa Escolar Moacir Cândido (COOPERMOC) está em atuação desde 2016 e conta com alunos do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na Figura 28 têm-se representantes da primeira chapa eleita da COOPERMOC, juntamente com o diretor da Escola, Manoel, e o professor, Júnior.

Figura 28

Representantes da Cooperativa Escolar COOPERMOC, diretor Manoel e Professor Júnior



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: Novembro de 2017.

A terceira cooperativa escolar a ser constituída é a Cooperativa Escolar da Escola Estadual José Manoel Cirino, a JOVCOOP, situada no distrito de São Joaquim, pertencente ao município de Januária. As ações na Escola Estadual José Manoel Cirino começaram em 24 de Agosto de 2017, a partir de um evento de sensibilização e mobilização que reuniu pais, professores, alunos e representantes da Credichapada e da UNICOOP. Na ocasião, os representantes da UNICOOP deram seus depoimentos sobre a cooperativa escolar e as ações que são desenvolvidas por eles. Ao final da sensibilização, 22 alunos já se voluntariaram para formar a comissão para escrita do edital da cooperativa. Na Figura 29 tem-se a mobilização para a constituição da cooperativa escolar na Escola Estadual José Manoel Cirino, no distrito de São Joaquim, em Januária.

Figura 29

Mobilização para a Constituição da Cooperativa Escolar JOVCOOP – Distrito São Joaquim, Januária-MG



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 24 de Agosto de 2017.

Já a quarta cooperativa escolar a ser constituída foi a Cooperativa Escolar Dário Carneiro (COOPERDÁRIO), na Escola Municipal Dário Carneiro, na comunidade de Rio dos Bois. As ações para constituição da COOPERDÁRIO se iniciaram em Abril de 2018. Fato interessante sobre a COOPERDÁRIO é que a primeira chapa eleita na cooperativa escolar era composta apenas por alunas mulheres. Na Figura 30 apresenta-se o momento da reunião para a constituição da cooperativa escolar COOPERDÁRIO.

Figura 30

Reunião para Constituição da Cooperativa Escolar COOPERDÁRIO – Escola Municipal Dário Carneiro, Comunidade de Rio dos Bois, Chapada Gaúcha-MG



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 16 de Abril de 2018.

A quinta e última cooperativa escolar já constituída é a da Escola Municipal Santa Luzia, na comunidade de Retiro Velho. A mobilização e sensibilização para a criação da cooperativa aconteceu dia 13 de Setembro de 2019, e a eleição da primeira chapa aconteceu em 31 de Outubro de 2019. Na Figura 31 vê-se o encontro de mobilização para a criação da Cooperativa Escolar da Escola Municipal Santa Luzia.

Figura 31

Mobilização para a Constituição da Cooperativa Escolar na Escola Municipal Santa Luzia – Retiro Velho, Chapada Gaúcha-MG



Fonte: Acervo Pessoal.

Data: 13 de Setembro de 2019.

Dentre os impactos do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira com o público-chave nas Escolas, têm-se os desdobramentos em três vertentes: 1) os impactos da formação e capacitação dos professores das escolas públicas; 2) os impactos para os alunos; 3) os impactos para as famílias dos alunos e para a comunidade.

O Programa de Educação traz reflexos para os professores das escolas ao passo que eles recebem capacitações de forma continuada, se preparando para ensinar questões sobre cooperativismo, educação financeira e empreendedorismo para os alunos. Dessa forma, os professores também adquirem conhecimentos sobre gestão de finanças pessoais, orçamento pessoal e familiar, crédito e endividamento, dentre outros.

Com os professores, acontecem eventos de sensibilização para que eles compreendam os objetivos do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira para que possam trabalhar de forma a maximizar os objetivos do Programa. Uma das responsáveis pela gestão escolar e processo educacional da Secretaria Municipal de Educação do município de Chapada Gaúcha ressalta que essas sensibilizações são um dos fatores essenciais para que o Programa de Educação tenha sucesso, pois segundo ela:

[...] é importante motivar o professor. O que eu vejo é que justamente esse professor é a peça chave para a nossa disciplina. Porque aí esse professor é o motivador de tudo porque ele observa a turma, é quem vai motivar os alunos, é quem vai dar crédito e é o elo da disciplina com os alunos ali, mas sim, acima de tudo com o fazer acontecer da disciplina e acompanhar as atividades. (Representante Secretaria de Educação).

Na Figura 32 é possível observar um dos momentos de sensibilização dos professores da Rede Municipal de Chapada Gaúcha.

Figura 32*Sensibilização de Professores da Rede Municipal de Chapada Gaúcha-MG*

Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 16 de Fevereiro de 2018.

Além das sensibilizações, a formação dos professores acontece regularmente desde 2014, e já foram ofertados cursos, palestras, capacitações e oficinas nos municípios de Chapada Gaúcha, Urucuia, Pintópolis, São Francisco e Januária. Ainda segundo uma representante da Secretaria de Educação de Chapada Gaúcha, essas capacitações são importantes para que o professor tenha direcionamentos de como trabalhar, uma vez que os professores não possuem habilitação específica para a disciplina. Em entrevista com a representante, ela ressalta a importância das capacitações para o desenvolvimento do Programa de Educação nas Escolas:

[...] porque o professor ele precisa entender a disciplina e aprender os conceitos, estudar os materiais, participar dos cursos. Porque se ele não acredita na disciplina, ele vai dar mais conteúdo de forma separada. [...] nós tivemos um exemplo, em um ano aí, o professor falou, ‘o primeiro bimestre vai ser teoria, segundo semestre vai ser a prática’. Não! Não pode ser assim, não pode, é teoria e prática. Então, esse é um dos impactos que a figura do professor, que a importância da formação desse professor tem na disciplina. (Representante Secretaria de Educação).

Nesse sentido, a partir do momento em que os professores fazem e participam de todos os cursos de formação e capacitação, eles também têm contato com as formações de gestão financeira, cooperativista e empreendedora e são impactados por isso, causando transformações na vida desses professores. No fragmento a seguir é possível ilustrar esse relato:

[...] a gente que tá na área [da educação] também faz os cursos e a gente leva pra vida da gente. Sempre eles [Credichapada] estão oferecendo cursos pra gente das escolas, pros professores, pros supervisores, pros diretores, todo mundo. E a gente pega o aprendizado pra vida da gente também [...]. A gente muda o jeito de ver o dinheiro, muda o jeito de gastar, pensa mais antes de comprar as coisas. (Professor 14).

Com relação aos impactos que o Programa de Educação nas Escolas gera nos alunos, refletindo nas suas formas de se comportar, diversas são as fontes de informação: professores, supervisores, diretores, secretaria de educação e os próprios alunos. Dentre os aspectos de impacto nos alunos, a análise das entrevistas, diário de campo e da observação geraram 6 principais temáticas: 1) Responsabilidade; 2) Trabalho em Equipe; 3) Capacidade de Liderança; 4) Geração e Administração de Recursos; 5) Sustentabilidade; e 6) Perspectivas de vida.

Com relação à responsabilidade, é nítido o compromisso e a seriedade com que os alunos se organizam e coordenam as atividades da cooperativa. Isso reflete no comportamento deles inclusive dentro da sala de aula, como é possível perceber nos relatos de professores no fragmento abaixo:

[...] eu sempre falo com eles [alunos]: se você faz isso desde cedo, você começa entender o valor das coisas e colaborar mais, você ajuda seus pais ou se autoajuda, você aprende a maior de toda a responsabilidade, aprende a ser responsável por alguma coisa. Então eu sempre falo pra eles 'participem mesmo, é muito bom pra vocês, só tem a aprender ser mais responsável com você, com o outro, com o dinheiro'. [...] Então a gente vê, assim, o tanto que mudou depois que criou a cooperativa, sabe. O tanto que eles são mais atentos nas aulas, fazem as atividades que antes não fazia, muda de uma forma geral. (Professor 17).

O comportamento em si dos alunos dentro de sala de aula, o comportamento em fazer, de ter a responsabilidade de trazer sua tarefa pronta. Eles criaram aquela responsabilidade que antes eles não tinham. Então ela fica acima de tudo, a responsabilidade. Porque eu acho que aluno, criança, tem que ser responsável desde pequeno com algumas tarefas, então, assim, eu vi essa mudança neles. (Professor 19).

Essa mudança de comportamento também é percebida pelos alunos ao serem questionados sobre quais as principais mudanças que a participação na cooperativa escolar e da disciplina fez na vida deles. As falas a seguir ilustram essa característica:

O que eu mais mudei foi persistência, que é a paciência de esperar algo, o compromisso, que é a responsabilidade, e também tem a busca de informação. De uma forma essas coisas estão ligadas. Porque na cooperativa a gente precisa ser responsável pra poder tomar conta da cooperativa, tem que ter responsabilidade pra poder usar alguma ferramenta pra fazer um artesanato, um alimento, pra mexer numa horta, essas coisas. E aí pra tudo isso também tem que ter paciência e também buscar as informações, de como fazer. (Aluno 22).

[...] é a responsabilidade, eu acho que é o principal. Pra nós que somos novos assim, eu já vejo como um futuro, porque se hoje você aprende uma coisa, aprende a ter responsabilidade, no futuro com certeza você leva pra vida. E eu acho muito interessante, eu levo muito na seriedade [...], e acho que é um trabalho bem feito, o que a gente tá aprendendo hoje. (Aluno 23).

Essa alteração de comportamento dos alunos, gerando mais responsabilidade, se reflete na aprendizagem dos alunos (refletida nas notas) e também no compromisso de frequentar a escola. Nas falas de uma representante da Secretaria Municipal de Educação e de um dos professores é possível ilustrar esses desdobramentos do aumento de responsabilidade dos alunos:

[...] teve uma época que eu trabalhava com a disciplina da cultura empreendedora, eu também era professora de matemática ao mesmo tempo lá [escola]. Então quando você é dos dois ao mesmo tempo fica melhor ainda para você notar isso. Então, a nota, as notas dos alunos foram outras. (Professor 19).

[...] quando você é representante na cooperativa escolar, você tem que dar exemplo dentro da escola. Então eles costumam tirar as melhores notas depois disso [...]. Eles tem aquela responsabilidade que eles representam algo, que eles precisam dar o melhor deles, e realmente isso acontece. Na cooperativa [...] até as notas deles enquanto provas externas aumentaram muito, muito, muito. Subiram gigantescamente. (Professor 12).

[...] para a formação dos alunos eu vejo que o modelo que essa aula [Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira] acontece aqui na escola, ela tem dado a seguinte segurança pra gente: evasão escolar diminuiu muito. Eu vejo que diminuiu porque os meninos entendem que na escola [...] ele tem condição de conhecer a realidade dele. De conhecer, de fazer sentido, a educação tem que fazer sentido pra ele. Então a partir do momento que o aluno se torna responsável e que isso passa a fazer sentido para ele, a evasão diminui. [...]. Mas assim, a gente vê que a frequência deles melhorou, o rendimento deles com as avaliações internas também melhorou, e de evasão melhorou bastante. Então eu vejo que o modelo que se trabalha e o tema que se trabalha faz sentido. No meu ponto de vista é isso, quando tá fazendo sentido vale a pena eles estarem aqui. (Professor 17).

Outra temática bastante ressaltada é o desenvolvimento de trabalho em equipe, que foi bastante frequente nas falas de todos os envolvidos no Programa de Educação nas escolas e também analisado pela observação. Durante as observações dos alunos, nas confecções de produtos ou nas feiras, o trabalho em equipe e a ajuda mútua prevaleciam, tanto na organização de materiais, como na comercialização dos produtos. Foi possível perceber os alunos se ajudando para executar as tarefas e compartilhando um clima de solidariedade. Nos trechos de entrevistas a seguir, de professores e alunos, nota-se, explicita e implicitamente a questão do trabalho em equipe:

[...] que é essa coisa do trabalho em equipe, da cooperação, que ajuda. Que nem eu estou te falando, eles respeitam a opinião do outro, entendeu... “eu queria fazer assim” aí tipo “ah, mas o trabalho é nosso, vou fazer assim”, não acontece, eles respeitam. “A gente podia fazer assim, assim. A gente podia fazer assim”. Você vê que tem uma interação no grupo, não fica aquela coisa individual de só um vai fazer o trabalho, tipo carregar os outros nas costas, entendeu. (Professor 03).

[...] porque eu acho que aprender trabalhar em grupo me deu mais disposição, porque antes eu era assim, quando eu tinha alguma coisa pra vim fazer na escola eu vinha com preguiça, tá eu vou. Mas eu acho que foi, porque com o trabalho em equipe a gente fica mais animado de vir fazer, porque você sabe que você não vai fazer as coisas sozinho, que vai ter alguém pra ajudar, vai ter alguém aqui que você conhece, aí dá mais disposição. (Aluno 48).

Eu acho que trabalhar em equipe é você, por exemplo, se eu vou fazer uma coisa e eu não dou conta, eu acho que eu posso pedir ajuda, ou alguém pode chegar e me oferecer essa ajuda. E é muito mais fácil trabalhar em equipe porque o que você não sabe, outra pessoa vem, te ensina, ajuda você a fazer e você ainda vai aprender e sair muito mais beneficiado com isso, toda a cooperativa é beneficiada. (Aluno 23)

[...] então o que eu mais aprendi foi na parte de trabalhar em equipe. Porque a gente, tudo que faz é em equipe. Então a gente desenvolveu muito essa parte de trabalhar em equipe, a gente desenvolveu mais foi essa parte. (Aluno 27).

Com relação à capacidade de liderança, fica ressaltado que as pessoas que exercem cargos de presidente das cooperativas escolares, possuem o desenvolvimento da capacidade de ser líder e de coordenar o grupo, as atividades e o trabalho dos demais colegas que compõem a chapa. Devido a maior participação dos presidentes em eventos, palestras e conversas, eles desenvolvem de maneira mais acentuada as habilidades de comunicação. Durante o período de viagem em campo, o pesquisador teve contato com os presidentes em atuação de liderança e também exercendo as capacidades de comunicação proferindo palestras. Foi possível acompanhar os presidentes das cooperativas escolares em pelo menos um evento.

A presidente da UNICOOP, Rayssa, foi possível acompanhar na sensibilização na Escola Municipal Santa Luzia (Retiro Velho), no evento da Família na Escola (Marimbas) e no Fórum das Cooperativas Escolares (Chapada Gaúcha). A presidente da COOPERMOC, Luana, foi possível acompanhar no evento FenaBaru (Arinos) e no Fórum das Cooperativas Escolares (Chapada Gaúcha). A presidente da COOPERDÁRIO, Jéssica, foi possível acompanhar do Seminário de Educação Empreendedora, Financeira e Cooperativista (Patos de Minas). E o presidente da JOVCOOP, Thiago, no Fórum das Cooperativas Escolares (Chapada Gaúcha).

Em todos os eventos foi possível notar o domínio dos alunos-presidentes em proferir palestra e mostrar o trabalho que eles desenvolvem nas suas respectivas cooperativas escolares. Há um forte desenvolvimento desses alunos e um trabalho de comunicação bastante elaborado. O pedagogo responsável pelo Programa de Educação da Credichapada, Romildo, realiza sempre revisões e aconselhamentos para os alunos em datas anteriores ao acontecimento dos eventos, ajudando-os a se preparar para as situações.

Além disso, nos fragmentos de entrevistas é possível notar o relato de professores das escolas sobre as questões de liderança:

[...] eu já vi muito crescimento dos alunos. [...]principalmente quem assume a liderança de uma cooperativa escolar. Se fica nela você vê que os alunos cresce. Eu falo assim que a função nossa é formar líder [...]. (Professor 16).

Além deles poderem tá se expressando, no momento que eles montam a cooperativa, eles se tornam a liderança. Então dá pra eles essa oportunidade de ser líder, de exercitar, vamos dizer assim, esse dom de ser líder. Então eu vejo que são benefícios bons para eles, são os melhores benefícios para eles. O diálogo, a convivência, [...] eu também posso ser líder, eu também posso tá conduzindo um processo aqui na cooperativa [...]. (Professor 19).

Desenvolve demais a questão da liderança. Eu já vi, eu já vi 3 presidentes das cooperativas escolares palestrando que assim, como eles foram meus alunos muito novos, quando eu vejo eles palestrando, quando eu vejo eles colocando opinião deles, explicando como que funciona uma cooperativa, que as vezes eles falam coisas que assim, nem eu tenho esse conhecimento. Então eu fico assim, feliz e pensando, era alunos que eu nunca imaginava que teria coragem de pelo menos falar lá na frente, e eu vejo eles falando com segurança, com determinação. Então eu tenho certeza que os meninos que ficam na presidência da cooperativa, que faz parte da diretoria eles desenvolvem e desenvolvem muito, muito, muito. (Professor 21).

O próximo ponto a ser destacado é a questão da geração e administração de recursos. Esta é outra característica bastante desenvolvida nos alunos uma vez que eles são responsáveis pelo processo de produção dos recursos financeiros, a partir das vendas dos produtos que eles vendem em cada cooperativa. A partir da geração dos recursos, também cabe aos cooperados e, principalmente, aos Tesoureiros, a administração desses recursos, o controle de entrada e saída e as decisões de gasto e destinação dos recursos. Nos trechos de entrevistas com os alunos das cooperativas escolares é possível entender como o processo acontece:

Vai uma parte pros associados, uma parte fica na cooperativa, pra nós fazer que nem, comprar coisas de artesanatos, fazer biscoito, e tem uma parte que guarda ele na conta do Sicoob, guarda uma parte. (Aluno 30).

Gasta o dinheiro no que precisa pra cooperativa. No caso de fazer os dim-dim, os chupa-chupa, tem que comprar tudo. Aí tem que pegar o dinheiro da cooperativa [...]. (Aluno 32).

O controle do dinheiro [...] a gente conta tudo direitinho, que foi feito tantas coisas, por exemplo, foram feitos tantos pasteis, aí tudo é anotado num caderno. E depois o lucro, pra ver se aquilo tá dando a renda necessária pra cooperativa. E é sempre dessa forma. (Aluno 44).

[...] a gente vende fiado, vende a prazo, e nós temos um caderninho. Aí vai anotando tudo no caderno. Se a gente precisar de tanta quantia pra comprar um produto aí a gente vai lá, tira e desconta, anota tudo no caderno. [...] e também o dinheiro ele vai pra uma conta onde a gente deposita esse dinheiro e também nós temos uma parte que usa pra passar troco, essas coisas. (Aluno 47).

[...] aí falava ‘hoje deu tanto’, aí eu contava o tanto de pacote pra ver se era realmente aquele tanto de valor que eles tinham falado que tinha dado. E também como eles [alunos-clientes] levavam pra casa e tudo, e por ser em zona rural e não é todo dia que os pais tinha dinheiro e tudo, então tinha uma semana, duas pra pessoa pagar, acontece dessa forma. Aí fazia a contagem, e ia juntando, e quando inteirava o valor X aí trazia pro Sicoob. (Aluno 50).

Esse aspecto de geração e administração de recursos é concretizado com as vendas que podem ocorrer: de sala em sala na própria escola; em eventos que acontecem na escola; ou em eventos externos ao ambiente escolar. O presidente da Credichapada acredita que os momentos em que os alunos se dispõem a vender o que constroem a partir da cooperação nas cooperativas escolares são importantes para o andamento do projeto, considerando, portanto, que “o produto é a materialização do processo” (Notas de campo, 05 Out. 2019).

Um exemplo de evento externo é o Fórum das Cooperativas Escolares e Feira do Jovem Empreendedor de Chapada Gaúcha, que acontecem no mesmo dia. O Fórum das Cooperativas Escolares já contou com duas edições, em 2018 e 2019, e é destinado para que os diretores e professores das escolas, representantes das cooperativas escolares, representantes da Sicoob Credichapada e representantes da Secretaria de Educação Municipal e Estadual, apresentem o Programa de Educação desenvolvido nas escolas para toda a comunidade do entorno de Chapada Gaúcha. Já a Feira do Jovem Empreendedor já foi realizada cinco vezes, desde 2015, e é o momento destinado para que os alunos que fazem parte das cooperativas escolares comercializem os produtos que desenvolvem nessas cooperativas.

Em 05 de Outubro de 2019, ocorreu o 2º Fórum das Cooperativas Escolares e a 5ª Feira do Jovem Empreendedor de Chapada Gaúcha, realizados na em uma praça da cidade de Chapada Gaúcha (Figura 33). O pesquisador estava presente na ocasião e foi possível

observar e acompanhar o evento organizado pela Sicoob Credichapada, Secretaria de Educação de Chapada Gaúcha e SEBRAE. O evento contou com a participação de pais, professores, alunos, representantes de diversas instituições e pessoas da própria comunidade.

Figura 33

2º Fórum das Cooperativas Escolares e 5ª Feira do Jovem Empreendedor de Chapada Gaúcha



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 05 de Outubro de 2019.

Como estímulo à autonomia e comunicação dos alunos, o Fórum das Cooperativas Escolares foi conduzido por duas alunas da Escola Municipal Dário Carneiro, que foram as oradoras do evento. Ainda no início do evento, fizeram seus discursos: presidente da Sicoob Credichapada, presidente da Sicoob Planalto Central, representantes da administração pública municipal, diretores, representante do SEBRAE e representante da Superintendência Regional de Ensino da Secretaria de Estado de Educação. Após a fala dos convidados, foi realizado um painel temático das cooperativas escolares, em que os alunos representantes de cada uma das cooperativas escolares expuseram a criação de cada cooperativa, seus objetivos, os trabalhos e produtos que são realizados, os resultados que elas proporcionam e também a prestação de contas dos recursos que são arrecadados por essas cooperativas escolares.

Durante todo o evento, que ocorreu na parte da manhã, a feirinha acontecia simultaneamente com a venda dos produtos das cooperativas escolares. Cada escola participante do evento dispunha de mesas para a exposição e venda dos produtos. Para as escolas que possuíam cooperativas escolares, as vendas eram coordenadas pelos próprios

cooperados dessas cooperativas. Para as escolas que ainda não possuíam as cooperativas escolares, mas já desenvolviam atividades devido à disciplina de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira, eram coordenadas por alunos e professores.

Na Figura 34 é possível observar a feira ocorrendo, com as mesas de exposições dos produtos de cada escola.

Figura 34

5ª Feira do Jovem Empreendedor de Chapada Gaúcha.



Fonte: Acervo Institucional Sicoob Credichapada.

Data: 05 de Outubro de 2019.

Assim, a partir da exposição dos produtos, os alunos e professores vão vendendo para as pessoas que participam do evento e também para as pessoas que vão passando pela praça, como pode ser ilustrado a partir do trecho do diário de campo a seguir:

Os alunos chamam as pessoas que estão passando para que elas conheçam e comprem os produtos. Alguns alunos são mais tímidos e outros não. Quando um possível cliente se aproxima eles fazem a abordagem, explicando as características dos produtos, como foram feitos e quais são os preços. Caso a pessoa opte por realizar a compra, eles mesmos recolhem o dinheiro e dão o troco, quando necessário. (Notas de campo, 05 Out. 2019).

A partir dessas vendas, os alunos geram os recursos que precisam administrar posteriormente, atividades que são realizadas pelos próprios alunos. Em diálogo com um dos alunos durante a feira, foi possível tomar a seguinte nota:

[...] ele ressaltou que durante a feira eles já vão anotando o que está vendendo e por quanto, para que depois das feiras ou qualquer evento que eles participam, o presidente e o tesoureiro, às vezes também os demais membros da chapa, se reúnem para fazer a contagem do dinheiro que foi arrecadado, anotando todas as informações em um caderno de controle, no qual anotam as entradas e as saídas dos recursos. Depois de realizada a contagem do dinheiro [...] [ele] destacou que a chapada realiza uma reunião com os demais cooperados para fazer a prestação de contas. (Notas de campo, 05 Out. 2019).

Além do impacto na formação do senso de gestão financeira dos recursos provenientes da atividade das cooperativas escolares, os alunos ainda promovem ações que geram impacto com o dinheiro. Dessa forma, além de serem impactos pelo Programa de Educação, os alunos “retroalimentam” os impactos sociais e econômicos ao passo que realizam ações a partir das sobras que conseguem com os recursos das cooperativas escolares, tanto para ações na própria escola, como preocupações para a comunidade. Alguns exemplos de ações podem ser vistas nos trechos de entrevistas:

Olha, a gente tira uma porcentagem pro fundo da cooperativa, outra porcentagem vai pros terceiros ano, pra ajudar com beca, essas coisas da formatura. (Aluno 28).

[...] a gente reúne na assembleia junto com os cooperados, nós vamos discutir o que fazer com ele [dinheiro]. Igual por exemplo, alunos tá querendo tipo organizar um projeto que inclui a comunidade, [...], e é isso, sempre tá pensando assim na comunidade, nos alunos que tem dificuldade, ou seja, não tem a condição de fazer alguma coisa, então a gente vê assim nessa parte assim da comunidade mesmo. (Aluno 22).

Um exemplo, as meninas aqui sempre vão nos Jogos Escolares, que é o JEMG, [...] e esse ano eles compraram, juntou a comissão, junto com os sócios, e chegaram a conclusão de que teria que doar pras meninas a camiseta, o uniforme, a joelheira, [...] e eles fizeram isso, eles pegaram parte desse dinheiro da cooperativa e retornou em benefício dos próprios alunos que não tinham condição de comprar. (Professor 23).

Adicionalmente, têm-se ainda a categoria de Sustentabilidade, que é o caso para o qual os alunos das cooperativas optam por fazer produtos a partir de materiais que seriam descartados como lixo, além de aprender comportamentos ambientalmente responsáveis. Dessa forma, os alunos desenvolvem habilidades e criatividade para elaboração de novos produtos e também causam impacto ambiental e social. Dentre os produtos reaproveitados estão garrafas pets e jornais e revistas. Nos trechos de entrevistas podem ser observadas ações sustentáveis desenvolvidas pelos alunos a partir das cooperativas escolares ou do pressuposto de cooperação para o meio ambiente:

[...] a gente faz também uns artesanatos de garrafa. De garrafa pet, a gente pega, e enfeita. Nós enfeita as garrafas pet e vira artesanato. (Aluno 24).

[...] então acaba que isso vai agregando, acaba, porque também o cooperativismo, [...] é você empreender sua própria vida. É desligar a luz, é desligar a água, é você não jogar uma garrafa pet no rio lindo [...], é não destruir as matas. Isso é empreender, é empreender pro futuro, é você trabalhar hoje pro futuro, que é o que eles fazem na cooperativa. (Professor 13).

É tanto que outro dia eu falei na sala da Cultura Empreendedora ‘você jogou o palitinho no chão, a gente tá acabando de falar isso, do palitinho do pirulito’, e aí ele

‘ah, mas isso aqui não vai fazer diferença’, aí o outro falou ‘agora pensa, se cada um de nós jogasse um palitinho no chão, quantos palitinhos não vai dar?’. Então assim, querendo ou não, aquele entendeu aquela mensagem, o palitinho pra ele não ia fazer diferença, mas se toda a sala jogasse um palitinho, então assim, querendo ou não, isso é empreender. (Professor 18).

[...] quase toda vez nós faz uma arte que é tipo um urso feito de papel de jornal. Aí nós faz um retrato com um papelão de um urso, meio grande assim, aí nós pega os negócio e vai, os papeis de jornais e vai enrolando e enfeita ele todinho só de papel de jornais, fica muito, muito legal. (Aluno 26).

Por fim, a temática de mudanças de perspectivas de vida traz questões de empoderamento desses alunos a partir do momento em que eles participam do Programa de Educação e colaboram nas cooperativas escolares. A participação nesses projetos faz com que os alunos comecem a acreditar que eles podem sonhar e alcançar objetivos antes inimagináveis. Nos trechos de profissionais de educação pode ser observado esses relatos:

[...] é mostrar pra eles que eles podem transformar a vida deles a partir do que eles tem na comunidade. Eles pode ir além, eles pode ver, que as vezes você já tem a matéria-prima pra fazer um produto e você mesmo tem capacidade de aprender pra fazer. (Professor 13).

[...] nós só vamos sentir essa mudança, daqui mais para frente, quando esses adolescentes [...] se tornarem um adolescente mais consciente, mais criativo, com mais ações, com mais vontade de aprender, e acreditar. Que eu falo pra eles tem eles que acreditar no eu, na capacidade de cada um né, [...] se você acreditar que você tem aquele sonho, que você pode tornar ele realidade. (Professor 05)

[...] então eles melhoraram nessa questão financeira, e a social progrediu mais ainda. Porque a gente tinha alunos que não tinha um bom comportamento, não tinha boas notas, não tinha perspectiva de estudos mais avançados, sair ali da comunidade pra estudar, e hoje a gente vê que muitos saíram, os que não saíram tem muitos que já estão produzindo na própria comunidade. (Representante Secretaria Educação).

Finalmente, a terceira vertente de impacto é a que diz respeito aos impactos para as famílias dos alunos e para a comunidade. Dentre as influências na comunidade podem ser destacadas, por exemplo, produzir os mesmos produtos, que se vende nas cooperativas escolares, em casa para consumo próprio ou para venda, começar a vender produtos que se tinha em casa e ajudar a comunidade local de alguma forma. Assim, podem ser ilustrados nos comentários:

[...] Aí você acaba indo lá na cidade, comprar aquilo que você poderia produzir dentro da própria comunidade. E hoje assim, nas comunidades a gente já vê que eles influenciam, eles influenciam os próprios pais nesse quesito. Porque assim, um exemplo, eles produzem a farinha aqui, da mandioca. Da farinha dá pra você tirar o polvilho, a própria farinha dá pra você fazer o beiju... É tanto que lá na outra escola, as

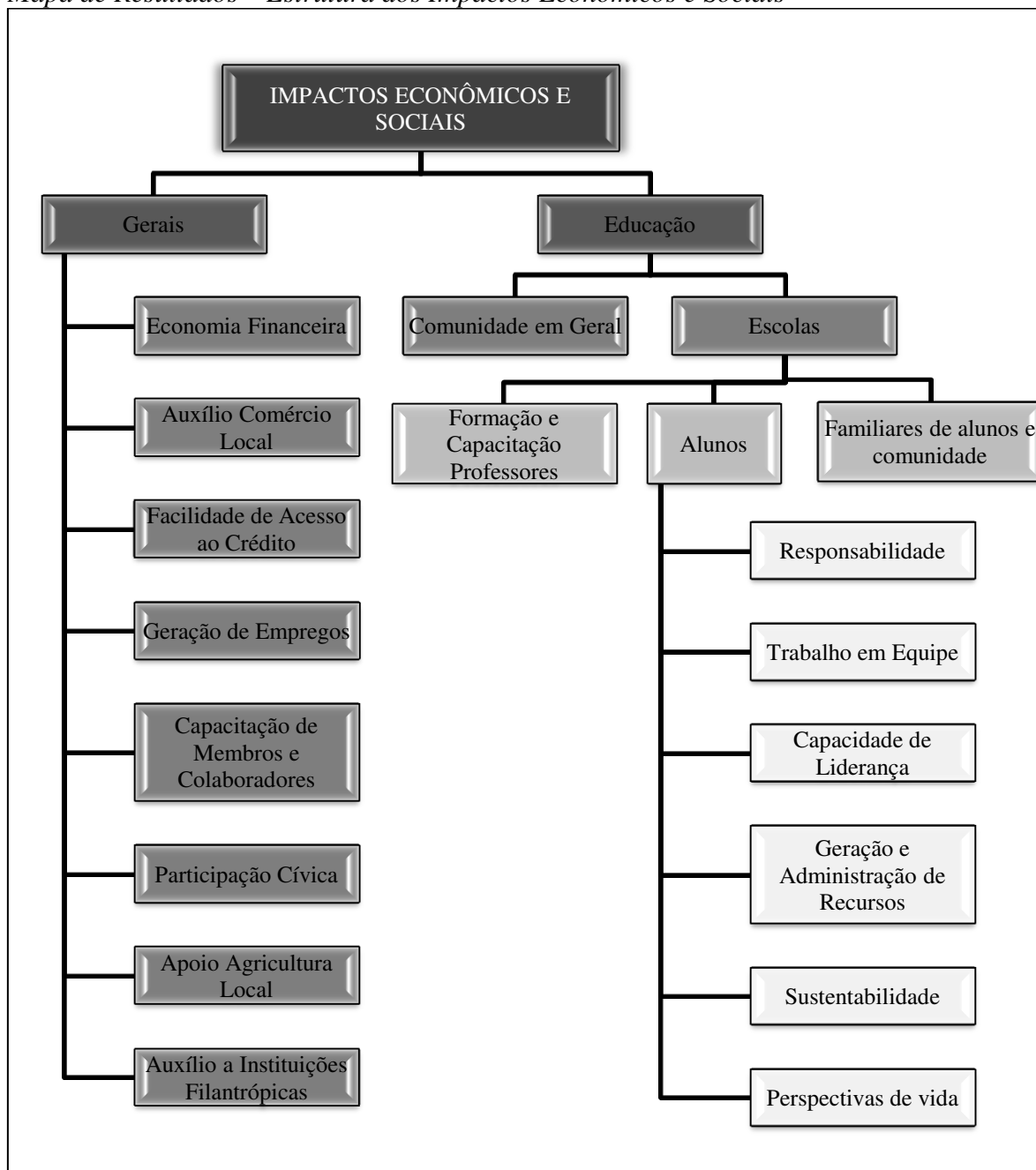
minhas alunas levam o beiju pra vender pros professores, eles fabricam o beiju [...] e leva pra vender, e vende dentro da própria comunidade. (Professor 13).

[...] Por exemplo, lá em casa nós fabrica a farinha nossa, nós planta a mandioca e faz farinha. Aí é onde nós largava tudo em casa né, agora não, nós vende pra fora assim. (Aluno 29).

[...] antes eu não tinha aprendizagem com horta, aí depois do projeto eu falei com mãe, nós fizemos uma horta lá em casa [...]. Mas eu aprendi muita coisa... Eu já trabalhei pra mexer em horta dos outros, com o que eu aprendi aqui eu passei pros outros lá na minha comunidade. (Aluno 31).

[...] lá em casa trabalha na horta, que eu aprendi aqui mexer na horta, e lá em casa tem muito [...] é coentro. Aí eu trabalho junto com a minha mãe lá, vigiando como que funciona, como eu trabalho aqui na cooperativa eu passo pra ela lá. Aí lá nós também vende o coentro, aprendi a vender, aprendi aqui, aí hoje a gente ganha dinheiro vendendo coentro lá. (Aluno 22).

Dessa forma, a partir dos impactos econômicos e sociais relatados nesta seção, construiu-se o mapa de resultados da Figura 35.

Figura 35*Mapa de Resultados – Estrutura dos Impactos Econômicos e Sociais*

Fonte: Resultados da Pesquisa.

4.2.3 Utilização de Recursos pela Sicoob Credichapada e Desenvolvimento Local

Com o intuito de avaliar os desembolsos que a Sicoob Credichapada realiza com os projetos que ela apoia ou desenvolve, nesta seção serão analisados o histórico da conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) da cooperativa e destacadas outras possíveis fontes de recursos para a promoção do Desenvolvimento Local. Destaca-se que, segundo os gestores da cooperativa, as principais prioridades de utilização dos recursos do FATES se encontram no Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e

Financeira e na capacitação dos colaboradores da cooperativa (Notas de campo, 02 Out. 2019). Apesar disso, esses gestores também destacam que estão sempre prontos a auxiliar, na medida em que for possível, nos demais projetos, eventos e entidades filantrópicas que busquem apoio na Credichapada. Para eles, o FATES é importante para as cooperativas, pois são direcionados recursos com o foco em ações técnicas, educacionais ou sociais (Notas de campo, 02 Out. 2019). Além disso, destaca-se que a gestão da Credichapada ressalta possuir uma maior preocupação com os aspectos sociais e a comunidade, e um de seus gestores destaca que “nós consideramos que ele [o FATES] é extremamente importante, e, inclusive, a legislação coloca como piso pro FATES 5% das sobras do exercício e o nosso, desde a constituição da cooperativa é 15%” (Gestor 03). Esse destaque se dá pelo fato de que a Lei nº 5.764 de 1971 estabelece o percentual mínimo de 5% das sobras destinadas para o FATES, e a Credichapada propõe a destinação de no mínimo 15% para o fundo.

A Sicoob Credichapada, a partir de Julho de 2019, possui um regulamento interno intitulado de “Regulamento de Uso do FATES pelo Sicoob Credichapada”, no qual ficam expressas as possíveis despesas que podem ser realizadas a partir do fundo. O regulamento também segrega os projetos e programas que podem receber a alocação de recursos do FATES a partir dos três tipos de assistências do fundo: Assistência Técnica, Assistência Educacional e Assistência Social.

A Assistência Técnica busca o desenvolvimento e a promoção da atividade econômica e profissional dos cooperados, seus familiares e os colaboradores da Credichapada. Nesse sentido, podem ser gastos recursos com: contratação de serviços técnicos especializados; e aquisição ou aluguel de equipamentos, instrumentos de trabalho, móveis, insumos, implementos, material didático e outros materiais ligados à atividade econômica e profissional (Regulamento de Uso do FATES pelo Sicoob Credichapada, 2019).

Já a Assistência Educacional tem foco na formação intelectual e cultural dos cooperados, seus familiares e colaboradores, levando em consideração necessidades pessoais, profissionais e sociais desses grupos. Assim, os gastos com a Assistência Educacional são voltados para a educação cooperativista e educação financeira, sendo por meio de cursos, treinamentos, aulas, seminários e palestras, além de capacitação profissional e aquisição de materiais técnico-didáticos para a oferta dessas ações (Regulamento de Uso do FATES pelo Sicoob Credichapada, 2019).

Por fim, na Assistência Social busca-se: a integração do cooperado em suas necessidades sociais essenciais; a promoção e o fortalecimento do associativismo entre os cooperados, seus familiares e os colaboradores da Credichapada; e o desenvolvimento e

aprimoramento das relações sociais e societárias entre os cooperados. Dessa forma, os desembolsos podem acontecer por: questões de auxílio a saúde, como consultas, exames, planos, medicamentos, viagens ou emergências para tratamento de saúde; planos, programas e projetos de assistência à saúde, família, maternidade, infância, adolescência e velhice; além de projetos que busquem a integração à vida comunitária e societária ao associativismo, a patrocínios de planos de previdência, funeral, realização de assembleias gerais da cooperativas, e realização de eventos sociais, culturais e desportivos pela cooperativa (Regulamento de Uso do FATES pelo Sicoob Credichapada, 2019).

O fundo FATES é dividido entre duas contas. A conta FATES proveniente de atos com associados e a conta FATES proveniente de atos com não associados, ou ato cooperado e ato não cooperado. Os atos cooperados representam as operações praticadas entre a cooperativa e seu cooperado com a finalidade ou objetivos sociais da cooperativa. Já os atos não cooperados são derivados de operações sem a participação direta do cooperado, ou ainda são atos que podem ser não relacionados aos objetivos sociais. Nesse sentido, dado que a Credichapada iniciou suas atividades em 2011, a constituição da conta FATES aconteceu em 31 de Dezembro de 2012 com o encerramento do exercício, tanto para a conta proveniente de ato cooperado quanto para a conta FATES proveniente de ato não cooperado.

Ressalta-se que o foco desta seção, ou intuito deste trabalho, não é discutir os valores destinados a cada tipo de ação desenvolvida pela Credichapada a partir dos recursos do FATES, mas sim buscar os valores de saldo das contas FATES, os volumes gastos ao longo do tempo e sua proporção com relação ao Patrimônio Líquido Ajustado da Credichapada. Dessa forma, não serão expostos, até por questão de privacidade da cooperativa, as destinações específicas de valores para o custeio das ações que foram desenvolvidas.

Observa-se na Tabela 3, os valores apurados e transferidos para a conta FATES na Credichapada entre os anos de 2012 a 2018. Nota-se que o fundo FATES chegou a apresentar resultados expressivos ao longo dos anos, chegando a R\$ 303.802,50 em 2017 com atos cooperados. Já os atos não cooperados também foram crescendo ao longo dos anos, passando de R\$ 2.819,33 em 2012 para R\$ 117.735,40 em 2016 (último lançamento de transferência para a conta).

Tabela 3

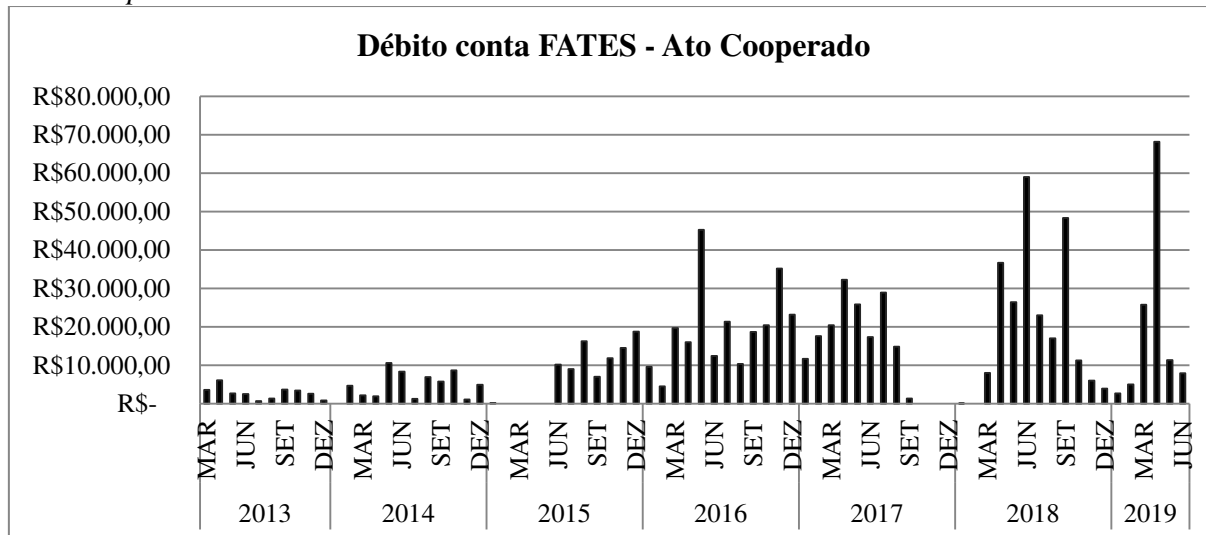
Valores transferidos à conta FATES em decorrência de Atos Cooperados e Não Cooperados – Sicoob Credichapada – 2012 a 2018

	Ato Cooperado	Ato Não Cooperado	Total
2012	R\$ 27.206,73	R\$ 2.819,33	R\$ 30.026,06
2013	R\$ 62.882,09	R\$ 7.389,21	R\$ 70.271,30
2014	R\$ 127.833,36	R\$ 5.8697,90	R\$ 186.531,26
2015	R\$ 231.759,80	R\$ 49.226,81	R\$ 280.986,61
2016	R\$ 127.223,85	R\$ 117.735,40	R\$ 244.959,25
2017	R\$ 303.802,50	-	R\$ 303.802,50
2018	R\$ 238.355,46	-	R\$ 238.355,46

Já analisando os lançamentos a débito, ou seja, os gastos, na conta FATES com ato cooperado, observa-se que os gastos também aumentaram para cada ano, tendo os meses de Maio de 2016 (R\$ 45.225, 33), Junho (R\$ 58.986,72) e Setembro (R\$ 48.316,15) de 2018 e Abril de 2019 (R\$ 68.175,98) os maiores gastos do período (Figura 36).

Figura 36

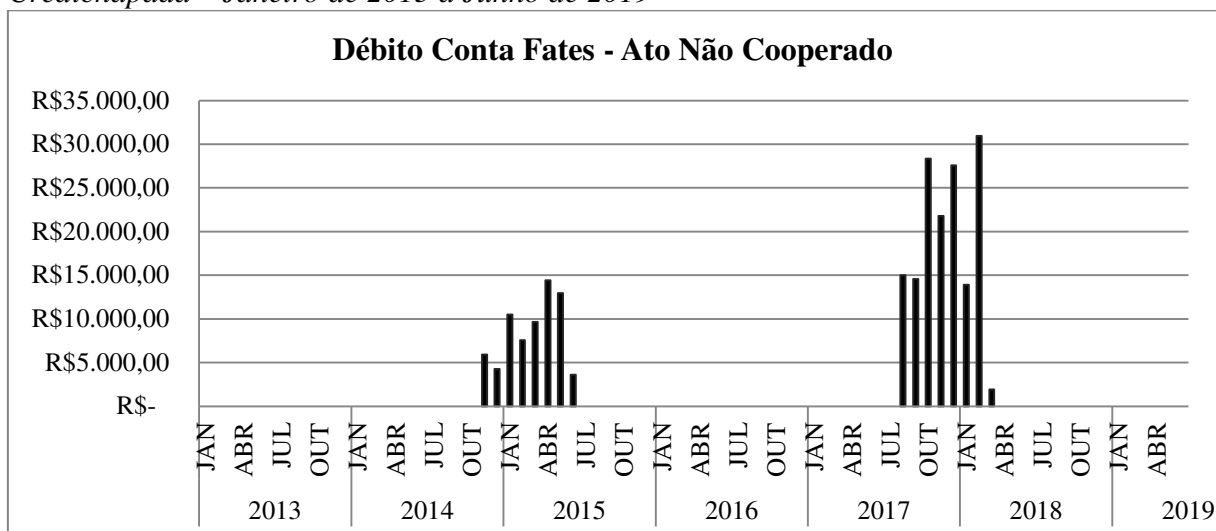
Evolução das Saídas de Recursos da Conta FATES de Ato Cooperado da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2013 a Junho de 2019



Em relação ao ato não cooperado, observa-se que há pouca movimentação na conta, sendo que houve gastos apenas para período entre Novembro de 2014 e Junho de 2015 e entre Agosto de 2017 e Março de 2018 (Figura 37). Dentre os maiores gastos destacam-se: Outubro (R\$ 28.370,66) e Dezembro (R\$ 27.575,22) de 2017 e Fevereiro de 2018 (R\$30.963,09).

Figura 37

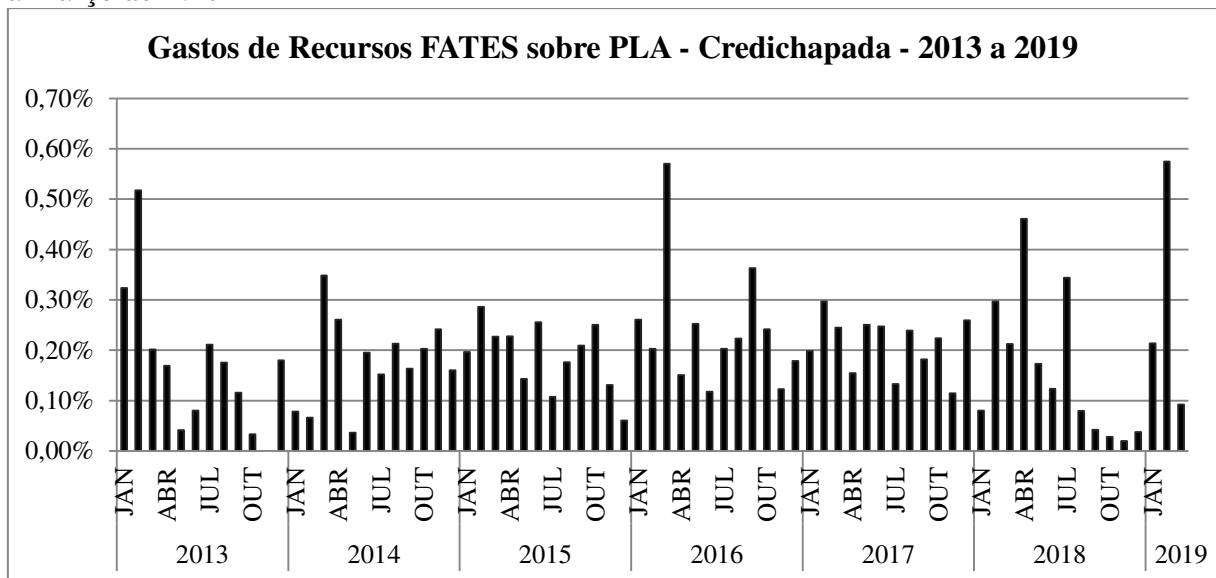
Evolução das Saídas de Recursos da Conta FATES de Ato Não Cooperado da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2013 a Junho de 2019



Já com a finalidade de avaliar o percentual desses gastos com relação ao patrimônio da Credichapada, os valores de ato cooperado e não cooperado foram somados. Posteriormente essa soma foi dividida pelo Patrimônio Líquido Ajustado da cooperativa para cada um dos meses e os resultados apresentados graficamente na Figura 38. Observa-se que apesar das oscilações dos gastos de FATES com relação ao PLA da Credichapada, a parcela desse gasto é praticamente irrisória considerando o total do PLA, sendo que as parcelas de gasto ficam inferiores a 0,60% para todo o período de análise (Janeiro de 2013 a Março de 2019).

Figura 38

Razão entre Gastos de Recursos do FATES e PLA da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2017 a Março de 2019



Nesse sentido, segundo a gestão da cooperativa, os impactos decorrentes da atividade da Credichapada no desenvolvimento local, além da própria disponibilidade de recursos a partir do crédito, refletem de maneira extensiva no comércio e na comunidade (Notas de campo, 02 Out. 2019). Isso acontece porque os recursos gastos a partir do FATES da cooperativa abrangem iniciativas que envolvem a comunidade, os comerciantes, os agricultores/produtores rurais, e demais iniciativas, como, por exemplo, os repasses mensais à Associação Palotino e os valores gastos com consultorias do SEBRAE para os comerciantes e agricultores.

Além dos recursos provenientes do FATES, destaca-se também que a cooperativa incorre em gastos operacionais diretos ou indiretos que auxiliam na geração dos impactos. Um dos casos é o salário do pedagogo da cooperativa, que fica responsável, principalmente, pelas ações do Programa de Educação, ou as despesas com combustível para visita às escolas da zona rural em virtude do Programa de Educação, por exemplo. Além disso, em casos em que os demais colaboradores da Credichapada puderem auxiliar em quaisquer ações voltadas para os projetos desenvolvidos, esse tempo utilizado pode ser gasto, em casos autorizados pela diretoria, dentro da própria jornada de trabalho, o que caracterizaria um recurso gasto indiretamente, mas que afetaria a geração dos impactos. Este acontecimento pode ser visto no fragmento do diário de campo, em que o pesquisador, estando na agência sede da Credichapada, registra que é possível

[...] perceber que há um clima de cooperação entre os funcionários com as ações que o Romildo [pedagogo] desenvolve. Eles [funcionários] sempre auxiliam no que é possível. Outro dia mesmo o funcionário de TI [Tecnologia da Informação] estava criando artes para uma das cooperativas escolares [...]. (Notas de campo, 03 Out. 2019).

Isso significa que, além dos recursos gastos por meio do FATES, existem outras despesas operacionais que também são promotoras dos impactos econômicos e sociais e do consequente desenvolvimento local, mas observa-se que ainda assim, os gastos são baixos em comparação com os reflexos que são gerados. Além disso, é válido ressaltar também que existem impactos constatados que não dependem da utilização de recursos, mas ocorrem simplesmente pela criação da cooperativa na localidade, como os impactos de economia financeira, de facilidade de acesso ao crédito, da geração de empregos e a participação cívica, por exemplo.

Nesse sentido, o volume de recursos gastos considerando os impactos conseguidos, pode ser considerado baixo, haja visto, inclusive, a representatividade desses recursos com relação ao patrimônio da cooperativa. Um dos gestores entrevistado ressalta que “o recurso

que a gente aplica é muito pequeno em vista do que a gente tá colhendo” (Gestor 03), e segundo ele, isso acontece devido às ações que são desenvolvidas por meio de voluntariado, e cita como exemplo:

Na Semana Nacional de Educação Financeira [ENEF] desse ano, nós fizemos cursos e palestras para mais de 700 pessoas, sobre educação financeira. A capacitação dos multiplicadores, que são as pessoas credenciadas e certificadas pelo Banco Central pra dar cursos de gestão de finanças pessoais, a capacitação desses 42 multiplicadores, que são voluntários, foi feita toda com recurso do FATES. E essas pessoas, na Semana ENEF, eles, de uma forma voluntária, fizeram esse trabalho com mais de 700 pessoas. Então olha como que o FATES consegue multiplicar e chegar na comunidade com um alcance muito grande. [...] Com o voluntariado, não há uma injeção direta de recursos, o percentual do FATES que foi gasto pra chegar nessas 700 pessoas foi muito pequeno. Consegue enxergar a distancia entre o que se investiu e o que está se colhendo em contraponto? (Gestor 03).

Esse exemplo seria uma das sinalizações do fato de que a Credichapada consegue ser um agente de desenvolvimento local aplicando poucos recursos para a geração dos impactos comentados neste trabalho. Além dessa questão do voluntariado, que traria uma redução dos valores gastos para a geração de resultados no desenvolvimento local, outro fator que auxilia na eficiência desses gastos seria as parcerias que a Credichapada realiza para o desenvolvimento de projetos e ações. Com relação a essas parcerias e o pouco volume de recursos gastos pela Credichapada, um dos gestores cita um exemplo e avalia a questão dos gastos pela cooperativa:

O ano passado [2018] nós fizemos um levantamento do Programa de Educação [nas escolas] [...], e identificamos que no primeiro semestre do ano passado [...] foi gasto em torno de R\$ 1,50 por aluno atendido por mês. Então assim se você for olhar [...] é uma eficiência social muito grande. Então a gente tem várias parcerias, mas quando você vê o volume de recursos que é gasto pelas entidades parceiras que prestam trabalhos semelhantes, a nossa capacidade de atingir o público com um volume muito menor de recurso, que é a danada da eficiência, é realmente bastante interessante, uma eficiência muito boa. Dá pra melhorar? Dá. Mas eu penso que é melhoria hoje não é nem em termos de gastar menos, mas em termos de fazer mais. [...] A gente precisa fazer mais com menos. (Gestor 03).

Outra questão a ser destacada é a utilização do FATES não somente para os cooperados, seus familiares e os colaboradores da cooperativa. Na Credichapada, a gestão sinaliza que considera viável a aplicação desses recursos com capacitações para a comunidade e ressalta a não utilização do FATES com não cooperados como uma limitação, conforme pode ser ilustrado no fragmento de entrevista a seguir:

Existe uma limitação no FATES, que é um problema de regulação, do contexto que ele foi criado, lá em 1971, que é uma limitação e há uma divergência de interpretação, há uma duplicidade de interpretação que é o uso dele exclusivo com cooperados. [...].

Nós utilizamos não exclusivamente com cooperados. Utilizamos, por exemplo, para cursos de capacitação com cooperados, mas onde também a comunidade possa participar, pra que ele [FATES] possa ser revertido em prol da comunidade. E aí eu gosto de dizer uma frase que é “dos cooperados e dos ainda não”, porque o que não é cooperado, conhecendo o trabalho da cooperativa tem a possibilidade de vir a ser. (Gestor 03).

Em síntese, evidenciaram-se as preocupações da gestão da Credichapada com relação aos recursos do FATES para a geração de benefícios para seus associados e seus familiares, para os colaboradores e até para a comunidade em geral, demonstrando preocupação expressiva com relação ao Programa de Educação desenvolvido por ela. Além disso, considerando todos os impactos econômicos e sociais que acontecem com auxílio da Credichapada, notou-se que a parcela de recursos gastos é ínfimo em comparação com o patrimônio da cooperativa.

4.3 Desempenho Econômico-Financeiro da Sicoob Credichapada

Assim como é importante a avaliação das funções socioeconômicas das cooperativas de crédito, é igualmente importante a avaliação dos seus desempenhos econômico-financeiros, uma vez que cooperativas de crédito com melhores desempenhos tendem a exercer com maior êxito suas funções socioeconômicas (Ferreira, Gonçalves & Braga, 2009). Nesse sentido, nesta seção é apresentado o desempenho econômico-financeiro da Sicoob Credichapada a partir dos indicadores do sistema de monitoramento PEARLS e dos indicadores da Análise da Produtividade do Negócio (APN).

Inicialmente destaca-se que os cálculos dos indicadores do modelo de análise PEARLS tiveram como ponto de partida o projeto de iniciação científica intitulado “CAMEL e PEARLS: Análise de Desempenho Financeiro de uma Cooperativa de Crédito Referência Nacional de Educação Financeira”, que teve como orientadora e coordenadora a Profa. Dra. Valéria Gama Fully Bressan, e como bolsista a aluna Cinthia Moysés Gonçalves. O projeto faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PIBIC/CNPq referente ao Edital Único PIBIC 08/2018.

Ressalta-se que a gestão da Sicoob Credichapada realiza a avaliação do desempenho da cooperativa a partir de indicadores disponibilizados pelas plataformas do próprio Sistema Sicoob (Sisbr 2.0 e Sisbr Analítico). Dentre os aspectos acompanhados pela gestão da cooperativa, destacam-se a carteira de crédito, crescimento de patrimônio, de ativos, de número de cooperados, de inadimplência, além de informações específicas sobre produtos. A

gestão da Credichapada realiza a avaliação com resultados mês a mês a partir de diversos relatórios disponibilizados nestas plataformas. Depois de realizada a avaliação do desempenho pela diretoria da cooperativa, as informações são repassadas para os gerentes de agências, para que eles também fiquem cientes da situação econômico-financeira da cooperativa (Notas de campo, 04 Out. 2019).

A gestão da Credichapada avalia que os relatórios disponibilizados nas plataformas são, na maioria, suficientes para a avaliação do desempenho da cooperativa, mas ressalta que a informação poderia ser disponibilizada de forma mais ágil e tempestiva (Notas de campo, 04 Out. 2019). Segundo a gestão, alguns relatórios mensais só ficam disponíveis após a classificação de risco, que acontece alguns dias após o fechamento do mês, o que faz com que tenha que esperar esses dias para que novas estratégias possam ser tomadas. Além disso, a gestão ressalta ainda que, para melhores análises, em alguns casos seria necessário manter ferramentas auxiliares para acompanhamento, tendo que alimentar planilhas externas para a obtenção de informações mais precisas, o que é inviabilizado devido ao aumento no volume de trabalho que isso poderia causar (Notas de campo, 04 Out. 2019).

4.3.1 Análise do Desempenho Econômico-Financeiro: Sistema PEARLS e APN

Nesta seção é apresentada a análise do desempenho econômico-financeiro da Sicoob Credichapada a partir dos sistemas de avaliação PEARLS e Análise da Produtividade do Negócio – APN. A apresentação dos resultados é fundamentada nas áreas-chave do sistema PEARLS e complementada por indicadores da APN, uma vez que os indicadores do PEARLS compreendem o período de Agosto de 2011 a Maio de 2019, e os indicadores da APN vão de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019.

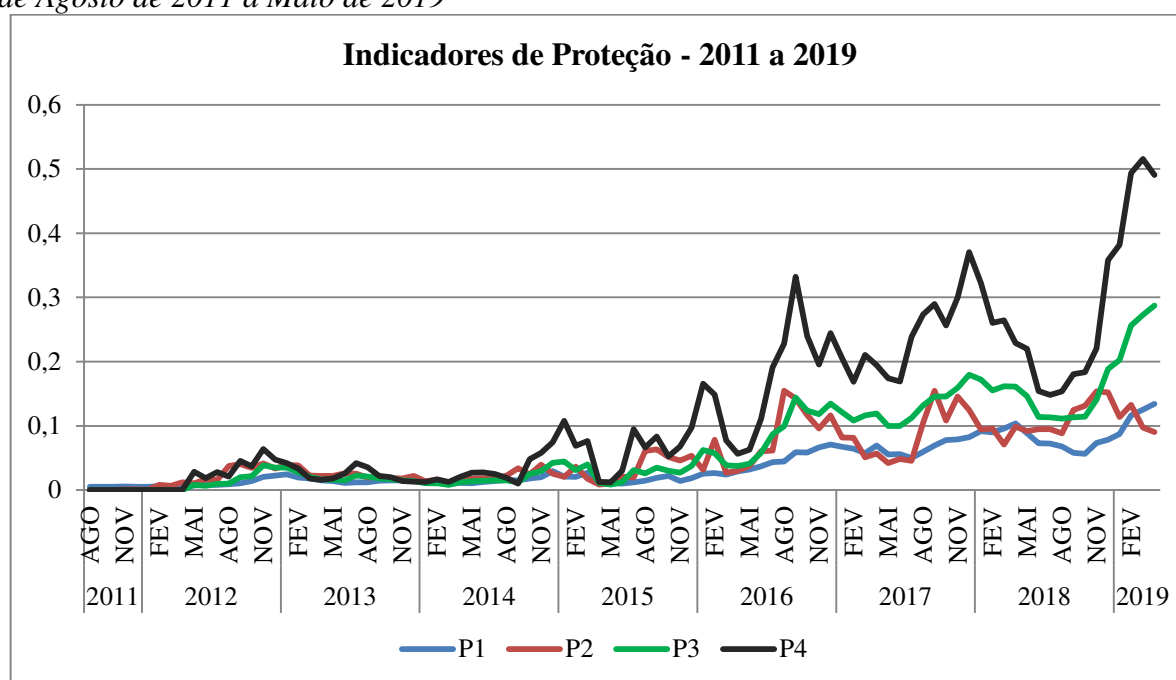
A análise da primeira área-chave do modelo PEARLS, a área de Proteção é considerada como um dos pressupostos básicos para a avaliação das cooperativas a partir do modelo PEARLS. Nessa área-chave de análise são consideradas as adequações das provisões para perdas com créditos e investimentos e os créditos vencidos.

Os indicadores de Proteção refletem a inadimplência das operações em uma cooperativa de crédito e, portanto, quanto menores os valores para os indicadores, melhor seria a situação financeira da cooperativa. Já um aumento do volume das operações inadimplentes pode causar reflexos significativos nas receitas dessas operações e também aumentar os custos administrativos das cooperativas de crédito.

Constata-se, a partir da área-chave de Proteção, que a partir de 2016 houve um aumento do risco da carteira de crédito da Credichapada. De forma geral, os indicadores de Proteção da Sicoob Credichapada apresentam valores satisfatórios até 2015, apesar de já apresentarem maiores oscilações neste ano (Figura 39). Porém, a partir de 2016, os indicadores começaram a apresentar aumentos, sinalizando o aumento do nível de risco da carteira de crédito da cooperativa, fenômeno que é corroborado pelos demais indicadores desta área-chave.

Figura 39

Evolução Mensal dos Indicadores de Proteção (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019



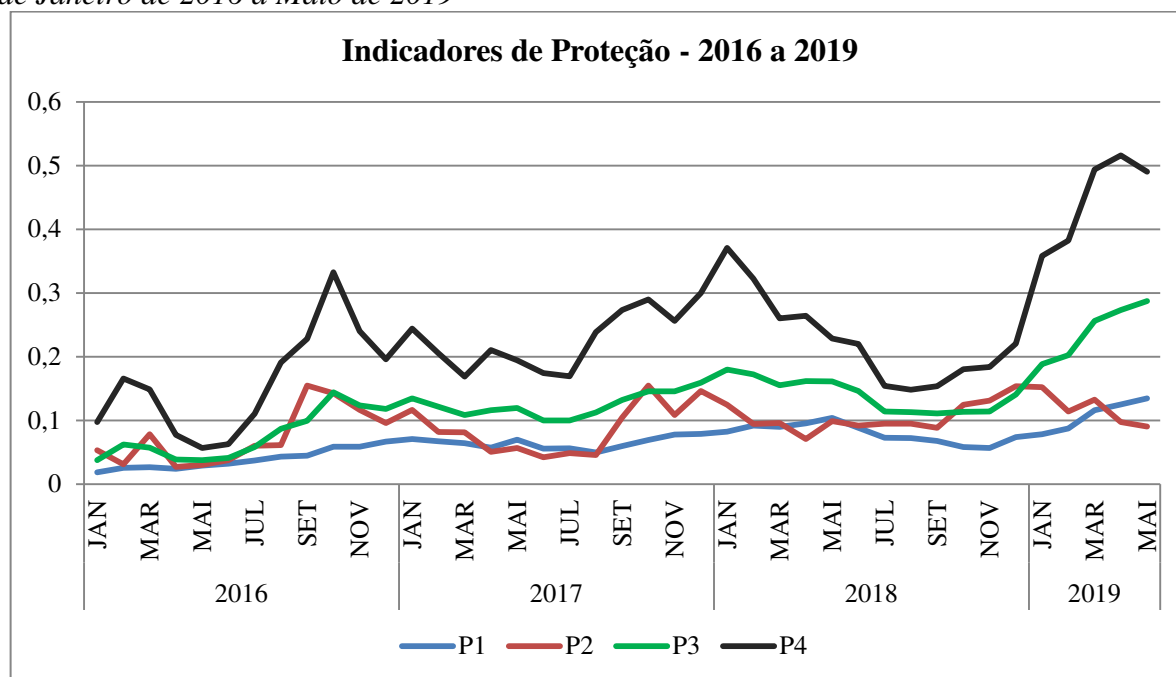
Nota. P1 = Provisão para liquidação duvidosa sob operações de crédito/Carteira Classificada Total. P2 = Operações de crédito vencidas/Carteira Classificada Total. P3 = Operações de Risco nível D até H/Classificação da carteira de créditos. P4 = Operações de Risco nível D até H – Percentual de Provisão Estimado nível D até H/Patrimônio Líquido Ajustado.

Avaliando especificamente a partir de 2016, quando se constata um aumento do risco pelos indicadores de Proteção, é possível observar aumento nesses indicadores já a partir de 2015, se acentuando a partir de 2016 e tendo apresentado valores mais altos para o ano de 2017 (Figura 40). Dentre os indicadores de Proteção, o indicador P4 apresentou os maiores valores para o período. O indicador P4 avalia a parcela da carteira de crédito de maior risco não provisionada em relação ao Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), indicando quanto do PLA estaria comprometido com as operações de maior risco em atraso, que não foram provisionadas. Os maiores valores do indicador P4 se encontram nos meses de Outubro de 2016, Janeiro de 2018 e nos meses pesquisados de 2019 (janeiro a maio), devido ao aumento

das operações de risco dos níveis D a H, o que, por sua vez, aumenta o risco da carteira de crédito da cooperativa.

Figura 40

Evolução Mensal dos Indicadores de Proteção (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Janeiro de 2016 a Maio de 2019

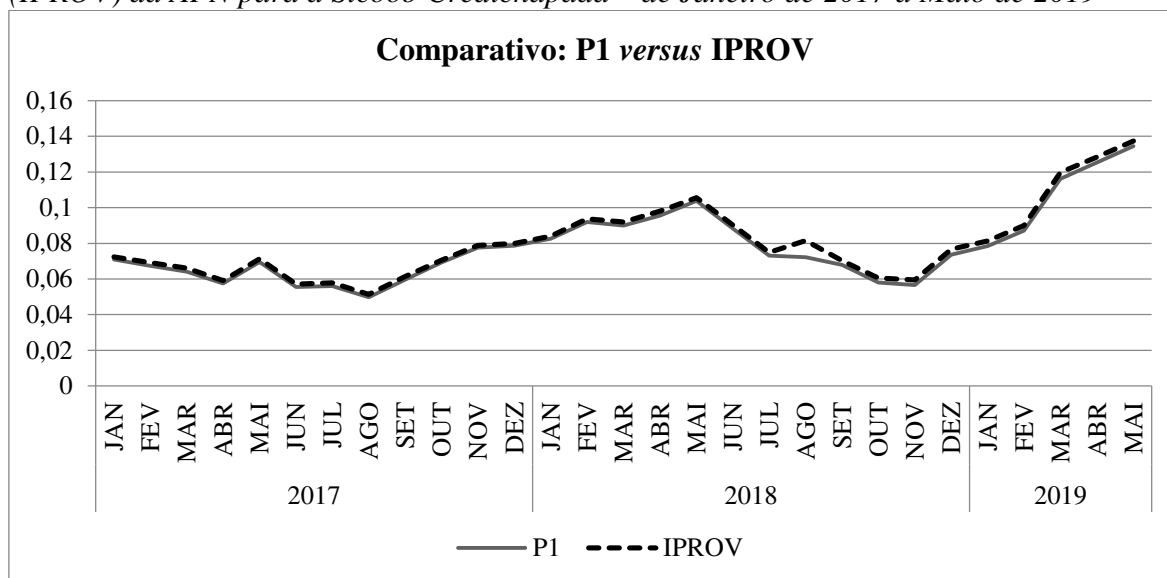


Nota. P1 = Provisão para liquidação duvidosa sob operações de crédito/Carteira Classificada Total. P2 = Operações de crédito vencidas/Carteira Classificada Total. P3 = Operações de Risco nível D até H/Classificação da carteira de créditos. P4 = Operações de Risco nível D até H – Percentual de Provisão Estimado nível D até H/Patrimônio Líquido Ajustado.

Analisando os indicadores da APN em relação aos indicadores PEARLS, constata-se que existem alguns indicadores com funções de análise análogas à área-chave de Proteção. O primeiro deles é o indicador P1 do sistema PEARLS que é um indicador que mensura o volume das provisões de crédito de liquidação duvidosa em relação à carteira classificada total. Este indicador P1 está diretamente correlacionado com o Índice de Provisionamento (ou IPROV) presente na APN, que também mensura o percentual da carteira de crédito que está provisionado para os créditos de liquidação duvidosa. Observa-se na Figura 41 que os indicadores são praticamente idênticos, sendo irrisória a diferença, provavelmente proveniente de arredondamentos do indicador pela APN.

Figura 41

Comparativo entre o Indicador P1 do Sistema PEARLS e o Índice de Provisionamento (IPROV) da APN para a Sicoob Credichapada – de Janeiro de 2017 a Maio de 2019



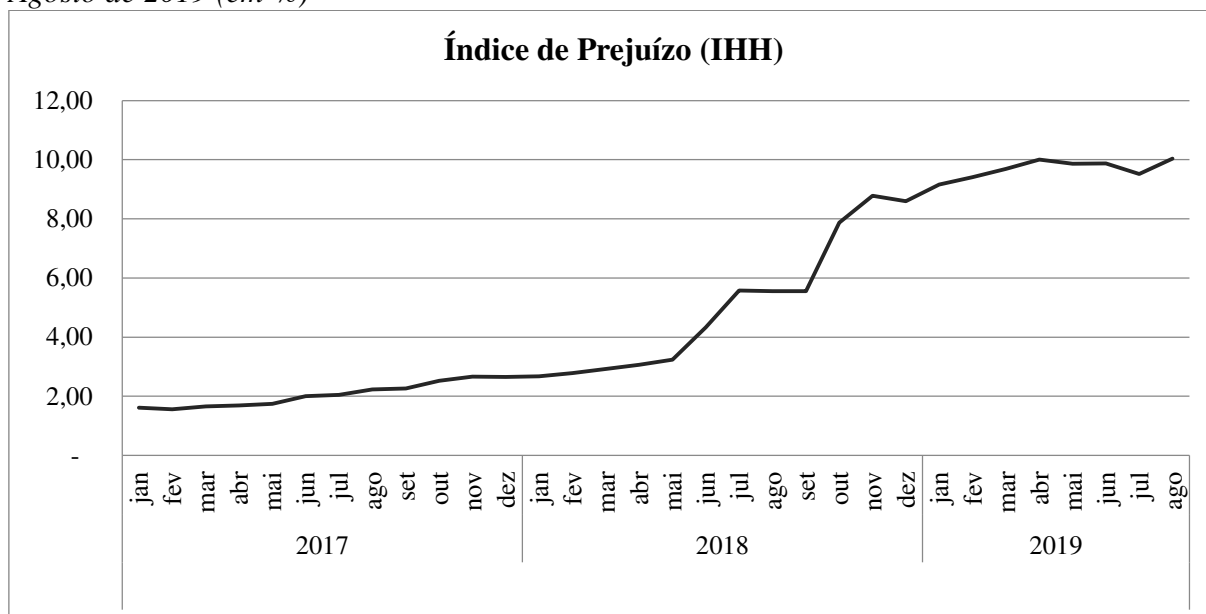
Nota. P1 = Provisão para liquidação duvidosa sob operações de crédito/Carteira Classificada Total. IPROV = Índice de Provisionamento - Demonstra quanto da carteira de crédito da cooperativa está provisionada para os créditos de liquidação duvidosa.

Além dos indicadores mencionados, foi possível constatar semelhança de objetivo entre outros indicadores, a serem apresentados a seguir. Entretanto, apesar de possuírem objetivos afins, a análise gráfica comparativa não foi possível uma vez que os indicadores não se propunham a mensurar exatamente o mesmo aspecto do desempenho.

O indicador P2 do sistema PEARLS, que avalia o percentual da carteira de crédito vencida em relação ao total da carteira de crédito possui similaridade com a proposta do Índice de Prejuízo (IHH) da APN, que demonstra o percentual de operações em prejuízo em relação à carteira de crédito bruta ativa. O Índice de Prejuízo (Figura 42), assim como o indicador P2, indica que há um aumento nas operações de crédito vencidas. Para o Índice de Prejuízo, a situação se acentua a partir de Maio de 2018, quando a Credichapada começa a apresentar maiores percentuais de atividades em prejuízo com relação à carteira de crédito, chegando a alcançar 10,04% em Agosto de 2019.

Figura 42

Evolução Mensal do Índice de Prejuízo (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)



Nota. IHH = Índice de Prejuízo – Demonstra percentualmente uma proporção de operações que estão em prejuízo, em relação a carteira de crédito bruta ativa.

O indicador P3 do PEARLS possui objetivo similar com dois indicadores da APN: o INAD 15 e o INAD 90. Enquanto o indicador P3 avalia a parcela da carteira de crédito classificada total com nível de risco superior a 61 dias de atraso, os indicadores INAD 15 e INAD 90 correspondem ao índice de inadimplência igual ou superior a 15 dias e superior a 90 dias, respectivamente, demonstrando a relação entre as operações inadimplentes e o saldo devedor total da carteira de crédito.

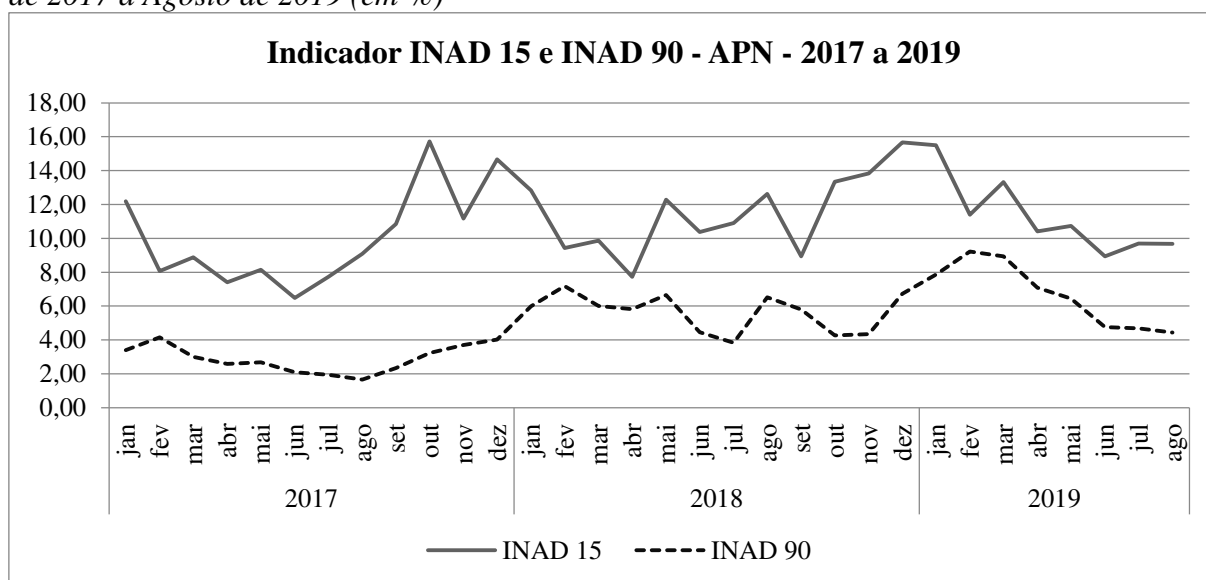
O aumento do risco da carteira de créditos ou da parcela da carteira de créditos com operações de maior risco vencidas, superior a 65 dias de atraso (vistos no P3), também poderia ser indicado a partir dos indicadores INAD 15 e INAD 90. Para o período de dados disponíveis, 2017 a 2019 (Figura 43), nota-se que para a Credichapada, o indicador INAD 15, representa uma média 10,9% (mediana 10,6%), com maiores valores nos meses de Outubro e Dezembro de 2017, com 15,7% e 14,6% de inadimplência igual ou superior a 15 dias, e os meses de Dezembro de 2018 e Janeiro de 2019, com valores iguais a 15,7% e 15,5%, respectivamente. Já avaliando o INAD 90, os percentuais chegam a 9,2% das operações em atraso superior a 90 dias, em Fevereiro de 2019.

Assim, um aumento tanto do indicador P3 quanto dos indicadores INAD 15 e INAD 90 representariam também um aumento no risco de crédito para as cooperativas de crédito. A partir desses resultados, sugere-se que a cooperativa estude quais seriam as melhores estratégias para avaliar a concessão de crédito, se está ocorrendo algum fator específico na

região ou se é reflexo do cenário macroeconômico que está levando o aumento da inadimplência por parte dos cooperados, além de reavaliar as políticas de cobrança, com o intuito de buscar uma redução de seu risco.

Figura 43

Evolução Mensal dos Indicadores INAD 15 e INAD 90 (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)

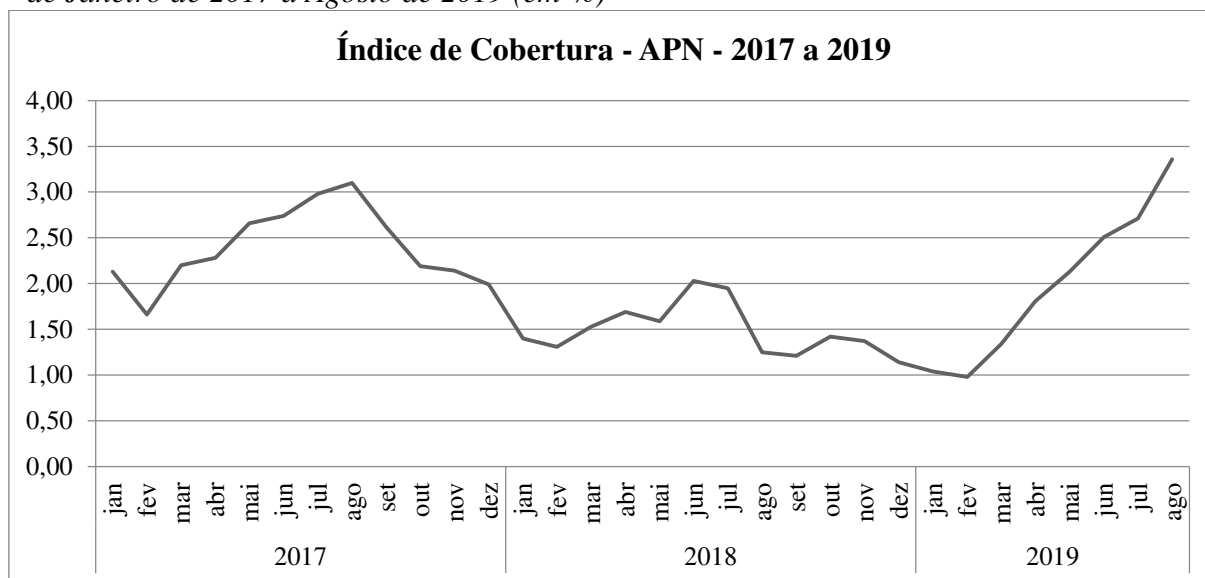


Nota. INAD 15 – Corresponde ao índice de inadimplência igual ou superior a 15 dias. INAD 90 – Corresponde ao índice de inadimplência superior a 90 dias.

Por fim, o indicador P4 do PEARLS, que avalia a parcela da carteira de crédito com risco superior a 61 dias não provisionada em relação ao patrimônio líquido ajustado, é similar ao Índice de Cobertura (Índice de provisionamento/INAD 90) da APN, o qual demonstra o quanto o saldo provisionado da carteira suportaria os créditos com atraso superior a 90 dias. O Índice de Cobertura indica quantas vezes o valor que foi provisionado da carteira representa dos créditos em atrasos superiores a 90 dias (Sicoob, 2018). O ideal é que a provisão realizada seja capaz de cobrir os valores de inadimplência, ou seja, que o Índice de Cobertura seja pelo menos igual a 1. Observa-se que a Credichapada apresentava índice superior a 1 durante todo o período de análise (Figura 44), o que indica que os valores provisionados para crédito de liquidação duvidosa foram superiores aos créditos em atraso com mais de 90 dias, indicando que a cooperativa está tendo mais cautela do que o necessário para o período de 2017 a 2019, uma vez que há maior provisionamento do que operações em atraso.

Figura 44

Evolução Mensal do Índice de Cobertura (Índice de prov./INAD 90) (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)



Nota. Índice de Cobertura = IPROV/INAD 90 = Demonstra quantas vezes o valor provisionado da carteira, suporta o montante de créditos com mais de 90 dias em atraso. IPROV = Índice de Provisionamento - Demonstra quanto da carteira de crédito da cooperativa está provisionada para os créditos de liquidação duvidosa. INAD 90 – Corresponde ao índice de inadimplência superior a 90 dias.

Além dos indicadores ressaltados da APN que são similares aos indicadores da área-chave de Proteção do PEARLS, na APN ainda é possível encontrar outro indicador de crédito: o indicador de Concentração de Risco.

O indicador de concentração de risco avalia o percentual das dívidas dos 20 maiores devedores das cooperativas de crédito em relação ao valor total da carteira de crédito (Sicoob, 2018). Observa-se que o risco passou a ficar mais concentrado no decorrer dos meses, com os empréstimos concedidos a esses 20 maiores devedores da Sicoob Credichapada, passando de 28,2%, em Janeiro de 2017, para 38,4% em Agosto de 2019 (Figura 45). Destaca-se que um aumento na concentração desse risco pode deixar a cooperativa sujeita a manter sua sustentabilidade na mão de um grupo pequeno de devedores, o que poderia ser arriscado financeiramente. Assim, registra-se a importância do acompanhamento da evolução desse indicador do percentual das dívidas dos 20 maiores devedores para os próximos meses subsequentes a esta análise.

Figura 45

Evolução Mensal do Indicador de Concentração de Risco (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)



Nota. Indicador de Concentração de Risco = a concentração de devedores compreende o valor percentual das dívidas dos 20 maiores devedores em relação ao total da Carteira de Crédito da cooperativa.

Dadas as considerações sobre os indicadores da área-chave de Proteção do PEARLS e os indicadores da APN, sugere-se que a administração da Credichapada se atente à política de gestão da carteira de crédito, uma vez que os indicadores têm sinalizado um aumento do risco para a cooperativa. Apesar disso, a gestão da Sicoob Credichapada ressalta que este problema nos indicadores, que foram ocasionados nos últimos anos, acontece por dois principais fatores: a) problemas na safra dos agricultores, ocorridos em 2015/2016 e que ainda comprometem a liquidação por parte desses devedores; b) alterações na forma de cálculo das provisões pelo próprio Sistema Sicoob, por meio das plataformas, o que tem feito com que as provisões aumentem nos últimos meses (Notas de campo, 04 Out. 2019).

Os problemas na safra foram devidos à seca ocorrida nas lavouras, fazendo com que as pessoas que tomaram crédito em 2015 não conseguissem pagar em 2016, uma vez que alguns agricultores não conseguiram sequer colher a plantação. Depois desse período começaram a ser feitas renegociações, mas ainda assim alguns cooperados não conseguiram quitar suas dívidas, estando em prejuízo até as datas das análises. Esses fatores fizeram com que a provisão e a inadimplência aumentassem nos últimos anos. Outro fator que tem prejudicado esses resultados, segundo a gestão da cooperativa, é a mudança nos perfis de risco dos cooperados, devido a alterações internas do Sistema Sicoob, o que tem dificultado e encarecido o crédito para os cooperados (Notas de campo, 04 Out. 2019). Segundo a gestão da Credichapada, os valores das provisões com crédito de liquidação duvidosa são feitas de

forma automática pela plataforma Sisbr Analítico, gerando projeções de valores a serem provisionados para os meses seguintes (Notas de campo, 02 Out. 2019).

Apesar disso, a gestão da Credichapada informa que tem trabalhado, juntamente com os colaboradores, a fim de reduzir os níveis de inadimplência e atraso nos créditos, fazendo reforços nas ações de cobranças, ligando para os cooperados antes do vencimento e se esforçando para que os cooperados quitem as dívidas antes de virar o mês, para que as operações não fiquem em atraso e isso não prejudique o nível de risco do cooperado (Notas de campo, 04 Out. 2019).

A segunda área-chave de análise do Sistema PEARLS diz respeito a estrutura financeira das cooperativas de crédito, avaliando questões como crescimento, força financeira e capacidade de geração de resultados (Richardson, 2009). Os indicadores de Efetiva Estrutura Financeira apresentam evoluções satisfatórias ao longo do período de análise, devendo se atentar a uma possível baixa alavancagem, uma vez que baixo volume de empréstimos não se traduz, necessariamente, em pior saúde financeira. Se os recursos tomados em empréstimos forem bem gerenciados e a cooperativa conseguir arcar com os saldos a credores, uma alavancagem mais alta poderia indicar maiores oportunidades e possibilidades de investimentos e, conseqüentemente, retornos.

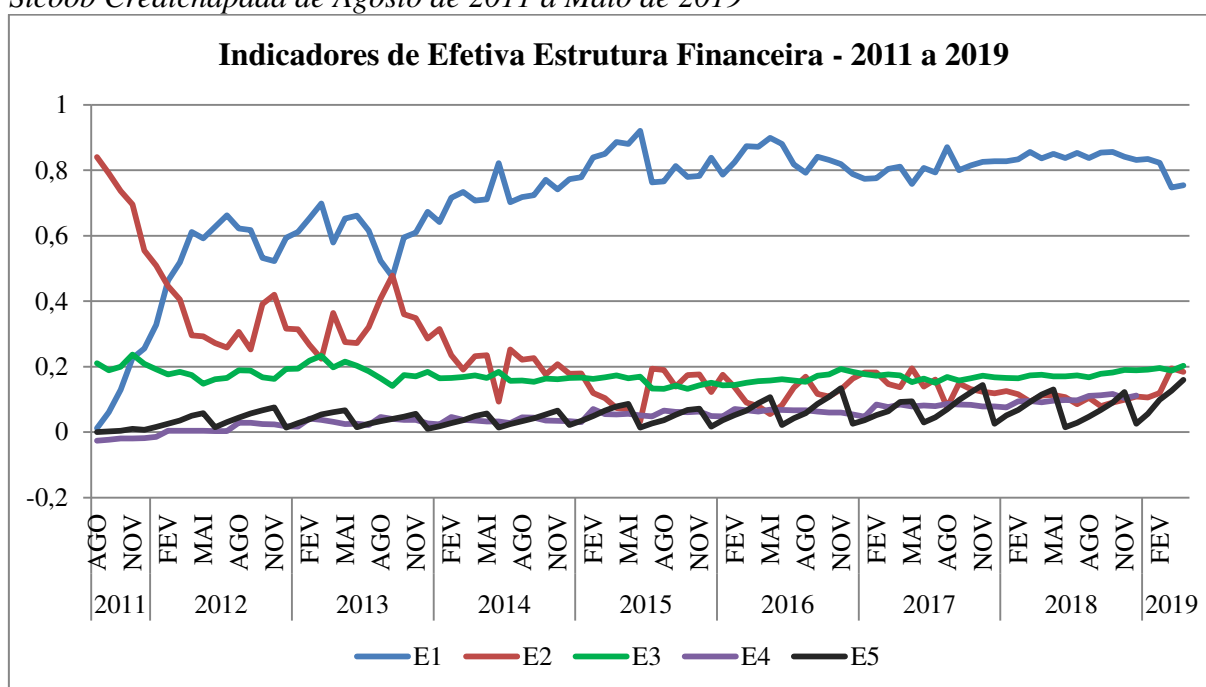
O indicador E1, que representa o percentual da carteira total com relação ao ativo total da cooperativa, indica que a Credichapada aumentou seus ativos produtivos ao longo dos anos, tendo apresentado resultados em cerca de 80% para o indicador desde o final do ano de 2014 (Figura 46). Ao contrário, o indicador E2, que representa os investimentos em ativos financeiros com relação aos ativos totais, inicia o período de análise com maiores valores e depois se mantém, a partir de 2014, entre 0% e 25%, o que aconteceu devido aos investimentos feitos por meio de depósitos na cooperativa central, valores que passaram a representar menor volume dos ativos da Credichapada, uma vez que seus ativos foram crescendo principalmente a partir da carteira total, como visto no indicador E1.

Já com relação ao capital social e capital institucional da cooperativa, que representam o capital dos cooperados e o capital da própria cooperativa, são apresentados os indicadores E3 e E4, respectivamente. O capital dos cooperados (E3) representa cerca de 20% dos ativos totais ao longo do período, sem grandes oscilações, e o capital institucional (E4) apresenta crescimento ao longo do período, chegando a alcançar 11,7 % dos ativos totais. Isso acontece porque ao longo de sua existência a cooperativa foi constituindo reservas como fonte de recursos que podem vir a financiar ativos não geradores de renda. Nesse sentido, é importante que a cooperativa mantenha um nível de capital institucional que consiga suprir as perdas

decorrentes de inadimplência, déficits operacionais ou outras perdas decorrentes de atividade, desde que sejam observados os requisitos legais para a aplicação dos saldos das reservas. Já avaliando a renda de intermediação financeira e sua participação nos ativos totais da cooperativa (E5), observa-se que a Credichapada apresenta uma melhora no desempenho desse indicador ao longo dos anos, ou semestres, com uma tendência de crescimento, saindo do patamar de 5% e chegando a alcançar até 15%, conseguindo apresentar, portanto, maior eficiência na geração de renda de intermediação financeira (Figura 46).

Figura 46

Evolução Mensal dos Indicadores de Efetiva Estrutura Financeira (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019



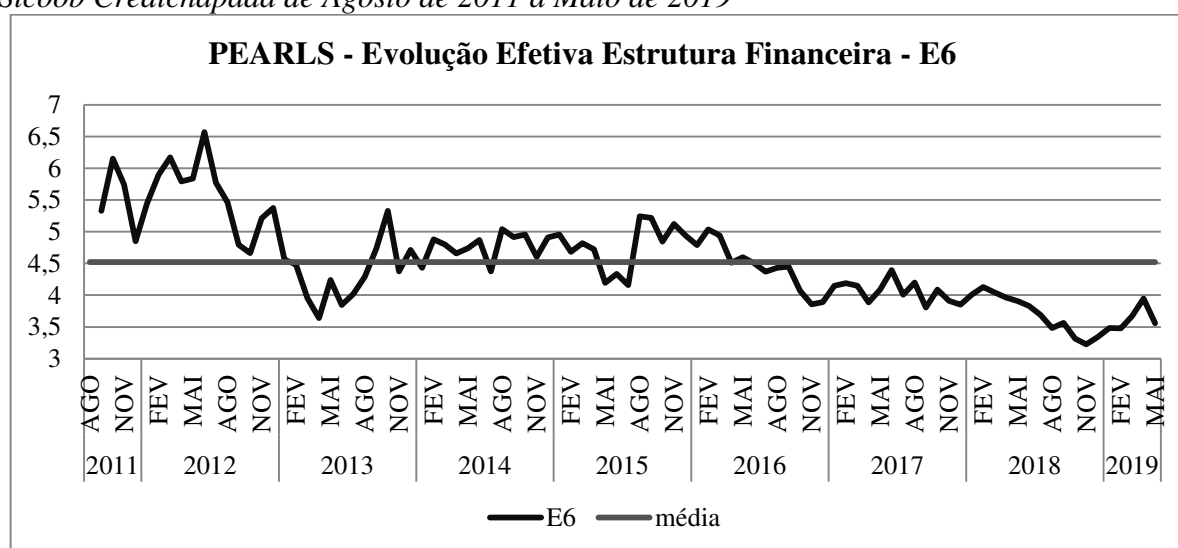
Nota. E1 = Operações de crédito líquidas/ Ativo Total. E2 = Investimentos Financeiros/ Ativo Total. E3 = Capital Social/ Ativo Total. E4 = Capital Institucional/ Ativo Total. E5 = Renda de intermediação financeira/ Ativo Total Médio.

Por fim, avaliando a utilização de recursos próprios no financiamento aos ativos da cooperativa pelo indicador E6 (Figura 47). Este indicador pode ser considerado como um indicador de alavancagem, uma vez que mensura a relação entre os ativos totais e o patrimônio líquido ajustado da cooperativa. As recomendações seriam de quanto menor, melhor (considerando uma perspectiva de solvência). O Banco Central do Brasil indica que valores entre 6 e 12 poderiam ser considerados como normais (Bressan *et al.*, 2010). Para os valores do indicador para a Credichapada, observa-se que há uma queda ao longo dos anos, indicada pelo crescimento dos valores de patrimônio líquido ajustado, indicando uma maior participação de capital próprio para a manutenção dos ativos da cooperativa. Apesar de *a*

priori o valor baixo de alavancagem não apresentar riscos para a cooperativa, a manutenção de uma baixa alavancagem pode indicar menores rendimentos no futuro, uma vez que a cooperativa poderia estar captando recursos no mercado e auferindo rendimentos a partir disso, o que indicaria uma melhor gestão dos recursos disponíveis. Neste caso, é interessante que a gestão da cooperativa avalie qual a melhor faixa considera estratégico de atuar, considerando a dimensão risco e retorno, e a sinalização da faixa entre 6 e 12 para esse indicador.

Figura 47

Evolução Mensal do Indicador E6 de Efetiva Estrutura Financeira (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019

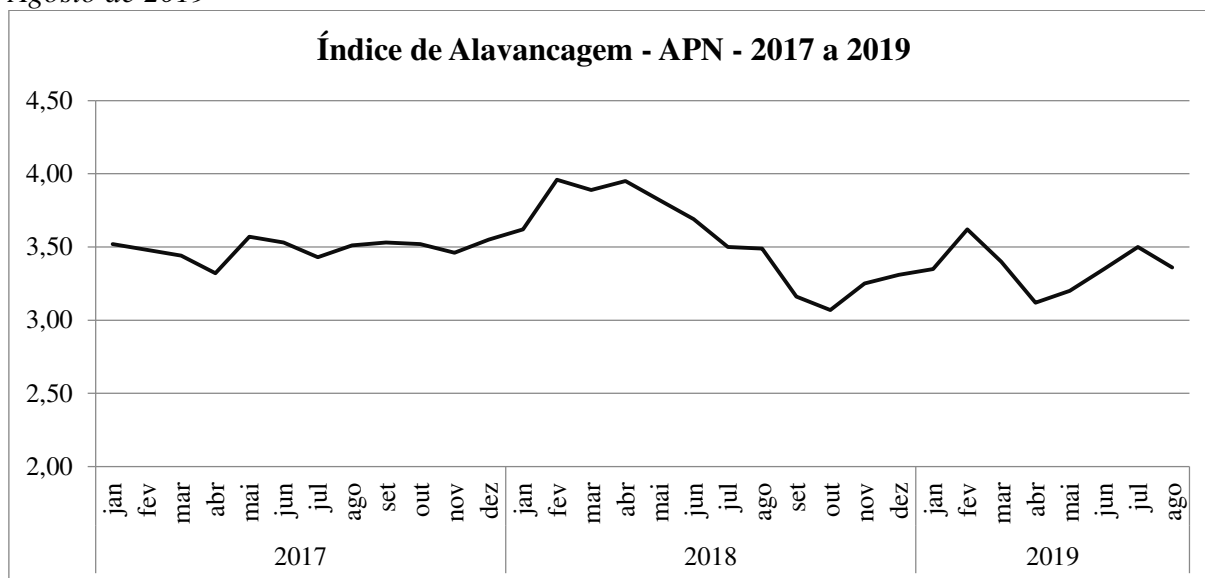


Nota. E6 = Ativo Total / Patrimônio Líquido Ajustado.

Dentre os indicadores da APN também se encontra um indicador de alavancagem, porém ele mensura a relação entre o saldo da carteira de crédito e o Patrimônio de Referência. Um indicador muito alto representaria também um risco alto, uma vez que significaria um saldo devedor maior que o próprio Patrimônio. Assim, sugere-se que este indicador seja inferior a 5 (Sicoob, 2018). Observa-se, na Figura 48, que a Credichapada apresentou valores abaixo de 5 para todos os meses de análise, o que indica que a cooperativa possui uma carteira de crédito menor que 5 vezes o Patrimônio de Referência, não apresentando um risco alto associado a esse indicador.

Figura 48

Evolução Mensal do Índice de Alavancagem (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019



Nota. Índice de Alavancagem = Saldo Bruto da Carteira de Crédito/Patrimônio de Referência.

A terceira área-chave de análise é a Qualidade dos Ativos. A intenção desta área de análise é identificar o impacto gerado por ativos não-produtivos ou não-lucrativos, ou seja, que não geram renda (Richardson, 2009). De maneira geral, os indicadores de Qualidade dos Ativos apresentam resultados satisfatórios, com exceção do indicador A4, que mensura o percentual de depósitos totais com relação aos ativos totais.

O indicador A4 apresentava altos valores em termos de qualidade dos ativos, compondo majoritariamente o ativo com depósitos totais (Figura 49). Apesar disso, nota-se que o percentual dos depósitos totais foram diminuindo ao longo dos anos, o que se dá tanto pelo aumento dos ativos totais da cooperativa quanto perfil do cooperado da Credichapada. Segundo a gestão da cooperativa, o perfil do cooperado da Credichapada, devido aos fatores econômicos e sociais da localidade, não é de um cooperado poupador, mas tomador, o que dificulta a captação de depósitos pela cooperativa (Notas de campo, 02 Out. 2019). Apesar disso, a gestão da Credichapada ressalta que promove ações e campanhas para incentivo de capitalização, a fim de tentar captar recursos (Notas de campo, 04 Out. 2019).

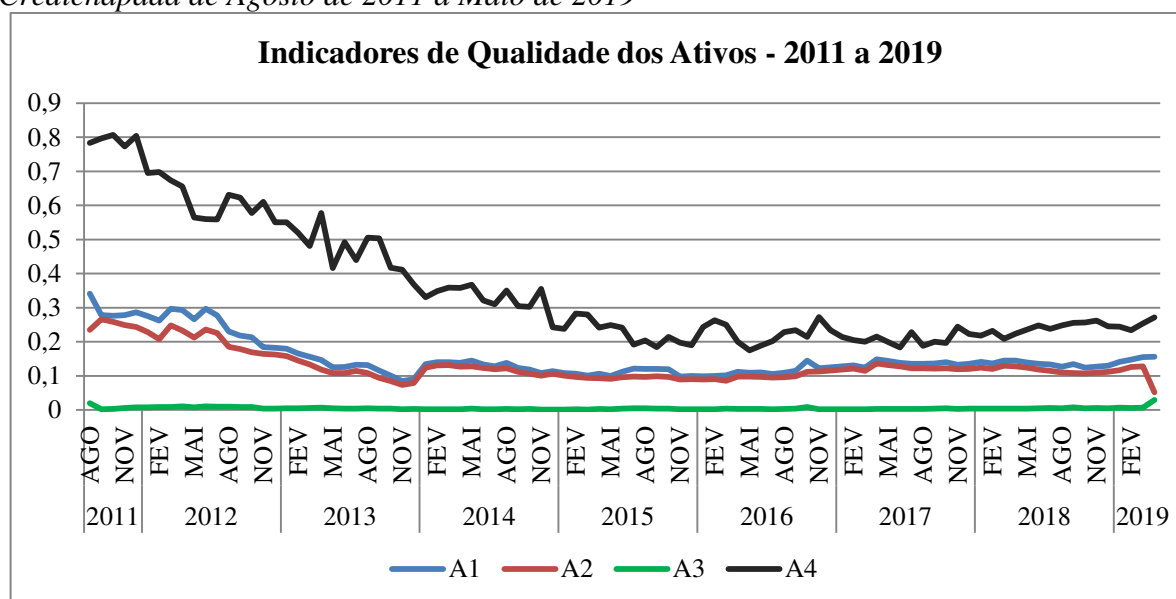
Quanto ao indicador A1, que avalia o percentual de recursos próprios utilizados para financiar ativos permanentes e ativos não direcionados a atividade fim, pode-se notar que a Credichapada reduziu os valores para o indicador, indicando um maior foco na atividade fim, e, conseqüentemente, um melhor desempenho para este indicador. Quanto ao grau de imobilização do Patrimônio Líquido Ajustado, acontece o mesmo movimento, de redução do

indicador, indicando menores investimentos em ativo permanente, como pode ser visto no indicador A2 (Figura 49).

Por fim, o indicador A3, que é o percentual de ativos não direcionados a atividade fim da cooperativa com relação ao ativo total, apresenta valores mais constantes e baixos, menores que 1% para todo o período, com exceção do mês de Maio de 2019, em que há um aumento do indicador, alcançando 2,9%, o que ainda pode ser considerado baixo. Esses baixos valores do indicador A3 ao longo do tempo pode ser um indicativo de credibilidade da instituição junto ao seu público (Richardson, 2009), uma vez que à medida que novos membros ingressam e fazem seus depósitos em uma cooperativa de crédito, este indicador tende a reduzir, o que pode ter acontecido na Credichapada, já que seu número de associados cresce ao longo dos anos. Em oposição, o movimento ocorrido nos meses de análise de 2019 pode ser resultado de estratégias da gestão ou até de ações de marketing, o que, segundo Richardson (2009), poderiam justificar, inclusive, a extrapolação do limite recomendado.

Figura 49

Evolução Mensal dos Indicadores de Qualidade dos Ativos (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019



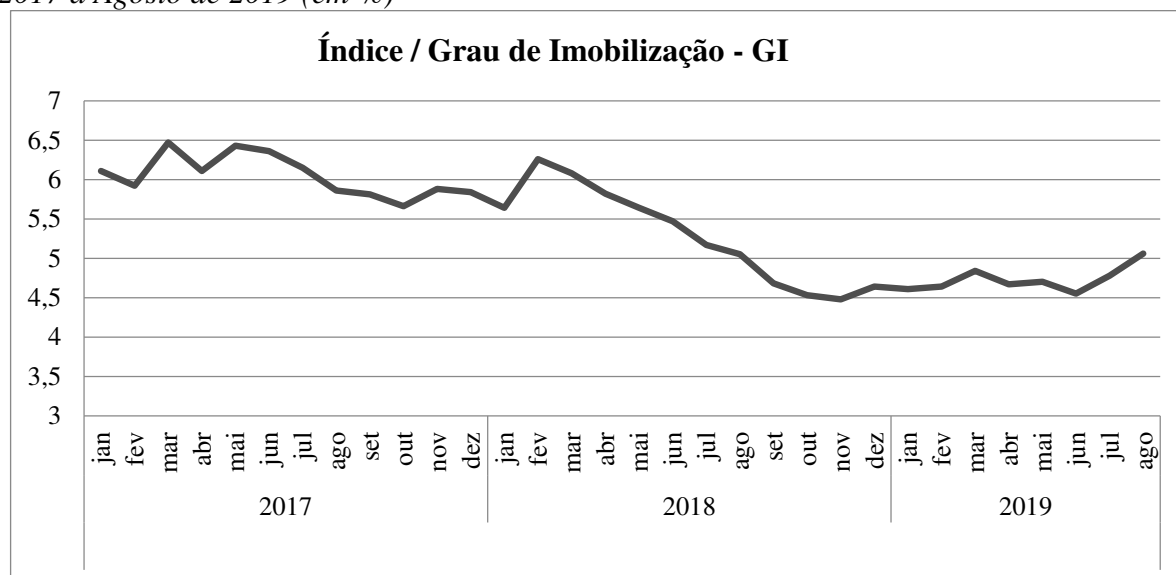
Nota. A1 = Ativo Permanente + Ativos não direcionados com atividade fim da cooperativa/ Patrimônio Líquido Ajustado. A2 = Imobilização = Ativo Permanente / Patrimônio Líquido Ajustado. A3 = Ativos não direcionados com a atividade fim da cooperativa/Ativo total. A4 = Depósitos totais /Ativo total.

Já dentre os indicadores da APN, também se encontra o indicador de Grau de Imobilização, que seria compatível com o indicador A2 do sistema PEARLS. Apesar de mensurarem a mesma característica, os valores dos indicadores são diferentes, e devido ao fato de o relatório de indicadores da APN não disponibilizar a fórmula de cálculo, não é possível saber exatamente de onde surge a divergência, mas sugere-se que pode ser devido à

fórmula do PEARLS considerar como imobilização as contas de adiantamentos por conta de imobilizações, depósito para aquisição de telefone e opções por incentivos fiscais, além da própria conta de permanente, o que pode não acontecer na APN. Apesar da divergência, observa-se que o Grau de Imobilização também apresentou uma tendência de queda nos últimos anos (Figura 50), convergindo para a mesma análise do indicador A2, de que a cooperativa estaria com menores níveis de investimentos permanentes com relação ao ativo total.

Figura 50

Evolução Mensal do Índice / Grau de Imobilização (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)



Nota. Índice/Grau de Imobilização (GI) = Reflete o percentual de comprometimento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao ativo permanente imobilizado.

A próxima área-chave de avaliação é a que diz respeito a taxas de retornos e custos. Nesse sentido, o sistema PEARLS possibilita a segregação dos componentes principais das sobras líquidas das cooperativas de crédito a fim de avaliar os rendimentos sobre os investimentos e avaliar as despesas operacionais (Richardson, 2009). Em conjunto com os indicadores de estrutura financeira, os indicadores de retornos e custos podem possibilitar ainda o direcionamento quanto à eficácia das cooperativas de crédito em alocar recursos em investimentos que produzam rendimentos maiores (Richardson, 2009).

Conforme comentando, a área-chave de taxas de retornos e custos propõe uma análise para auxiliar a administração no entendimento de rendimentos dos investimentos e também do funcionamento de sua estrutura de gastos. Nesse sentido, para a área de investimentos foram avaliadas questões referentes à carteira de empréstimos, aos investimentos líquidos, a investimentos financeiros e outros investimentos não financeiros. De maneira geral, a Sicoob

Credichapada apresenta bons resultados para esta área de análise de investimentos, mas podendo apresentar melhorias na gestão dos investimentos, na qualidade dos investimentos financeiros e na remuneração dos depósitos a prazo. Considerando os indicadores que avaliam a rentabilidade, a Credichapada apresentou piora nos resultados de eficiência financeira na gestão dos recursos para geração de resultados líquidos para o ano de 2019, devendo, portanto, acompanhar esses indicadores com maior cautela.

Já com relação aos custos operacionais, foram avaliados custos de intermediação financeira, custos administrativos, custos com gestão, dentre outros. Dentre esses indicadores, a Credichapada apresenta alguns sinais de alerta principalmente no que diz respeito à gestão das despesas operacionais, seja com pessoal ou administrativas, as quais chegaram a representar grande parcela dos valores de receitas operacionais ou até superá-las (nos casos das despesas operacionais totais). Assim, a segregação dos retornos e custos nesses diversos indicadores possibilita que a gestão de uma cooperativa de crédito consiga identificar quais são as razões pelas quais não estariam sendo produzidas rendas líquidas suficientes para um bom desempenho financeiro dessas instituições (Richardson, 2009).

Considerando os indicadores de retornos, observa-se, na Figura 51, que há uma certa instabilidade nos retornos principalmente nos indicadores R9 e R10, que representam o resultado de intermediação financeira sobre a receita operacional e as sobras sobre a receita operacional, respectivamente. Apesar disso, os indicadores R9 e R10 são os que apresentam maiores valores de retorno para o período em análise, apresentando melhores resultados para os anos de 2012 a 2014, seguidos de uma pequena queda no nível de retorno de 2015 a 2018, mas apresentando quedas significativas para o final de 2018 e ao longo de 2019.

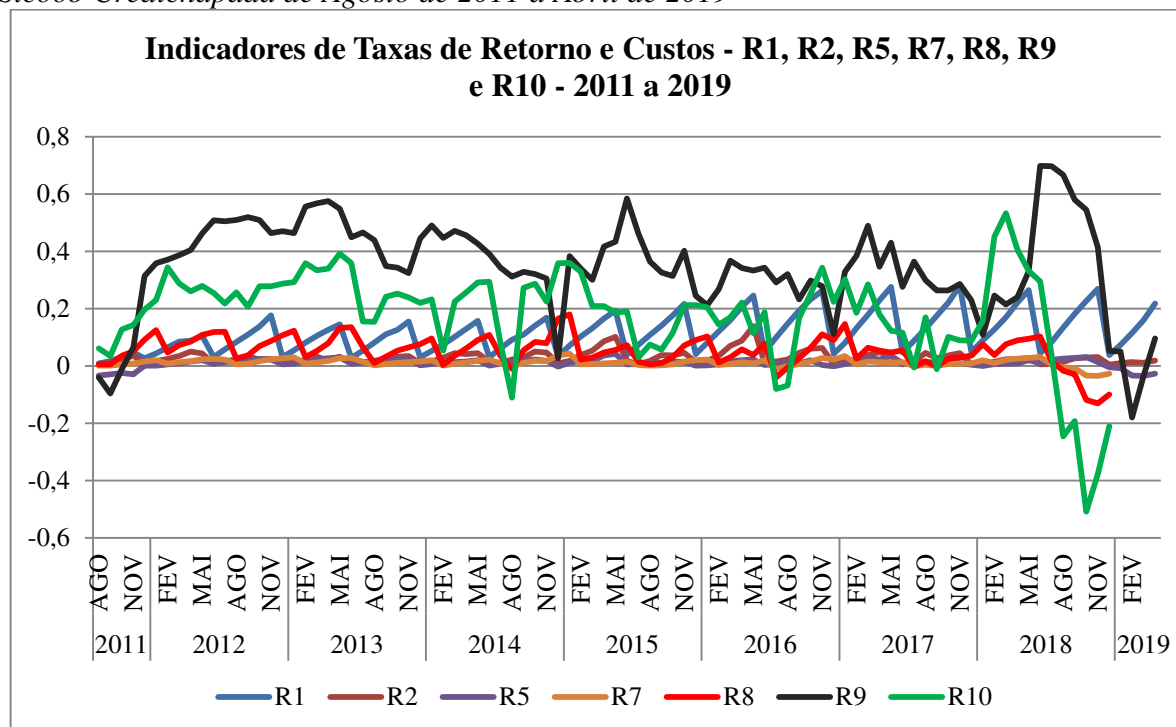
Os rendimentos líquidos de investimentos financeiros (R2), a margem bruta gerada com relação aos ativos totais (R5), as sobras líquidas sobre o ativo total (R7) e das sobras líquidas sobre o patrimônio líquido apresentam comportamentos similares, com melhores resultados até o ano de 2017, e quedas nos retornos a partir de 2018 (Figura 51). O baixo retorno e a queda apresentados no indicador de rendimentos líquidos de investimentos financeiros (R2) indica que a cooperativa deveria avaliar sobre a continuidade desses investimentos financeiros em aberto, uma vez que eles estariam gerando estes baixos níveis de rendimento, podendo, portanto, a partir da melhor gestão desses recursos, maximizar os retornos e apresentar um melhor desempenho financeiro atrelado a esses investimentos.

Já para as taxas de retorno das rendas de operações de crédito sobre a média das operações de crédito, medidas pelo indicador R1, é possível observar um crescimento desses

retornos ao longo do tempo (Figura 51), indicando um melhor desempenho financeiro com relação às rendas de operações de crédito.

Figura 51

Evolução Mensal dos Indicadores de Taxas de Retornos e Custos (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Abril de 2019



Nota. R1 = Rendas de operações de crédito /Operações de crédito média. R2 = Renda líquida de investimento financeiro/ Investimento financeiro médio. R5 = Margem Bruta/Ativo Total Médio. R7 = Sobras /Ativo total médio. R8 = Sobras /Patrimônio líquido ajustado médio. R9 = Resultado da Intermediação Financeira/ Receita Operacional. R10 = Sobras / Receita Operacional.

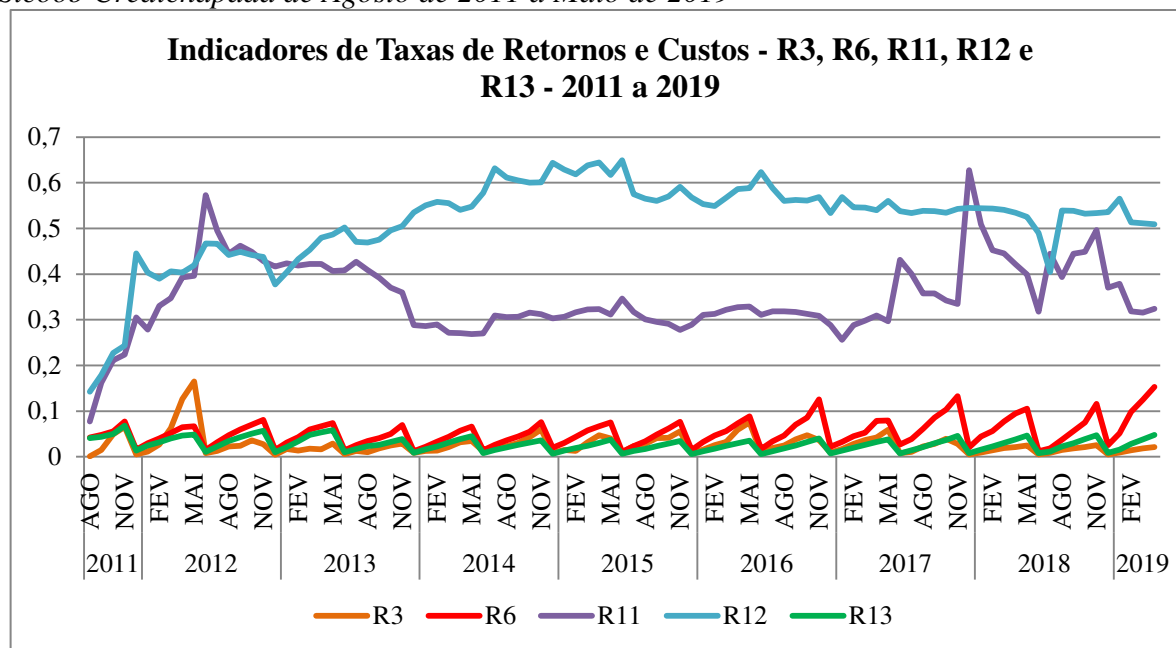
Já avaliando as taxas de custos, observa-se, na Figura 52, que a remuneração dos depósitos a prazo (indicador R3) e o percentual de despesas administrativas em relação ao ativo total (indicador R13) se mantém praticamente constantes para o período de análise. Já o indicador de custos associados ao aspecto operacional da cooperativa com relação ao ativo total médio (indicador R6) apresenta um aumento no decorrer dos anos, principalmente a partir de 2016, indicando uma maior dificuldade na gestão dos ativos e, portanto, um menor nível de eficiência operacional.

Já indicadores sobre composição de despesas administrativas, tem-se o percentual de cobertura de despesas administrativas pelas rendas de prestação de serviços (R11) e o percentual das despesas com gestão em relação ao total de despesas administrativas (R12). Para o indicador R11, observa-se que há uma maior estabilidade no indicador entre 2014 e início de 2017, seguido de um aumento dos níveis de cobertura das despesas administrativas com as rendas de prestação de serviços a partir de 2017, impulsionado pelo aumento dessas

rendas, indicando uma melhor cobertura financeira das despesas administrativas (Figura 52). Já analisando o percentual de despesas de gestão com relação à despesa administrativa total, observa-se, no indicador R12, que os valores se mantêm altos, em torno de 55%, apresentando uma tendência de queda a partir de 2014 em diante.

Figura 52

Evolução Mensal dos Indicadores de Taxas de Retornos e Custos (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Maio de 2019

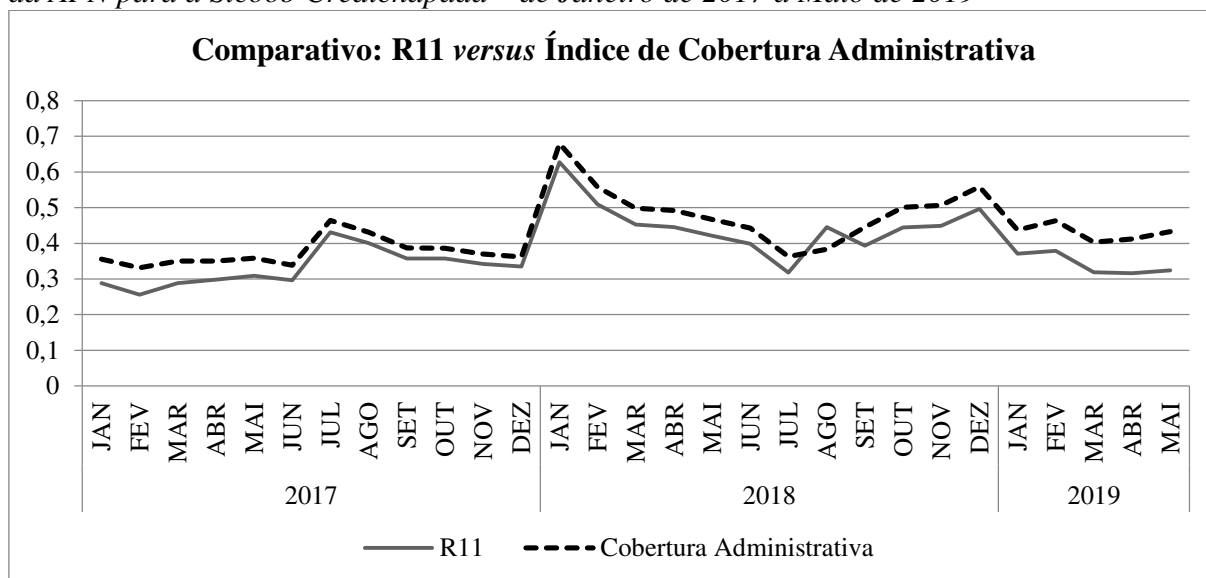


Nota. R3 = Despesas de Depósito a prazo/ Depósitos a prazo. R6 = Despesas Operacionais/Ativo Total Médio. R11 = Rendas de prestação de serviços /Despesas Administrativas. R12 = Despesas de Gestão /Despesas Administrativas. R13 = Despesas Administrativas /Ativo Total Médio.

Analisando os indicadores da APN comparativamente aos indicadores da área-chave de Taxas de Retornos e Custos, há semelhança no comportamento do indicador R11 do sistema PEARLS, que avalia o percentual de despesas administrativas que é coberto pelas receitas de prestação de serviços, com o Índice de Cobertura Administrativa da APN, presente no grupo que representa a produtividade das cooperativas, mensurando também o quanto a receita de prestação de serviços cobre a despesa administrativa. Observando-se os dois indicadores na Figura 53 conjuntamente, nota-se que eles possuem o mesmo comportamento ao longo dos meses, apesar de o indicador R11 apresentar valores um pouco menores do que o Índice de Cobertura Administrativa. Assim como o indicador R11, o Índice de Cobertura Administrativa também apresenta melhores valores para o ano de 2018 e pequena queda de Fevereiro a Maio de 2019, mas destaca-se que esses valores são recuperados e o indicador volta a alcançar a margem dos 50% já em Julho e Agosto.

Figura 53

Comparativo entre o Indicador R11 do Sistema PEARLS e o Índice Cobertura Administrativa da APN para a Sicoob Credichapada – de Janeiro de 2017 a Maio de 2019



Nota. R11 = Rendas de prestação de serviços / Despesas administrativas. Índice de Cobertura Administrativa = Receita de Prestação de Serviços / Despesa Administrativa.

Por fim, outras semelhanças foram encontradas para a área-chave do PEARLS sobre Taxas de Retornos e Custos, nos indicadores R7, R8 e R12.

O indicador R7 do PEARLS é equivalente ao indicador de Rentabilidade do Ativo na APN. Ambos possuem o objetivo de mensurar a capacidade do ativo na geração de sobras para uma cooperativa de crédito. Apesar disso, os valores dos indicadores são diferentes para cada sistema de avaliação devido a sua forma de cálculo. Enquanto que no sistema PEARLS são consideradas receitas operacionais, despesas operacionais e as despesas com juros ao Capital para o cálculo das sobras, na APN são consideradas somente as receitas e despesas totais. Assim, sugere-se a utilização do indicador R7 do PEARLS, uma vez que ele possibilita um maior detalhamento das operações de rentabilidade.

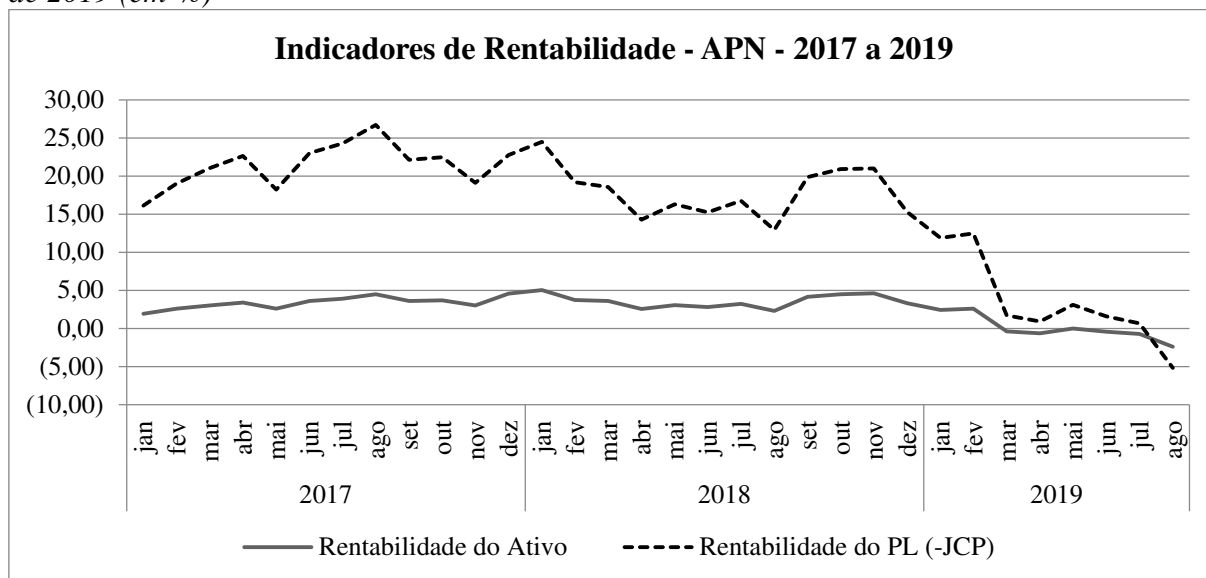
Já o indicador R8 do PEARLS se assemelha ao indicador de Rentabilidade do PL (-JCP) da APN. Estes indicadores também possuem objetivo de avaliar a rentabilidade, mas sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, avaliando a remuneração do capital próprio das cooperativas. Novamente a diferença dos indicadores reside na forma de cálculo das sobras, em que no sistema PEARLS são consideradas receitas e despesas operacionais e as despesas de juros ao capital para o cálculo das sobras e na APN apenas as receitas e despesas totais.

Ambos os indicadores de rentabilidade pela APN (Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do PL (-JCP)) apresentam resultados estáveis até 2018, passando a apresentar quedas nos retornos a partir de 2019, assim como observado ao longo desta análise, devido a

dificuldades com relação à geração de resultados pela Credichapada para o período de 2019 (Figura 54).

Figura 54

Indicadores de Rentabilidade pela APN da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)

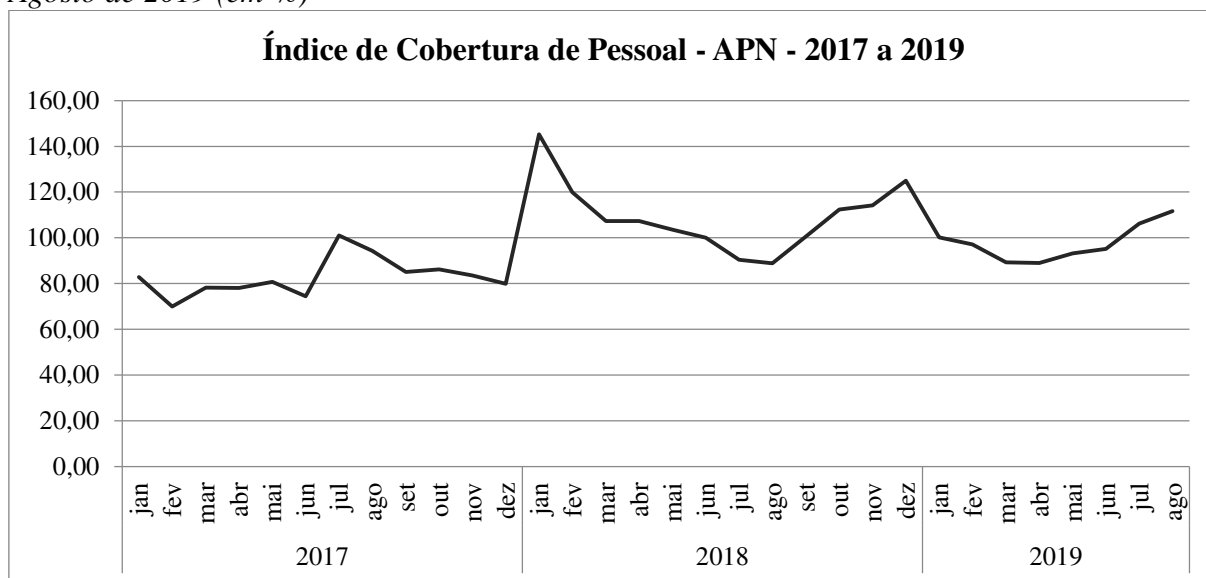


Nota. Rentabilidade do Ativo = Indica quanto a cooperativa obtém de sobras para com relação ao investimento total (ativo total). Rentabilidade do PL (-JCP) – Indica quanto a cooperativa obtém de sobras para cada capital próprio investido, em média, no exercício, desconsiderando as provisões de juros ao capital próprio.

Já o indicador R12 do PEARLS possui relação com o Índice de Cobertura de Pessoal da APN, sendo que ambos os indicadores se propõem a analisar a despesa com pessoal. Entretanto, enquanto o indicador R12 avalia o percentual de despesas de gestão em relação ao total de despesas administrativas, o Índice de Cobertura de Pessoal avalia o percentual das despesas de pessoal com relação à receita de prestação de serviços. Nesse sentido, observa-se que houve uma tendência de crescimento da relação entre as despesas com pessoal e a receita de prestação de serviços, principalmente a partir de 2018, quando as despesas com pessoal superavam as receitas de prestação de serviços (Figura 55). Apesar disso, em 2019 os valores voltaram a patamares inferiores até o mês de Julho, quando voltaram a crescer e ultrapassar a margem dos 100%.

Figura 55

Indicador de Cobertura de Pessoal pela APN da Sicoob Credichapada – Janeiro de 2017 a Agosto de 2019 (em %)



Nota. Índice de Cobertura Pessoal = Indica quanto a receita de prestação de serviços cobre a despesa de pessoal.

A quarta área-chave de análise do sistema PEARLS é a de Liquidez, a qual é considerada como importante avaliação sobre a estrutura financeira das cooperativas de crédito. Nesse sentido, a liquidez das cooperativas pode ser vista sob duas abordagens, uma que considera a liquidez como caixa disponível para empréstimos e outra como caixa necessário para realizar retiradas ou pagamentos (Richardson, 2009). Além disso, destaca-se que a liquidez, apesar de importante para as cooperativas pode implicar em perda de custo de oportunidade quando forem considerados fundos de liquidez inativos, o qual seria almejado de reduzir a um valor mínimo (Richardson, 2009).

Analisando-se a liquidez para a Credichapada a partir do sistema PEARLS, tem-se portanto que, considerando uma análise fria e determinística, poderiam ser apontados problemas de liquidez vinculados à organização, entretanto isso não deve ser feito. Conforme ressaltado, os níveis de liquidez recomendados e sugeridos fazem parte de uma análise padrão, que não considera aspectos individuais ou estratégicos das cooperativas de crédito. Além disso, a possibilidade de se conseguir rendimentos a partir de ativos com liquidez inativa poderia ser uma decisão não muito acertada. Considerando que ter cotas capital não líquidas e que a maioria dos créditos possui período de retorno de longo prazo, as cooperativas quase não teriam incentivos para manutenção de reservas de liquidez (Richardson, 2009).

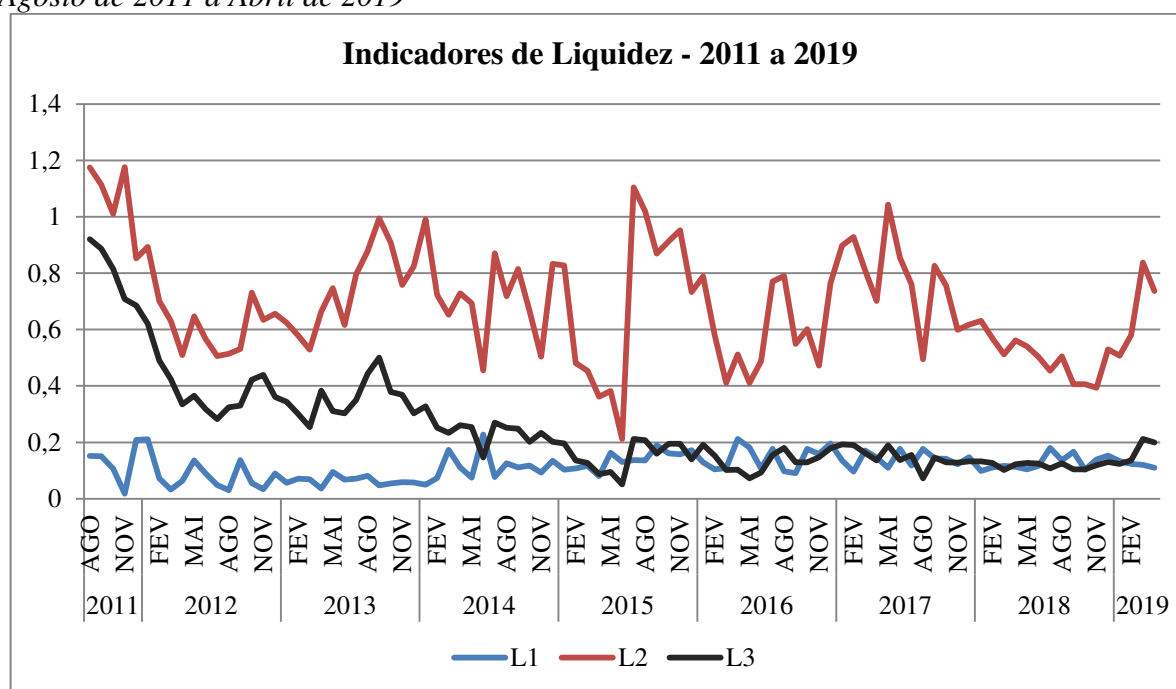
Além disso, no Brasil, a partir de 2012, com a disposição da Resolução nº 4.090, de 24 de Maio de 2012, do Conselho Monetário Nacional, as cooperativas de crédito – assim como

as demais instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central –, devem manter uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez. Ou seja, existe uma norma que regulamenta um gerenciamento de risco considerando a liquidez dessas cooperativas de crédito e observando a natureza de suas operações, complexidade de serviços e produtos ofertados e a dimensão a que essas instituições são expostas a esse risco de liquidez, o que traz exigências com relação ao gerenciamento da capacidade das cooperativas de crédito em honrar com suas obrigações, sejam elas esperadas ou inesperadas, presentes ou futuras.

Nesse sentido, observa-se, na Figura 56, que se fosse avaliada a partir de uma análise tradicional, dentre os indicadores de liquidez da Credichapada, o indicador L2, indicativo de liquidez corrente, (ativos de curto prazo/depósitos totais) seria o que apresentaria melhores valores para o período de análise. Já os indicadores L1 (disponibilidades/depósitos à vista) e L3 (caixa livre/ativo total) apresentam valores praticamente constantes a partir de 2014, havendo poucas oscilações para o período de 2014 a 2019, se mantendo majoritariamente abaixo do valor 0,2 de liquidez. Apesar dos valores baixos de liquidez, ressalta-se que esta pode ser uma estratégia de manutenção de valores de liquidez mais baixos pode se dar devido à possível inatividade que maiores valores poderiam causar à instituição, o que, por sua vez, poderia prejudicar o aferimento de melhores resultados de desempenho financeiro.

Figura 56

Evolução Mensal dos Indicadores de Liquidez (Sistema PEARLS) da Sicoob Credichapada de Agosto de 2011 a Abril de 2019



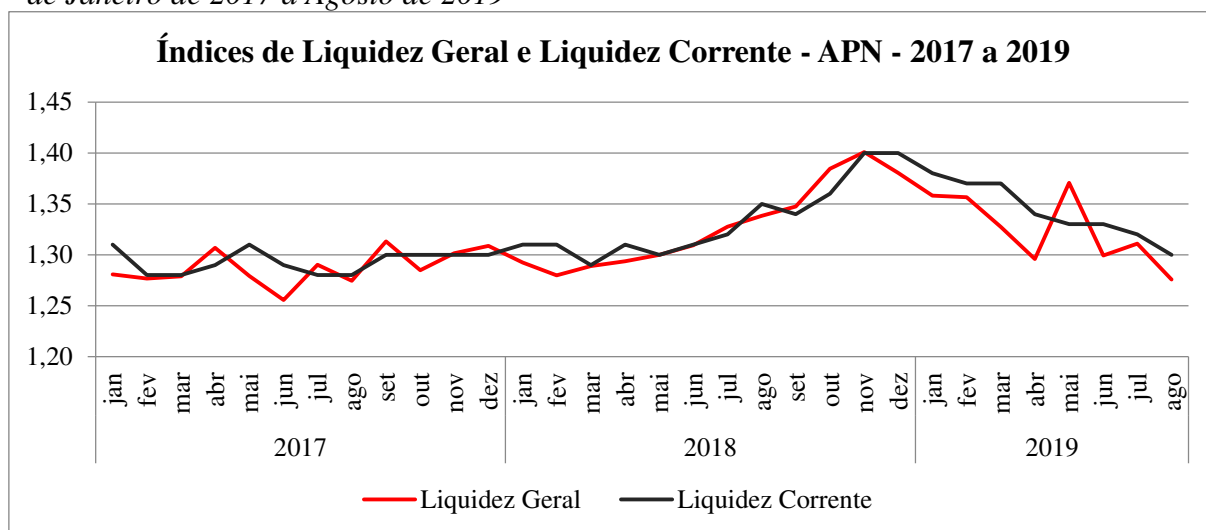
Nota. L1 = Disponibilidades/ Depósitos à Vista. L2 = Ativos de curto prazo/ Depósitos totais. L3 = Caixa Livre/ Ativo Total.

Dentre os indicadores de liquidez da APN, há o indicador de Liquidez Corrente, que possui o mesmo propósito de análise do indicador L2 do Sistema PEARLS. Apesar de possuir a mesma função de análise, o indicador de Liquidez Corrente da APN apresenta resultados mais constantes para o período em análise (Janeiro de 2017 a Agosto de 2019), do que o indicador L2 do PEARLS, além de os resultados do indicador de Liquidez Corrente serem superiores ao L2 (Figura 57). Isso se explicaria devido às contas que compõem a fórmula de cálculo para cada um dos indicadores.

Observa-se ainda que o indicador de Liquidez Geral, que indica quanto a cooperativa possui de ativo circulante mais realizável a longo prazo com relação ao total de dívidas, possui comportamento similar ao de Liquidez Corrente, apresentando resultados superiores a 1,25 para todo o período de análise (Janeiro de 2017 a Agosto de 2019), o que reforça para uma situação satisfatória de liquidez da Credichapada.

Figura 57

Evolução Mensal dos Índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2017 a Agosto de 2019



Nota. Liquidez Geral = (Ativo Total – Permanente) / (Passivo Total – Patrimônio Líquido Ajustado). Liquidez Corrente = não detalhado.

Além dos indicadores já comentados sobre indicadores de liquidez da APN, existem ainda o “Índice de Liquidez” (sem detalhamento de cálculo), além de indicadores de limites globais, tanto Atual, quanto do Mês Realizado quanto do Mês Seguinte, que auxiliam a cooperativa no monitoramento mensal sobre o montante que pode ou poderia ser operacionalizado da sua carteira de crédito.

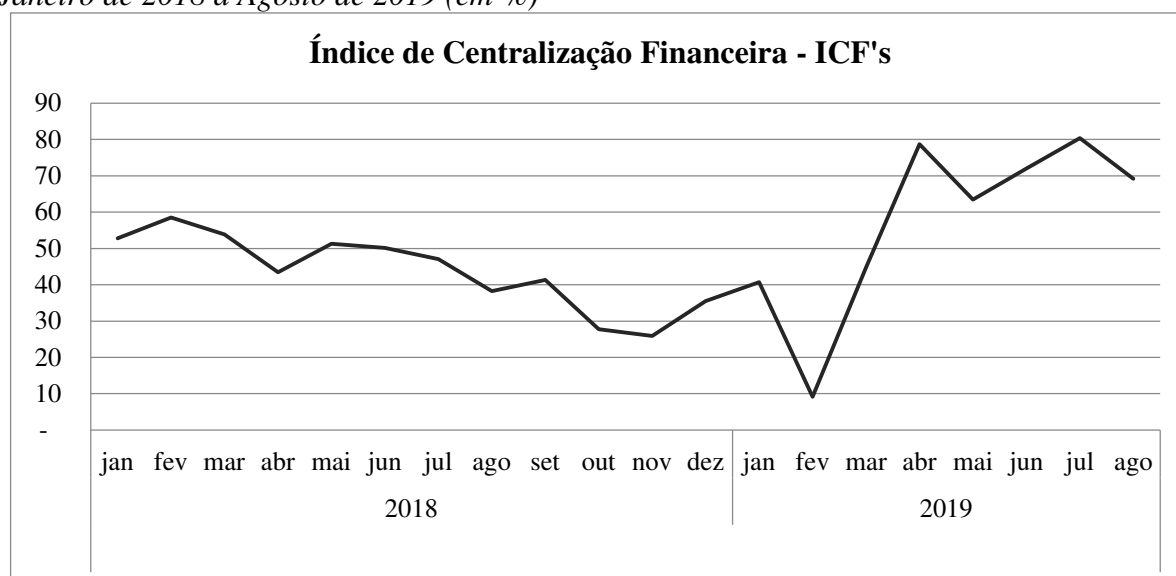
Além disso, há o indicador de concentração de depósitos dos 20 maiores cooperados, que traz indicativos sobre a composição dos depósitos da cooperativa, indicando quanto da liquidez referente aos depósitos estaria na mão desses depositantes majoritários.

Outro indicador disponibilizado pela APN é o Índice de Centralização Financeira, que mensura a aplicação dos recursos da cooperativa singular em sua central, devendo ser no mínimo 30%, ou seja, uma cooperativa singular deveria manter pelo menos 30% dos recursos aplicados na sua cooperativa central correspondente (Sicoob, 2018).

Para a Sicoob Credichapada, conforme Figura 58, os resultados do índice variaram um pouco desde o início de 2018 (dados disponíveis). Os valores das aplicações na central correspondiam a 52% em Janeiro de 2018, variaram e chegaram a bater os 9,2% em Fevereiro de 2019. Apesar disso, os valores voltaram a crescer a partir de Março de 2019 e alcançaram valor máximo de 80,35% em Julho de 2019. Esse fato se dá pela troca de central que ocorreu na Credichapada, sendo que até Fevereiro a cooperativa estava filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda – Sicoob Central Cecremge e depois passou a ser filiada a Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda – Sicoob Planalto Central.

Figura 58

Evolução Mensal do Índice de Centralização Financeira (APN) da Credichapada - de Janeiro de 2018 a Agosto de 2019 (em %)



Nota. Índice de Centralização Financeira = representa o saldo de captação dos recursos que uma cooperativa singular mantém aplicado em sua cooperativa central.

O último tópico de análise do sistema PEARLS avalia os sinais de crescimento das cooperativas de crédito. A proposta da WOCCU para esse grupo de indicadores de crescimento é que a valorização dos ativos depende do crescimento dos ativos, mas devendo ser acompanhada junto com as demais áreas-chave, de forma que o crescimento seja sustentável (Richardson, 2009). A proposta de todos os indicadores desta área-chave de análise do sistema PEARLS é perceber as variações mensais, comparando o mês atual com o

mês anterior, verificando se houve aumentos ou diminuições das contas que compõem a análise. Apesar disso, como grande parte das contas apresentam crescimento ao longo do semestre, optou-se pela utilização de taxas de crescimento semestrais para a avaliação dos sinais de crescimento da Credichapada.

Na Tabela 4 são apresentados os resultados desse crescimento semestral dos indicadores de Sinais de Crescimento. Ressalta-se que os dados de 2012 apresentavam valores muito discrepantes, por se tratar ainda de primeiro ano de atividade da Credichapada, e, assim, a análise se inicia em 2013.

Dentre os indicadores de crescimento que mais se destacam estão as operações de crédito de maior risco (S3) e a provisão das operações de crédito (S5), das quais se espera um menor crescimento. O crescimento desses indicadores, assim como visto também nos indicadores correspondentes de Proteção, indicam um aumento do risco da cooperativa, devendo ser aspectos a serem trabalhados, assim como a Credichapada vem fazendo, com melhorias na política de cobrança, por exemplo. Outro indicador que apresenta crescimento acentuado é o indicador de ativos não direcionados a atividade fim da cooperativa, mas que apesar do crescimento, ainda representa baixos valores, como visto no indicador A3.

Tabela 4

Crescimento Semestral dos Indicadores de Sinais de Crescimento da Sicoob Credichapada de 2013 a 2019 (em %)

	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	Média
	Jun.	Dez.	Jun.	Dez.	Jun.	Dez.	Jun.	Dez.	Jun.	Dez.	Jun.	Dez.	Mai.	
S1	8,2	64,8	30,1	52,8	55,7	7,2	30,0	19,5	8,2	38,4	-11,6	-2,8	-25,6	21,1
S2	3,1	95,1	50,0	42,1	23,6	43,4	8,4	1,1	11,2	9,4	2,9	-8,4	-22,8	19,9
S3	58,9	22,4	17,3	150,0	110,8	27,3	99,1	141,8	19,9	31,8	33,2	-30,4	59,9	57,1
S4	-27,9	33,9	-4,5	31,6	7,5	179,8	-28,9	62,2	-25,4	51,0	16,5	35,9	54,5	29,7
S5	86,5	20,9	55,6	108,5	73,4	5,5	98,7	102,7	35,9	17,3	53,3	-29,0	24,7	50,3
S6	14,2	23,1	65,5	16,8	20,7	31,7	11,0	10,9	16,7	23,6	7,8	-5,0	-16,2	17,0
S7	41,2	65,0	45,9	38,0	31,9	30,5	14,8	18,5	13,4	15,3	3,2	13,0	-24,7	23,6
S8	11,5	85,5	50,2	40,1	26,0	40,0	10,1	4,6	12,8	10,6	3,3	-2,5	-20,6	20,9
S9	18,9	69,2	83,0	49,0	41,7	33,6	17,0	2,2	6,7	15,4	5,5	-1,2	-25,1	24,3

Com relação à APN, outros indicadores poderiam ser considerados similares aos indicadores da área-chave do PEARLS sobre Sinais de Crescimento. Enquanto que para o sistema PEARLS a proposta é mensurar a taxa de crescimento de alguns saldos contábeis, na APN a proposta é avaliar comparativamente alguns saldos contábeis tanto com a própria cooperativa quanto com dados consolidados Sicoob, por tipo e por central. Assim, a diferença

reside no resultado final para os indicadores, uma vez que no PEARLS os resultados são referentes a variações percentuais e na APN os resultados são referentes a saldos contábeis em valores monetários. Dentre os indicadores encontram-se as contas de Receita Operacional, Ativo Total e Operações de Crédito, que no sistema PEARLS são representados por S1, S8 e S9, e na APN possuem a mesma nomenclatura das contas contábeis. Outro indicador semelhante que pode ser listado seria o indicador de Depósitos Totais da APN, que dispõe dos saldos monetários para a conta de depósitos totais, podendo ser considerado como parte importante do indicador S2 do sistema PEARLS, que avalia a Captação Total de uma cooperativa de crédito.

Dadas as exposições, apresenta-se na Figura 59 um quadro-resumo dos indicadores que possuem similaridades para cada um dos sistemas de avaliação, PEARLS e APN, indicando seus objetivos e os indicadores correspondentes para cada um dos sistemas, considerando as restrições já comentadas.

Figura 59

Quadro-Resumo de Indicadores Semelhantes para os Sistemas de Avaliação de Cooperativas de Crédito PEARLS e APN

Objetivo Geral de Mensuração do Indicador	Indicador PEARLS Correspondente	Indicador APN Correspondente
Volume das provisões de crédito de liquidação duvidosa em relação à carteira total	P1	Índice de Provisionamento – IPROV
Carteira de crédito vencida com relação à carteira de crédito total	P2	Índice de Prejuízo - IHH
Relação entre operações inadimplentes e a carteira de crédito	P3	INAD 15 e INAD 90
Relação entre valores provisionados e operações em atraso	P4	Índice de Cobertura (Índice de provisionamento/INAD 90)
Alavancagem da cooperativa	E6	Índice / Grau de Imobilização
Participação do ativo permanente em relação ao ativo total	A2	Índice/Grau de Imobilização
Capacidade dos ativos em gerar sobras	R7	Rentabilidade do Ativo
Remuneração do capital próprio	R8	Rentabilidade do PL (-JCP)
Percentual de despesas administrativas que é coberto pelas receitas de prestação de serviços	R11	Índice de Cobertura Administrativa
Avaliação das despesas de pessoal	R12	Índice de Cobertura Pessoal

continua..

conclusão...

Objetivo Geral de Mensuração do Indicador	Indicador PEARLS Correspondente	Indicador APN Correspondente
Avaliar a liquidez corrente da cooperativa	L2	Liquidez Corrente
Avaliação das receitas operacionais	S1	Receitas Operacionais
Avaliação da captação de recursos	S2	Depósitos Totais
Avaliação dos ativos totais	S8	Ativo Total
Avaliação das operações de crédito	S9	Operações de Crédito

Considerando que os dois sistemas de análise, tanto PEARLS quanto APN, possuem indicadores diferentes para as áreas de análise, constata-se que cada um dos sistemas possui potencial para uma boa avaliação das cooperativas de crédito, uma vez que a sobreposição de indicadores não aconteceu de forma substancial.

O sistema PEARLS apresenta um conjunto de indicadores que avalia diversas áreas de avaliação econômico-financeira diferentes, além de possuir um maior detalhamento das contas para composição dos cálculos, apresentando valores mais aproximados a partir da proposta adaptada ao Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – Cosif, proposta por Bressan *et al.* (2010).

Já a Análise da Produtividade do Negócio – APN, proposta pelo Sicoob Confederação, também possui suas vantagens, dentre elas destacam-se duas: 1) o sistema possui dados e informações de foco analítico e de armazenamento de dados referente a taxas de juros e situações cadastrais de associados e correntistas; 2) apresentar indicadores e saldos consolidados para o sistema Sicoob, por tipo de cooperativa e por central, o que possibilita um acompanhamento não só da cooperativa com ela mesma, mas também com os dados de suas semelhantes ao longo do tempo.

Dessa forma, dada a aplicabilidade de ambos os sistemas para as cooperativas de crédito e das suas vantagens específicas, seria aconselhado combinar os dois sistemas de avaliação para se ter uma análise mais completa do desempenho econômico-financeiro dessas cooperativas, a fim de manter sua sustentabilidade e longevidade.

Dado o contexto, Credichapada apresenta diversos pontos de desempenho satisfatórios e alguns pontos que merecem atenção. O principal ponto de alerta é com relação ao aumento das provisões e das alterações no perfil de risco dos cooperados, sinalizadas tanto pelos indicadores de proteção quanto pelos indicadores de sinais de crescimento. Essas características são decorrentes dos problemas da seca na safra em 2015/2016 e de recentes alterações na modelagem de risco das plataformas do Sistema Sicoob (Gestor 03). Com

relação a isso, a Credichapada já tem tomado medidas para tentar reverter esses resultados e conseguir voltar aos patamares anteriores de resultado, em que o desempenho era considerado satisfatório.

Com relação aos aspectos positivos ou satisfatórios do desempenho da Credichapada, observou-se que a estrutura financeira apresentou evoluções adequadas, aumentando seus ativos produtivos, constituindo reservas de recursos que podem financiar ativos não geradores de renda, aumentando a renda de intermediação financeira e mantendo maiores níveis de recursos próprios em virtude de capital de terceiros. Resultado semelhante acontece quando se avalia a qualidade dos ativos da cooperativa, uma vez que ela apresenta baixos volumes de imobilização do capital e mantendo maior parte dos investimentos em ativos direcionados à sua atividade fim. Apesar disso, observou-se uma redução da participação dos depósitos totais com relação ao volume total dos ativos da cooperativa, mas que pode ser explicada pelo próprio perfil dos cooperados e da localidade, que não se reflete como perfil de poupador, mas sim de tomador.

Com relação aos rendimentos e retornos da Credichapada, foi observada uma queda nos retornos de investimentos financeiros, remuneração dos depósitos a prazo e nos indicadores de rentabilidade. Esses reflexos estariam ligados também aos problemas decorrentes dos aumentos de provisões e do perfil de risco, que influenciam na geração de resultados para a cooperativa. Já considerando as taxas de custos, notou-se principalmente, que a cooperativa apresenta um aumento das despesas operacionais, uma certa instabilidade com relação à cobertura das despesas administrativas pela renda de prestação de serviços e também um aumento do percentual das despesas com gestão em relação às despesas administrativas, o que não compromete os resultados da cooperativa, mas devem ser analisados com cautela em termos de projeções futuras.

Avaliando a liquidez da cooperativa, evidenciou-se que há uma estabilidade nos indicadores a partir de 2014 – mesmo que com valores baixos – com exceção da relação entre os ativos de curto prazo e os depósitos totais, que apresentam uma maior variação ao longo dos meses de análise. Apesar disso, os indicadores de liquidez não indicam risco para a cooperativa, uma vez que isso pode ser uma estratégia de manter os recursos em operação, conseguindo gerar maiores valores à instituição.

Em síntese, portanto, os sinais de alerta com relação ao desempenho econômico-financeiro da Credichapada estão voltados principalmente para as questões dos aumentos de provisões e das operações de crédito de maior risco, as quais já estão sendo estudadas e trabalhadas para serem melhoradas em um futuro próximo.

4.4 Desempenho Econômico-Financeiro da Sicoob Credichapada e Desenvolvimento Local

Muito já foi discutido sobre a importância de um sistema financeiro para o desenvolvimento. Ao longo dos anos, estudos sugeriam e demonstravam a influência do crédito para a acumulação de riqueza e consequente crescimento econômico (Gurley & Shaw, 1955; Goldsmith, 1969; McKinnon, 1973; King & Levine, 1993; Studart, 1993). Nesse sentido, a disponibilização do crédito, de forma ágil e compatível com a necessidade do tomador, poderia apresentar sinais de crescimento e renda e impulsionando o desenvolvimento econômico e social (Schuntzemberger *et al.*, 2015).

Assim, as cooperativas de crédito, como componentes do sistema financeiro, desempenham função importante para o estímulo ao desenvolvimento econômico e social, ou desenvolvimento local. A partir da inserção financeira e social das pessoas, a partir da disponibilidade de recursos ou até mesmo da promoção de ações sociais, as cooperativas de créditos estariam trazendo benefícios para essas pessoas e suas comunidades, trazendo desenvolvimento local.

Foi destacada a importância das atividades desenvolvidas ou apoiadas pela Sicoob Credichapada na geração de desenvolvimento local, a partir dos impactos econômicos e sociais que essas ações geram. Constatou-se as respostas que a sociedade fornece frente aos estímulos de desenvolvimento local provocados pela Credichapada em seu âmbito de atuação, respostas essas que Silva Neto, Lima e Basso (2003) consideram imprescindíveis para o desenvolvimento local.

Apesar dos resultados gerados em termos de transformações econômicas e sociais pela Credichapada, não se deve, entretanto, igualá-la a uma associação beneficente ou de cunho público. É importante considerar que as cooperativas possuem seus objetivos econômicos e de manutenção de suas atividades e sustentabilidade do negócio. E é nesse sentido que é importante destacar a avaliação do desempenho econômico-financeiro da Sicoob Credichapada.

Retomando-se a questão central desta pesquisa, o intuito é discutir a relação entre o desempenho econômico-financeiro (mensurado pelos sistemas PEARLS e APN) e o desenvolvimento local (caracterizado pelos impactos econômicos e sociais). Dessa forma, discute-se, a seguir, como essas duas temáticas se relacionam e como elas são afetadas uma pela outra.

Em síntese, a Credichapada apresenta dois principais momentos com relação ao seu desempenho econômico-financeiro a partir das análises dos indicadores PEARLS,

complementadas pelos indicadores APN. O primeiro deles vai de sua constituição, em 2011 até meados de 2016, momento em que são apresentadas melhoras ou estabilidade no desempenho da cooperativa. Já o segundo momento se inicia em 2016 e se prolonga até os meses finais da análise desta pesquisa, em Agosto de 2019, e é marcado por um aumento do risco da carteira de crédito em função de aumentos das provisões e dos níveis de riscos das operações de crédito. Apesar disso, constatou-se que há um aumento dos retornos das receitas das operações de crédito ao longo do período de análise (Agosto de 2011 a Abril de 2019). Além disso, ressalta-se que a análise do aumento do risco da carteira compreende um período curto para que se possa fazer previsões ou traçar cenários.

Os resultados para o segundo momento são decorrentes de uma seca ocorrida nas lavouras dos agricultores na safra 2015/2016, que comprometeu a liquidez por parte dos devedores da Credichapada. Esses resultados são ainda acentuados para o período de 2019, quando a cooperativa ressalta estar passando por momento de reformulações no Sistema Sicoob nos cálculos de provisões e de precificação do perfil de risco dos cooperados, que teriam aumentado para os últimos meses da análise. Essa situação é narrada por um dos gestores da cooperativa ao ressaltar que:

Tá tendo um aumento muito grande de provisão [...]. Em maio [de 2019], o relatório que tinha no Sisbr Analítico, o relatório que tinha na central e na Confederação, apontaram que a gente ia ter, até o final do ano, um impacto de provisão em torno de R\$ 270 mil, se não me engano, isso em maio. E nós tivemos só no último mês um impacto de R\$ 1,7 milhão. [...] Nós tivemos um impacto de provisão esse ano de R\$ 3,6 milhões, se não me engano. (Gestor 03).

Dessa forma, ambos os problemas ocorridos, a seca e a reformulação do sistema, acarretam em um aumento do risco da carteira de crédito para a Credichapada. A seca da lavoura acarreta em prejuízos para o cooperado, que por sua vez não conseguiu cumprir com suas obrigações junto à cooperativa, problema que ainda era observado até o segundo semestre de 2019, e que fazia com que a provisão e a inadimplência aumentassem nos últimos anos. Da mesma forma acontece com a reformulação do sistema, que a partir dos novos montantes de provisão indicados pelas plataformas do Sistema Sicoob e do perfil de risco dos cooperados, dificulta a gestão da carteira de crédito por parte da Credichapada. Essas situações são exemplificadas e explicadas por um dos gestores da cooperativa, que destaca, em entrevista, que:

[...] tivemos uma inadimplência muito alta lá atrás, e essa inadimplência chegou a 9%, esse mês agora ela deve fechar na casa dos 3,5%, 3,7%, de inadimplência. Quando a gente tinha 9% de inadimplência a provisão era 10%. Hoje, no mês passado com 4,2% ou 4,4% de inadimplência, a provisão chegou em 17%. O Índice de Cobertura normal

do mercado é em torno de 2 vezes, 1,8, uma cobertura saudável de provisão é o dobro do INAD 90 [inadimplência superior a 90 dias], é uma cobertura boa, 200%. O nosso tá em média com 4% de INAD 90 contra 17 % de provisão, nós estamos com 400% [de cobertura]. Tá um negócio assim... E é uma mudança que houve no Sistema Sicoob, na modelagem de risco do sistema, e a provisão é toda automática. [...]. E como tá provisionando muito, nossa carteira de crédito tá caindo. Por que? Os cooperados com alto risco a gente não pode emprestar. Então nós estamos deixando de atender muitos cooperados [...]. (Gestor 03).

Este mesmo gestor avalia ainda que esses aumentos na provisão têm impactado cooperados que não possuem operações em atraso junto à cooperativa, e ilustra a situação ocorrida no mês de Agosto de 2019:

Só pra você ter uma ideia, nós temos, de R\$1,7 milhão de impacto no mês passado [Agosto de 2019], de aumento de provisão, e uma redução de provisão de R\$ 600 mil e pouco, então teve um impacto de diferença, de débito e crédito de R\$ 1,1 milhão, mais ou menos. Dos 10 maiores impactos de provisão que nós tivemos, 1 tinha operação em atraso, 9 não tinha nada em atraso, tava em dia. Aí segundo a confederação é porque a modelagem puxa histórico de atraso no Sicoob mas puxa histórico de atraso externo. Deve ser que esse pessoal teve histórico de atraso em algum lugar. E o pior é que você olha o cooperado aqui que tá no nível F ou G, e em outra instituição financeira tá com nível B. Então nós estamos considerando o endividamento dele fora, mas os outros bancos não estão considerando. (Gestor 03).

Apesar desses fatores de alterações no sistema e dos problemas de safra, a gestão da Credichapada possui foco para mitigação desses reflexos, com renegociações de créditos vencidos e reforço nas ações de cobranças a fim de reduzir os níveis de inadimplência e atraso nos créditos, sendo possível, inclusive, reverter operações em prejuízo, como destacado no fragmento a seguir, de entrevista com um gestor:

[...] e quanto a inadimplência, há um trabalho muito forte, a inadimplência tá caindo muito, mas a provisão continua aumentando [...]. Pra você ter uma ideia, nós revertemos de operações em prejuízo esse ano [2019] R\$ 1,3 milhão, deve estar chegando em R\$ 1,5 milhão, que reverteu de operações em prejuízo. (Gestor 03).

Especificamente com relação aos problemas ocorridos em virtude da seca na safra, sugere-se que a Credichapada possa estimular aos produtores/cooperados adesão ao Seguro Rural, dado o contexto rural vivenciado na área de atuação da cooperativa. O seguro rural é um mecanismo de proteção ou de cobertura que busca reduzir os riscos dos envolvidos em uma cadeia de valor, como os próprios produtores, seus agentes financiadores e os aliados no negócio (Ozaki, 2008). Esse seguro possibilita uma redução desses riscos sem que haja grandes variações no retorno esperado com o empreendimento, permitindo a estabilidade financeira dos produtores (Ozaki, 2008). Dessa forma, por meio do seguro, o produtor transferiria o risco de problemas climáticos, por exemplo, para outros agentes econômicos, e

assim reduziria os riscos de queda da produção ou de prejuízos econômicos decorrentes desses acontecimentos. Ozaki (2008) destaca que o seguro seria um dos mecanismos mais eficientes para a transferência desse risco para esses outros agentes econômicos, de forma que há uma mudança em valores de despesa: passando de uma despesa futura, incerta e de valor elevado, condicionada aos danos que podem ocorrer, para uma despesa antecipada e relativamente menor, que seria o prêmio pago pelo seguro.

No Brasil, depois de diversas tentativas não muito bem sucedidas sobre o seguro rural, o cenário para o mercado de seguros rurais teria ganhado força com a promulgação da Lei nº 10.823 de 19 de Dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e outras providências relativas ao assunto. A lei foi promulgada com vínculos ao Ministério da Agricultura com as influências do ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O ex-ministro tinha grandes preocupações com o seguro rural e destinou suas preocupações logo em início no cargo para a implementação normativa do seguro. Roberto Rodrigues acredita que o seguro rural é essencial no Brasil e que a principal questão para a estabilidade de renda dos produtores seria esse seguro (Canal RVTV, 2018).

Essas ações já desenvolvidas e que ainda podem ser implementadas pela Credichapada, podem ser imprescindíveis para a retomada de um menor nível de risco da carteira de crédito no futuro e a apresentação de um melhor desempenho econômico-financeiro.

Dentre a função do crédito para o desenvolvimento local, as cooperativas, a partir de um bom desempenho econômico-financeiro podem influenciar nesse desenvolvimento a partir da distribuição de resultados. Com a distribuição direta das sobras aos cooperados – retornando os recursos a quem o gerou – a cooperativa alimenta o desenvolvimento e pode gerar melhoria na qualidade de vida ou do bem-estar de uma localidade. Outra distribuição de sobras que afeta o bem-estar das pessoas, trazendo conseqüente desenvolvimento local é a constituição do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, (FATES), a partir do qual uma cooperativa desenvolve atividades e ações voltadas para os cooperados, seus familiares, os colaboradores e a comunidade.

O nível de evolução do bem-estar ou de qualidade de vida das pessoas de uma localidade é uma variável de difícil análise e mensuração, uma vez que é rastreada por elementos subjetivos. Por isso, nesta pesquisa, essa evolução do bem-estar ou de qualidade de vida das pessoas foi relatada por meio dos impactos econômicos e sociais percebidos pelo pesquisador em período de campo e pelos relatos dos agentes da pesquisa.

Dentre os impactos econômicos e sociais ocorridos na área de atuação da Credichapada, os decorrentes da função do crédito e da distribuição de sobras podem ser afetados por um desempenho não muito satisfatório (especificamente anos finais de análise), como o aumento do risco da carteira de crédito. Isso porque com o aumento dos níveis de risco dos cooperados e do aumento das provisões, poderá gerar uma maior dificuldade para a cooperativa manter os juros mais baixos e também em conceder créditos, respectivamente, ocasionando na diminuição da carteira de crédito e reduzindo o desempenho. A redução da carteira de crédito e a dificuldade em operar com empréstimos pode, por consequência, reduzir o volume de rendas com essas operações, fazendo com que as sobras diminuam e, portanto, restem menos recursos a serem distribuídos ao final das apurações de resultados. No entanto, conforme já destacado anteriormente, a gestão da Credichapada têm tomado medidas para minimizar esses problemas, como ações de cobranças mais intensivas e renegociações de créditos vencidos com os cooperados.

Já os impactos decorrentes da aplicação dos recursos do FATES e outras possíveis despesas operacionais, podem ser afetados pelo desempenho ao passo que um melhor desempenho poderia gerar mais resultados a distribuir, o que consequentemente aumentaria os montantes destinados ao FATES. Com o aumento do montante do FATES a ser distribuído, mais ações poderiam ser desenvolvidas e mais pessoas atingidas por essas ações. Nesse sentido, o contrário também é verdade, ou seja, uma menor destinação de recursos para o FATES, poderia comprometer, de alguma forma as ações desenvolvidas ou apoiadas por uma cooperativa.

Apesar da possibilidade de o desempenho econômico-financeiro de uma cooperativa poder afetar as ações que promovem o desenvolvimento local, para a realidade da Sicoob Credichapada isso não foi observado. Considerando o baixo volume dos gastos de recursos do FATES com relação ao patrimônio da cooperativa, não foi constatado o comprometimento das ações desenvolvidas pela Credichapada em virtude de uma piora (especificamente nos anos finais de análises) no desempenho econômico-financeiro da cooperativa, uma vez que os projetos e ações continuam em pleno funcionamento. Nesse sentido, o aumento do risco da carteira de crédito, ocasionado pelas alterações nas provisões e no perfil de risco, não ocasionou em risco para as ações de cunho técnico, educacional ou social desenvolvidas pela Credichapada. Isso pode ser explicado pelo fato de as ações demandarem poucos recursos da Credichapada, uma vez que as ações são desenvolvidas com apoios voluntários e outras parcerias, que fazem com que os impactos gerados não tenham um alto custo financeiro para a Credichapada.

No entanto, ainda que as ações desenvolvidas pela Credichapada e que geram impactos econômicos e sociais e o consequente desenvolvimento local não tenham relação direta com o desempenho econômico-financeiro da cooperativa, ressalta-se a necessidade de tomar medidas corretivas e cautelares a fim de reduzir o risco da carteira de crédito e melhorar o desempenho da cooperativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo surge como um movimento de associação voluntária de pessoas que se unem para satisfazer os mesmos propósitos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais. Além disso, o cooperativismo é guiado por princípios universais, que direcionam a atividade das cooperativas enquanto sociedade de pessoas e possui ainda outros princípios que relacionam o interesse dessas instituições pela comunidade. As cooperativas são organizações que não possuem finalidade lucrativa, e, dessa forma, deveriam ser avaliadas de forma conjunta entre desempenho econômico e desempenho social. Dentre as cooperativas, se destacam as do ramo de crédito, que, a partir da disponibilidade de recursos em uma comunidade e das ações que desenvolve na localidade, poderiam gerar desenvolvimento local.

Nesse contexto, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Margem Esquerda do Urucua e São Francisco Ltda. – a Sicoob Credichapada se destaca pelo seu reconhecimento em ações que promovem a interação com a comunidade e geram reflexos na vida das pessoas atingidas por essas ações. Assim, o foco deste estudo foi avaliar a relação entre o desempenho econômico-financeiro da Credichapada com o desenvolvimento local em seu âmbito de atuação.

Nesta pesquisa, para a avaliação do desempenho econômico e financeiro da cooperativa, foram utilizados indicadores como parâmetro para análise, enquanto que para o desempenho social foram considerados os impactos econômicos e sociais gerados pela cooperativa em sua localidade, promovendo o desenvolvimento local. Assim, metodologicamente, esta pesquisa se desenvolve a partir da estratégia de um estudo de caso, com metodologias de observação, entrevista e análise documental da cooperativa Sicoob Credichapada.

Para a avaliação do desempenho econômico-financeiro da Credichapada, foram utilizados dois sistemas de análise de indicadores: o sistema de monitoramento PEARLS, proposto pelo *World Council of Credit Unions* – WOCCU (Conselho Mundial do Cooperativismo de Poupança e Crédito), e o sistema de Análise da Produtividade do Negócio

(APN), proposto pelo Sicoob Confederação. Já para a análise dos dados provenientes de entrevistas e observação, para a avaliação dos impactos econômicos e sociais, foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo. Ainda a fim de avaliar os recursos gastos para a geração dos impactos econômicos e sociais, foi realizada uma análise triangulada entre o histórico da conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), entrevistas e o diário de campo resultante das observações.

Na avaliação dos impactos econômicos e sociais para constatação do desenvolvimento local promovido pela Credichapada, foi possível encontrar duas vertentes de impactos: os impactos gerais e os impactos do Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira.

Os impactos econômicos e sociais gerais retornaram em oito temáticas de análise: economia financeira; auxílio ao comércio local; facilidade de acesso ao crédito; geração de empregos; capacitação de membros e colaboradores; participação cívica; apoio a agricultura local; e auxílio a instituições filantrópicas. Em síntese, constatou-se que os impactos econômicos e sociais trazem transformações na vida das pessoas da localidade em que a Credichapada atua, trazendo benefícios imensuráveis para o bem-estar da comunidade em geral, seja em termos de economias, aumento de renda, capacitações ou demais suportes.

Com relação aos impactos econômicos e sociais gerados pelo Programa de Educação, foram encontradas duas principais temáticas de análise: comunidade em geral; e as escolas. Dentre os aspectos voltados para a comunidade em geral, foram destacados os cursos, palestras e capacitações que acontecem com foco em gestão de finanças pessoais ou empresarias, que torna a comunidade instruída financeiramente e influencia também no nível de renda e bem-estar dessas pessoas. Já os impactos do Programa de Educação que acontece nas escolas foram distribuídos entre três temas: formação e capacitação de professores; alunos; e familiares de alunos e comunidade. A formação e capacitação dos professores é refletida pelos treinamentos a que os professores são submetidos para trabalharem com os alunos no Programa de Educação, e se desdobra para a vida pessoal desses profissionais. As transformações na vida dos alunos que recebem as ações do Programa de Educação se desdobram em seis outras temáticas, que são: responsabilidade; trabalho em equipe; capacidade de liderança; geração e administração de recursos; sustentabilidade; e perspectivas de vida. Por fim, a terceira temática de impactos econômicos e sociais do Programa de Educação nas escolas diz respeito aos familiares de alunos e a comunidade, que são impactados como desdobramentos do projeto desenvolvido nas escolas, a partir do momento

em que esses alunos começam a propagar os conhecimentos adquiridos em virtude do desenvolvimento do Programa.

Dentre as ferramentas para geração dos impactos decorrentes do Programa de Educação nas escolas, destacaram-se as cooperativas escolares. As cooperativas escolares são uma forma de concretizar o trabalho que é desenvolvido nas escolas por meio da disciplina intitulada Cultura Empreendedora, Cooperativista e Financeira. O intuito das cooperativas escolares é criar um ambiente em que haja a fixação do conhecimento adquirido na disciplina, proporcionando aos alunos uma experiência prática. Essas cooperativas funcionam como “mini empresas”, em que os alunos comercializam produtos, propostos e produzidos por eles em atividades de cooperação, em eventos escolares e feiras. A partir da formalidade assumida pelos alunos nessas cooperativas e da responsabilidade que eles criam frente à atividade, diversos foram os impactos elencados a partir dessas cooperativas escolares.

Esses impactos econômicos e sociais discutidos ao longo deste trabalho, remetem a recursos gastos pela Credichapada que são provenientes do FATES da cooperativa. Evidenciou-se que, apesar dos inúmeros impactos relatados pela comunidade e percebidos pelo pesquisador, os gastos da Credichapada, com as ações e projetos que geram esses impactos, são relativamente baixos com relação ao patrimônio da cooperativa. Entretanto, apesar de os volumes serem considerados baixos em relação ao patrimônio da cooperativa, ressalta-se que são de suma importância considerando os efeitos que são gerados na comunidade atendida por esses recursos, fazendo, de fato, a diferença na vida das pessoas atingidas. Ainda vale destacar que os projetos e ações são desenvolvidos com outras parcerias e com trabalhos voluntários, o que pode justificar os baixos recursos gastos e os grandes impactos evidenciados.

Dessa forma, mesmo com as parcerias e trabalhos voluntários, é relevante ressaltar que a concretização desses projetos desenvolvidos é possível a partir, principalmente, dos esforços do cooperativismo de crédito na figura da Sicoob Credichapada, na união entre seus cooperados, a própria gestão, seus colaboradores e a comunidade, que acreditam na transformação da realidade do município e da melhoria da vida da comunidade local a partir dessas práticas.

Já com relação ao desempenho econômico-financeiro, os resultados foram realizados a partir do sistema PEARLS devido à possibilidade de avaliação desde o início da cooperativa, com indicadores desde 2011. Já a APN, como foi criada posteriormente, com dados a partir de 2017, foi usada de forma complementar e comparativa à análise do PEARLS. Observou-se que alguns indicadores da APN possuíam objetivos de análise próximos aos indicadores

PEARLS, com algumas diferenças em termos de contas analisadas para cada indicador. Apesar das semelhantes, ambos os sistemas de análise de desempenho de cooperativas de crédito possuem indicadores diferentes para as áreas de análise propostas por eles. Dessa forma, constatou-se que tanto o PEARLS quanto a APN possuem potencial para gerar informações importantes para os gestores de cooperativas e que propiciem uma boa avaliação do desempenho das cooperativas, subsidiando uma melhor tomada de decisão. Ainda foi possível sugerir que o PEARLS possibilita uma vantagem a partir de um maior detalhamento para a composição das contas que compõem os indicadores, permitindo valores mais aproximados. Já a APN possui vantagens por apresentar dados de cunho analítico e informações de armazenamento de dados referentes a taxas de juros e informações cadastrais dos cooperados, além de apresentar indicadores e saldos comparativos da cooperativa de crédito singular com dados consolidados do Sistema Sicoob, do tipo de cooperativa e saldos consolidados por central, possibilitando uma análise a pares para alguns dos indicadores.

Dado o contexto, o desempenho econômico-financeiro da Credichapada, constatou-se que, desde a sua criação, a cooperativa apresentou dois períodos diferentes de desempenho. O primeiro deles é o período de expansão da cooperativa, em que são apresentados bons resultados e indicadores de desempenho satisfatórios, compreendendo o período de Agosto de 2011 até início do ano de 2016. Já o segundo período é marcado por uma certa piora em alguns grupos de análise de indicadores, em que pode ser observado um aumento do risco da carteira de crédito da cooperativa, período entre 2016 e o último mês de análise, Agosto de 2019. Apesar dessa redução da qualidade da carteira de crédito da cooperativa, observou-se que a Credichapada ainda conseguiu aumentar seus rendimentos referentes às rendas de operações de crédito. Além disso, os demais indicadores, com relação à qualidade dos ativos, estrutura financeira, liquidez, retornos, custos e sinais de crescimento não apresentaram variações muito significativas, se mantendo em níveis relativamente satisfatórios para o período de análise. Segundo a gestão da Credichapada, há dois motivos para o declínio do desempenho da cooperativa, uma seca na safra de 2015/2016 ocorrida na região e uma alteração no sistema que efetua o cálculo das provisões e do perfil de risco dos cooperados, dificultando uma boa gestão da carteira. Porém, a gestão sinaliza que já tem trabalhado para tentar mitigar os problemas decorrentes desses aumentos de provisão e de aumento do perfil de risco dos cooperados, implementando ações mais efetivas de cobranças e renegociações, conseguindo reduzir as operações em prejuízo. Já com relação aos problemas decorrentes da seca na safra, sugere-se que a gestão busque implementar iniciativas para proteger os valores concedidos aos cooperados, como é o caso do seguro rural, em que o produtor e a cooperativa

estariam melhores assegurados com relação a esses valores investidos (ou emprestados) nessas lavouras.

Por fim, para relacionar o desempenho econômico-financeiro da Credichapada ao desenvolvimento local foram explorados os possíveis efeitos de uma alteração no desempenho para o desenvolvimento local. Evidenciou-se que, durante o período de análise, não houve o comprometimento das ações desenvolvidas pela cooperativa, em termos de desenvolvimento local, mesmo com os decréscimos do desempenho apresentado nos últimos anos. Entretanto, ressalta-se que um desempenho econômico-financeiro insatisfatório teria sim possibilidade de acometer o desenvolvimento dos projetos e ações pela cooperativa, ainda que a Credichapada conte com parcerias e apoio de voluntários para a execução dessas atividades. Assim, sugere-se a busca por estratégias, já ressaltadas, que possam melhorar o desempenho econômico-financeiro da cooperativa, que estaria atrelado a um melhor desempenho econômico empresarial e também social dessa instituição.

Assim, este estudo se propôs a trazer algumas contribuições a partir de sua proposta e resultados. A primeira delas diz respeito à consideração da análise do desempenho de cooperativas de crédito a partir do seu desempenho econômico mas também social, uma vez que ambos os desempenhos fazem parte dos objetivos desse tipo de instituição. Outra contribuição deste trabalho está na análise conjunta dos indicadores dos sistemas PEARLS e APN, sugerindo, à academia e aos gestores de cooperativas e representantes de outras organizações cooperativas, as semelhanças e diferenças dos dois modelos de análise, o que pode implicar em novas propostas de sistemas de avaliação de desempenho de cooperativas de crédito. Essa estruturação de indicadores e técnicas de avaliação que permitem a análise do desempenho das cooperativas de crédito possui potencial para gerar desdobramentos que auxiliem na avaliação das cooperativas de crédito e intensifiquem o impacto do cooperativismo no desenvolvimento local.

Ao trazer as contribuições analíticas do caso da Credichapada, o estudo ainda trouxe análises contextuais da cooperativa e seu âmbito de atuação, demonstrando e revelando uma realidade ainda desconhecida pelos trabalhos científicos. A exposição da realidade da Credichapada e das ações que são desenvolvidas em seu âmbito de atuação podem incentivar outras localidades a buscar o cooperativismo de crédito como instrumento para desenvolvimento da localidade e melhoria da qualidade de vida.

Destaca-se ainda que não foi preocupação do pesquisador gerar contribuições generalizáveis a partir do caso, mas sim destacar as características para compreensão desse caso em específico e abordar o que poderia ser aprendido a partir dele, com estudo de sua

complexidade e de quais aspectos seriam pertinentes para exposição da análise final realizada na pesquisa.

Além disso, ressalta-se que não foram objetivos deste trabalho exaurir todos os impactos econômicos e sociais promovidos ou apoiados pela Credichapada, mas trazer as experiências e histórias que vieram à tona por meio das entrevistas e das observações. Dessa forma, destaca-se que diversas outras atividades, além das aqui relatadas, foram realizadas e promovidas pela Credichapada, e que também geraram reflexos na vida das pessoas da localidade de sua atuação.

Esta pesquisa também não se propunha a mensurar as transformações ocasionadas pelos impactos econômicos e sociais na qualidade de vida dos sujeitos da pesquisa, mas sim trazer os relatos e observações acerca dessas mudanças. Destaca-se também que não fazia parte do escopo do trabalho buscar informações que esclarecessem as mudanças realizadas nas plataformas do Sistema Sicoob e que provocaram as mudanças com relação ao perfil de risco e cálculos de inadimplência para as cooperativas de crédito a ele filiadas.

Assim, dentre as limitações da pesquisa, destaca-se a abrangência do caso estudado, considerando que a generalização dos dados aqui levantados e explicados é de responsabilidade dos pesquisadores futuros que possam utilizar desses resultados. Outra limitação é referente ao tempo e recursos financeiros dispendidos para a coleta das informações qualitativas, que impossibilitaram aplicações de outras formas de observação, passando o pesquisador a ter uma menor presença no dia a dia dos sujeitos da pesquisa.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas na mesma temática deste trabalho, a fim de avaliar questões voltadas para o desenvolvimento local, em âmbitos econômicos e sociais, promovido por cooperativas de crédito. Nesse sentido, a avaliação do desempenho e do desenvolvimento local poderia ser aplicada a outras instituições, a fim de avaliar como este processo acontece em outras localidades. Além disso, vale também o esforço em tentar criar indicadores ou ferramentas para buscar, de alguma forma, mensurar os impactos que ações e projetos desenvolvidos por cooperativas de crédito possam desenvolver. Podem ainda ser desenvolvidas pesquisas que tratem da análise do desempenho das cooperativas de crédito de forma multidimensional, abordando diferentes abordagens do desempenho dessas instituições e considerando seus objetivos particulares.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2004). A densa vida financeira das famílias pobres. In: Abramovay, R. (Org.). (2004). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: APESP/Annablume.
- Aliança Cooperativa Internacional. (2017) *The doing co-operative business report*. Jan. 2017. Recuperado em 27 Abr. 2019, de <http://ica.coop/en/media/library/the-doing-cooperative-business-report>.
- Alrafadi, K., Kamaruddin, B., & Yusuf, M. (2014). Efficiency and determinants in Libyan banking. *International Journal of Business and Social Science*, 5(5), 156-168.
- Al-Shammari, M., & Salimi, A. (1998). Modeling the operating efficiency of banks. *Logistics Information Management*, v. 11, n. 1, p. 5-17.
- Amersdorffer, F., Buchenrieder, G., Bokusheva, R., & Wolz, A. (2015). Efficiency in microfinance: financial and social performance of agricultural credit cooperatives in Bulgaria. *Journal of the Operational Research Society*, 66(1), 57-65.
- Ani, W.U., Ugwunta, D.O., Ezeudu, I.J., & Ugwuanyi, G.O. (2012). An empirical assessment of the determinants of bank profitability in Nigeria: Bank characteristics panel evidence. *Journal of Accounting & Taxation*, 4(3), 38-43.
- Araújo, E. A. T., & Silva, W. A. C. (2011) Cooperativas de Crédito: a Evolução dos Principais Sistemas Brasileiros Com um Enfoque em Indicadores Econômico-Financeiro. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 9, n. 1, p. 117-126.
- Assaf Neto, A., & Lima, F. G. (2014). *Curso de Administração Financeira* (3 ed). São Paulo: Atlas.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2019a). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal*. Recupeado de http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/ em 12 Mai. 2019.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2019b). *Consulta*. Recuperado em 12 Mai. 2019, de http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/chapada-gaucha_mg.
- Ávila, V. F. (2000). Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. *Interações*, Campo Grande, 1(1), 63-76.
- Ávila, V. F. (2006). Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). *Interações*, Campo Grande, 8(13), 133-140.
- Ávila, V. F. (2010). Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações*, Campo Grande, 1(1).
- BACEN - Banco Central do Brasil. (2018a). *Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*. Recuperado em 24 Abr. 2019, de https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama_de_cooperativas2017.pdf.

- BACEN - Banco Central do Brasil. (2018b). *Relatório de Cidadania Financeira 2018*. Recuperado em 14 Mar. 2019, de <https://www.bcb.gov.br>.
- BACEN - Banco Central do Brasil. (2019a). *Cooperativas Singulares*. Recuperado em 31 Mar. 2019, de <https://dadosabertos.bcb.gov.br>.
- BACEN - Banco Central do Brasil. (2019b). *Cooperados por cooperativa*. Recuperado em 12 Jun. 2019, de https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperados_cooperativa.
- Bandeira-de-Mello, R., & Marcon, R. (2006). Heterogeneidade do desempenho de empresas em ambientes turbulentos. *Revista de administração de empresas*, 46(2), 34-43.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edição Revista e Ampliada. Lisboa: *Edições 70*.
- Barr, R. S., Killgo, K. A., Siems, T. F., & Zimmel, S. (2002). Evaluating the productive efficiency and performance of U.S. commercial banks. *Managerial Finance*, 28 (8), 3-25.
- Barros, A., & Carrieri, A. P. (2015). O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 151-161.
- Bassem, B. S. (2009). Governance and performance of microfinance institutions in Mediterranean countries. *Journal of Business Economics and Management*, 10(1), 31-43.
- Basso, D., & Muenchen, J. V. (2006). Contribuição de Diferentes Tipos de Empresas Industriais para o Desenvolvimento Local: o caso do município de Ijuí/RS. *Desenvolvimento em Questão*, 4(7), 95-125.
- Bava, S. C. (1996). Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social?. *Perspectiva*, São Paulo, 10(3), 53-59.
- Bédécarrats, F., Angora, R. W., & Lapenu, C. (2009). Is social performance profitable? The relationship between social and financial performance in microfinance. *MicroBanking Bulletin*, 19(1), 22-29.
- Benbasat, I., Goldstein, D. K., & Mead, M. (1987). The case research strategy in studies of information systems. *MIS quarterly*, 369-386.
- Beuren, I. M. (Org.). (2014). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: *Atlas*
- Bhagat, S., & Bolton, B. (2019). Corporate governance and firm performance: The sequel. *Journal of Corporate Finance*.
- Bialoskorski Neto, S. B., Nagano, M. S., & Moraes, M. B. C. (2006). Utilização de redes neurais artificiais para avaliação socioeconômica: uma aplicação em cooperativas. *Revista de Administração (USP)*, 41(1), 59-68.
- Bittencourt, W. R., & Bressan, V. F. G. (2018). Eficiência em cooperativas de crédito—2009 a 2014. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 7(1), 252-276.

- Bittencourt, W. R., Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & Goulart, C. P. (2016). Eficiência de escala e mudança tecnológica em cooperativas de crédito e bancos múltiplos utilizando o COSIF. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35(2).
- Bittencourt, W. R., Bressan, V. G. F., Goulart, C. P., Bressan, A. A., Costa, D. R. M., & Lamounier, W. M. (2017). Rentabilidade em Bancos Múltiplos e Cooperativas de Crédito Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(spe), 22-40.
- Boadi, I., Dana, L. P., Mertens, G., & Mensah, L. (2017). SMEs' financing and banks' profitability: a "good date" for banks in Ghana?. *Journal of African Business*, 18(2), 257-277.
- Brasil. (1932). (Revogado). Decreto nº 22.239 de 19 de Dezembro de 1932. Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. *Brasília*, DF. Recuperado em 23 Abr. 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm.
- Bressan, V. G. F., Braga, M. J., Bressan, A. A., & Resende Filho, M. A. (2010). Uma proposta de indicadores contábeis aplicados às cooperativas de crédito brasileiras. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 2(3).
- Bressan, V. G. F., Braga, M. J., Bressan, A. A., & Resende Filho, M. A. (2011a). Avaliação de insolvência em cooperativas de crédito: uma aplicação do sistema PEARLS. *Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)*, 12(2).
- Bressan, V. G. F., Braga, M. J., Bressan, A. A., & Resende Filho, M. A. (2011b). Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Administração*, 46(3), 258-274.
- Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., Oliveira, P. H. M., & Braga, M. J. (2014). Quais indicadores contábeis financeiros do sistema Pearls são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais de crédito no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 25, 74-98.
- Brinkmann, S. (2018). The interview. In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2018). *The Sage handbook of qualitative research*. 5. ed. *Sage Publications*.
- Brinkmann, S., & Kvale, S. (2015). *InterViews: Learning the craft of qualitative research interviewing*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: *Sage Publications*.
- Buarque, S. C. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Burbano, A. C. (2011). Manual básico para agentes de desarrollo local y otros actores. *Eumed.net*. Málaga, Espanha. 235 p.
- Campello, T. (2013). Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: Campello, T., & Neri, M. C. (Orgs.). (2013). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Ipea. Brasília, DF.
- Campos, O. V., Cunha, J. V. A., & Barbosa Neto, J. E. (2015). Estudos de caso, realmente são?. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 7(2).

- Canal RVTV – Conectando o Agronegócio. (2018). Entenda a importância do seguro rural para o agro. *Canal RVTV*. Recuperado em 25 Jan. 2020, de <<https://rvtv.com.br/2018/11/26/seguro-rural-entenda/>>.
- Canassa, B. J., & Costa, D. R. M. (2018). Ciclo de vida das cooperativas de crédito brasileiras: o desempenho da cooperativa como motivo para a descontinuidade das operações. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 51-68.
- Carneiro, A. T. (2016). Pode a área de estudos organizacionais ser historiográfica?. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 1019-1049.
- Carvalho, F. L., Diaz, M. D. M., Bialoskorski Neto, S., & Kalatzis, A. E. G. (2015). Saída e insucesso das cooperativas de crédito no Brasil: uma análise do risco. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 70-84.
- Chaves, S. S. (2011). O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas. In: Dodl, A. V. B., Barros, J. R.(Orgs.). *Desafios do sistema financeiro nacional: O que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 69-97.
- Chenhall, R. H., & Langfield-Smith, K. (2007). Multiple perspectives of performance measures. *European management journal*, 25(4), 266-282.
- CIBP - *Confédération Internationale des Banques Populaires*. (2019). Recuperado em 16 Mai. 2019, de <https://www.cibp.eu/mission-and-vision/>.
- CMN - Conselho Monetário Nacional. (2015). Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. *Brasília*, DF. Recuperado em 23 Abr. 2019, de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4434>.
- Colbari, A. (2014). A Análise de Conteúdo e a Pesquisa Empírica Qualitativa. In: Souza, E. M. (Org.). (2014). *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Livro Eletrônico. Vitória, ES: EDUFES.
- Confedbrás - Confederação Brasileira de Cooperativas de Crédito. (2018). *Prêmio Concred Verde*. Recuperado em 21 Mar. 2019, de <http://www.confedbras.coop.br>.
- Cordeiro, F. A., Bressan, V. G. F., & Francisco, J. R. S. (2017). Características do Desempenho Financeiro de Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil. In: *XX SEMEAD*, 2017, São Paulo. XX Semead. São Paulo: USP.
- Cordeiro, F. A., Bressan, V. G. F., Lamounier, W. M., & Barros, L. A. B. D. C. (2018). Recessão econômica e o desempenho das cooperativas de crédito brasileiras. In *Transformações recentes na agropecuária brasileira: desafios em gestão, inovação, sustentabilidade e inclusão social*. 56º Congresso Sober, Campinas.
- Corrêa, H. L., & Junior, F. H. (2008). Sistemas de mensuração e avaliação de desempenho organizacional: estudo de casos no setor químico no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 50-64.

- CPC 00 - *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. (2011). Recuperado em 25 Abr, 2019, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>.
- Cresol - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária. (2019). *Quem somos*. Recuperado em 26 Abr. 2019, de <http://www.cresolconfederacao.com.br>.
- Creswell, J. W. (2013). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: *Sage Publications*.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2007). *Designing and conducting mixed methods research*. Thousand Oaks, CA: *Sage Publications*.
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. 4. ed. *Sage publications*.
- Dal Magro, C. B., Michels, A., & Silva, T. P. (2017). Análise da eficiência no desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 13(2).
- Dallos, R. (2012). *Observational Methods*. In: Breakwell, G. M., Smith, J. A. & Wright, D. B. (Eds.). (2012) *Research Methods in Psychology*. *SAGE Publications*.
- Davis, K. (1997). Can credit unions survive in Australia? *Agenda*, 4, 317-327.
- Delgado, N. G. (2003). Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo. *Desenvolvimento em Questão*, 1(1), 229-237.
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *Academy of management Review*, 20(1), 65-91.
- Duarte, A. F., Moreira, V. R., Ferraresi, A. A., & Gerhard, A. (2016). Evaluating credit union members' perception of service quality through service innovation. *RAI – Revista de Administração e Inovação*, 13(4), 242-250.
- Ejoh, N.O., & Iwara U.U. (2014). The impact of capital adequacy on deposit money banks profitability in Nigeria. *Research Journal of Finance and Accounting*, 5(12), 7-15.
- Ferguson, C., & McKillop, D. (1997). An industry approach to classifying credit union development. *Financial Services Research Forum*.
- Ferreira, M. A. M., Gonçalves, R. M. L., & Braga, M. J. (2007). Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). *Economia Aplicada*, 11(3), 425-445.
- FIRJAN, Sistema. (2019). *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal*. Recuperado em 12 Mai. 2019, de <https://www.firjan.com.br>.

- Fiúza, A. L. C. (2005). Desenvolvimento local. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Cooperativismo, Módulo 1. Viçosa, MG: UFV.
- Flick, U. (2018). Triangulation in Data Collection. In: Flick, U. (Ed.). (2018). The Sage Handbook of Qualitative Data Collection. CA: Sage Publications.
- Foose, L., & Greenberg, A. (2008). The double bottom line: Evaluating social performance in microfinance. *MicroBanking Bulletin*, 17, 12-16.
- Forker, J., & Ward, A. M. (2012). Prudence and financial self-regulation in credit unions in Northern Ireland. *The British Accounting Review*, 44(4), 221–234.
- Freitas, A. F., & Freitas, A. F. (2011). As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. *Revista IDEAS*, 5(1), 160-187.
- Freitas, A. F., & Freitas, A. F. (2013). Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. *Interações*, Campo Grande, 14(2), 177-188.
- Freitas, A.F., Amodeo, N. B. P., & Silva, F. D. (2012). Crédito Solidário e Desenvolvimento Local: o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araçuaia-MG. *Desenvolvimento em Questão*, 10(19).
- Fried, H. O., Lovell, C. K., & Eeckaut, P. V. (1993). Evaluating the performance of US credit unions. *Journal of Banking & Finance*, 17(2-3), 251-265.
- Fu, X. (2013). Computerisation and efficiency of rural credit cooperatives: Evidence from India. *Journal of International Development*, 25(3), 412-437.
- Gitman, L. J. (2010). Princípios de administração financeira. 12ª ed. São Paulo, Pearson Pratices Hall.
- Glass, J. C., McKillop, D. G., & Rasaratnam, S. (2010). Irish credit unions: Investigating performance determinants and the opportunity cost of regulatory compliance. *Journal of Banking & Finance*, 34(1), 67–76.
- Goddard, J., McKillop, D., & Wilson, J. O. (2008). The diversification and financial performance of US credit unions. *Journal of Banking & Finance*, 32(9), 1836-1849.
- Goldsmith, R.W. (1969) Financial Structure and Development. *Yale University Press*, New Haven. 561 p.
- Gollo, V., & Silva, T. P. (2015). Eficiência global no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(25), 43-55.
- Gomes, R. L. (2015). Desenvolvimento Local. In: Formatar: Consultoria e Assessoria para gestão de negócios. *Cooperativas de Crédito e o Desenvolvimento Local*. Recuperado em 23 Mar. 2019, de <http://formatar.com.br/conteudo/cooperativas-de-credito-e-o-desenvolvimento-local>.

- Gozer, I. C., Gimenes, R. M. T., Menezes, E. A., Albuquerque, A. R. P. L., & Isotani, S. (2014). Avaliação de insolvência em cooperativas de crédito: uma aplicação de redes neurais artificiais e do sistema PEARLS. *Informe Gepec*, 18(1), 6-30.
- Griffith, R., Waithe, K., Lorde, T. & Craigwell, R. (2009). The contribution of credit unions to the national development of Barbados. *Journal of Public Policy Analysis*, 4, 20–42.
- Gurley, J. G., & Shaw, E. S. (1955). Financial aspects of economic development. *The American Economic Review*, 45(4), 515-538.
- Haan, L. L., Monks, J., Carbonnier, G., & Mellet, A. (2017). Towards a Renewed Vision of Development Studies. *International Development Planning Review*, 8(1), 1-18.
- Hallunovi, A., & Kume, K. (2016). Determinants of profitability (ROA) in Albanian banking system. In *International Scientific Conference*. Belgrade (pp. 391-400).
- Hartarska, V. (2005). Governance and performance of microfinance institutions in Central and Eastern Europe and the Newly Independent States. *World Development*, 33(10), 1627–1643.
- Henock, M. S. (2019). Financial sustainability and outreach performance of saving and credit cooperatives: The case of Eastern Ethiopia. *Asia Pacific Management Review*, 24(1), 1-9.
- Hodson, D. (1986). The Nature of Scientific Observation. *School Science Review*, 68 (242), 17-29.
- Hulme, D., & Toye, J. (2006). The case for cross-disciplinary social science research on poverty, inequality and well-being. *The Journal of Development Studies*, 42(7), 1085-1107.
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, & FUNATURA - Fundação Pró-Natureza. (2003). *Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Recuperado em 11 Mai. 2019, de <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2099-parna-grande-sertao-veredas>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Cidades*. Recuperado em 11 Mai. 2019, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/chapada-gaucha/panorama>.
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2019). *Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Recuperado em 11 Mai. 2019, de <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/7552-parque-nacional-grande-sertao-veredas.html>.
- IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. (2018). *Downloads*. Recuperado em 12 Mai. 2019, de <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>.
- Ilha, P. C. S. (2008). A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. *Revista da FAE*, 11(2).
- International Co-operative Alliance - ICA. (2015). *General Assemblye 2015*. Recuperado em 17 Abr. 2019, de <https://www.ica.coop/en/2015-general-assemblye>.

- International Co-operative Alliance - ICA. (2019). *What is a co-operative?* Recuperado em 17 Abr. 2019, de <https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative>.
- Jacques, E. R., & Gonçalves, F. O. (2016). Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. *Economia e Sociedade*, 25(2), 489-509.
- James, H. S., & Sykuta, M. E. (2005). Property right and organizational characteristics of producer-owned firms and organizational trust. *Proceedings of Public and Cooperative Economics*, 76(4), 545–580
- Kaplan, R. S. (1983). Measuring manufacturing performance: a new challenge for managerial accounting research. *Readings in accounting for management control*. pp. 284-306. Springer, Boston, MA.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. (1992). The balanced scorecard measures that drive performance. *Harvard Business Review*.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (2004). *Balanced Scorecard: Mapas estratégicos, convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Kar, A. K. (2010). Sustainability and Mission Drift in Microfinance. *Hanken School of Economics*. Recuperado em 25 Abr. 2019, de <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10227/720/217-978-952-232-099-5.pdf?sequence>.
- Kaupelyté, D., & McCarthy, O. (2006). Risk management in Lithuanian and Irish credit unions: Trends and impacts on credit union development. *Journal of Rural Cooperation*, 34(2), 179–194. Recuperado em 12 Jun. 2019, de <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/44671/2/34020179.pdf>.
- King, R. G., & Levine, R. (1993). Finance and growth: Schumpeter might be right. *The Quarterly Journal of Economics*, 108(3), 717-737.
- Kohlhauf, L., Rutke, U., & Neuhaus, B. (2011). Influence of Previous Knowledge, Language Skills and Domain-specific Interest on Observation Competency. *Journal of Science Education and Technology*, 20(5), 667–678.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2007). Fundamentos de metodologia científica (5a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Lapenu, C. (2007). Performance sociale versus performance financière: peut-on être rentable en s'adressant à des populations pauvres?. La microfinance au carrefour du social et de la finance, *Horizons Bancaires*, (334), 45-54.
- Latour, B. (2000). When things strike back: A possible contribution of “science studies” to the social sciences. *British Journal of Sociology*, 51, 107–123.
- Lauermann, G. J., Moreira, V. R., Souza, A., & Piccoli, P. G. R. (2018). Do Cooperatives with Better Economic–Financial Indicators also have Better Socioeconomic Performance?. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 1-12.

- Lerman, Z., & Parliament, C. (1991). Size and industry effects in the performance of agricultural cooperatives. *European Review of Agricultural Economics*, 6(1), 15–29.
- Maccoby, E. E., & Maccoby, N. (1954). The interview: A tool of social science. In: Lindzey, G. (Ed.), *Handbook of social psychology*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Maciel, H. M., & Khan, A. S. (2009). O impacto do programa de microcrédito rural (agroamigo) na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no Estado do Ceará: um estudo de caso. *Revista de Economia e Agronegócio*, 7(1).
- Madrueno, R., & Tezanos, S. (2018). The contemporary development discourse: Analysing the influence of development studies' journals. *World Development*, 109, 334-345.
- Maia, S. C., Bispo, O. N. A., Barros, L. E. V., & Benedicto, G. C. (2016). Organizações financeiras e desenvolvimento regional: as diferenças entre bancos e cooperativas de crédito. In: *54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Maceió-AL, ago. 2016.
- Marques, K. C. M., Camacho, R. R., & Alcantara, C. C. V. (2015). Avaliação do rigor metodológico de estudos de caso em contabilidade gerencial publicados em periódicos no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 27-42.
- Martínez-Campillo, A., & Fernández-Santos, Y. (2017). What about the social efficiency in credit cooperatives? Evidence from Spain (2008–2014). *Social Indicators Research*, 131(2), 607-629.
- Martins, G. A. (2008). Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo, SP: Atlas.
- Marwa, N., & Aziakpono, M. (2015). The efficiency and sustainability of Tanzanian saving and credit cooperatives. University of Stellenbosch: Cape Town: *Unpublished Doctoral thesis*.
- Mathuva, D. (2016). Revenue diversification and financial performance of savings and credit co-operatives in Kenya. *Journal of Co-operative Organization and Management*, 4(1), 1-12.
- McGrath, J. E., & Altermatt, T. W. (2001). Observation and analysis of group interaction over time: Some methodological and strategic choices. In: Hogg, M., & Tindale, S. (Eds.) (2001). *Blackwell handbook in social psychology*. Vol. 3. Cambridge, MA: Blackwell.
- McKillop, D. G., Glass, J. C., & Ferguson, C. (2002). Investigating the cost performance of UK credit unions using radial and non-radial efficiency measures. *Journal of Banking & finance*, 26(8), 1563-1591.
- McKinnon, R. I. (1973). Money and capital in economic development. *Brookings Institution Press*, Washington, DC.
- Medrado, B., Spink, M. J., & Mélo, R. P. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Spink, M. J. P., Brigagão, J. I. M.,

- Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P. (Orgs.). (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. (Publicação virtual).
- Meinen, Ê., & Port, M. (2014). Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: *Confebrás*.
- Menezes, C. M., & Lajus, M. L. S. (2015). Cooperativismo de crédito e desenvolvimento. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 14(2).
- Merchant, K. A. (2006). Measuring general managers' performances: Market, accounting and combination-of-measures systems. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(6), 893-917.
- Messai, A. S., Gallali, M. I., & Jouini, F. (2015). Determinants of Bank Profitability in Western European Countries Evidence from System GMM Estimates. *International Business Research*, 8(7), 30.
- Ministério da Cidadania. (2019). Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Dados Bolsa Família*. Recuperado em 13 Mai. 2019, de <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>.
- Mönks, J., Carbonnier, G., Mellet, A., & Haan, L. (2017). Towards a renewed vision of development studies. International Development Policy. *Revue internationale de politique de développement*, 8(8.1).
- Muiru, A. M., Kyongo, J. K., & Onchomba, M. (2018). Corporate Governance and performance of savings and credit co-operative societies in selected private universities in Nairobi country, Kenya. *International Journal of Economics, Commerce and Management*, 6(2), 485-494.
- Mundocoop. (2019). Sicoob prevê inauguração de cerca de 300 novos pontos de atendimento. *Informação e Inspiração para o Cooperativismo*. Recuperado em 17 Mai. 2019, de <http://www.mundocoop.com.br/credicoop/sicoob-preve-inauguracao-de-cerca-de-300-novos-pontos-de-atendimento.html>.
- Mutairi, A. A., Olson, D., & Ghanim, B.A. (2018). Measuring the technical efficiency of cooperative societies in Kuwait. *Managerial and Decision Economics*, 39(6), 1-13.
- Nascimento, S., Bortoluzzi, S. C., Dutra, A., & Ensslin, S. R. (2011). Mapeamento dos indicadores de desempenho organizacional em pesquisas da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo no período de 2000 a 2008. *Revista de Administração*, 46(4), 373-391.
- Navajas, S., Schreiner, M., Meyer, R. L., Gonzalez-Vega, C., & Rodriguez-Meza, J. (2000). Microcredit and the Poorest of the Poor: Theory and Evidence from Bolivia. *World Development*, 28(2), 333-346.
- Ndiege, B. O., Qin, X., Massambu, D., & Towo, E. N. (2016). Analysis of the Possibilities for Expansion of Services in Tanzanian Savings and Credits Co-Operative Societies: Learning from Economies of Scale. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 87(2), 239-255.

- Neely, A., Gregory, M., & Platts, K. (1995). Performance measurement system design: a literature review and research agenda. *International journal of operations & production management*, 15(4), 80-116.
- O'Sullivan, T. (2012). Measuring board performance in a credit union. *International Journal of Co-operative Management*, 6(1.1), 18–22.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. (2019a). *OCB moderniza ramos do cooperativismo*. Recuperado em 02 Mar. 2019, de <https://www.ocb.org.br>.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. (2019b). *Organizações cooperativas brasileiras*. Recuperado em 02 Mar. 2019, de <https://somoscooperativismo.coop.br/ocb>.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. (2019c). *Brasil Cooperativo: história do cooperativismo*. Recuperado em 12 Abr. 2019, de <http://www.somoscooperativismo.coop.br/historia-do-cooperativismo>.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. (2019d). *O que é Cooperativismo?* Recuperado em 31 Mar. 2019, de <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>.
- OCEMG - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. (2018a). *Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro*. Recuperado em 19 Mar. 2019, de <http://minasgerais.coop.br>.
- OCEMG - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. (2018b). *Cooperativas celebram reconhecimento no Prêmio Concred Verde*. Recuperado em 19 Mar. 2019, de <http://minasgerais.coop.br>.
- OCEMG - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. (2017). *Sicoob Credichapada investe em educação cooperativista*. Recuperado em 24 Mar. 2019, de <http://minasgerais.coop.br>.
- Öhman, P., & Yazdanfar, D. (2018). Organizational-level profitability determinants in commercial banks: Swedish evidence. *Journal of Economic Studies*, 45(6), 1175-1191.
- Oliveira, D. P. R. (2001). *Manual de gestão das cooperativas*. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, P. H. M., & Bressan, V. G. F. (2015). Cooperativas de Crédito Brasileiras Adotam Monitoramento Internacional de Desempenho?. *Journal of Financial Innovation*, 1, p. 91-105.
- Oliveira, P. H. M., Bressan, V. G. F., & Bressan, A. A. (2014). Existe diferença no desempenho financeiro das cooperativas centrais de crédito no Brasil?. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(2), 40-54.
- Ongore, V. O., & Kusa, G. B. (2013). Determinants of financial performance of commercial banks in Kenya. *International Journal Of Economics And Financial Issues*, 3(1), 237-252.
- Opoku, A. (2016). Impact of credit risk on profitability of some selected banks in Ghana. Ghana: *Kwame Nkrumah University of Science and Technology*, Institutional repository for KNUST.

- Ozaki, Vitor A.. (2008). Em busca de um novo paradigma para o seguro rural no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 46(1), 97-119.
- Paluck, E. L., & Cialdini, R. B. (2014). Field Research Methods. In: Reis, H. T., & Judd, C. M. (Eds.). (2014). *Handbook of research methods in social and personality psychology*. 2.ed. Cambridge University Press.
- Parker, I. (2005). *Qualitative psychology: Introducing radical research*. Buckingham, UK: *Open University Press*.
- Parnell, S., Simon, D., & Vogel, C. (2007). Global environmental change: conceptualising the growing challenge for cities in poor countries. *Area*, 39(3), 357-369.
- Pinheiro, M. A. H. (2008). Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil. Banco Central do Brasil. ISBN: 6. ed. *Brasília: BCB*. Recuperado em 30 Mar. 2019, de http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf.
- Pinho, D. B. (1984). (Org.). Tipologia cooperativista. *Manual de cooperativismo*. Vol. 4. São Paulo, CNPq. pp. 345.
- Pivotto, M., & Rossa, C. G. (2013). Cooperativa de Crédito e Desenvolvimento de Tucunduva: um estudo de caso sobre o Sicredi. *Revista FEMA Gestão e Controladoria*, 3(1), 45-61.
- Portal do Cooperativismo Financeiro. (2019). *Novo presidente do Banco Central destaca a importância do cooperativismo*. Recuperado em 25 Mar. 2019, de <https://cooperativismodecredito.coop.br>.
- Porto, S. B., & Ferreira, M. V. (2015). Cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico: uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária–Solicred. *Cadernos Gestão Social*, 5(2), 337.
- Power, C., O'Connor, R., McCarthy, O., & Ward, M. (2014). Merging into the mainstream? An empirically based discussion of the potential erosion of competitive advantage in a restructured Irish credit union movement. *Journal of Co-operative Organization and Management*, 2, 55-64.
- Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha. (2011). Chapada Gaúcha terá agência do SICOOB. *Folha Chapadense*. Junho, 2011.
- Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha. (2012). A Saga dos Gaúchos no Sertão Norte Mineiro. *Minas Gerais*. 254 pp.
- Prior, L. (2004). Documents. In: Seale, C., Gobo, G. Gubrium, J., & Silverman, D. (eds.). *Qualitative research practice*. London: *Sage Publications*.
- Punniyamoorthy, M., & Murali, R. (2008). Balanced score for the balanced scorecard: a benchmarking tool. *Benchmarking: An International Journal*, 15(4), 420-443.
- Ragin, C. C. & Becker, H. S. (Eds.), *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge, UK: *Cambridge University Press*.

- Rahman, M. M., Hamid, M. K., & Khan, M. A. M. (2015). Determinants of bank profitability: Empirical evidence from Bangladesh. *International Journal of Business and Management*, 10(8), 135.
- Resende, Patrícia, & Zica, Stela. (2018). Jovem e Talentosa: conheça a história de Jéssica Alves, presidente da Cooperdário. In: Olhar no Futuro. (2018). *Revista Gestão Cooperativa*, ano 21, n. 94, nov/dez. 2018.
- Retolaza, J. L., San-Jose, L., & Ruíz-Roqueñi, M. (2016). Social accounting for sustainability: Monetizing the social value. *Springer*.
- Richard, P. J., Devinney, T. M., Yip, G. S., & Johnson, G. (2009). Measuring organizational performance: Towards methodological best practice. *Journal of management*, 35(3), 718-804.
- Richardson, D. C. (2002). Pearls monitoring system. *World Council of Credit Unions*, Oct. 2002. Recuperado em 03 Mai. 2019, de www.woccu.org/pdf/monogr4.pdf.
- Richardson, D. C. (2009). Pearls monitoring system. *World Council of Credit Unions*, Apr. 2009. Recuperado em 26 Abr. 2019, de https://www.woccu.org/documents/pearls_monograph.
- Rocha, D., & Deusdará, B. (2006). Análise de conteúdo e análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 22(1), 29-52.
- Rosenberg, R. (2009). Measuring Results of Microfinance Institutions Minimum Indicators that Donors and Investors Should Trac.pdf. *CGAP Technical Guide*, (June), 1–32.
- Sampieri, R. H, Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). Metodologia de Pesquisa. 5. ed. *McGraw-Hill*.
- Schreiner, M., & Yaron, J. (1999). The Subsidy Dependence Index and Recent Attempts to Adjust It Microfinance Risk Management. *Savings and Development*, 23 (4). pp.375-405.
- Schumpeter, J. A. (1911). The theory of economic development. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge.
- Schumpeter, J. A. (2017). The Theory of economic development. *Routledge*, New York.
- Schuntzemberger, A. M. S., Jacques, E. R., Gonçalves, F. O., & Sampaio, A. V. (2015). Análises Quase-experimentais Sobre o Impacto das Cooperativas de Crédito Rural Solidário no PIB Municipal da Agropecuária. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(3), 497-516.
- Schuster, D., & Leland, C. (2008). Considering context: encouraging students to consider the context of an observation can invite further inquiry. *Science and Children*, 45 (6).
- Schwandt, T. A., & Gates, E. F. (2018). Case Study Methodology. In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2018). *The Sage handbook of qualitative research*. 5. ed. Thousand Oaks, CA: *Sage Publications*.

- Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. (2017). *Programa de Educação Cooperativista movimentada escola em Chapada Gaúcha*. Recuperado em 24 Mar. 2019, de <http://www2.educacao.mg.gov.br>.
- SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. (2017). O Brasil que cresce. *Saber Cooperar: A revista do Cooperativismo*. Sistema OCB. Nov-dez, 2017, ano VI, n. 22. Recuperado em 14 Mai. 2019, de <https://www.ocb.org.br/revista-saber-cooperar/27/ano-vii--numero-22--novembro-e-dezembro-de-2017>.
- Shahin, A., & Mahbod, M. A. (2007). Prioritization of key performance indicators: An integration of analytical hierarchy process and goal setting. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 56(3), 226-240.
- Shyu, J., Jia-Chi, L., & Chen-Kuang, W. (2014). Determinants of operational efficiency in Asian banking: A two-stage banking model analysis. *Asian Journal of Finance & Accounting*, 6(2), 469-486.
- Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. (2019). *Apresentação*. Recuperado em 26 Abr. 2019, de <https://www.sicoob.com.br/o-sicoob/apresentacao>.
- Sicoob (2018). Superintendência de Soluções Corporativas - Gerência de Desenvolvimento - Unidade de Inteligência Competitiva. *Cartilha de Novos Indicadores da APN*. Relatório de Indicadores da APN – Análise de Produtividade do Negócio, versão 2.0. Versão 1.1, Maio/2018.
- Sicoob Credichapada. (2018b). *Página Institucional*. 06 ago. 2018. Recuperado em 16 Mai. 2019, de https://www.facebook.com/SicoobCredichapada/posts/1760332620719132?__tn__=-R.
- Sicoob Credichapada. (2019). *Conheça o Sicoob Credichapada*. Recuperado em 14 Mai. 2019, de <http://www.sicoobcredichapada.com.br/>.
- Sicoob Credichapada. (2019a). *Demonstrações Contábeis - Semestral 2018/01*. Recuperado em 24 Mar. 2019, de www.sicoobcredichapada.com.br.
- Sicoob, Revista. (2011). *Uma Revista do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil*. Ano 2, n. 7. Jul/Ago/Set, 2011. Recuperado em 13 Jun. 2019, de https://sicoob.com.br/documents/10180/9389281/revista_sicoob_7_completa.pdf/1c680230-0ead-46fe-b971-f88b26a1a4e7.
- Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo. (2019). *Quem somos*. Recuperado em 26 Abr. 2019, de <https://www.sicredi.com.br/site/quem-somos>.
- Siedenberg, D. R. (2004). Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. *Desenvolvimento em questão*, 2(3), 9-26.
- Silva Neto, B., Lima, A. J. P., & Basso, D. (2003). Incerteza, racionalidade e procedimentos em ações de desenvolvimento local. *Desenvolvimento em Questão*, 1(2), 123-149.
- Silva, A., Padilha, E. S., & Silva, T. P. (2015). Análise da performance econômico-financeira das 25 maiores cooperativas de crédito brasileiras. *Desenvolvimento em Questão*, 13(32), 303-333.

- Silva, M. O. D. S. (2007). O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12, 1429-1439.
- Simon, D. (2003). Dilemmas of Development and the environment in a globalizing world: theory, policy and praxis. *Progress in Development Studies*, 3 (1), 5-41
- Simon, D. (2018). Contextualizing South African Local Economic Development within current development debates: The International Setting. *Local Economic Development in the Changing World*. Routledge. pp. 17-35.
- Singh, R. K., & Arora, S. S. (2018). The adoption of balanced scorecard: an exploration of its antecedents and consequences. *Benchmarking: An International Journal*, 25(3), 874-892.
- Smith, D. J. (1986). A test for variant objective functions in credit unions. *Applied Economics*, 18(9), 959-970.
- Smith, D. J., Cargill, T. F., & Meyer, R. A. (1981). Credit unions: an economic theory of a credit union. *Journal of Finance*, 36(2), 519-528.
- SNCC - Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. (2017). *Relatório Anual do SNCC - FGCoop*. Recuperado em 10 Fev. 2019, de www.fgcoop.coop.br/relatorio-anual-do-sncc.
- Soares, M. M., & Melo Sobrinho, A. D. (2008). Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: *Banco Central do Brasil*. 2. ed.
- Soboh, R. A. M. E., Lansink, A. O., Giesen, G., & Dijk, G. (2009). Performance measurement of the agricultural marketing cooperatives: The gap between theory and practice. *Review of Agricultural Economics*, 31(3), 446-469.
- Stake, R. E. (2005). Qualitative case studies. In: Lincoln, Y. S., & Denzin, N. K. (Eds.). (2005). *The Sage handbook of qualitative research*. 3. ed. *Sage Publications*.
- Stake, R. E. (2010). *Qualitative Research: Studying How Things Work*. New York, NY: *Guilford Press*.
- Studart, R. (1993). O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. *Revista de Economia Política*, 13(1), 49.
- Sucupira, G. I. C. S., & Freitas, A. F. (2011). Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. *REDE-Revista Eletrônica do PRODEMA*, 6(1), 23-40.
- Taylor, R. A. (1971). The credit union as a cooperative institution. *Review of Social Economy*, 29(2), 207-217.
- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of mixed methods research*. Thousand Oaks, CA: *Sage Publications*.
- Tezanos, S., & Trueba, C. (2019). Analysing the Scientific Impact of Development Studies: Challenges for the Future. *Building Development Studies for the New Millennium*. pp. 191-216. Palgrave Macmillan, Cham.

- Tirfe, A. G. (2014). Financial performance of rural saving and credit cooperatives in Tigray, Ethiopia. *Research Journal of Finance and Accounting*, 5(17), 63–74.
- Trindade, M. T., Ferreira Filho, F. D. A., & Bialoskorski Neto, S. (2010). Brazilian credit cooperatives and financial Banks: a ten years performance comparison. *Journal of Cooperative Studies*, 43(1), p14-29.
- Unicred - Confederação das Cooperativas Centrais Unicred's. (2019). *Sobre Nós*. Recuperado em 26 Abr. 2019, de <https://www.unicred.com.br>.
- Ureña, L. J. B. (2012). La eficiencia social de las cooperativas de crédito españolas. Una aproximación mediante el análisis DEA. *Revista de Microfinanzas y Banca Social (MBS)*, 1, 133-152.
- Ureña, L. J. B., & Úbeda, J. A. P. (2008). Análisis de la eficiencia en las cooperativas de crédito en España. Una propuesta metodológica basada en el análisis envolvente de datos (DEA). *CIRIEC-España, Revista De Economía Pública, Social y Cooperativa*, (63).
- Valentinov, V., & Iliopoulos, C. (2013). Economic theories of nonprofits and agricultural cooperatives compared: New perspectives for nonprofit scholars. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 21(1), 109–126.
- Van Fenema, P. C., & Keers, B. M. (2018). Interorganizational Performance Management: A Co- evolutionary Model. *International Journal of Management Reviews*, 20(3), 772-799.
- Venkatraman, N., & Ramanujam V. (1987). Measurement of Business Economic Performance: An Examination of Method Convergence. *Journal of Management*, 13(1), 109-122.
- Ventura, E. C. F.; Fontes Filho, J. R.; Soares, M. M. (coord.). (2009). *Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito*. Brasília, DF: Banco Central do Brasil.
- Vieira, L. K., Bressan, V. G. F., & Bressan, A. A. (2019). Diversification and Performance of Credit Unions. In *Individual Behaviors and Technologies for Financial Innovations* (pp. 239-262). Springer, Cham.
- Vilela, D. L., Nagano, M. S., & Merlo, E. M. (2007). Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(SPE2), 99-120.
- Villalba, V., Garibaldi, A., Tapia, D., Cunha, P. S., & Gozer, I. (2019). Análise comparativa dos Índices Padrão do Sistema PEARLS de Cooperativas de Crédito de Livre Admissão e Crédito Rural do Estado do Paraná de 2013 a 2015. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 6(11), 01-26.
- Wanderley, S., Barros, A., Costa, A. S. M., & Carrieri, A. P. (2016). Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 832-851.
- Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 157-170.

- Wheelock, D. C., & Wilson, P. W. (2013). The evolution of cost-productivity and efficiency among US credit unions. *Journal of Banking & Finance*, 37(1), 75-88.
- Wirth, L., & Hamel, M. R. (2006). Democracia participativa e desenvolvimento. *Desenvolvimento em Questão*, 4(7), 153-168.
- WOCCU – World Council of Credit Unions. (2017). *2017 Statistical Report*. Recuperado em 10 Fev. 2019, de <http://www.woccu.org>.
- WOCCU – World Council of Credit Unions. (2019). *International Credit Union System*. Recuperado em 25 Abr. 2019, de <http://www.woccu.org/memberserv/intlcusystem>.
- Yeo, R. (2003). The tangibles and intangibles of organisational performance. *Team performance management: an international journal*, 9(7/8), 199-204.
- Yin, R. K. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: *Bookman*.
- Zaiqing, Z., Lan, C. & Guoliang, O. (2009). Rural credit union performance evaluation in PEARLS framework. *Shanghai Finance*, 2.

APÊNDICES

Apêndice A

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre a Avaliação do Desempenho da Sicoob Credichapada – GESTÃO DA COOPERATIVA

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre o processo de **Análise de Desempenho realizado internamente pela Sicoob Credichapada**. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Cargo: _____ | Tempo no Cargo: _____

- 1) Você estudou até qual série? Se nível superior: qual o curso?
- 2) Você teve experiências profissionais anteriores à Credichapada?
 - 2.1) Se sim, qual?
 - 2.2) Se sim, essa experiência anterior apresenta alguma contribuição para seu trabalho junto a Credichapada? Qual?
- 3) Qual cargo você ocupa atualmente na cooperativa? Quais as atribuições deste cargo?
- 4) Na sua percepção, o que é desempenho?
- 5) A cooperativa faz alguma avaliação de desempenho?

SE SIM NA QUESTÃO 5:

- 5.1) Como a avaliação do desempenho da cooperativa é feita?
- 5.2) Vocês utilizam algum modelo específico de avaliação de desempenho?
- 5.3) Quais indicadores são utilizados para esta avaliação de desempenho?
- 5.4) Quais foram os critérios para a seleção destes indicadores e quem os selecionou?
- 5.5) Algum cooperado auxiliou neste processo?
- 5.6) Esta avaliação é feita com qual principal finalidade?

- 5.7) Quais são as principais pessoas responsáveis por este processo?
- 5.8) Vocês utilizam alguma cooperativa como exemplo para este processo de avaliação do desempenho? Conhece outra cooperativa que utilize o mesmo sistema para avaliação?
- 5.9) Você considera que esta avaliação do desempenho da Credichapada é suficiente para os propósitos da organização? Há pontos a serem melhorados?
- 6) Na sua percepção, qual a importância da criação da Credichapada para o município de Chapada Gaúcha?
- 7) Quais são as principais ações desenvolvidas pela cooperativa para gerar resultados? Como esses resultados são distribuídos?
- 8) Quais você avalia que são os principais desafios para o desempenho da Credichapada atualmente?

Apêndice B

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre a Utilização do FATES pela Sicoob Credichapada – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre o processo de **Utilização do FATES pela Sicoob Credichapada**. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Cargo: _____ | Tempo no Cargo: _____

- 1) Você estudou até qual série?
 - 1.1) Se nível superior: qual o curso?
- 2) Qual sua percepção sobre a importância do FATES da Sicoob Credichapada para o Município de Chapada Gaúcha?
- 3) Como você acredita que este fundo possa gerar benefícios para os cooperados? E para a comunidade?
- 4) Qual percentual das sobras líquidas é destinado para o FATES na Credichapada?
- 5) Como os recursos deste fundo são utilizados?
- 6) Como é estabelecida a prioridade das ações a serem desenvolvidas com os recursos do FATES?
- 7) Existem outros fundos para a realização de projetos sociais pela cooperativa? Se sim, quais são eles e a que se destinam?
- 8) Há alguma questão que não perguntei e que você gostaria de ressaltar sobre o FATES ou a alocação de recursos para o desenvolvimento dos projetos executados e apoiados pela Credichapada?

Apêndice C

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre o Projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora da Sicoob Credichapada – ALUNOS DAS COOPERATIVAS ESCOLARES

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre o **projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora**, realizado pela Sicoob Credichapada em parceria com outros órgãos. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Série Escolar: _____

Tempo na Cooperativa Escolar: _____

Cargo na Cooperativa Escolar: _____

- 1) Há quanto tempo você estuda aqui na Escola _____.
- 2) Gostaria que você me contasse como você se sente fazendo parte de uma cooperativa sendo ainda tão jovem?
- 3) Me conte um pouco sobre a (nome da cooperativa escolar). Como ela funciona?
- 4) Quais são os principais produtos ou tarefas que vocês desenvolvem? E as feiras, como funcionam?
- 5) O que você aprendeu com a cooperativa? O que você acha mais legal? E o que acha menos legal?
- 6) Como você considera que é trabalhar em equipe?
- 7) A Sicoob Credichapada auxilia vocês nas cooperativas? Se sim, de que forma?
- 8) Como vocês fazem o controle do dinheiro que arrecadam com as feiras e vendas?
- 9) Quais foram as principais ações que vocês já desenvolveram?

- 10) Você utiliza alguma coisa, que aprendeu com a disciplina, em sua casa? Se sim, o que?
- 11) O que mudou na sua vida depois de ter entrado na (nome da cooperativa escolar)?
- 12) Você considera que tem algum ponto negativo ou que precisa melhorar na cooperativa?
- 13) Quando eu falo a palavra cooperativa, qual a primeira coisa que você pensa?
- 14) Quais expectativas você tem para o seu futuro? Já pensa em algo que queira ser profissionalmente?
- 15) Tem alguma questão que não perguntei e que gostaria de me contar sobre a relevância do projeto ou da cooperativa na sua vida, pra escola, para a comunidade?
- 16) Por fim, o que é a Sicoob Credichapada para você?

Apêndice D

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre o Projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora da Sicoob Credichapada – PROFESSORES E SUPERVISORES/DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre o **projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora**, realizado pela Sicoob Credichapada em parceria com outros órgãos. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Tempo Profissão: _____
Cargo: _____

- 1) Qual sua formação e quais suas experiências profissionais anteriores à (nome da escola)?
- 2) Quais as atribuições do seu cargo atual na escola?
- 3) Como você avalia a disciplina de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora para a formação dos alunos? E a cooperativa escolar?
- 4) Na sua percepção, quais os principais benefícios do projeto? Considera algum ponto negativo ou algo que ainda possa ser melhorado?
- 5) Como você avalia a importância deste projeto para os alunos? E para a comunidade?
- 6) Você percebeu algum tipo de evolução ou desenvolvimento dos alunos a partir deste projeto? E em termos de aprendizagem? Quais foram as principais mudanças percebidas?
- Se escola estadual, adicionar: 7) Quais fatores levaram à esta adoção? Quem propôs a inclusão?
- 7) Existem outros projetos desenvolvidos na escola e com a mesma abordagem?

- 8) Tem alguma questão que não perguntei e que gostaria de me contar sobre a relevância do projeto de Educação Financeira, Empreendedora e Cooperativista na sua vida, para os alunos ou para a comunidade?
- 9) Por fim, o que é a Sicoob Credichapada para a escola? E para você?

Apêndice E

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre o Projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora da Sicoob Credichapada – RESPONSÁVEL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CHAPADA GAÚCHA

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre o **projeto de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora**, realizado pela Sicoob Credichapada em parceria com outros órgãos. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Tempo Profissão: _____
Cargo: _____

- 1) Qual sua formação e quais suas experiências profissionais anteriores à este cargo?
- 2) Como você avalia a disciplina de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora para a formação dos alunos? E as cooperativas escolares?
- 3) Quais as principais mudanças que aconteceram após a inclusão da disciplina?
- 4) Na sua percepção, quais os principais benefícios do projeto? Considera algum ponto negativo ou algo que ainda possa ser melhorado?
- 5) Como o projeto e a disciplina podem auxiliar nessas demandas?
- 6) As escolas recebem recursos específicos ou apoios para o desenvolvimento dessas atividades? Se sim, quais ou em que proporção?
- 7) Como você avalia a importância deste projeto para os alunos? E para a comunidade?
- 8) Existem outros projetos desenvolvidos nas escolas com a mesma abordagem?

- 9) Como você avalia a participação da Sicoob Credichapada neste processo de inclusão da disciplina de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora no município? E quanto ao suporte oferecido pela Credichapada atualmente?

Apêndice F

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre a agricultura municipal e sua relação com a Sicoob Credichapada – RESPONSÁVEL SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA DE CHAPADA GAÚCHA

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre o **a agricultura municipal e sua relação com a Sicoob Credichapada**. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Tempo Profissão: _____

Cargo: _____

- 1) Qual sua formação e quais suas experiências profissionais anteriores à este cargo?
- 2) A principal atividade econômica do município é a agricultura, voltada principalmente para a produção de sementes forrageiras. Quais os principais fatores que podem potencializar e restringir essa produção?
- 3) Você acredita que possuem vantagens para um agricultor em fazer parte de uma cooperativa de crédito? Se sim, quais seriam elas?
- 4) No seu ponto de vista, houve mudanças no setor a partir da criação da Sicoob Credichapada no município? Se sim, quais?
- 5) Como você avalia a participação da Sicoob Credichapada na agricultura local?
- 6) Você acredita que a Sicoob Credichapada possa auxiliar no desenvolvimento do setor nos próximos anos? Se sim, em quais sentidos?
- 7) De que forma você acredita que essa participação gera reflexos na comunidade?

Apêndice G

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre o desenvolvimento do município e as finanças municipais e sua relação com a Sicoob Credichapada – REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHAPADA GAÚCHA

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre **o desenvolvimento do município e as finanças municipais e sua relação com a Sicoob Credichapada**. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Tempo Profissão: _____
Cargo: _____

- 1) Qual sua formação e quais suas experiências profissionais anteriores à este cargo?
- 2) Gostaria que vocês me contassem sobre as finanças do município, qual a situação atual?
- 3) Quais os fatores que restringem o crescimento econômico no município? E o que potencializa?
- 4) Quais as principais necessidades do município para maximizar o desenvolvimento econômico?
- 5) O que tem sido feito com relação a isso? Quais ações?
- 6) Quais as principais deficiências/ineficiências existentes no município antes da criação da Sicoob Credichapada?
- 7) Na sua percepção, a criação da Sicoob Credichapada produziu crescimento econômico para o município? Se sim, de que forma? Quais as principais mudanças?
- 8) Como você acredita que uma população com conhecimento sobre educação financeira e empreendedora pode auxiliar no desenvolvimento do município?

- 9) Em seu ponto de vista, os projetos desenvolvidos pela Sicoob Credichapada geram algum tipo de impacto nas finanças municipais? Se sim, em quais sentidos?
- 10) Como você avalia o desenvolvimento do município nos próximos anos?
- 11) Você acredita que a Sicoob Credichapada possa auxiliar nessas perspectivas? Se sim, em quais sentidos?
- 12) De que forma você acredita que essa participação gera reflexos na comunidade?
- 13) Há algo que eu não perguntei e que queira acrescentar?
- 14) Você acredita que a partir da educação financeira as pessoas passem de um olhar micro para um olhar macro, inclusive em termos de cobrança de políticas públicas?

Apêndice H

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre aspectos de ações sociais municipais e sua relação com a Sicoob Credichapada – REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÕES SOCIAIS DE CHAPADA GAÚCHA

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre **assistência social e as ações sociais municipais e sua relação com a Sicoob Credichapada**. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Tempo Profissão: _____
Cargo: _____

- 1) Qual sua formação e quais suas experiências profissionais anteriores à este cargo?
- 2) Quais as atribuições do seu cargo?
- 3) Em seu ponto de vista, quais os principais fatores que restringem o desenvolvimento social no município atualmente? E o que potencializa?
- 4) Na sua percepção, a criação da Sicoob Credichapada e suas atividades e projetos produziram algum tipo de mudança nesses aspectos social? Se sim, quais?
- 5) Quais as principais deficiências/ineficiências existentes no município com relação ao desenvolvimento social antes da criação da Sicoob Credichapada? Alguma delas foi minimizada com apoio da cooperativa? Se sim, quais?
- 6) Quais as principais necessidades do município para maximizar o desenvolvimento social?
- 7) Como você avalia o desenvolvimento social para o município nos próximos anos? Como você acredita que a Sicoob Credichapada possa auxiliar neste processo?
- 8) Quais os reflexos da criação da Sicoob Credichapada para a comunidade?

- 9) Havia instituições que auxiliavam em atividades beneficentes antes da criação da Credichapada? Quais? Qual o diferencial da Credichapada?

Apêndice I

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre o comércio local e sua relação com a Sicoob Credichapada – REPRESENTANTE DO COMÉRCIO LOCAL DE CHAPADA GAÚCHA

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre **o comércio local e sua relação com a Sicoob Credichapada**. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Tempo na Representação: _____

- 1) Quais as atribuições da sua representação no comércio local? Qual sua relação/ligação com o comércio?
- 2) Na sua percepção, quais os principais fatores que afetam o desenvolvimento do comércio municipal? Quais facilitam? Quais dificultam?
- 3) Você acredita que a localização do município afeta infraestrutura de transportes, educação, acesso a mercados? Como isso afeta o comércio municipal?
- 4) Você avalia que a Sicoob Credichapada auxilia o comércio local? Se sim, de quais formas?
- 5) Existe algum tipo de parceria com a administração pública para estimular o comércio local? E com a Sicoob Credichapada?
- 6) Como você avalia o desenvolvimento do comércio de Chapada Gaúcha a partir da criação da Sicoob Credichapada? Trouxe vantagens? E desvantagens?
- 7) E para a comunidade, quais os reflexos da criação da Sicoob Credichapada?

Apêndice J

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre o Projeto Palotino apoiado pela Sicoob Credichapada – REPRESENTANTE ASSOCIAÇÃO PALOTINO

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre o **Projeto Palotino**, apoiado pela Sicoob Credichapada. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Instituição: _____
Posição (Cargo ou Pessoa Atendida): _____

- 1) Como e quando surgiu o Projeto?
- 2) Por que Chapada Gaúcha?
- 3) Quais eram as principais dificuldades sociais enfrentadas na época? Como o Projeto auxilia nesses problemas?
- 4) Qual o perfil das pessoas atendidas? Como elas são selecionadas?
- 5) Quais tipos de atendimento foram e são prestados?
- 6) Como o projeto se mantém financeiramente?
- 7) Quais foram os parceiros ao longo desses anos?
- 8) Quais instituições auxiliam atualmente?
- 9) Quais as contribuições da Sicoob Credichapada para o Projeto?
- 10) Quais as perspectivas do projeto para o futuro?
- 11) Qual a importância da Credichapada para o Projeto?

Apêndice K

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para coleta de dados sobre projetos desenvolvidos ou apoiados pela Sicoob Credichapada – INFORMAÇÕES GERAIS

O roteiro de entrevista a seguir foi desenvolvido com o objetivo de coletar informações sobre projetos desenvolvidos ou apoiados pela Sicoob Credichapada. Este instrumento faz parte do trabalho de dissertação de mestrado em Controladoria e Contabilidade do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGC/UFMG), o qual é intitulado de “Desenvolvimento Local e Desempenho do cooperativismo de crédito: um estudo da Sicoob Credichapada”. O trabalho é desenvolvido por Gustavo Henrique Dias Souza, sob a orientação da Professora Dra. Valéria Gama Fully Bressan.

De início, ressalta-se que a participação nesta entrevista é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer tempo, caso o (a) entrevistado (a) venha a sentir qualquer constrangimento, incômodo ou desconforto que o impossibilite na finalização da entrevista.

Identificação: _____ | Instituição: _____
 Posição (Cargo ou Pessoa Atendida): _____

- 1) Qual sua formação e quais suas experiências profissionais anteriores à este cargo?
- 2) De que forma você acredita que o projeto gere transformações sociais? Se aplicável: E economicamente?
- 3) Qual o papel da Sicoob Credichapada no desenvolvimento desse projeto?
- 4) Quais as principais mudanças que aconteceram após a inclusão desse projeto?
- 5) Na sua percepção, quais os principais benefícios do projeto? Considera algum ponto negativo ou algo que ainda possa ser melhorado?
- 6) Como você avalia a importância deste projeto para as pessoas atendidas? E para a comunidade?
- 7) Qual a participação da comunidade neste projeto?

Perguntas adicionais para pessoas atingidas/atendidas:

- 8) Quais as principais mudanças na sua vida após a participação nesse projeto? De quais ações eles foram decorrentes?

Se aplicável:

- 9) Quais os reflexos na (sua) qualidade de vida (da sua família)?
- 10) Como você se utiliza desses benefícios do projeto?
- 11) Qual a importância desses conhecimentos para sua formação profissional? E como cidadão?

Perguntas finais:

- a) Tem alguma questão que não perguntei e que gostaria de me contar sobre suas experiências anteriores com relação à Credichapada?
- b) Por fim, o que é a Sicoob Credichapada para você?

ANEXOS

Anexo A

As figuras que constam neste anexo têm como fonte Bressan *et al.* (2010) e representam os indicadores das áreas-chave de avaliação do sistema PEARLS, com os respectivos códigos do COSIF, utilizados para o cálculo dos indicadores.

Indicadores de Proteção		
P – Protection (Proteção)		
Indicador	Objetivo	Desempenho Recomendado
P1 = Provisão para liquidação duvidosa sob operações de crédito/ Carteira Classificada Total	Medir o volume de provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação à carteira classificada total.	Quanto menor, melhor (conforme sugestão do WOCCU, descrito por Richardson, 2002).
Contas COSIF para compor o indicador P1:		
1.6.9.00.00-8 (-) Provisão para Operações de crédito (em módulo) (Saldo final)		
3.1.0.00.00-0 Classificação da carteira de crédito (Saldo final)		
P2 = Operações de crédito vencidas /Carteira Classificada Total	Demonstrar a parcela da carteira de crédito vencida em relação ao total da carteira de crédito.	Quanto menor, melhor.
Contas Cosif para compor: Operações de crédito vencidas (Saldo final)		
(+ 3.1.3.10.20-2 Operações vencidas (risco nível B)		
(+ 3.1.3.20.20-9		
(+ 3.1.3.30.20-6		
(+ 3.1.4.10.20-5 Operações vencidas (risco nível C)		
(+ 3.1.4.20.20-2		
(+ 3.1.4.30.20-9		
(+3.1.5.10.20-8 Operações vencidas (risco nível D)		
(+ 3.1.5.20.20-5		
(+ 3.1.5.30.20-2		
(+ 3.1.6.10.20-1 Operações vencidas (risco nível E)		
(+ 3.1.6.20.20-8		
(+ 3.1.6.30.20-5		
(+ 3.1.7.10.20-4 Operações vencidas (risco nível F)		
(+ 3.1.7.20.20-1		
(+ 3.1.7.30.20-8		
(+ 3.1.8.10.20-7 Operações vencidas (risco nível G)		
(+ 3.1.8.20.20-4		
(+ 3.1.8.30.20-1		
(+ 3.1.9.10.20-0 Operações vencidas (risco nível H)		
(+ 3.1.9.20.20-7		
(+ 3.1.9.30.20-4		
Contas Cosif para compor: Carteira Classificada Total		
3.1.0.00.00-0 Classificação da carteira de crédito (Saldo final)		
P3 = Operações de Risco nível D até H/Classificação da carteira de créditos	Demonstrar a parcela da carteira de crédito classificada com nível de risco superior a 61 dias de atraso.	Quanto menor, melhor.

continua...

conclusão...

Contas Cosif para compor: Operações de Risco nível D até H (Saldo final)

- (+) 3.1.5.00.00-5 Operações de Risco nível D
- (+) 3.1.6.00.00-8 Operações de Risco nível E
- (+) 3.1.7.00.00-1 Operações de Risco nível F
- (+) 3.1.8.00.00-4 Operações de Risco nível G
- (+) 3.1.9.00.00-7 Operações de Risco nível H

Contas Cosif para compor: Classificação da carteira de créditos

3.1.0.00.00-0 Classificação da carteira de crédito (Saldo final)

P4 = Operações de Risco nível D até H – Percentual de Provisão Estimado nível D até H /Patrimônio Líquido Ajustado	Demonstrar a parcela da carteira de crédito classificada com nível de risco superior a 61 dias de atraso não provisionada em relação ao patrimônio líquido ajustado.	Quanto menor, melhor. Indicando que o PLA suportaria perdas associadas à carteira de crédito com nível de risco referente a um atraso superior a 61 dias.
---	--	---

Contas Cosif para compor: Operações de Risco nível D até H – Percentual de Provisão estimado (Saldo final)

- (+) 3.1.5.00.00-5 Operações de Risco nível D – 10% Op. de risco nível D
- (+) 3.1.6.00.00-8 Operações de Risco nível E – 30% Op. de risco nível E
- (+) 3.1.7.00.00-1 Operações de Risco nível F – 50% Op. de risco nível F
- (+) 3.1.8.00.00-4 Operações de Risco nível G – 70% Op. de risco nível G
- (+) 3.1.9.00.00-7 Operações de Risco nível H – 100% Op. de risco nível H

Contas Cosif para compor: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)**PLA = PL + Contas de resultado credoras + Contas de resultados devedoras**

- (+) 6.0.0.00.00-2 Patrimônio Líquido (PL) (saldo final)
- (+) 7.0.0.00.00-9 Contas de resultado credoras (movimentação)
- (+) 8.0.0.00.00-6 (-) Contas de resultado devedoras (movimentação)

Fonte: Bressan *et al.* (2010, p. 66-67).**Indicadores de Efetiva Estrutura Financeira**

E – Effective financial structure (Efetiva estrutura financeira)		
Indicador	Objetivo	Desempenho Recomendado
E1 = Operações de crédito líquidas/ Ativo Total	Medir a porcentagem do ativo total investido na carteira de crédito da cooperativa	Conforme sugestão do WOCCU, este percentual deve variar entre 70 a 80% (Richardson, 2002).

Contas Cosif para compor:**Operações de crédito líquidas = Operações de Crédito – Provisão para operações de crédito****Operações de crédito (Saldo final)**

- (+) 1.6.1.10.00-1 Adiantamento a depositantes
- (+) 1.6.1.20.00-8 Empréstimos
- (+) 1.6.1.30.00-5 Títulos descontados
- (+) 1.6.2.10.00-4 Financiamentos
- (+) 1.6.3.00.00-0 Financiamentos rurais e agroindustriais

Provisão para Operações de crédito. (Saldo final)

- (+) 1.6.9.20.00-2 (-) Provisão para empréstimos e títulos descontados
- (+) 1.6.9.30.00-9 (-) Provisão para financiamentos
- (+) 1.6.9.40.00-6 (-) Provisão para financiamentos rurais e agroindustriais

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final)

- (+) 1.0.0.00.00-7 Circulante e Realizável a Longo Prazo
- (+) 2.0.0.00.00-4 Permanente

E2 = Investimentos Financeiros/ Ativo Total	Medir a porcentagem do ativo total investido em ativos financeiros.	Conforme sugestão do WOCCU, este percentual deve ser inferior a 10% (Richardson, 2002).
--	---	---

continua...

continuação...

Contas Cosif para compor: Investimentos Financeiros (Saldo final)

- (+) 1.2.0.00.00-5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
- (+) 1.3.0.00.00-4 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
- (+) 1.4.5.10.00-5 Depósitos nas cooperativas Centrais
- (=) Investimentos Financeiros

***OBS: a formação do indicador E2 foi adaptado conforme estudo de Oliveira e Bressan (2015).

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) – mencionadas no indicador E1.

E3 = Capital Social/ Ativo Total	Medir a porcentagem do ativo total ajustado financiado pelos cooperados	Conforme sugestão do WOCCU, este percentual deve ser no máximo de 20% (Richardson, 2002).
---	---	---

Contas Cosif para compor: Capital dos cooperados (Saldo final)

- 6.1.1.00.00-4 Capital Social

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) – mencionadas no indicador E1.

E4 = Capital Institucional/ Ativo Total	Medir a porcentagem do ativo total financiado pelo capital institucional, sendo este referente às reservas legais e não-distribuíveis, doações de capital e sobras não distribuídas. O capital institucional constitui-se no capital da cooperativa exceto o capital do cooperado.	Conforme sugestão do WOCCU, este percentual deve ser no mínimo de 10% (Richardson, 2002).
--	--	---

Contas Cosif para compor: Capital Institucional (Saldo final)

- 6.1.5.10.00-3 Reserva Legal
- 6.1.5.20.00-0 Reservas Estatutárias
- 6.1.5.30.00-7 Reservas para contingências
- 4.9.3.20.00-2 FATES
- 6.1.7.00.00-2 Sobras ou perdas acumuladas

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final) – mencionadas no indicador E1.

E5 = Renda de intermediação financeira/ Ativo Total Médio	Medir a proporção de rendas de intermediação financeira em relação do ativo total ajustado.	Quanto maior, melhor.
--	---	-----------------------

Contas Cosif para compor: Renda de intermediação financeira (movimentação)

- (+) 7.1.1.00.00-1 Rendas de Operações de crédito
- (+) 7.1.9.20.00-9 Recuperação de créditos baixados como prejuízo
- (+) 7.1.9.80.00-1 Rendas de repasses interfinanceiros
- (+) 7.1.9.50.00-0 Rendas de créditos por avais e fianças honrados
- (+) 7.1.9.25.00-4 Rendas de créditos decorrentes de contratos de exportação adquiridos
- (+) 8.1.9.50.00-7 (-) Despesas de cessão de operações de crédito
- (+) 8.1.9.52.10-8 (-) Despesas de descontos concedidos em renegociações de operações de crédito
- (+) 8.1.9.52.30-4 (-) Despesas de descontos concedidos em renegociações com outras operações com características de concessão de crédito
- (+) 8.1.8.30.30-9 (-) Despesas com Provisão para operações de crédito
- (+) 7.1.5.70.00-2 Rendas de aplicações em Ouro
- (+) 8.1.5.70.00-9 (-) Prejuízos em aplicações em Ouro
- (+) 7.1.4.40.00-8 Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros
- (+) 7.1.9.90.05-3 Perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros
- (+) 8.1.8.30.05-5 (-) Perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros
- (+) 7.1.9.90.10-1 Reversão de provisões operacionais – desvalorização de títulos livres
- (+) 7.1.9.90.20-4 Reversão de provisões operacionais – desvalorização de títulos vinculados à negociação e intermediação de valores

continua...

conclusão...

- (+) 8.1.5.20.00-4 (-) Prejuízos com títulos de renda fixa
- (+) 8.1.8.30.10-3 (-) Desvalorização de títulos livres
- (+) 8.1.8.30.20-6 (-) Desvalorização de títulos vinculados à negociação e intermediação de valores
- (+) 7.1.5.20.00-7 Rendas de títulos de renda variável
- (+) 8.1.5.30.00-1 Prejuízos com títulos de renda variável
- (+) 7.1.5.80.00-9 Rendas de operações com derivativos
- (+) 7.1.9.90.26-6 Reversão de provisões operacionais para derivativos de crédito
- (+) 8.1.5.50.00-5 (-) Despesas em operações com derivativos
- (+) 8.1.8.30.26-8 Despesas de provisões operacionais com derivativos de crédito
- (+) 7.1.9.55.00-5 Rendas de créditos vinculados ao crédito rural
- (+) 7.1.9.90.12-5 Reversão de provisões operacionais – Desvalorização de créditos vinculados
- (+) 8.1.8.30.12-7 (-) Desvalorização de crédito vinculados

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final) – mencionadas no indicador E1.

E6 = Ativo Total / Patrimônio Líquido Ajustado	<p>Mensurar a utilização de recursos próprios no financiamento aos ativos detidos pela cooperativa de crédito. Este pode ser denominado um indicador de alavancagem. Quanto mais alavancada a cooperativa, maior a participação de capitais de terceiros. Quanto menos alavancada a cooperativa, menor sua disposição em captar recursos no mercado e assumir riscos e, portanto, menor a possibilidade de auferir rendimentos.</p>	<p>Quanto menor, melhor, considerando a perspectiva de solvência. Valores extremos indicam situação ruim. De acordo com informações do Banco Central do Brasil, valores entre 6 e 12 são normais, enquanto valores extremos merecem maior atenção.</p>
---	---	--

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final) – mencionadas no indicador E1.

Contas Cosif para compor: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – mencionadas no indicador P4

Fonte: Bressan *et al.* (2010, p. 67-69); Oliveira e Bressan (2015).

Indicadores de Qualidade dos Ativos

A – Assets quality (Qualidade dos ativos)		
Indicador	Objetivo	Desempenho Recomendado
A1 = Ativo Permanente + Ativos não direcionados com atividade fim da cooperativa/ Patrimônio Líquido Ajustado	<p>Mensurar o grau de utilização de recursos próprios com ativos fixos e ativos não direcionados à atividade-fim da cooperativa. Quanto maior o valor, menor o foco da instituição em sua atividade-fim.</p>	Quanto menor, melhor.

Contas Cosif para compor: Ativo Permanente (AP) (Saldo final)

- 2.0.0.00.00-4 (+) Permanente
- 1.8.8.10.00-0 (+) Adiantamentos por conta de imobilizações
- 1.8.8.30.00-4 (+) Depósito para aquisição de telefone
- 1.8.8.60.00-5 (+) Opções por incentivos fiscais

continua...

conclusão...

Contas Cosif para compor: Ativos não direcionados com a atividade fim da cooperativa (Andaf) (Saldo final)

- (+) 1.8.8.25.00-2 Créditos tributários de impostos e contribuições
- (+)1.8.8.45.00-6 Impostos e contribuições a compensar
- (+)1.8.8.50.00-8 Imposto de renda a recuperar
- (+)1.8.8.40.00-1 Devedores por depósitos em garantia
- (+)1.4.2.80.00-5 Credito rural - proagro a receber
- (+)1.4.2.99.50-8 (-) Créditos vinculados – proagro
- (+)1.8.8.00.00-3 Diversos
- (-)1.8.8.10.00-0 Adiantamentos por conta de imobilizações
- (-)1.8.8.20.00-7 Créditos decorrentes de contratos de exportação
- (-)1.8.8.25.00-2 Créditos tributários de impostos e contribuições
- (-)1.8.8.30.00-4 Depósitos para aquisição de telefones
- (-)1.8.8.35.00-9 Devedores por compra de valores e bens
- (-)1.8.8.40.00-1 Devedores por depósitos em garantia
- (-)1.8.8.45.00-6 Impostos e contribuições a compensar
- (-)1.8.8.50.00-8 Imposto de renda a recuperar
- (-)1.8.8.60.00-5 Opções por incentivos fiscais
- (-)1.8.8.80.00-9 Títulos e créditos a receber
- (+)1.8.8.80.20-5 Sem característica de concessão de credito
- (+)1.8.9.99.20-6 (-) Provisão para títulos sem característica de concessão de credito
- (+)1.9.0.00.00-8 Outros valores e bens

Contas Cosif para compor: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – mencionadas no indicador P4.

PLA = PL + Contas de resultado credoras + Contas de resultado devedora

A2 = Imobilização = Ativo Permanente / Patrimônio Líquido Ajustado	De acordo com a Circular 2.669/99 do Banco Central do Brasil, o total dos recursos aplicados no Ativo Permanente não pode ultrapassar 80% (oitenta por cento) do valor do patrimônio líquido ajustado (PLA), após dezembro de 2002	Inferior a 50%
---	--	----------------

Contas Cosif para compor: Ativo Permanente (AP) (Saldo final)

- 2.0.0.00.00-4 (+) Permanente
- 1.8.8.10.00-0 (+) Adiantamentos por conta de imobilizações
- 1.8.8.30.00-4 (+) Depósito para aquisição de telefone
- 1.8.8.60.00-5 (+) Opções por incentivos fiscais

Contas Cosif para compor: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – mencionadas no indicador P4.

PLA = PL + Contas de resultado credoras + Contas de resultado devedora

A3 = Ativos não direcionados com a atividade fim da cooperativa/Ativo total	Demonstrar a relação dos ativos que não geram receitas em relação ao Ativo Total, ou seja, são ativos não usuais.	O limite estabelecido para este indicador é de 5% (Richardson, 2002)
--	---	--

Contas Cosif para compor: Ativos não direcionados com a atividade fim da cooperativa (Andaf) - descritas no indicador A1.

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final) – mencionadas no indicador E1.

A4 = Depósitos totais /Ativo total	Demonstrar o total dos ativos que provêm de depósitos.	Meta estabelecida se encontra entre 70% e 80%.
---	--	--

Contas Cosif para compor: Depósitos totais (Saldo final)

- 4.1.0.00.00-7 Depósitos

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final) – mencionadas no indicador E1.

Fonte: Bressan *et al.* (2010, p. 70-71).

Indicadores de Taxas de Retorno e Custos

R - Rates of return and costs (Taxas de retorno e custos)		
Indicador	Objetivo	Desempenho Recomendado
R1 = Rendas de operações de crédito /Operações de crédito média	Medir o rendimento da carteira de crédito	A WOCCU sugere que este indicador deve contribuir para manter o capital institucional em pelo menos 10% (Richardson, 2002).
Contas Cosif para compor: Rendas de operações de crédito		
7.1.1.00.00-1	Rendas de Operações de Crédito (movimentação)	
Contas Cosif para compor: Operações de Crédito Média (Saldo final)		
1.6.1.10.00-1	Adiantamento a depositantes	
1.6.1.20.00-8	Empréstimos	
1.6.1.30.00-5	Títulos descontados	
R2 = Renda líquida de investimento financeiro/ Investimento financeiro médio	Medir o rendimento dos investimentos financeiros.	A WOCCU sugere que este indicador tenha uma alta taxa (Richardson, 2002).
Contas Cosif para compor: Renda líquida de investimento financeiro (movimentação)		
(+) 7.1.5.00.00-3	Rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	
(+) 7.1.4.20.00-4	Rendas de Aplicações em depósitos Interfinanceiros	
(+) 7.1.4.10.00-7	Rendas de aplicações em operações compromissadas	
(+) 7.1.9.86.00-5	Ingressos de Depósitos Intercooperativos	
(+) 8.1.5.00.00-0	(-) Despesas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	
(+) 8.1.1.20.00-2	(-) Despesas de Depósitos Interfinanceiros	
(+) 8.1.1.50.00-3	(-) Despesas de Operações Compromissadas	
(+) 8.1.9.86.00-2	(-) Dispêndios de depósitos intercooperativos	
	(=)Renda líquida de investimento financeiro	
Contas Cosif para compor: Investimento Financeiro Médio (Saldo final)		
(+) 1.2.0.00.00-5	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	
(+) 1.3.0.00.00-4	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	
(+) Centralização Financeira =		
	(+) 1.4.5.10.00-5 Depósitos nas cooperativas Centrais	
	(-) Mínimo entre:	
	1.4.5.10.00-5 Depósitos nas cooperativas Centrais	
	4.4.5.10.00-6 Depósitos das cooperativas Filiadas	
	(=) Investimentos Financeiros	
R3 = Despesas de Depósito a prazo/ Depósitos a prazo	Medir o custo dos depósitos a prazo	De acordo com a WOCCU, esta taxa deve proteger o valor nominal dos depósitos a prazo, sugerindo que ela seja superior à taxa de inflação (Richardson, 2002).
Contas Cosif para compor: Despesas de Depósito a prazo (movimentação)		
8.1.1.30.00-9	Despesas de depósito a prazo (em módulo)	
Conta Cosif para compor: Depósitos a prazo médio (Saldo final)		
4.1.5.00.00-2	Depósitos a prazo	
R4 = Despesas de Obrigações por empréstimos e repasses/ Obrigações por empréstimos e repasses médio	Medir o custo dos fundos de empréstimos	De acordo com a WOCCU, esta taxa deve proteger o valor nominal dos depósitos a prazo, e se sugere que seja a mesma, ou com custo inferior ao indicador R3 (Richardson, 2002).
Contas Cosif para compor: Despesas de obrigações por empréstimos e repasses		
8.1.2.00.00-1	Despesas de obrigações por empréstimos e repasses (em módulo) (movimentação)	
Contas Cosif para compor: Obrigações por empréstimos e repasses médio		
4.6.0.00.00-2	Obrigações por empréstimos e repasses (saldo final)	

continua...

continuação...

R5 = Margem Bruta/Ativo Total Médio	Medir a margem de renda bruta gerada em relação ao ativo total médio.	De acordo com a WOCCU, este índice deve gerar renda suficiente para cobrir as despesas e prover adequado aumento do capital institucional (Richardson, 2002).
--	---	---

Contas Cosif para compor: Margem Bruta (movimentação)

7.1.0.00.00-8 (+) Receitas Operacionais

8.1.0.00.00-5 (-) Despesas Operacionais

Contas Cosif para compor: Ativo Total Médio (saldo final) – mencionadas no indicador E1.

R6 = Despesas Operacionais/Ativo Total Médio	Medir o custo associado com o gerenciamento de todos os ativos da cooperativa de crédito, indicando o grau de eficiência ou ineficiência operacional.	De acordo com a WOCCU, este índice deve ser inferior a 10%. (Richardson, 2002).
---	---	---

Contas Cosif para compor: Despesas Operacionais

8.1.0.00.00-5 (-) Despesas Operacionais (em módulo) (movimentação)

Contas Cosif para compor: Ativo Total Médio (saldo final) – mencionadas no indicador E1.

R7 = Sobras /Ativo total médio	Medir a adequação dos ganhos e também a capacidade de construção do capital social. Este é um indicador de rentabilidade sobre o Ativo.	Quanto maior, melhor.
---------------------------------------	---	-----------------------

Contas Cosif para compor: Sobras (movimentação)

(+ 7.1.0.00.00-8 (+) Receitas Operacionais

(+ 8.1.0.00.00-5 (-) Despesas Operacionais

(-) 8.1.9.55.00-2 (-) Despesas de juros ao Capital

Contas Cosif para compor: Ativo Total Médio (saldo final) – mencionadas no indicador E1.

R8 = Sobras /Patrimônio líquido ajustado médio	Medir a remuneração do capital próprio. Este é um indicador de rentabilidade sobre o PL.	Quanto maior, melhor.
---	--	-----------------------

Contas Cosif para compor: Sobras (movimentação)

(+ 7.1.0.00.00-8 (+) Receitas Operacionais

(+ 8.1.0.00.00-5 (-) Despesas Operacionais

(-) 8.1.9.55.00-2 (-) Despesas de juros ao Capital

Contas Cosif para compor: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – mencionadas no indicador P4.

R9 = Resultado da Intermediação Financeira/ Receita Operacional	Medir o resultado das atividades de intermediação financeira em relação à receita operacional.	Quanto maior, melhor.
--	--	-----------------------

Contas Cosif para compor: Resultado da Intermediação Financeira (movimentação)**Resultado da Intermediação Financeira = Receitas – Despesas com Intermediação financeira****Receitas de Intermediação Financeira***Operações de crédito e arrendamento mercantil*

- (+) 7.1.1.00.00-1 Rendas de Operações de crédito
- (+) 7.1.9.20.00-9 Recuperação de créditos baixados como prejuízo
- (+) 7.1.9.25.00-4 Rendas de créditos decorrentes de contratos de exportação adquiridos
- (+) 7.1.9.50.00-0 Rendas de créditos por avais e fianças honrados
- (+) 7.1.9.80.00-1 Rendas de repasses interfinanceiros
- (+) 8.1.9.50.00-7 Despesas de cessão de operações de crédito

Operações com títulos e valores mobiliários

- (+) 7.1.4.00.00-0 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
- (+) 7.1.5.00.00-3 Rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos
- (-) 7.1.5.80.00-9 Rendas em operações com derivativos
- (+) 7.1.9.90.05-3 Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

continua...

continuação...

(+)	7.1.9.90.10-1	Desvalorização de títulos livres
(+)	7.1.9.90.20-4	Desvalorização de títulos vinculados à negociação e intermediação de valores
(+)	8.1.5.00.00-0	Despesas com Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros
(-)	8.1.5.50.00-5	Despesas em operações com derivativos
(+)	8.1.8.30.05-5	Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
(+)	8.1.8.30.10-3	Desvalorização de títulos livres
(+)	8.1.8.30.20-6	Desvalorização de títulos Vinculados à negociação e intermediação de valores <i>Operações com instrumentos financeiros derivativos</i>
(+)	7.1.5.80.00-9	Rendas em operações com derivativos
(+)	8.1.5.50.00-5	Despesas com operações com derivativos
(+)	7.1.9.90.26-6	Derivativos de crédito
(+)	8.1.8.30.26-8	Derivativos de crédito
		<i>Aplicações compulsórias</i>
(+)	7.1.9.55.00-5	Rendas de créditos vinculados ao crédito rural
(+)	7.1.9.90.12-5	Desvalorização de créditos vinculados

Despesas de Intermediação Financeira

		<i>Captações no Mercado</i>
(+)	8.1.1.00.00-8	Despesas de Captação
		<i>Empréstimos e repasses</i>
(+)	8.1.2.00.00-1	Despesas de obrigações com empréstimos e repasses
		<i>Provisão para Crédito em Liquidação</i>
(+)	7.1.9.90.30-7	Operações de crédito de liquidação duvidosa
(+)	7.1.9.90.35-2	Repasses interfinanceiros
(+)	7.1.9.90.60-6	Outros créditos de Liquidação Duvidosa
(+)	8.1.8.30.30-9	Provisões para Operações de crédito
(+)	8.1.8.30.35-4	Repasses interfinanceiros
(+)	8.1.8.30.60-8	Provisões para outros créditos

(=) Resultado da Intermediação Financeira

Conta Cosif para compor: Receita Operacional (movimentação)

7.1.0.00.00-8 Receitas Operacionais

R10 = Sobras / Receita Operacional	Medir o quanto de sobras foi gerado em relação às receitas operacionais.	Quanto maior, melhor.
---	--	-----------------------

Contas Cosif para compor: Sobras (movimentação)

(+)	7.1.0.00.00-8	(+) Receitas Operacionais
(+)	8.1.0.00.00-5	(-) Despesas Operacionais
(-)	8.1.9.55.00-2	(-) Despesas de juros ao Capital

Conta Cosif para compor: Receita Operacional (movimentação)

7.1.0.00.00-8 Receitas Operacionais

R11 = Rendas de prestação de serviços /Despesas administrativas	Medir o percentual das despesas administrativas cobertas pelas receitas de prestação de serviços.	Quanto maior, melhor.
--	---	-----------------------

Contas Cosif para compor: Rendas de prestação de serviços (movimentação)

7.1.7.00.00-9 Rendas de prestação de serviços

Conta Cosif para compor: Despesas administrativas (movimentação)

8.1.7.00.00-6 Despesas administrativas (em módulo)

R12 = Despesas de Gestão /Despesas Administrativas	Medir o percentual das despesas de gestão em relação ao total das despesas administrativas.	A despesa de gestão deve ser suficiente para que a cooperativa de crédito atenda com efetividade às demandas dos cooperados.
---	---	--

continua...

conclusão...

Contas Cosif para compor: Despesas de Gestão (movimentação)

(+) 8.1.7.18.00-5	(-) Despesas de Honorários
(+) 8.1.7.27.00-3	(-) Despesas de Pessoal – Benefícios
(+) 8.1.7.30.00-7	(-) Despesas de Pessoal – Encargos Sociais
(+) 8.1.7.33.00-4	(-) Despesas de Pessoal – Proventos
(+) 8.1.7.36.00-1	(-) Despesas de Pessoal – Treinamento
(+) 8.1.7.37.00-0	(-) Despesas de Remuneração de estagiários

Conta Cosif para compor: Despesas administrativas (movimentação)

8.1.7.00.00-6 Despesas administrativas

R13 = Despesas Administrativas / Ativo Total Médio	Medir o percentual das despesas administrativas em relação ao ativo total.	A despesa administrativa deve ser o suficiente para que a cooperativa de crédito atenda com efetividade às demandas dos cooperados, por isso deve ser analisada em conjunto com os demais indicadores do sistema PEARLS.
---	--	--

Conta Cosif para compor: Despesas administrativas (movimentação)

8.1.7.00.00-6 Despesas administrativas (em módulo)

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) Médio (saldo final) – mencionadas no indicador E1.Fonte: Bressan *et al.* (2010, p. 71-75).**Indicadores de Liquidez****L – Liquidity (Liquidez)**

Indicador	Objetivo	Desempenho Recomendado
L1 = Disponibilidades/ Depósitos à Vista	Mensurar a capacidade da cooperativa de crédito em satisfazer seus compromissos imediatos, pois ambas as contas são de curto prazo. Este constitui em um dos indicadores de solvência.	Igual ou superior a 1.

Contas Cosif para compor: Disponibilidades (Saldo final)

1.1.0.00.00-6 Disponibilidades

Contas Cosif para compor: Depósitos à Vista (Saldo final)

4.1.1.00.00-0 Depósitos à vista

L2 = Ativos de curto prazo/ Depósitos totais	Este indicador é uma <i>proxy</i> para a liquidez corrente.	Quanto maior, melhor.
---	---	-----------------------

Contas Cosif para compor: Ativos de curto prazo (Saldo final)

(+) 1.1.0.00.00-6	Disponibilidades
(+) 1.2.0.00.00-5	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
(+) 1.3.0.00.00-4	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
(+) 1.4.5.00.00-8	Centralização Financeira – Cooperativas

Contas Cosif para compor: Depósitos totais (Saldo final)

4.1.0.00.00-7 Depósitos

L3 = Caixa Livre/ Ativo Total	Mensurar a participação do que há de mais líquido na cooperativa em relação ao ativo.	Quanto maior, menor o risco de liquidez.
--------------------------------------	---	--

continua...

conclusão...

Contas Cosif para compor: Caixa Livre (Saldo final)

(+)	1.1.0.00.00-6	Disponibilidades
(+)	1.2.1.10.03-6	Letras financeiras do tesouro
(+)	1.2.1.10.05-0	Letras do tesouro nacional
(+)	1.2.1.10.07-4	Notas do tesouro nacional
(+)	1.2.1.10.10-8	Obrigações do tesouro nacional
(+)	1.2.1.10.12-2	Bonus do tesouro nacional
(+)	1.2.1.10.15-3	Letras do Banco Central
(+)	1.2.1.10.16-0	Notas do Banco Central
(+)	1.2.1.10.18-4	Bônus do Banco Central
(+)	1.2.1.10.21-8	Tit.estaduais-dividas refinanciadas pela união
(+)	1.2.2.00.00-1	Aplicações em depósitos interfinanceiros
(-)	1.2.2.10.10-1	Ligadas
(-)	1.2.2.10.15-6	Ligadas com garantia
(-)	1.2.2.10.30-7	Ligadas - vinculados ao credito rural
(-)	1.2.2.10.35-2	Ligadas com garantia - vincul. Ao cred. Rural
(-)	1.2.2.10.50-3	Ligadas - vinculados a dividas renegociadas
(+)	1.3.1.10.03-5	Letras financeiras do tesouro
(+)	1.3.1.10.05-9	Letras do tesouro nacional
(+)	1.3.1.10.07-3	Notas do tesouro nacional
(+)	1.3.1.10.10-7	Obrigações do tesouro nacional
(+)	1.3.1.10.12-1	Bonus do tesouro nacional
(+)	1.3.1.10.15-2	Letras do Banco Central
(+)	1.3.1.10.16-9	Notas do Banco Central
(+)	1.3.1.10.18-3	Bonus do Banco Central
(+)	1.3.1.10.19-0	Títulos públicos federais - outros
(+)	1.3.1.10.21-7	Tit.estaduais-dividas refinanciadas pela união
(+)	1.3.1.10.97-0	De emissão de ent. Fin. Vinc. A org. Oficiais int.
(+)	1.3.1.99.30-0	(-) Títulos públicos federais - Tesouro Nacional
(+)	1.3.1.99.40-3	(-) Títulos públicos federais - Banco Central
(+)	1.3.1.99.45-8	(-) Títulos públicos federais – outros
(+)	1.4.5.10.00-5	Depósitos nas Cooperativas Centrais

(-) Mínimo entre

1.4.5.10.00-5 Depósitos nas cooperativas centrais

4.4.5.10.00-6 Depósitos das cooperativas centrais

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final) – mencionadas no indicador E1.Fonte: Bressan *et al.* (2010, p. 76-77).**Indicadores de Sinais de Crescimento****S – Signs of growth (Sinais de crescimento)**

Indicador	Objetivo	Desempenho Recomendado
S1 = Crescimento da Receita Operacional = (Receita Operacional do mês corrente/ Receita Operacional do mês anterior) – 1	Medir a taxa de crescimento da receita operacional	Quanto maior, melhor. Todavia é importante avaliar se este crescimento é decorrente de maquiagem no balanço.
Conta Cosif para compor: Receita Operacional (movimentação) 7.1.0.00.00-8 Receitas Operacionais	Medir o percentual de crescimento da captação total. A captação total, em síntese, representa os valores que as cooperativas obtiveram em decorrência de suas operações com depósitos.	Quanto maior, melhor.
S2 = Crescimento da Captação Total= Captação Total do mês corrente / Captação Total do mês anterior) – 1		

continua...

continuação...

Conta Cosif para compor: Captação Total (Saldo final)

(+) 4.1.1.00.00-0	Depósitos a vista
(+) 4.1.9.00.00-4	Outros depósitos
(+) 4.1.3.00.00-6	Depósitos interfinanceiros
(+) 4.1.4.00.00-9	Depósitos sob aviso
(+) 4.1.5.00.00-2	Depósitos a prazo
(+) 4.1.6.00.00-5	Obrigações p/ depósitos espec e de fundos e programas
(+) 4.2.0.00.00-6	Obrigações por operações compromissadas
(+) 4.9.5.58.00-1	Obrigações por empréstimos de ouro
(+) 4.4.3.00.00-3	Repases interfinanceiros
(+) 4.6.0.00.00-2	Obrigações por empréstimos e repases

S3 = Crescimento das Operações de crédito com nível de risco D-H = Operações de crédito com nível de risco D-H do mês corrente / Operações de crédito com nível de risco D-H do mês anterior) - 1		
Medir a taxa de crescimento das operações de crédito <i>com nível de risco D-H.</i>		Quanto menor, melhor.

Contas Cosif para compor: Operações de Risco nível D até H (Saldo final)

3.1.5.00.00-5	Operações de Risco nível D
3.1.6.00.00-8	Operações de Risco nível E
3.1.7.00.00-1	Operações de Risco nível F
3.1.8.00.00-4	Operações de Risco nível G
3.1.9.00.00-7	Operações de Risco nível H

S4 = Crescimento dos Ativos não direcionados com atividade fim da cooperativa (Andaf) = Andaf do mês corrente / Andaf do mês anterior) - 1.		
Medir a taxa de crescimento dos ativos não direcionados com a atividade fim da cooperativa.		Quanto menor, melhor.

Contas Cosif para compor: Ativos não direcionados com a atividade fim da cooperativa (Andaf) - mencionadas no indicador A1.

S5 = Crescimento da Provisão sobre operações de crédito = Provisão sobre operações de crédito do mês corrente / Provisão sobre operações de crédito do mês anterior) - 1		
Medir a taxa de crescimento de provisões de créditos de liquidação duvidosa.		Quanto menor, melhor

Contas Cosif para compor: Provisão sobre operações de crédito (Saldo final)

(+) 1.6.9.20.00-2 (-)	Provisão para empréstimos e títulos descontados
(+) 1.6.9.30.00-9 (-)	Provisão para financiamentos
(+) 1.6.9.60.00-0 (-)	Provisão p/ financiamento de títulos e valores mobiliários
(+) 1.6.9.40.00-6 (-)	Provisão para financiamentos Rurais e agroindustriais
(+) 1.4.3.99.00-6 (-)	Provisão p/perdas em repases interfinanceiros
(+) 1.8.9.00.00-6 (-)	Provisões para outros créditos
(-) 1.8.9.99.20-6 (-)	Provisão para títulos sem característica de concessão de crédito

S6 = Crescimento das despesas administrativas = (despesas administrativas do mês corrente/ despesas administrativas do mês anterior) -1		
Medir a taxa de crescimento das despesas administrativas.		Quanto menor, melhor. Desde que a demanda dos cooperados já esteja sendo atendida.

Conta Cosif para compor: Despesas administrativas (movimentação)

8.1.7.00.00-6	Despesas administrativas
---------------	--------------------------

S7 = Crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado = (PLA do mês corrente/ PLA do mês anterior) -1		
Medir a taxa de crescimento do PLA.		Quanto maior, melhor.

continua...

conclusão...

Contas Cosif para compor: Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – descritas no indicador P4

S8 = Crescimento do Ativo total = (AT do mês corrente/ AT do mês anterior) -1	Medir a taxa de crescimento do AT.	Conforme sugestão do WOCCU, este indicador deve apresentar crescimento superior à taxa de inflação (Richardson, 2002).
--	------------------------------------	--

Contas Cosif para compor: Ativo Total (AT) (Saldo final) – descritas no indicador E1.

S9 = Crescimento das operações de crédito = (Operações de crédito do mês corrente/ Operações de crédito do mês anterior) -1	Medir o crescimento mensal das aplicações em operações de crédito. Quanto maior o índice, mais a instituição está expandindo as operações de crédito.	Quanto maior, melhor
--	---	----------------------

Contas Cosif para compor: Operações de Crédito (Saldo final)

1.6.0.00.00-1 Operações de crédito

Fonte: Bressan *et al.* (2010, p. 77-78).

Anexo B

Os textos descritos a seguir compõem a Análise de Produtividade do Negócio – APN obtidas por meio de Sicoob (2018).

OBSERVAÇÃO:

Tipos de Saldos das Contas Gerenciais

SF – Saldo Final.

SM – Saldo Médio Dias Corridos.

MP – Saldo em Movimentação no Período.

A12 – Acumulado dos últimos 12 meses.

AE – Acumulado do Exercício.

VCG – Valor Calculado Gerencial. Significa que a informação é recuperada da base da cooperativa no Sisbr 2.0

I) Indicadores legais

1) Patrimônio de Referência – PR

O Patrimônio de Referência representa o patrimônio base para cálculo dos Limites Operacionais das instituições financeiras.

Conta gerencial - 5.06.02.06.01.01.00

2) Índice de Basileia – IB

É um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda uma relação mínima entre o Capital Base (Patrimônio de Referência - PR) e os riscos ponderados conforme a regulamentação em vigor (Patrimônio Líquido Exigido - PLE). Quanto maior o índice, maior a sobra de capital próprio ou patrimônio para a realização de operações de crédito de maior risco. Resolução CMN 4606/2017 e 4557/2017.

Conta Gerencial - 5.06.02.06.25.00.00

3) Índice/Grau de Imobilização – GI

Reflete o percentual de comprometimento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao ativo permanente imobilizado. Resolução CMN 2669/99 – Art. 4.o inciso III.

Conta Gerencial - 5.06.03.01.35.00.00

4) Razão de Alavancagem

Tem como objetivo primordial evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras, e o conseqüente aumento do risco sistêmico, com impactos indesejáveis sobre a economia. Instruções de cálculo na circular BACEN 3.748/2015.

Conta Gerencial - 5.06.03.01.36.00.00

II) **Liquidez**

1) Liquidez Geral

Indica quanto a cooperativa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 100 de dívida total.

Conta gerencial - 5.06.02.01.03.00.00

Fórmula de Cálculo = $(2.00.00.00.00.00.00 - 2.06.00.00.00.00.00) / (1.00.00.00.00.00.00 - 1.06.00.00.00.00.00)$

- Ativo Total = 2.00.00.00.00.00.00 - SF
- Permanente = 2.06.00.00.00.00.00 - SF
- Passivo Total = 1.00.00.00.00.00.00 - SF
- Patrimônio Líquido Ajustado = 1.06.00.00.00.00.00 – SF

2) Índice de Centralização Financeira – ICFs

- Esse indicador diz que a cooperativa singular deve manter, no mínimo, 30% do saldo médio de captação dos seus recursos aplicados em sua cooperativa central. O índice de centralização financeira (ICF) da cooperativa deve ser maior ou igual a 30%. É demonstrado no relatório com a data do último dia do mês. Excepcionalmente a cooperativa pode adotar esse percentual no intervalo [menor que 30% e maior ou igual a 20%], desde que observado o que prescreve a Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira.

Conta gerencial - 5.06.02.01.07.00.00

3) Índice de Liquidez – IL

Seu valor deve ser maior ou igual a 1,10. É demonstrado no relatório com a data do último dia do mês.

Conta Gerencial - 5.06.02.01.08.00.00

4) Liquidez Corrente

A detalhar

Conta gerencial - 5.06.02.01.05.00.00

Fórmula de Cálculo = A detalhar

Limite Global

– É um indicador que auxilia a cooperativa a monitorar mensalmente o montante que pode operacionalizar de seus recursos em sua carteira de crédito, excluído os repasses.

A sua avaliação pode ser interpretada da seguinte forma:

Se o Limite Atual for maior ou igual ao Limite Global Realizado, a cooperativa está dentro do Limite sugerido pelo indicador.

Se o Limite Atual for menor que o Limite Global Realizado, a cooperativa está fora do Limite sugerido pelo indicador.

5) Limite Global Atual

Este indicador representa o montante, em reais, que a Cooperativa pode operacionalizar de recursos em sua carteira de crédito (excluído os repasses). Demonstra quanto ela poderia ter emprestado.

Conta gerencial - 5.06.01.11.00.00.00

Fórmula de Cálculo = 70% x (Depósito Total (saldo médio do mês anterior) - Concentração de Depósito acima de 50%(*)) + 100% do Capital de Giro (**) (saldo final do mês anterior).

(*) apurar se houve excesso dos 20 maiores depositantes da seguinte forma: soma os 20 maiores depositantes (saldo final do mês anterior) menos 50% dos depósitos totais também em saldo final do mês anterior, se for positivo ocorreu excesso; se negativo, desconsiderar o valor apurado.

(**) PLA - Ativo Permanente

Descrição das Contas Cosif:

- Depósito Total = (4.1.1.05 + 4.1.1.10 + 4.1.1.20 + 4.1.1.30 + 4.1.1.38 + 4.1.1.90 + 4.1.9 + 4.9.9.27.05 + 4.1.1.85 + 4.1.5.10.20 + 4.1.5.10.30 + 4.1.5.10.40 + 4.1.5.10.50 + 4.1.5.50 + 4.1.6 + 4.1.4).

- Concentração de Depósitos = 20 Maiores Depositantes/Depósito Total.

- Capital de Giro = PLA (6.1.1 + 6.1.3 + 6.1.4 + 6.1.5 + 6.1.6 + 6.1.7 - 8.0.0 + 7.0.0) - Ativo Permanente (+2.0.0).

6) Limite Global Mês Realizado

Demonstra quanto a cooperativa emprestou.

Conta gerencial - 5.06.01.12.00.00.00

Fórmula de Cálculo = 100% das operações de crédito (saldo médio do mês atual) - 100% dos repasses (saldo médio do mês atual) - 100% dos Financiamentos Rurais Livres PESA (saldo médio do mês atual) + CPR.

Descrição das Contas Cosif:

- Operações de crédito = (1.6.0).
- Repasses e Empréstimos = (4.4.3.10 + 4.4.4 + 4.4.5 + 4.6.1.40 + 4.6.1.30.20 + 4.6.2.10.10 + 4.6.3 + 4.6.4).
- Financiamentos Rurais Livres PESA = (1.6.3.10.10.007 + 1.6.3.10.10.008 + 1.6.3.10.10.009 + 1.6.3.10.20.007 + 1.6.3.10.20.008 + 1.6.3.10.20.009 + 1.6.3.10.30.009 + 1.6.3.10.30.011 + 1.6.3.10.40.009 + 1.6.3.10.40.010 + 1.6.3.10.40.011 + 1.6.3.10.50.007 + 1.6.3.10.50.008 + 1.6.3.10.50.009 + 1.6.3.10.60.007 + 1.6.3.10.60.008 + 1.6.3.10.60.009)
- CPR = (1.3.1.10.99.001 + 1.3.1.10.99.002 + 1.3.1.10.99.003 + 1.3.1.10.99.004 + 1.3.1.10.99.005 + 1.3.1.10.99.010 + 1.3.1.10.99.011 + 1.3.1.10.99.012 + 1.3.1.10.99.015 + 1.3.1.10.99.016).

7) Limite Global Mês Seguinte

Demonstra quanto a cooperativa pode emprestar no mês seguinte.

Conta gerencial - 5.06.01.13.00.00.00

Fórmula de Cálculo = 70% x (Depósito Total (saldo médio do mês atual) - Concentração de Depósito acima de 50%) + 100% do Capital de Giro (saldo final do mês atual).

8) Concentração de depósitos

20 Maiores Depositantes – A Concentração de Depósitos compreende o valor percentual dos depósitos dos 20 maiores depositantes em relação ao total dos depósitos da cooperativa singular.

Conta gerencial – 5.06.01.01.08.00.00

Fórmula de Cálculo = (Depósitos dos 20 maiores depositantes (saldo final) / Total de Depósitos (saldo final)) x 100

- Depósitos dos 20 Maiores Depositantes = 5.02.01.00.00.00.00 - SF
- Total de Depósitos = 1.01.00.00.00.00.00 - SF

III) **Estrutura de Capital**

1) Endividamento

O indicador reflete quantas vezes o patrimônio líquido está comprometido com depósitos, repasses e empréstimos e outras obrigações.

Conta gerencial - 5.06.02.02.02.00.00

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Passivo total} - PL)}{PL} \times 100$$

- Passivo Total = 1.00.00.00.00.00.00 – SF

- PL = 1.06.00.00.00.00.00 – SF

IV) Rentabilidade

1) Rentabilidade do Ativo

Indica quanto a cooperativa obtém lucro para cada R\$ 100 de investimento total.

Conta Gerencial - 5.06.02.03.02.00.00

Fórmula de cálculo: $((4.00.00.00.00.00.00 \text{ A12} + 3.00.00.00.00.00.00 \text{ A12}) / (\text{somatório } 2.06.00.00.00.00.00 \text{ em SM nos últimos 12 meses} / 12))$

- Receita Total = 4.00.00.00.00.00.00 – A12
- Despesa Total = 3.00.00.00.00.00.00 – A12
- Total do Ativo – 2.00.00.00.00.00.00 – SM

2) Rentabilidade do PL

Indica quanto a cooperativa obtém de lucro para cada capital próprio investido, em média, no exercício.

Conta Gerencial - 5.06.02.03.03.00.00

Fórmula de cálculo: $((4.00.00.00.00.00.00 \text{ A12} + 3.00.00.00.00.00.00 \text{ A12}) / (\text{somatório } 1.06.00.00.00.00.00 \text{ em SM nos últimos 12 meses} / 12))$

- Receita Total = 4.00.00.00.00.00.00 – A12
- Despesa Total = 3.00.00.00.00.00.00 – A12
- PLA – Patrimônio Líquido Ajustado – 1.06.00.00.00.00.00 - SM

3) Rentabilidade do PL (-JCP)

Indica quanto a cooperativa obtém de lucro para cada capital próprio investido, em média, no exercício, desconsiderando as provisões de juros ao capital próprio.

Conta Gerencial - 5.06.02.03.03.01.00

Fórmula de cálculo: $((4.00.00.00.00.00.00 \text{ A12} + 3.00.00.00.00.00.00 \text{ A12}) + 3.03.99.06.00.00.00 / (\text{somatório } 1.06.00.00.00.00.00 \text{ em SM nos últimos 12 meses} / 12))$

- Receita Total = 4.00.00.00.00.00.00 – A12
- Despesa Total = 3.00.00.00.00.00.00 – A12
- PLA – Patrimônio Líquido Ajustado – 1.06.00.00.00.00.00 – SM
- Despesas de Juros ao Capital – 3.03.99.06.00.00.00 – A12

V) Indicadores de Crédito

1) Concetração de Risco

20 Maiores Devedores - A Concentração de Devedores compreende o valor percentual das dívidas dos 20 maiores devedores em relação ao total da Carteira de Crédito da cooperativa singular.

Conta gerencial – 5.06.01.01.07.00.00

Fórmula de Cálculo = (Saldo devedor dos 20 maiores devedores (saldo final) / Total de Operações da Carteira de Crédito (saldo final)) x 100 (5.03.01.00.00.00.00 / 2.03.00.00.00.00.00) * 100

• Saldo dos 20 Maiores Devedores = 5.03.01.00.00.00.00- SF

• Operações de Crédito = 2.03.00.00.00.00.00 – SF

2) Índice de Alavancagem

Indica quantas vezes o saldo Devedor da cooperativa ultrapassa o Patrimônio de Referência – PR. Uma alavancagem muito alta é ruim e gera um risco alto para a cooperativa, pois o seu Saldo Devedor se torna muito maior que o seu Patrimônio. Então, sugere-se que a alavancagem seja inferior a 5 (cinco).

Conta Gerencial - 5.06.03.01.41.00.00

Fórmula de Cálculo = (Saldo Bruto da Carteira de Crédito - SF / Patrimônio de Referência) ((2.03.01.00.00.00.00 + 2.03.02.00.00.00.00 + 2.03.04.00.00.00.00 + 2.03.05.00.00.00.00 + 2.03.06.00.00.00.00 + 2.03.08.00.00.00.00) / 5.06.02.06.01.01.00)

3) Índice de Provisionamento

Demonstra percentualmente quanto da carteira de crédito da cooperativa está provisionada para os créditos de liquidação duvidosa.

Conta Gerencial - 5.06.03.01.37.00.00

Fórmula de Cálculo = (((2.03.10.00.00.00.00 + 1.8.9.00.00-6) / (5.05.02.10.00.00.00 + 1.8.1.00.00-2)) * 100) * -1

4) INAD 15

Corresponde ao índice de inadimplência igual ou superior a 15 dias.

Conta Gerencial - 5.06.03.01.38.00.00

Fórmula de Cálculo =

$$\left(\frac{\sum \text{saldo devedor de operações inadimplentes igual ou superior a 15 dias}}{\sum \text{saldo devedor}} \right) \times 100$$

5) INAD 90

Corresponde ao índice de inadimplência superior a 90 dias.

Conta Gerencial - 5.06.03.01.39.00.00

Fórmula de Cálculo =

$$\left(\frac{\sum \text{saldo devedor de operações inadimplentes igual ou superior a 90 dias}}{\sum \text{saldo devedor}} \right) \times 100$$

6) Índice de Prejuízo – IHH

Demonstra percentualmente uma proporção de operações que estão em prejuízo, em relação a carteira de crédito bruta ativa.

Conta Gerencial - 5.06.03.01.40.00.00

Fórmula de Cálculo = $(3.0.9.60.00-0 / 5.05.02.10.00.00.00) * 100$

7) Índice de Cobertura

Demonstra quantas vezes o valor provisionado da carteira, suporta o montante de créditos com mais de 90 dias em atraso.

Conta Gerencial - 5.06.03.01.42.00.00

Fórmula de Cálculo = $(5.06.03.01.37.00.00 / 5.06.03.01.39.00.00)$

VI) Cheques devolvidos

1) Cheques sustados

Demonstra o percentual de cheques sustados pelo motivo 21 na database em relação a quantidade de cheques compensados pelos históricos 3, 4, 5, 7 e 8.

Conta gerencial - 5.06.03.01.43.00.00

Fórmula de Cálculo = $(\text{Qtd de Cheques Sustados – Histórico 721} / \text{Qtd de Cheques Compensados - Histórico 3, 4, 5, 7 e 8}) \times 100$

2) Cheques devolvidos

Demonstra o percentual de cheques devolvidos pelos motivos 11 e 12 na data-base em relação a quantidade de cheques compensados na cooperativa.

Conta gerencial - 5.06.03.01.44.00.00

Fórmula de Cálculo = $((\text{Qtd de Cheques Devolvidos motivos 11 e 12 – Histórico 711 e 712}) / (\text{Qtd de Cheques Compensados – histórico 3, 4, 5, 7 e 8}) \times 100)$

3) Cheques devolvidos e contas encerradas

Demonstra o percentual de cheques devolvidos pelos motivos 11 e 12, mais os cheques devolvidos pelo motivo 13 de contas encerradas.

Conta gerencial - 5.06.03.01.45.00.00

Fórmula de Cálculo = $((\text{Qtd de Cheques Devolvidos segunda Devolução – Histórico 712} + \text{Qtd de Cheques Devolvidos por contas Encerradas – histórico 713}) / (\text{Qtd de Cheques Compensados – histórico 3,4,5,7 e 8}) \times 100)$

VII) Produtividade

1) Índice de Eficiência Padrão – IEP

Verifica o quanto o resultado da margem de contribuição mais as Rendas de Serviço estão comprometidos com as despesas administrativas. Se o índice de eficiência, por exemplo,

for de 58%, a interpretação será: Para cada R\$ 1,00 real (ganho) de margem de contribuição, a cooperativa gasta R\$ 0,58 centavos com custos fixos. Quanto maior pior.

Conta Gerencial - 5.06.02.04.11.00.00

Fórmula de cálculo: $(3.02.00.00.00.00.00 / 5.05.01.03.00.00.00) * -1$

- Despesa Administrativa = 3.02.00.00.00.00.00 – A12
- Margem de Contribuição = 5.05.01.03.00.00.00 – A12

2) Índice de Eficiência Ajustado pelo Risco – IEA

Verifica o quanto o resultado da margem de contribuição mais as Rendas de Serviço, mais os riscos de créditos estão comprometidos com as despesas administrativas. Se o índice de eficiência, por exemplo, for de 58%, a interpretação será: Para cada R\$ 1,00 real (ganho) de margem de contribuição, a cooperativa gasta R\$ 0,58 centavos com custos fixos. Quanto maior pior.

Conta Gerencial - 5.06.02.04.12.00.00

3) Índice de Cobertura Pessoal

Indica quanto a receita de prestação de serviços cobre a despesa de pessoal.

Conta Gerencial - 5.06.02.05.02.00.00

Fórmula de cálculo: $(4.02.99.01.00.00.00 / 3.02.05.00.00.00.00) * -1 * 100$

4) Índice de Cobertura Administrativa

Indica quanto a receita de prestação de serviços cobre a despesa administrativa.

Conta Gerencial - 5.06.02.05.01.00.00

Fórmula de cálculo: $((4.02.99.01.00.00.00 / 3.02.00.00.00.00.00) * -1) * 100$

5) Ativos/Associados

Conta Gerencial - 5.06.02.04.01.00.00

6) Depósitos/Associados

Conta Gerencial - 5.06.02.04.03.00.00

7) Operações de Crédito/Associados

Conta Gerencial - 5.06.02.04.07.00.00

8) Renda de Serviços/Associados

Conta Gerencial - 5.06.02.04.10.00.00

VIII) **Dados quantitativos**

1) Números de associados

São os associados que possuem capital integralizado maior que zero na cooperativa no último dia do mês.

Conta Gerencial - 5.01.02.01.00.00.00

2) Associados ativos

São os associados que possuem capital integralizado maior que zero na cooperativa no último dia do mês, e que a conta (s) corrente (s) esteja (m) com situação ativa. Para as cooperativas de capital e empréstimo, todos os associados são considerados ativos.

Conta Gerencial - 5.01.02.03.00.00.00

3) Quantidade de novos associados no mês

São os novos associados admitidos na database.

Conta Gerencial - 5.01.02.04.00.00.00

4) Quantidade de associados desligados no mês

São os associados que foram demitidos, eliminados e excluídos na data-base.

Conta Gerencial - 5.01.02.05.00.00.00

5) Quantidade de contas correntes

São as contas correntes existentes na data-base, filtradas pela modalidade Conta Corrente, tipo de conta PF e PJ, excluídas as encerradas.

Conta Gerencial - 5.07.02.00.00.00.00

6) Quantidade de novas contas correntes no mês

São as novas contas correntes abertas na cooperativa na data-base, da modalidade conta corrente e tipos PF e PJ.

Conta Gerencial - 5.07.02.01.00.00.00

7) Quantidade de contas correntes encerradas no mês

São as contas correntes encerradas na data-base, da modalidade conta corrente e tipos PF e PJ.

Conta Gerencial - 5.07.02.02.00.00.00

IX) Análise Comparativa**1) Ativo total**

Conta Gerencial - 2.00.00.00.00.00.00

2) Operações de crédito

Conta Gerencial - 2.03.00.00.00.00.00

3) Permanente

Conta Gerencial - 2.06.00.00.00.00.00

4) Depósitos totais

Conta Gerencial - 1.01.00.00.00.00.00

5) Depósitos à vista

Conta Gerencial - 1.01.01.00.00.00.00

6) Depósitos a prazo

Conta Gerencial - 1.01.03.00.00.00.00

7) Receitas Operacionais

Conta Gerencial - 4.01.00.00.00.00.00

8) Patrimônio Líquido

Conta Gerencial - 1.06.00.00.00.00.00

9) Capital Social

Conta Gerencial - 1.06.01.00.00.00.00

10) Sobras/Perdas do Exercício Atual

Conta Gerencial - 1.06.04.00.00.00.00

11) Sobras/Perdas do Exercício Anterior

Conta Gerencial - 1.06.03.00.00.00.00

X) Taxas Sicoob**1) Empréstimos totais**

Conta Gerencial - 5.04.02.08.00.00.00

2) Cheque Especial

Conta Gerencial - 5.04.02.11.00.00.00

3) Conta Garantida

Conta Gerencial - 5.04.02.10.00.00.00

4) Empréstimos

Conta Gerencial - 5.04.02.09.00.00.00

5) Financiamentos

Conta Gerencial - 5.04.02.13.00.00.00

6) Operações Renegociadas

Conta Gerencial - 5.04.02.14.00.00.00

7) Títulos descontados

Conta Gerencial - 5.04.02.12.00.00.00

8) Financiamentos Rurais Totais

Conta Gerencial - 5.04.02.15.00.00.00

9) Financiamentos Rurais Livres

Conta Gerencial - 5.04.02.16.00.00.00

10) Financiamentos Rurais Direcionados

Conta Gerencial - 5.04.02.15.03.00.00

11) Financiamentos Rurais Fontes Públicas

Conta Gerencial - 5.04.02.15.04.00.00

12) Depósitos

Conta Gerencial - 5.04.01.01.00.00.00

13) Depósitos a Prazo

Conta Gerencial - 5.04.01.02.00.00.00

14) Spread Global

Conta Gerencial - 5.06.02.03.04.00.00

Anexo C

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, **MARCOS AURÉLIO MAIER**, na função de **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** na instituição **COOPERATIVA DE CRÉDIO DE LIVRE ADMISSÃO DA MARGEM ESQUERDA DO URUCUIA E SÃO FRANCISCO LTDA – SICOOB CREDICHAPADA** da cidade de **CHAPADA GAÚCHA**, **AUTORIZO** o uso de imagens e fotos do acervo institucional da instituição supracitada, sob minha responsabilidade, a fim de serem utilizadas no trabalho de dissertação de mestrado acadêmico de Gustavo Henrique Dias Souza, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Esta autorização de uso de imagens é concedida a título gratuito, inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais para outras finalidades decorrentes da pesquisa mencionada, seja para uso de publicidade, jornalístico, editorial, didático e outros que possam vir a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos às imagens ora autorizadas ou a qualquer outro.

Chapada Gaúcha, 14 de Janeiro de 2020.



Marcos Aurélio Maier
Presidente

Anexo D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Desenvolvimento Local e Desempenho do Cooperativismo de Crédito: um estudo da Sicoob Credichapada

Pesquisador Responsável: Valéria Gama Fully Bressan – UFMG

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa cujo objetivo é analisar as influências do desempenho do cooperativismo de crédito na geração de impactos econômicos e sociais a partir da cooperativa Sicoob Credichapada.

Para tanto, será necessária a realização de uma entrevista, caso concorde em participar da pesquisa, com objetivo de coletar informações da sua vivência com relação a atividades que envolvem a Sicoob Credichapada,

Durante a realização da entrevista, há o risco de você se sentir desconfortável ou constrangido com alguma questão. Para minimizar este possível desconforto/constrangimento, salienta-se que sua participação é voluntária e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem penalidade ou qualquer impacto na sua relação com quaisquer instituições. Seu anonimato está assegurado, de forma a não haver riscos de que dados individuais sejam identificados como seus. Além disso, sendo necessário notificar algum acontecimento ou para entrar em contato com o pesquisador responsável, basta fazê-lo por meio dos telefones ou e-mails disponibilizados ao final desta entrevista.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) possui duas vias com espaço destinado para rubricas, sendo uma delas entregue ao participante.

Como entrevistado(a), após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa.
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo; não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
3. Procurar esclarecimentos, em caso de dúvida, com o Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, no telefone (31) 3409-4592 ou no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, em caso de dúvidas éticas.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar do projeto.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____.